



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – UCS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO – UNIRITTER
PROGRAMA DE DOUTORADO – ASSOCIAÇÃO AMPLA UCS/UniRitter

Bruno Misturini

A formação de uma região:
leitura das marcas de colonização italiana nos topônimos do Nordeste do Rio Grande do Sul

Caxias do Sul
2018



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – UCS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO – UNIRITTER
PROGRAMA DE DOUTORADO – ASSOCIAÇÃO AMPLA UCS/UniRitter

Bruno Misturini

A formação de uma região:

leitura das marcas de colonização italiana nos topônimos do Nordeste do Rio Grande do Sul

Tese apresentada ao Programa de Doutorado
em Letras – Associação Ampla UCS/UniRitter,
como requisito parcial para a obtenção do título
de Doutor em Letras.

Orientador: Prof. Dr. João Claudio Arendt.

Caxias do Sul
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

M678f Misturini, Bruno

A formação de uma região : leitura das marcas de colonização italiana nos topônimos do Nordeste do Rio Grande do Sul / Bruno Misturini. – 2018.

286 f. : il. ; 30 cm

Tese (Doutorado) - Universidade de Caxias do Sul em associação ampla UniRitter, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2018.

Orientação: João Claudio Arendt.

1. Toponímia. 2. Onomástica. 3. Italianos. 4. Rio Grande do Sul. 5. Colonização. I. Arendt, João Claudio, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 81'373.21

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Carolina Machado Quadros - CRB 10/2236

A formação de uma região: leitura das marcas de colonização italiana nos topônimos do Nordeste do Rio Grande do Sul

Bruno Misturini

Tese de Doutorado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Doutorado em Letras – Associação Ampla UCS/UniRitter, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutor em Letras. Área de Concentração: Leitura e Linguagens. Linha de Pesquisa: Literatura e Processos de Linguagem

Caxias do Sul, 03 de setembro de 2018.

Banca Examinadora:

Dra. Heloísa Pedroso de Moraes Feltes
Universidade de Caxias do Sul

Dr. João Claudio Arendt
Orientador
Universidade de Caxias do Sul

Parecer emitido à distância

Dra. Maria Cândida Trindade Costa Seabra
Universidade Federal de Minas Gerais

Dra. Mariana Giacomini Botta
Centro Universitário Ritter dos Reis

Dra. Sabrina Bonqueves Fadanelli
Universidade de Caxias do Sul

Dra. Sabrina Pereira de Abreu
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

À Vitalina Maria Frosi, precursora dos estudos toponímicos na Universidade de Caxias do Sul e idealizadora do Atlas Toponímico da Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul, projeto que deu origem a este trabalho.

AGRADECIMENTOS

À Capes, pelo subsídio financeiro que oportunizou a dedicação integral ao Doutorado.

À Professora Vitalina Maria Frosi, pela orientação no início do Doutorado e por todo o incentivo.

À Professora Carmen Maria Faggion, por ter despertado em mim a paixão pela pesquisa, desde a Iniciação Científica.

Ao Professor João Claudio Arendt, pela orientação e pelas reflexões propostas.

Ao Programa de Doutorado em Letras, representado por sua coordenadora Profa. Dra. Heloísa Pedroso de Moraes Feltes e por sua escriturária Daniela Cristina Pioner, por todo auxílio prestado.

Aos membros da banca, por tão prontamente terem aceitado o convite e pelas ricas contribuições a este trabalho.

Às colegas Larissa, Mariana e Nara, indispensáveis durante esse trajeto.

À minha família, por todo apoio e conforto.

Ao Felipe, pelas discussões, leituras, revisões e considerações, e por estar presente.

Provavelmente aquelas coisas tinham nomes. O menino mais novo interrogou-o com os olhos. Sim, com certeza as preciosidades que se exibiam nos altares da igreja e nas prateleiras das lojas tinham nomes. Puseram-se a discutir a questão intrincada. Como podiam os homens guardar tantas palavras? Era impossível, ninguém conservaria tão grande soma de conhecimentos. Livres dos nomes, as coisas ficavam distantes, misteriosas. Não tinham sido feitas por gente.

Graciliano Ramos (Vidas Secas)

RESUMO

O presente trabalho visa a estudar a motivação e a classificação dos nomes dos cinquenta e oito municípios da Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul (RCI-RS), tendo como base, principalmente, fatores linguísticos, históricos e culturais. O *corpus* da pesquisa foi coletado em Frosi e Mioranza (2009, 2013) e atualizado por meio de pesquisa em documentos oficiais. A partir disso, as denominações foram dispostas em quatro grupos distintos, condizentes às fases da República Brasileira. Para cada topônimo, construiu-se uma ficha lexicográfico-toponímica, tendo como base a proposta por Dick (2004), que possibilitou a análise dos nomes, vinculada ao contexto político do período. No final de cada capítulo, apresentou-se uma reflexão sobre os critérios de nomeação, bem como dados quantitativos acerca das motivações e classificações. Os resultados permitem verificar que existem, na RCI-RS, quatorze historiotopônimos, sete antropotopônimos, sete cronotopônimos, sete fitotopônimos, seis hagiotopônimos, quatro poliotopônimos, quatro animotopônimos, dois axiotopônimos, dois zootopônimos, um dirrematotopônimo, um ecotopônimo, um geomorfotopônimo, um litotopônimo e um numerotopônimo. Ademais, constatou-se que há onze topônimos de natureza física e quarenta e sete de natureza antropocultural. No que diz respeito às motivações para a escolha dos nomes desses municípios, apurou-se que há dez voltados à imigração italiana, e dez, à política estadual; oito denominações condizentes à vegetação, sete, à religião, seis, à cultura indígena, e cinco, à Revolução Farroupilha. Além disso, existem quatro topônimos relacionados à geografia, dois, a elementos climáticos, dois, à hidrografia local, e outros dois, à fauna. Por fim, há um nome vinculado à história local, e outro, à política nacional.

Palavras-chave: Toponímia. Onomástica. Rio Grande do Sul. Imigração Italiana.

ABSTRACT

This dissertation aims at studying the names of the fifty-eight cities that constitute the Italian Colonization Region in the state of Rio Grande do Sul, southern Brazil. The focus is to understand the motivation for such nomenclatures, considering cultural, linguistic and historical factors. The research corpus was based on pioneering studies by Frosi and Mioranza (2009, 2013), updated by means of document analysis. The city names were split into four categories, regarding the historical phases of the Brazilian Republic. For each toponym, a lexicographic toponymic file was created, based on the methodological proposal by Dick (2004). Subsequently, the analysis focused on the names in relation to the context of their creation. At the end of each chapter, this research presents discussions on the naming criteria, as well as quantitative data on the reasons for the nomenclatures. The results show, in the first place, that there are within the scope of the corpus fourteen names of historical events, seven names of people, seven toponyms with the word “new”, seven names of vegetation features, six names of saints, four toponyms related to the word “city”, four names of human emotions, two of political titles, two of animals, one name inspired by sayings and expressions, one related to housing, one to geographical features, one to minerals, and one to numbers. Furthermore, there are eleven toponyms of physical-environmental nature and forty-seven of anthropo-cultural nature. Regarding the motivations for the nomenclature of the cities in the region, the results included ten names inspired by the history of the Italian immigration in southern Brazil, and ten, to the history of local state politics; Eight names were motivated by vegetation, seven by religion, six by the indigenous culture, and five by the *Farroupilha* Revolution. In addition, there are four toponyms related to geography, two to climate and weather, two to the local hydrography, and two to the fauna. Finally, there is one name linked to the local history, and another to national politics.

Keywords: Toponymy. Onomastics. Rio Grande do Sul. Italian Immigration.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AG	Acidente geográfico
AH	Acidente Humano
AI-5	Ato Institucional Número 5
ATAOB	Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira
ATB	Atlas Toponímico do Brasil
ATEC	Atlas Toponímico do Estado do Ceará
ATEMIG	Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais
ATEMS	Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul
ATEMT	Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso
ATEPAR	Atlas Toponímico do Paraná
ATESP	Atlas Toponímico do Estado de São Paulo
ATHMB	Atlas Toponímico-Histórico dos Municípios Baianos
ATITO	Atlas Toponímico de Origem Indígena do Tocantins
ATRS	Atlas Toponímico do Rio Grande do Sul
ATT	Atlas Toponímico do Estado do Tocantins
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PDLET	Programa de Doutorado em Letras
Pe.	Padre
PF	Polícia Federal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPGLET	Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RCI	Região de colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul
RS	Rio Grande do Sul
SP	São Paulo
TOPACI	Toponímia da Antiga Colônia I
TOPACII	Toponímia da Antiga Colônia II

TOPNIC	Toponímia da Novíssima Colônia
TOPNOC	Toponímia da Nova Colônia
TOPRCI	Toponímia dos Municípios da Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UniRitter	Centro Universitário Ritter dos Reis
USP	Universidade de São Paulo
VOLP	Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Classificação taxonômica (1890 a 1934).....	76
Gráfico 2 – Classificação taxonômica (1954 a 1963).....	114
Gráfico 3 – Classificação taxonômica (1964 a 1982).....	150
Gráfico 4 – Classificação taxonômica (1987 a 2013).....	247
Gráfico 5 – Classificação taxonômica dos municípios da RCI	253
Gráfico 6 – Topônimos de natureza física e antropocultural na RCI.	254
Gráfico 7 – Topônimos influenciados pela cultura italiana.....	256

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Regiões mais representadas na emigração para a Região de Colonização Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul, em escala descendente.....	32
Imagem 2 – Área ocupada pelos imigrantes italianos na 1ª. Fase de colonização	33
Imagem 3 – Nova configuração da RCI	35
Imagem 4 – Municípios da RCI (1890-1934)	80
Imagem 5 – Municípios de Anta Gorda, Ilópolis e Itapuca.....	109
Imagem 6 – Municípios da RCI (1954-1963)	117
Imagem 7 – Municípios da RCI em 1975.....	141
Imagem 8 – Municípios da RCI (1964-1982)	151

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Ficha lexicográfico-toponímica (Dick)	23
Quadro 2 – Ficha lexicográfico-toponímica (Andrade)	23
Quadro 3 – Ficha lexicográfico-toponímica (Misturini).	24
Quadro 4 – Proposta de ficha lexicográfico-toponímica	25
Quadro 5 – Colônias originais e seus desdobramentos em municípios.....	34
Quadro 6 – Nova configuração da RCI	35
Quadro 7 – Municípios da RCI (ordem cronológica).....	39
Quadro 8 – Caxias do Sul (1890)	40
Quadro 9 – Bento Gonçalves (1890)	46
Quadro 10 – Veranópolis (1898).....	51
Quadro 11 – Antônio Prado (1899)	54
Quadro 12 – Garibaldi (1900)	58
Quadro 13 – Guaporé (1903).....	60
Quadro 14 – Encantado (1915).....	63
Quadro 15 – Flores da Cunha (1924)	65
Quadro 16 – Nova Prata (1924).....	68
Quadro 17 – Farroupilha (1934).....	71
Quadro 18 – Classificação e motivação toponímica (1890 a 1934)	74
Quadro 19 – Municípios da RCI (1890-1934)	81
Quadro 20 – Casca (1954).....	85
Quadro 21 – Marau (1954)	88
Quadro 22 – Arvorezinha (1959).....	90
Quadro 23 – Muçum (1959)	93
Quadro 24 – Carlos Barbosa (1959)	95
Quadro 25 – Serafina Corrêa (1960)	98
Quadro 26 – Ilópolis (1963)	101
Quadro 27 – São Marcos (1963)	103
Quadro 28 – Anta Gorda (1963).....	106
Quadro 29 – Putinga (1963)	110
Quadro 30 – Classificação e motivação toponímica (1954 a 1963)	112
Quadro 31 – Municípios da RCI (1954-1963)	117
Quadro 32 – Nova Bassano (1964)	123

Quadro 33 – Nova Araçá (1964)	126
Quadro 34 – Nova Bréscia (1964).....	129
Quadro 35 – Paraí (1965)	131
Quadro 36 – Ciríaco (1965).....	135
Quadro 37 – David Canabarro (1965)	138
Quadro 38 – Municípios da RCI em 1975.....	141
Quadro 39 – Cotiporã (1982).....	142
Quadro 40 – Classificação e motivação toponímica (1964 a 1982)	146
Quadro 41 – Classificação e motivação toponímica (1964 a 1982)	152
Quadro 42 – Nova Roma do Sul (1987)	157
Quadro 43 – Dois Lajeados (1987)	161
Quadro 44 – Fagundes Varela (1987).....	164
Quadro 45 – Guabiju (1987).....	167
Quadro 46 – São Domingos do Sul (1987)	169
Quadro 47 – São Jorge (1987).....	172
Quadro 48 – Vanini (1987).....	174
Quadro 49 – Protásio Alves (1988)	177
Quadro 50 – Montauri (1988).....	179
Quadro 51 – Vista Alegre do Prata (1988)	182
Quadro 52 – Vila Maria (1988)	185
Quadro 53 – Relvado (1988)	188
Quadro 54 – Camargo (1988).....	191
Quadro 55 – Nova Alvorada (1988)	193
Quadro 56 – Vila Flores (1988).....	195
Quadro 57 – Gentil (1992).....	198
Quadro 58 – Itapuca (1992).....	200
Quadro 59 – Monte Belo do Sul (1992)	203
Quadro 60 – Muliterno (1992).....	206
Quadro 61 – Nicolau Vergueiro (1992).....	208
Quadro 62 – Nova Pádua (1992)	211
Quadro 63 – Santa Tereza (1992).....	214
Quadro 64 – Santo Antônio do Palma (1992)	217
Quadro 65 – São Valentim do Sul (1992)	219
Quadro 66 – União da Serra (1992)	222

Quadro 67 – Boa Vista do Sul (1995)	224
Quadro 68 – Doutor Ricardo (1995)	227
Quadro 69 – Vespasiano Correa (1995)	230
Quadro 70 – Coqueiro Baixo (1996)	233
Quadro 71 – Coronel Pilar (1996)	235
Quadro 72 – Pinto Bandeira (2013).....	238
Quadro 73 – Classificação e motivação toponímica (1987 a 2013)	242
Quadro 74 – Municípios da RCI (1987-2013)	248
Quadro 75 – Síntese quantitativa das classificações toponímicas dos municípios da RCI	250

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 OS PRIMEIROS MUNICÍPIOS DA RCI (1890-1945).....	31
2.1 A IMIGRAÇÃO ITALIANA PARA O BRASIL (1875).....	32
2.2 A PRIMEIRA REPÚBLICA OU REPÚBLICA VELHA (1889-1930)	40
2.2.1 Caxias do Sul (1890)	40
2.2.2 Bento Gonçalves (1890)	46
2.2.3 Veranópolis (1898).....	51
2.2.4 Antônio Prado (1899)	54
2.2.5 Garibaldi (1900).....	58
2.2.6 Guaporé (1903)	60
2.2.7 Encantado (1915)	62
2.2.8 Flores da Cunha (1924)	65
2.2.9 Nova Prata (1924)	68
2.3 A SEGUNDA E TERCEIRA REPÚBLICAS OU A ERA VARGAS (1930-1945).....	70
2.3.1 Farroupilha (1934).....	71
3 A CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS NA RCI-RS (1945-1964).....	83
3.1 A QUARTA REPÚBLICA OU REPÚBLICA POPULISTA	83
3.1.1 Casca (1954)	85
3.1.2 Marau (1954).....	88
3.1.3 Arvorezinha (1959).....	90
3.1.4 Muçum (1959)	92
3.1.5 Carlos Barbosa (1959)	95
3.1.6 Serafina Corrêa (1960).....	98
3.1.7 Ilópolis (1963).....	101
3.1.8 São Marcos (1963)	103
3.1.9 Anta Gorda (1963).....	106
3.1.10 Putinga (1963)	110

4 OS MUNICÍPIOS SURGIDOS NA RCI-RS DURANTE O REGIME MILITAR BRASILEIRO (1964-1985)	120
4.1 A QUINTA REPÚBLICA OU DITADURA MILITAR	120
4.1.1 Nova Bassano (1964).....	123
4.1.2 Nova Araçá (1964)	126
4.1.3 Nova Brésia (1964)	129
4.1.4 Paraí (1965)	131
4.1.5 Ciríaco (1965).....	135
4.1.6 David Canabarro (1965)	138
4.1.7 Cotiporã (1982)	142
5 OS MUNICÍPIOS CRIADOS NA RCI-RS APÓS A REDEMOCRATIZAÇÃO (1985- ATUAL).....	154
5.1 A SEXTA REPÚBLICA OU NOVA REPÚBLICA.....	154
5.1.1 Nova Roma do Sul (1987).....	157
5.1.2 Dois Lajeados (1987)	160
5.1.3 Fagundes Varela (1987).....	163
5.1.4 Guabiju (1987)	167
5.1.5 São Domingos do Sul (1987)	169
5.1.6 São Jorge (1987).....	172
5.1.7 Vanini (1987).....	174
5.1.8 Protásio Alves (1988)	177
5.1.9 Montauri (1988)	179
5.1.10 Vista Alegre do Prata (1988).....	182
5.1.11 Vila Maria (1988).....	185
5.1.12 Relvado (1988)	188
5.1.13 Camargo (1988)	191
5.1.14 Nova Alvorada (1988).....	193
5.1.15 Vila Flores (1988).....	195
5.1.16 Gentil (1992).....	198
5.1.17 Itapuca (1992)	200
5.1.18 Monte Belo do Sul (1992)	203
5.1.19 Muliterno (1992)	206

5.1.20 Nicolau Vergueiro (1992)	208
5.1.21 Nova Pádua (1992)	211
5.1.22 Santa Tereza (1992)	214
5.1.23 Santo Antônio do Palma (1992)	217
5.1.24 São Valentim do Sul (1992)	219
5.1.25 União da Serra (1992)	222
5.1.26 Boa Vista do Sul (1995)	224
5.1.27 Doutor Ricardo (1995)	227
5.1.28 Vespasiano Corrêa (1995)	230
5.1.29 Coqueiro Baixo (1996)	233
5.1.30 Coronel Pilar (1996)	235
5.1.31 Pinto Bandeira (2013)	238
5.2 SÍNTESE GERAL DA TOPONÍMIA DA RCI	250
 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 259
 REFERÊNCIAS	 265
 APÊNDICES	 280
APÊNDICE A	281
APÊNDICE B	282
 ANEXOS	 283
ANEXO A	284

1 INTRODUÇÃO

Estudos toponímicos e trabalhos voltados à Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul (doravante RCI) possuem forte tradição no Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade (PPGLet), da Universidade de Caxias do Sul. Interdisciplinar em sua essência, o Programa tem como foco pesquisas voltadas para a área de Letras, bem como para os estudos culturais, regionais e identitários. A Toponímia – ciência linguística que faz uso de outras áreas do conhecimento para fortalecer suas análises – encontra, no Mestrado Acadêmico em Letras da UCS, um ambiente bastante favorável para seu desenvolvimento.

Ramo da Lexicologia – uma das Ciências do Léxico, ao lado da lexicografia e da terminologia –, a Toponímia tem como objetivo investigar os nomes próprios de lugares. Ainda recente no Brasil, esse tipo de estudo serve-se de dados linguísticos, históricos, culturais, antropológicos, entre outros. O trabalho toponímico não pretende preencher apenas lacunas acadêmicas, servindo como revisão de literatura para futuras consultas. Ele vai além: objetiva resgatar e registrar a história de uma comunidade, fazer com que fontes linguísticas e culturais não sejam perdidas, valorizar o passado e, quando possível, a memória dos cidadãos. Dessa forma, a relevância social desse tipo de estudo, que, em um primeiro momento, pode parecer “fácil e simples”, faz-se presente.

A respeito das motivações que me levaram à escolha dessa temática para a elaboração desta Tese de Doutorado, destacam-se tanto o fato de eu ter sido bolsista de iniciação científica, sob orientação da Profa. Dra. Carmen Maria Faggion, por dois anos e meio, em projetos voltados aos estudos toponímicos, quanto por ter desenvolvido, no PPGLet, a Dissertação de Mestrado intitulada *A toponímia em Bento Gonçalves: um estudo interdisciplinar sobre os bairros da cidade*, sob orientação da mesma professora. Diretamente relacionados a isso, evidenciam-se, ainda, o interesse e o gosto pelos estudos lexicais, principalmente por aqueles que, de uma maneira ou de outra, revelam aspectos históricos e culturais de uma região – seja ela um bairro ou um conjunto de municípios.

Assim, ao ingressar no Programa de Doutorado em Letras (PDLet) da Universidade de Caxias do Sul – Associação Ampla UCS/UniRitter, optei por seguir na área da Toponímia, ampliando o estudo para toda a Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul, sob a orientação da Profa. Dra. Vitalina Maria Frosi, vinculado ao projeto de pesquisa TOPRCI (Toponímia dos Municípios da Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul). Esse projeto visava à criação do Atlas Toponímico da RCI, um macroprojeto

que pretendia se estender, futuramente, a todo o Rio Grande do Sul, e era dividido em quatro microprojetos: Toponímia da Antiga Colônia I (TOPACI), Toponímia da Antiga Colônia II (TOPACII), Toponímia da Nova Colônia (TOPNOC) e Toponímia da Novíssima Colônia (TOPNIC).

Na Universidade de Caxias do Sul, sob coordenação e orientação da Profa. Vitalina Frosi, pesquisadores desenvolveram diversos trabalhos acerca dos municípios constantes na região supracitada. Além de vários artigos publicados, principalmente pelas Profas. Dras. Vitalina Maria Frosi, Carmen Maria Faggion e Giselle Olivia Mantovani Dal Corno, dissertações de mestrado foram defendidas no PPGLet, tais como *Ruas de minha cidade: um estudo hodonímico*, de Tríssia Ordovás Sartori (2010)¹; *A razão de nomear: o papel da identidade étnica na denominação dos logradouros de Caxias do Sul*, de Manuela Damiani Poletti da Silva (2011)²; *Os nomes do município de São Marcos: linhas, comunidades, bairros e ruas*, de Fernanda Bassanesi Cioato (2012)³; *Estudo toponímico dos bairros e distritos de Farroupilha-RS*, de Rubens Cesar Baretta (2012)⁴; *Estudo dos nomes das cidades da quarta colônia de imigração italiana no Rio Grande do Sul*, de Aline Pegoraro (2013)⁵; *A toponímia em Bento Gonçalves: um estudo interdisciplinar sobre os bairros da cidade*, de Bruno Misturini (2014)⁶, citado anteriormente; *Os nomes das escolas da cidade de Bento Gonçalves: uma perspectiva onomástico-cultural*, de Elis Viviana Dal Pizzol (2014)⁷; e *A crônica de um povo: a toponímia na cidade de Cotiporã*, de Fernanda Elisa Vincentin Bertoletti (2016)⁸.

Dessa forma, com o objetivo de dar continuidade ao projeto inicialmente liderado pela Profa. Vitalina Frosi e de resgatar os trabalhos já realizados a respeito dos municípios constituintes da RCI – retomando investigações já concluídas e apresentando novas análises –, pretende-se escrever uma história dessa região, amplamente estudada por Frosi e Mioranza (2009; 2013), por meio do estudo dos nomes dos seus cinquenta e oito municípios. Com isso, objetiva-se que este trabalho contribua para o desenvolvimento do Atlas Toponímico do Rio Grande do Sul – estado que ainda não possui tal projeto executado.

No Brasil, a tese de doutorado de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1980) pode ser considerada o marco inicial dos estudos toponímicos. O modelo de análise proposto por

¹ Orientada pela Profa. Dra. Vitalina Maria Frosi.

² Orientada pela Profa. Dra. Vitalina Maria Frosi.

³ Orientada pela Profa. Dra. Carmen Maria Faggion.

⁴ Orientado pela Profa. Dra. Vitalina Maria Frosi.

⁵ Orientada pela Profa. Dra. Giselle Olivia Mantovani Dal Corno.

⁶ Orientado pela Profa. Dra. Carmen Maria Faggion.

⁷ Orientada pela Profa. Dra. Carmen Maria Faggion.

⁸ Orientada pelo Prof. Dr. André Tessaro Pelinser.

Dick perdura até os dias atuais e é seguido por diversos estudiosos da área. A linguista coordenava o Atlas Toponímico do Brasil (ATB) e o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo (ATESP) – projeto relacionado ao macroprojeto que se estende a todo o país. Há, ainda, outros pesquisadores responsáveis por atlas toponímicos estaduais em desenvolvimento ou já concluídos, como, por exemplo, Maria Antonieta Carbonari de Almeida, responsável pelo Atlas Toponímico do Paraná (ATEPAR); Aparecida Negri Isquerdo, coordenadora do Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul (ATEMS); Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, encarregada do Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (ATEMIG); Karylleila dos Santos Andrade, supervisora do Atlas Toponímico do Estado do Tocantins (ATT) e do Atlas Toponímico de Origem Indígena do Tocantins (ATITO); Maria Aparecida de Carvalho, que deu início às pesquisas sobre o Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso (ATEMT); Alexandre Melo de Sousa, coordenador do Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira (ATAOB) e do Atlas Toponímico do Estado do Ceará (ATEC); e Ricardo Tupiniquim Ramos, criador do Atlas Toponímico-Histórico dos Municípios Baianos (ATHMB).⁹

À vista disso, evidencia-se a pertinência do desenvolvimento desta tese que preencherá, mesmo que em parte, uma lacuna nos estudos toponímicos gaúchos. Reitera-se que esta pesquisa consiste no *embrião* de um atlas estadual. Com o tempo, é esperado que todo o estado do Rio Grande do Sul seja contemplado com um Atlas Toponímico que abarque os seus quatrocentos e noventa e sete municípios.

Dessa forma, o presente trabalho tem como tema de pesquisa o estudo toponímico dos municípios da Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul, desenvolvido a partir de fatores linguísticos, históricos e culturais. Já como problema de pesquisa, apresenta-se a seguinte questão: como a leitura do contexto histórico-político e da cultura regional e/ou nacional, entre outros fatores, motivou a denominação oficial dos municípios da RCI, de modo a permitir a elaboração de critérios de motivação e posterior classificação?

O objetivo geral é: investigar, por meio da leitura dos topônimos, a significação, a motivação e a classificação dos nomes dos municípios da RCI, relacionando-os principalmente com a história e a cultura regional e/ou nacional. Destaca-se que, dentre as inúmeras definições de *leitura*, elencou-se, para este trabalho, aquela tida como *exercício individual* dentro de uma *prática social* (MARCUSCHI, 1998), ou seja, a leitura feita pelo pesquisador ao analisar os topônimos elencados dentro de um determinado contexto histórico. A compreensão e a

⁹ Destaca-se que, além dos citados, há inúmeros trabalhos sobre toponímia disponíveis na página do Banco de Teses e Dissertações da Capes, contudo, para esta exposição, foram selecionados apenas aqueles com abrangência estadual.

interpretação dos nomes dos municípios terão como base a consulta a fontes oficiais e a relação desses dados com a história e a cultura da região e do país. *Ler um topônimo* significa, dessa forma, analisar suas significações, sua origem etimológica e sua relação com outros nomes dentro de um contexto cultural, porém, sobretudo, político.

A fim de cumprir com o objetivo geral, apresentam-se os específicos: a) elencar os municípios constituintes da região, com vistas a verificar alterações de nomes e a criação de novos topônimos e/ou mudanças de nomes; b) agrupar cronologicamente os municípios da RCI, da primeira à sexta república; c) analisar a significação dos topônimos, a fim de constatar a(s) motivação(ões) para a denominação dos municípios; d) classificar os nomes de acordo com a taxonomia proposta por Dick (1992); e) analisar quantitativamente as denominações com base nas classificações e motivações; f) destacar os topônimos que possuem relações com a cultura italiana, dada sua pertença à RCI; e g) discutir os resultados com base na preponderância das classificações e motivações para os topônimos.

O *corpus* de análise é composto pelos cinquenta e oito nomes dos municípios que formam a Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul (FROSI e MIORANZA, 2009, 2013; MISTURINI, 2016). São eles: Anta Gorda, Antônio Prado, Arvorezinha, Bento Gonçalves, Boa vista do Sul, Camargo, Carlos Barbosa, Casca, Caxias do Sul, Ciríaco, Coqueiro Baixo, Coronel Pilar, Cotiporã, David Canabarro, Dois Lajeados, Doutor Ricardo, Encantado, Fagundes Varela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gentil, Guabiju, Guaporé, Ilópolis, Itapuca, Marau, Montauri, Monte Belo do Sul, Muçum, Muliterno, Nicolau Vergueiro, Nova Alvorada, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Bréscia, Nova Pádua, Nova Prata, Nova Roma do Sul, Paraí, Pinto Bandeira, Protásio Alves, Putinga, Relvado, Santa Tereza, Santo Antônio do Palma, São Domingos do Sul, São Jorge, São Marcos, São Valentim do Sul, Serafina Corrêa, União da Serra, Vanini, Veranópolis, Vespasiano Corrêa, Vila Flores, Vila Maria e Vista Alegre do Prata.

A metodologia adotada para a análise dos topônimos terá como base estudos publicados por Dick (1990, 2004). A autora sugere que, por meio de fichas lexicográfico-toponímicas, sejam registradas algumas informações sobre os nomes estudados, voltadas, principalmente, a dados linguísticos e históricos. No segundo volume da obra *As ciências do léxico*, de 2004, a linguista publicou um modelo pioneiro de ficha, que viria a ser utilizado em grande parte dos estudos toponímicos brasileiros, principalmente naqueles voltados a projetos que visem à criação de atlas toponímicos regionais ou que pretendam colaborar com o macroprojeto idealizado pela professora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick: o Atlas Toponímico do Brasil.

Os elementos essenciais constantes na primeira versão publicada da ficha lexicográfico-toponímica podem ser observados no Quadro 1.

Quadro 1 – Ficha lexicográfico-toponímica (Dick)

Localização – Município:		
Topônimo:	A.G.:	Taxionomia:
Etimologia:		
Entrada Lexical:		
Estrutura Morfológica:		
Histórico:		
Informações Enciclopédicas:		
Contexto:		
Fonte:		
Pesquisador:	Revisor:	
Data de coleta:		

Fonte: Dick (2004, p. 130).

No ano de 2006, em sua tese de doutorado, ao estudar os topônimos de origem indígena do estado do Tocantins, Andrade¹⁰ apresentou seu próprio modelo de ficha de análise, seguindo os padrões propostos por Dick (2004). Observam-se, porém, algumas mudanças, relacionadas principalmente ao modo como a ficha é organizada. Nota-se, também, que “A.G.” (acidente geográfico) deu espaço a “AH” (acidente humano)¹¹, como é possível visualizar no Quadro 2.

Quadro 2 – Ficha lexicográfico-toponímica (Andrade)

Município:	
Localização:	
Topônimo:	
AH:	Taxionomia:
Etimologia:	
Entrada lexical:	
Estrutura morfológica:	
Histórico:	
Informações enciclopédicas:	
Contexto:	
Fonte:	
Pesquisadora:	
Revisora:	
Data da coleta:	

¹⁰ Constata-se que, por estar disponível em plataforma *online* – no *site* da Biblioteca Digital da USP –, o modelo de ficha utilizado por Andrade (2006) popularizou-se nos estudos toponímicos brasileiros. É importante destacar, também, que Karylleila dos Santos Andrade foi orientada, em seu projeto de doutorado, por Dick.

¹¹ Acidentes geográficos podem ser entendidos como aqueles em que não há a interferência do homem, como, por exemplo, uma montanha ou um rio. Já acidentes humanos são aqueles criados a partir da intervenção humana, como, por exemplo, uma rua, um bairro, um município.

Fonte: Andrade (2006, p. 176), com base em Dick (2004).

Sobre os itens constantes em seu modelo de análise, Andrade (2006, p. 177-178) explicita que *localização/município* remete à localização geográfica do município, nesse caso, às regiões administrativas do estado do Tocantins; *topônimo* registra o nome do local em estudo; *AH* analisa o acidente humano em questão; *etimologia* trata da origem histórica do(s) vocábulo(s); *taxionomia* é a categorização do nome de acordo com a classificação elaborada por Dick (1992)¹², do ponto de vista semântico; *entrada lexical* registra o elemento de entrada do topônimo; *estrutura morfológica* é a descrição morfológica do nome, que pode ser composto por elemento específico simples, elemento específico composto ou elemento específico híbrido; *histórico* aborda registros históricos a respeito do topônimo, obtidos, na pesquisa de Andrade (2006), através de consulta ao IBGE, decretos e entrevistas; *informações enciclopédicas* compreende informações coletadas em outros materiais, como livros, dicionários e pesquisas na internet; *contexto* abarca os elementos extralinguísticos comuns entre o locutor e o interlocutor; *fonte* registra os meios pelos quais as informações foram obtidas; *pesquisadora*, *revisora* e *data da coleta* dizem respeito a quem produziu a ficha, quem revisou o material e a data em que esse processo aconteceu.

A ficha proposta por Dick (2004) também sofreu outras alterações feitas por pesquisadores que precisaram modificar alguns itens para que a análise atendesse algumas especificidades. Misturini (2014), ao analisar os bairros da cidade de Bento Gonçalves/RS, reorganiza a ficha lexicográfico-toponímica da seguinte forma:

Quadro 3 – Ficha lexicográfico-toponímica (Misturini).

Topônimo:	
Localização:	
Área de abrangência:	
AH:	Taxonomia:
Etimologia:	
Entrada lexical:	
Estrutura morfológica:	
Histórico:	
Informações enciclopédicas:	
Imagem de mapa:	Imagem de satélite:

Fonte: Misturini (2014, p. 41), com base em Dick (2004).

¹² Dick (1992) elaborou um sistema de taxes para os topônimos. Para a autora, há dois grandes grupos de classificação – os de natureza física e os de natureza antropocultural –, que se dividem em vinte e nove subcategorias. Baseados nessa proposta de categorização, outros pesquisadores deram suas contribuições para os estudos toponímicos, criando novas categorias que até então não haviam sido exploradas, como Isquerdo (1996, apud SOUSA, 2008), Lima (1998, apud SOUSA, 2008) e Francisquini (1998, apud SOUSA, 2008).

A proposta de Misturini (2014) contempla os seguintes aspectos: *topônimo*: nome do topônimo estudado; *localização*: localização geográfica do topônimo dentro da área urbana; *área de abrangência*: conjunto de ruas que compõem o bairro; *AH*: acidentes humanos, no caso em questão, apenas bairros; *taxonomia*: classificação toponímica com base na taxonomia proposta por Dick (1992); *etimologia*: registro etimológico do topônimo; *entrada lexical*: elemento linguístico de entrada do topônimo; *estrutura morfológica*: descrição morfológica do topônimo; *histórico*: registro histórico encontrado nas leis que denominam os bairros; *informações enciclopédicas*: outras informações relevantes que extrapolem os dados oficiais; *imagem de mapa*: imagem do bairro retirada do mapa oficial do município; e *imagem de satélite*: imagem do bairro capturada pelo *Google Maps*.

Como se pode observar, pesquisadores buscam adaptar a ficha às especificidades das suas pesquisas, acrescentando, eliminando e modificando algumas das entradas sugeridas por Dick (2004). Tendo isso em mente, como este estudo pretende analisar, além dos fatores inerentes à língua, a influência da cultura de imigração italiana nos nomes dos municípios da RCI, os dados elencados para a análise foram dispostos da seguinte maneira:

Quadro 4 – Proposta de ficha lexicográfico-toponímica

Município/Topônimo:		
Nome(s) anterior(es):		
Gentílico:	Código IBGE:	Fundação:
Distrito(s):		
Bandeira:	Brasão:	
Histórico:		
Informações enciclopédicas:		
Etimologia:		
Taxonomia:		
Imagem de mapa:	Foto da cidade:	
Pesquisador:		
Fontes:		

Fonte: elaboração do autor, com base em Misturini (2014).

A ficha aqui proposta é constituída pelos seguintes elementos¹³: *município/topônimo*: nome do topônimo analisado – como todos os dados estudados são nomes de municípios, optou-se por manter esses dois itens na mesma categoria; *nome(s) anterior(es)*: catalogação, quando existente, do(s) nome(s) anterior(es) do município, sejam eles oficiais ou populares – devido ao

¹³ Dados não localizados foram marcados com o símbolo “Ø”.

caráter histórico deste trabalho, considerou-se importante o acréscimo desse item à ficha; *gentílico*: registro do adjetivo gentílico que caracteriza a pessoa que nasceu naquele local – por ser a Toponímia um estudo de base linguística, decidiu-se trabalhar com esse dado; *código IBGE*: número do município constante no *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que facilita o acesso a dados no ambiente virtual do referido Instituto; *fundação*: marcação da data de fundação da cidade, como informação importante para a disposição das fichas em ordem cronológica; *distrito(s)*: nome dos distritos vinculados ao município estudado, quando houver; *bandeira e brasão*: imagens da bandeira e do brasão, coletadas nos *sites* das prefeituras, com o propósito de verificar se há ou não influências da cultura de imigração italiana nos símbolos oficiais municipais¹⁴; *histórico*: transcrição dos decretos ou das leis que criaram e denominaram o município, retirados do *site* do IBGE¹⁵; *informações enciclopédicas*: dados históricos sobre o município, encontrados na página eletrônica de sua respectiva prefeitura ou do IBGE; *etimologia*: etimologia do topônimo, registrada a partir de consulta em dicionários etimológicos¹⁶; *taxonomia*: classificação do topônimo de acordo com a taxonomia proposta por Dick (1992); *imagem de mapa*: imagem do mapa da cidade, coletada no *site* do IBGE; *foto da cidade*: registro de uma fotografia da cidade, obtida através do *site* de sua prefeitura, que demonstre alguma relação com o nome dado ao município ou com a cultura local¹⁷; *pesquisador*: nome do pesquisador que construiu a ficha lexicográfico-toponímica (apesar de, neste caso, todas as fichas terem sido elaboradas pela mesma pessoa, considerou-se importante

¹⁴ Nem todos os *sites* das prefeituras divulgam os símbolos oficiais dos municípios (verificar Apêndice A). Por isso, entrou-se em contato, por meio de *e-mail*, com os órgãos municipais a fim de solicitar o envio das imagens faltantes (verificar Apêndice B).

¹⁵ Destaca-se que os dados contidos nos campos “histórico” e “informações enciclopédicas” são todas citações diretas. Por esse motivo, foram mantidos erros ortográficos e gramaticais, sem que fossem assinalados por “[sic]”.

¹⁶ Para tanto, foram consultados os seguintes dicionários:

- BARATA, Carlos Eduardo; BUENO, Antônio Henrique da Cunha. *Dicionário das famílias brasileiras*. São Paulo: Ibero América, 1999-2001. 2 v.
- BUENO, Francisco da Silveira. *Vocabulário tupi-guarani - português*. 4. ed. rev. e aum. São Paulo: Brasiliavros, 1986.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.
- DICIONÁRIO de latim-português e português-latim. Porto: Porto, 2005.
- GUÉRIOS, Rosário Farani Mansur. *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*: tudo o que você gostaria de saber e não lhe contaram. São Paulo: AM Edições, 1994.
- SARAIVA, F. R. dos Santos. *Novíssimo dicionário latino-português*: etimológico, prosódico, histórico, geográfico, mitológico, biográfico, etc. 10. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1993.
- TIBIRIÇA, Luíz Caldas. *Dicionário guarani português*. São Paulo: Traço, 1989.
- ZUGNO, Paulo Luiz. *Pequeno dicionário de radicais gregos*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 1996.

¹⁷ Destaca-se que, por motivos relacionados aos direitos autorais das imagens, as fotos referentes aos municípios foram coletadas exclusivamente nos *sites* das prefeituras. Com isso, houve certa restrição quanto à escolha das imagens, uma vez que, em alguns casos, a disponibilidade das fotografias era bastante restrita.

o registro desse item, uma vez que os dados aqui apresentados poderão servir de apoio a outros trabalhos); e *fontes*: referências utilizadas para a obtenção dos dados de cada ficha¹⁸.¹⁹

Nota-se que algumas informações, como *nome(s) anterior(es)*, *distrito(s)* e *fundação*, poderão estar presentes também em *histórico*; contudo, considerou-se necessária a explicitação desses itens, uma vez que eles contribuirão de forma direta para a apresentação e a análise aqui propostas.

No que tange à *taxonomia*, Dick (1992) divide, inicialmente, os topônimos em dois grandes grupos: os de natureza física (relacionados a elementos naturais; normalmente de fácil compreensão, pois são explicados pelo próprio meio ambiente) e os de natureza antropocultural (que surgiram a partir da intervenção humana; estes, muitas vezes, são opacos, ou seja, é necessário estudar a história do nome para entender melhor sua motivação).

No primeiro grupo, encontram-se os *astrotopônimos*, topônimos relativos aos corpos celestes em geral; os *cardinotopônimos*, relativos às posições geográficas em geral; os *cromotopônimos*, relativos à escala cromática; os *dimensiotopônimos*, relativos às dimensões dos acidentes geográficos; os *fitotopônimos*, relativos aos vegetais; os *geomorfotopônimos*, relativos às formas topográficas; os *hidrotopônimos*, relativos aos acidentes hidrográficos em geral; os *litotopônimos*, relativos aos minerais ou à constituição do solo; os *meteorotopônimos*, relativos aos fenômenos atmosféricos; os *morfotopônimos*, relativos às formas geométricas; e os *zootopônimos*, referentes aos animais.

O segundo grupo – taxonomias de natureza antropocultural – é constituído por *animotopônimos* (ou *nootopônimos*), topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual; *antropotopônimos*, relativos aos nomes próprios individuais; *axiotopônimos*, relativos aos títulos e dignidades que acompanham nomes próprios individuais; *corotopônimos*, relativos a nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes; *cronotopônimos*, relativos aos indicadores cronológicos representados pelos adjetivos novo(a) e velho(a); *ecotopônimos*, relativos às habitações em geral; *ergotopônimos*, relativos aos elementos da cultura material; *etnotopônimos*, relativos aos elementos étnicos; *dirrematotopônimos*, topônimos constituídos de frases ou enunciados linguísticos; *hierotopônimos*, relativos a nomes sagrados de crenças diversas, a efemérides religiosas, às associações religiosas e aos locais de culto (essa categoria subdivide-se em: *hagiotopônimos*, nomes de santos ou santas do hagiologia católico romano;

¹⁸ Os asteriscos constantes no decorrer das fichas lexicográfico-toponímicas dizem respeito às fontes utilizadas para a obtenção das informações, presentes no campo *fontes*.

¹⁹ Por sugestão da banca, o campo “estrutura morfológica” foi retirado das fichas deste trabalho. A justificativa dá-se pela incompatibilidade metodológica encontrada nos dicionários consultados, que muito frequentemente apresentavam separações morfológicas incorretas e definições de morfemas inexistentes.

mitotopônimos: entidades mitológicas); *historiotopônimos*, topônimos relativos aos movimentos de cunho histórico, a seus membros e às datas comemorativas; *hodotopônimos*, relativos às vias de comunicação urbana ou rural; *numerotopônimo*, relativos aos adjetivos numerais; *poliotopônimos*, relativos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial; *sociotopônimos*, relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro da comunidade; *somatopônimos*, topônimos relativos metaforicamente às partes do corpo humano ou animal.

Com base na classificação taxonômica elaborada por Dick (1992), outros pesquisadores da área da Toponímia propuseram novas taxes para a análise dos nomes de lugares. Isquerdo (1996, apud SOUSA, 2008), por exemplo, propõe uma subclassificação para os animotopônimos, dividindo-os entre eufóricos (os que marcam uma impressão agradável, otimista) e disfóricos (aqueles que marcam uma impressão desagradável). Lima (1998, apud SOUSA, 2008, p. 6), por sua vez, apresenta uma subdivisão para os hagiotopônimos. O autor distingue os autênticos (nomes de inspiração religiosa) dos aparentes (nomes de santos, porém com inspiração política, como, por exemplo, uma homenagem a um padre). Já Francisquini (1998, apud SOUSA, 2008, p. 6), propõe o acréscimo das seguintes taxes: acronimotopônimos (topônimos formados por siglas); estamatotopônimos (topônimos relacionados aos sentidos); grafematopônimos (topônimos formados por letras do alfabeto); hietopônimos (topônimos relativos à saúde, à higiene, ao estado de bem estar físico); necrotopônimos (topônimos relativos ao que é ou está morto, a restos mortais).

A teoria proposta por Dick (1992) torna-se bastante útil para pensar as questões motivadoras das escolhas dos nomes dos lugares. A partir da classificação taxonômica, importantes dados linguísticos e culturais são revelados, permitindo ao pesquisador que certos assuntos sejam aprofundados, a fim de melhor compreender os seus significados.

Dessa forma, a partir da apresentação da ficha lexicográfico-toponímica de cada município, realizar-se-á a análise de alguns dados, como o histórico acerca da escolha do nome e das mudanças que ocorreram na denominação do município; os nomes dos distritos vinculados à sede municipal, quando necessário; a classificação do topônimo, de acordo com a taxonomia proposta por Dick (1992); aspectos constantes nos símbolos oficiais, como brasão e bandeira; relação entre algum elemento concreto presente no município – como pórticos, estátuas, praças – e o topônimo, constante no campo “foto da cidade”; e apresentação de trabalhos anteriores que abordem aspectos relacionados ao *corpus* deste trabalho, quando aplicável. Enfim, sempre buscar-se-á verificar se há alguma relação entre os topônimos

analisados (município e distritos) e o contexto histórico e a cultura de imigração, e como esta se relaciona com outros elementos, como os símbolos oficiais, por exemplo.

Por fim, em cada capítulo será apresentado um mapa²⁰ que pretende ilustrar as mudanças que ocorreram na região no determinado período. O mapa está configurado a partir da constituição atual da RCI – ou seja, com cinquenta e oito municípios. Dessa forma, no primeiro recorte histórico, o mapa, apesar de conter todos os municípios da região, está colorido de forma que os dez primeiros municípios tomem destaque, a fim de demonstrar as futuras divisões que ocorreriam no local. Assim, será possível verificar, por exemplo, que Bento Gonçalves, Monte Belo do Sul, Santa Tereza e Pinto Bandeira estão pintados da mesma cor, o que indica que, em 1945, as áreas desses três últimos pertenciam a Bento Gonçalves, que já era município na época.

Tendo isso em vista, a presente tese será estruturada de acordo com o *corpus* selecionado. Diferentemente de outros estudos, que apresentam os dados em ordem alfabética ou de acordo com a classificação taxonômica, os nomes aqui estudados serão dispostos cronologicamente, conforme períodos históricos²¹, a partir da data de criação dos municípios, permitindo, ao mesmo tempo, um olhar direcionado e mais específico, devido à divisão dos capítulos, e uma visão mais ampla e abrangente, a fim de que se teçam as considerações sobre a história da própria região e dos nomes dos municípios que dela fazem parte. Com isso, optou-se por abrir mão da “simetria” entre os capítulos, uma vez que foi a partir da análise do *corpus* que as divisões foram criadas – fato que se reflete, também, nos títulos dos capítulos, que indicam ao leitor aspectos relacionados à gênese e ao desenvolvimento da RCI, em detrimento de blocos teóricos ou analíticos. Assim, pretende-se que dados históricos e teóricos, a apresentação e a análise das fichas lexicográfico-toponímicas perpassem todo o trabalho, buscando dinamizar e otimizar a pesquisa.

O capítulo dois abarca os anos de 1890 a 1945. Nesse período, que inclui a chegada dos primeiros imigrantes à região, ocorreu, no Brasil, a transição da monarquia para a república e a Era Vargas. Esses fatos históricos serão relacionados com os dez nomes dos municípios criados na RCI (Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Veranópolis, Antônio Prado, Garibaldi, Guaporé, Encantado, Flores da Cunha, Nova Prata e Farroupilha), a fim de verificar se estes sofreram

²⁰ Os mapas foram desenvolvidos pelo autor desta tese, a partir do *site* Mapbox. Disponível em: <<https://www.mapbox.com/>>. Acesso em: 15 set. 2017.

²¹ Os recortes históricos que guiaram a estruturação desta tese tiveram como base o texto “Período republicano teve início em 1889, com a proclamação da República pelo Marechal Deodoro”, presente no Anexo A, extraído do *site* do Governo Federal Brasileiro. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2009/11/brasil-republica>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

influências da cultura italiana e/ou do modelo político vigente na época em sua nomeação. Também serão apresentadas informações acerca dos estudos toponímicos no Brasil.

No terceiro capítulo, serão analisados os nomes dos municípios criados entre 1945 e 1964 (Casca, Marau, Arvorezinha, Muçum, Carlos Barbosa, Serafina Corrêa, Ilópolis, São Marcos, Anta Gorda e Putinga). Com o fim da Era Vargas, o Brasil entra em um período conhecido como 4ª. República. Verificar-se-á, assim, se essa mudança de forma de governo interferiu nas denominações dos municípios criados nesse momento. Serão discutidas, ainda, questões sobre a relação existente entre língua e cultura, visto que ambas participam do processo de denominação de lugares.

O quarto capítulo tem como recorte o período de 1964 a 1985 – a Ditadura Militar Brasileira. Buscar-se-á saber se há marcas desse momento histórico nas escolhas dos nomes dos novos municípios (Nova Bassano, Nova Araçá, Nova Bréscia, Paraí, Ciríaco, David Canabarro e Cotiporã) e, igualmente, se há indícios da cultura de imigração nesses topônimos. Além disso, questões identitárias serão abordadas, a fim de constatar de que forma a escolha – ou a mudança – de nomes de lugares pode estar relacionada com a identidade dos imigrantes italianos.

Finalmente, a análise segue para os anos posteriores a 1985. A democracia é instaurada e são criados novos municípios na Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul. Dessa maneira, o quinto capítulo buscará verificar, também, a presença de resquícios da cultura italiana nas denominações oficializadas no período da 6ª. República no Brasil. O grupo selecionado para essa seção é composto pelos seguintes municípios: Vanini, Nova Roma do Sul, São Jorge, Dois Lajeados, Fagundes Varela, Guabiju, São Domingos do Sul, Protásio Alves, Montauri, Vista Alegre do Prata, Vila Maria, Vila Flores, Relvado, Camargo, Nova Alvorada, Gentil, Itapuca, Monte Belo do Sul, Muliterno, Nicolau Vergueiro, Nova Pádua, Santa Tereza, Santo Antônio do Palma, São Valentim do Sul, União da Serra, Boa Vista do Sul, Doutor Ricardo, Vespasiano Corrêa, Coqueiro Baixo, Coronel Pilar e Pinto Bandeira. Buscar-se-á, ao término das análises das fichas, retomar as principais questões teóricas apresentadas nos capítulos anteriores, como as toponímicas, culturais e identitárias, a fim de refletir sobre os critérios para a escolha desses nomes e sua relação com a história regional e nacional – com vistas culturais e políticas.

Espera-se, com isso, que este trabalho, o qual analisa as denominações de cinquenta e oito municípios da RCI, visto como um embrião de um futuro Atlas Toponímico do Rio Grande do Sul, contribua para a criação do ATRS, que leve em consideração os nomes dos seus 497 municípios.

2 OS PRIMEIROS MUNICÍPIOS DA RCI (1890-1945)

Em 1870, as lutas pela unificação italiana chegavam ao fim. Contudo, os problemas socioeconômicos do país agravaram-se. De acordo com Frosi e Mioranza (2009), no Norte, principalmente, havia regiões subdesenvolvidas, em condições decadentes. Para os autores,

uma economia tradicional e escravista, aliada à situação política de instabilidade, colocaram vênets, lombardos e trentinos numa posição em que a maior segurança adviria da opção pela saída do solo pátrio, em busca de outras terras onde os esquemas socioeconômicos vigentes não fossem tão díspares quanto na Itália. O dualismo feudal [sic] de ricos e pobres, de grandes latifundiários e subordinados não apresentava indícios de erradicação imediata. A emigração, pois, não tem sido aventureira, mas de necessidade (FROSI; MIORANZA, 2009, p. 22).

Nessa mesma época, devido ao projeto do Governo Imperial do Brasil de povoar as terras do sul do país²², houve uma grande oportunidade para os italianos que buscavam melhores condições de vida. Dentre as inúmeras razões para a saída de grandes massas populacionais da Itália, Caprara e Luchese (2005, p. 14) destacam a miséria, a fome, a falta de oportunidade para a mão de obra, devido ao sistema econômico vigente (expansão do capitalismo e início da industrialização), a dificuldade de acesso à terra, as guerras e as transformações políticas decorrentes da Unificação Italiana. Ainda para as autoras, “pode-se compreender que a expansão do capitalismo [...] criou um excedente de mão-de-obra e, conseqüentemente, muitos buscaram na emigração a solução para suas dificuldades diárias e para a conquista de melhores condições de sobrevivência” (CAPRARA; LUCHESE, 2005, p. 14).

A partir de 1875, então, começaram os fluxos migratórios para o Rio Grande do Sul, principalmente das regiões do Vêneto, da Lombardia, do Trentino-Alto Ádige, da Fríuli-Venécia Júlia, do Piemonte, da Emília-Romanha, da Toscana e da Ligúria, como representado na Imagem 1. Para Frosi e Mioranza (2009, p. 32), houve, ainda, emigrantes de outras regiões que não aparecem no mapa a seguir (napolitanos, calabreses, sicilianos e sardos), que vieram para o Brasil nos períodos que sucederam às guerras mundiais, em número pouco representativo.

²² O Artigo I do Decreto 528 de 28 de junho de 1890 dispõe sobre a introdução de imigrantes ao Brasil. Nele, lê-se que “é inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos individuos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas”. Observa-se, dessa forma, uma ideologia racista no que diz respeito ao projeto de povoação das terras do sul do país. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

Imagem 1 – Regiões mais representadas na emigração para a Região de Colonização Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul, em escala decrescente



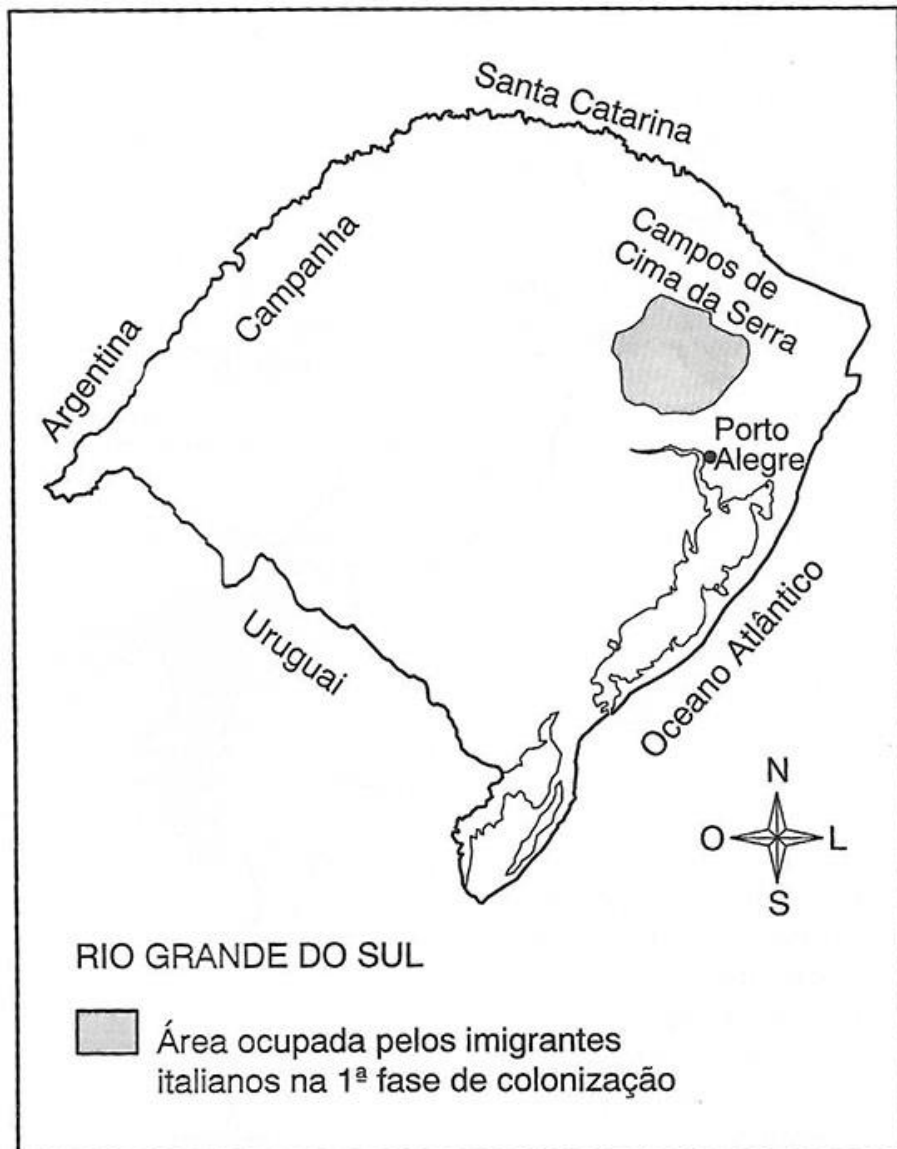
Fonte: Frosi e Mioranza (2009, p. 33).

Os subcapítulos a seguir apresentam as fichas lexicográfico-toponímicas dos primeiros municípios da RCI, a partir de sua relação com o contexto histórico da época.

2.1 A IMIGRAÇÃO ITALIANA PARA O BRASIL (1875)

No Brasil, de acordo com Frosi e Mioranza (2009), a imigração italiana envolveu, principalmente, os estados de Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande no Sul. No estado gaúcho, houve duas zonas de povoamento de áreas devolutas ou despovoadas: o Nordeste e as terras próximas à cidade de Santa Maria. No Nordeste do estado, no final do século XIX, os imigrantes ocuparam as Colônias de Caxias, Dona Isabel, Conde D'Eu (Antiga Colônia I), Antônio Prado, Alfredo Chaves (Antiga Colônia II), Guaporé e Encantado (Nova Colônia). A imagem a seguir ilustra a região de concentração de imigrantes nessa região do estado:

Imagem 2 – Área ocupada pelos imigrantes italianos na 1ª. Fase de colonização



Fonte: Panozzo (1996, p. 19).

Essas grandes colônias (Antiga Colônia I, Antiga Colônia II e Nova Colônia) foram, com o passar do tempo, desmembrando-se em municípios. Devido a esse fato e ao surgimento de novas cidades, houve a criação da Novíssima Colônia (microrregião da RCI que abarcava os municípios mais recentes à época do estudo). Dessa forma, Frosi e Mioranza (2013, p. 59) indicam que, em 1975, a Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul possuía vinte e seis municípios: Anta Gorda, Antônio Prado, Arvorezinha, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Casca, Caxias do Sul, Ciríaco, David Canabarro, Encantado, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Guaporé, Ilópolis, Marau, Muçum, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Bréscia, Nova Prata, Paraí, Putinga, São Marcos, Serafina Corrêa e Veranópolis.

O Quadro 5 apresenta, de acordo com Frosi e Mioranza (2009, p. 70), as colônias originais e seus desdobramentos em municípios:

Quadro 5 – Colônias originais e seus desdobramentos em municípios

Denominação	Colônia	Municípios em 1975
Antiga Colônia I	Barracão – (Nova Milano) Caxias Dona Isabel Conde D’Eu	Farroupilha Caxias do Sul Flores da Cunha São Marcos Bento Gonçalves Garibaldi Carlos Barbosa
Antiga Colônia II	Antônio Prado Alfredo Chaves	Antônio Prado Veranópolis Nova Prata Nova Bassano
Nova Colônia	Guaporé Encantado	Guaporé Muçum Serafina Corrêa Casca Vila Maria (distrito de Marau) Encantado Nova Bréscia
Novíssima Colônia	----- (Expansões das diversas colônias anteriores)	Paraí Nova Araçá Círiaco[sic] Davi Canabarro [sic] Marau Putinga Anta Gorda Ilópolis Arvorezinha

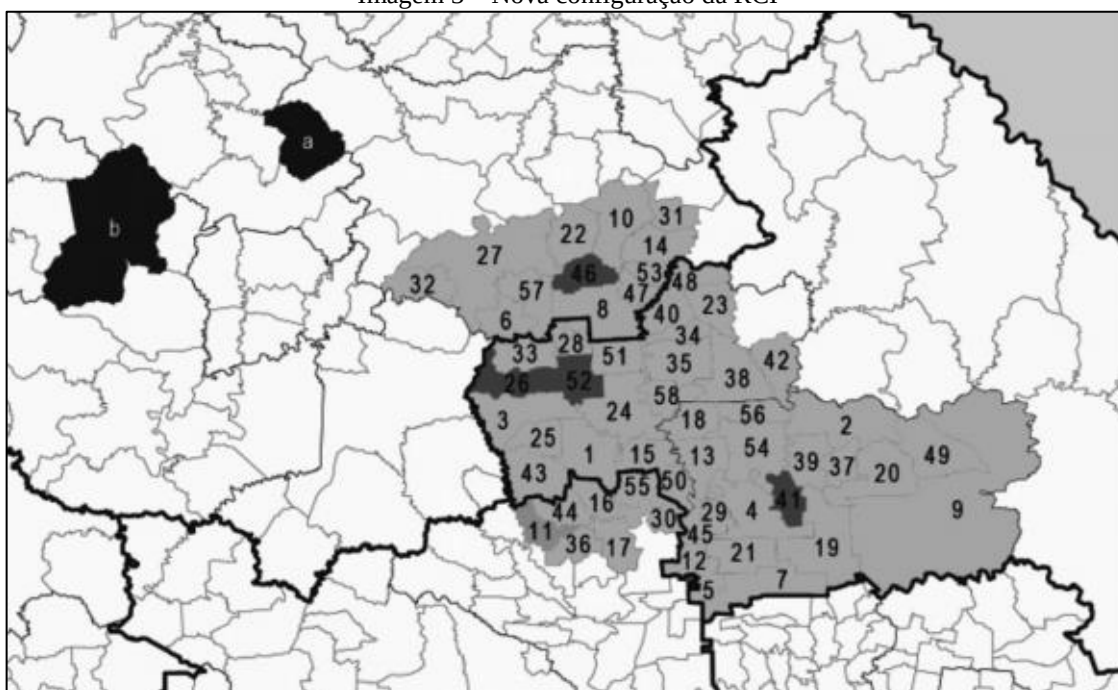
Fonte: Frosi e Mioranza (2009, p. 70).

Estudos posteriores (FROSI, 2003, p. 127-130; FROSI; MIORANZA, 2009, p. 105-106) mostram um acréscimo de vinte e nove novos municípios à região. Assim, no ano de 2001, somaram-se, aos topônimos já citados, os seguintes: Boa Vista do Sul, Camargo, Coqueiros do Sul, Coronel Pilar, Cotiporã, Dois Lajeados, Doutor Ricardo, Fagundes Varela, Gentil, Guabiju, Montauri, Monte Belo do Sul, Muliterno, Nicolau Vergueiro, Nova Alvorada, Nova Pádua, Nova Roma do Sul, Protásio Alves, Relvado, Santa Bárbara do Sul, Santa Tereza, São Domingos do Sul, São Jorge, São Valentim do Sul, Vanini, Vespasiano Corrêa, Vila Flores, Vila Maria e Vista Alegre do Prata.

Vale destacar que, na década de 1970, enquanto a RCI possuía vinte e seis municípios, o Rio Grande do Sul possuía 232²³. Cerca de trinta anos depois, no início do novo milênio, devido ao desmembramento de algumas cidades, a RCI atingiu a marca de cinquenta e cinco municípios, e o estado, 497. Logo, observa-se que o crescimento da RCI acompanhou de perto o do Rio Grande do Sul.

Tomando como base os estudos já desenvolvidos por Frosi e Mioranza (2009, 2013), apresenta-se, neste momento, a listagem atualizada de cidades pertencentes à RCI, a fim de verificar se, a partir 2001, houve ou não alguma mudança no tocante à quantidade de municípios ou de suas denominações²⁴. Os resultados estão sintetizados na imagem e no quadro a seguir:

Imagem 3 – Nova configuração da RCI



Fonte: Misturini (2016, p. 230).

Quadro 6 – Nova configuração da RCI

1	Anta Gorda	30	Muçum
2	Antônio Prado	31	Muliterno
3	Arvorezinha	32	Nicolau Vergueiro
4	Bento Gonçalves	33	Nova Alvorada
5	Boa Vista do Sul	34	Nova Araçá
6	Camargo	35	Nova Bassano

²³ Informações acerca da quantidade de municípios no RS retiradas de: TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas. Federalismo, municípios e decisões legislativas: a criação de municípios no Rio Grande do Sul. *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2005, n. 24, p. 123-148. ISSN 1678-9873.

²⁴ Parte deste estudo encontra-se publicado em: MISTURINI, Bruno. Influências da imigração italiana na toponímia Bento-Gonçalvese. In: FROSI, Vitalina Maria; MISTURINI, Bruno (Orgs.). *Imigração italiana: estudos e pesquisas*. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 225-240.

7	Carlos Barbosa	36	Nova Bréscia
8	Casca	37	Nova Pádua
9	Caxias do Sul	38	Nova Prata
10	Ciríaco	39	Nova Roma do Sul
11	<i>Coqueiro Baixo**</i>	40	Paraí
12	Coqueiros do Sul*	41	<i>Pinto Bandeira***</i>
13	Coronel Pilar	42	Protásio Alves
14	Cotiporã	43	Putinga
15	David Canabarro	44	Relvado
16	Dois Lajeados	45	Santa Bárbara do Sul*
17	Doutor Ricardo	46	Santa Tereza
18	Encantado	47	<i>Santo Antônio do Palma***</i>
19	Fagundes Varela	48	São Domingos do Sul
20	Farroupilha	49	São Jorge
21	Flores da Cunha	50	São Marcos
22	Garibaldi	51	São Valentim do Sul
23	Gentil	52	Serafina Corrêa
24	Guabiju	53	<i>União da Serra***</i>
25	Guaporé	54	Vanini
26	Ilópolis	55	Veranópolis
27	<i>Itapuca***</i>	56	Vespasiano Corrêa
28	Marau	57	Vila Flores
29	Montauri	58	Vila Maria
	Monte Belo do Sul		Vista Alegre do Prata

Fonte: Misturini (2016, p. 230-231), com informações de Frosi (2003) e Frosi e Mioranza (2009, 2013).

Ao se mapearem os municípios²⁵ que constavam na listagem de 2001, nota-se, primeiramente, que Coqueiros do Sul* e Santa Bárbara do Sul* estão localizados fora da zona de concentração das cidades que pertencem à RCI. Tal engano pode ser justificado pelo fato de haver, na região, o município de Coqueiro Baixo** e de ter existido, até o ano de 1987, o distrito de Santa Bárbara, que pertencia ao município de Guaporé e que, juntamente com os distritos de Dois Lajeados e São Valentin, deu origem ao município de Dois Lajeados, também localizado na Região de Colonização Italiana. Retifica-se, assim, que Coqueiros do Sul e Santa Bárbara do Sul são municípios gaúchos que não fazem parte da RCI. Acrescenta-se à lista, então, o município de Coqueiro Baixo, desmembrado de Nova Bréscia e Relvado, com criação no ano de 1996 e instalação em 2001.

Os municípios de Itapuca***, Pinto Bandeira***, Santo Antônio do Palma*** e União da Serra*** também não constam no estudo de 2001. Eles faziam parte dos municípios de Arvorezinha, Bento Gonçalves, Casca e Guaporé, respectivamente. Pinto Bandeira conquistou

²⁵ Todas as informações acerca dos municípios foram retiradas do site do IBGE. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

sua emancipação pela primeira vez em 1996, tendo sua instalação em 2001. Contudo, no ano de 2003, voltou a ser um distrito de Bento Gonçalves. No ano de 2010, novamente foi elevado à categoria de município, com instalação em 1º de janeiro de 2013. Já Itapuca, Santo Antônio do Palma e União da Serra emanciparam-se em 20 de março de 1992, tendo sua instalação oficial como município no primeiro dia de 1993.

Observa-se, ainda, que os municípios da chamada Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul extrapolam os limites nordestinos do estado, tomando partes das Regiões Noroeste e Centro Oriental rio-grandenses.

Assim, constata-se que, atualmente, a RCI possui cinquenta e oito municípios. Os estudos pioneiros de Frosi e Mioranza (2009, 2013) foram fundamentais para que houvesse o mapeamento e o resgate histórico feitos hoje. A RCI, como qualquer outra região, não está isenta de transformações e mudanças advindas da modernidade. Elementos históricos, geográficos, culturais e políticos atuam na configuração de diversas regiões. A partir disso, ressalta-se a importância de estudos como este, bem como da sua continuidade, antes que certos elementos acabem perdidos com o passar do tempo.

Dessa forma, de posse dos dados atualizados, é possível afirmar que a história oficial – registrada por leis e decretos – da Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul iniciou-se no final do século XIX, mais precisamente no ano de 1890, com a criação dos municípios de Caxias do Sul e Bento Gonçalves. Observa-se, também, que a história dos nomes dos municípios da referida região continua sendo escrita e reescrita, fato evidenciado com a criação do município de Pinto Bandeira, no recente ano de 2013.

Destaca-se, ainda, antes de iniciar a análise do *corpus*, a necessidade de revisitar o conceito de *região* neste trabalho. Entende-se, popularmente, que uma região se constrói por meio de fronteiras geográficas. Apesar disso, acredita-se que, na região em análise, elementos culturais – antropológicos – sobrepõem-se aos geográficos – naturais. Para Pozenato (2003, p. 149),

a idéia de região como um espaço natural talvez tenha surgido a partir de sua utilização pela Geografia. A Geografia Física circunscreve territórios em função da paisagem, como se dizia antigamente, ou seja, da Meteorologia, da Hidrologia, da Topografia, da vegetação etc. A Geografia Humana define os espaços regionais também com critérios objetivos, fornecidos pela História, pela Etnografia, pela Linguística, pela Economia, pela Sociologia. Como nem sempre esses critérios coincidem, é possível falar de região histórica, região cultural, região econômica e assim por diante, com fronteiras distintas no mesmo território físico.

O autor ainda coloca que, nessas disciplinas – com exceção da geografia –, “o espaço físico passa para um segundo plano, para privilegiar variáveis e relações de tipo humano ou social, cada uma dentro da sua perspectiva de observação: o custo, para o economista, o dialeto ou os rituais, para o etnólogo, as classes, para o sociólogo, e assim por diante” (POZENATO, 2003, p. 149). Assim, Pozenato (2003) enxerga a região como uma construção simbólica, e não mais apenas como um local determinado por fronteiras – recortes – geográficos.

Seguindo essa linha de raciocínio, Berumen (2003, p. 52) afirma que

a região, portanto, não se encontra nunca desligada da existência de uma determinada identidade cultural e que, estabelecida no território e na tradição histórica, expressa a maneira como uma comunidade se reconhece e se manifesta. Existe por meio de um sentimento de pertença que se expressa em uma identidade regional²⁶.

Com isso, passa-se a entender a Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul como um espaço construído e delimitado por meio da cultura italiana aqui estabelecida, fato que, apesar de depender de limites geográficos para delimitar sua localização, possui mais importância na compreensão e na análise do local.

Para Joachimsthaler (2009, p. 40), teórico alemão,

uma região é, portanto, ‘simplesmente’ uma condensação de espaço cultural (mais de uma pode se sobrepor em um só local) usada por indivíduos como motivo para a construção de identidades regionais, no que elas [as condensações] atribuem um sentido para a identificação de caráter identitário aos espaços.

Dessa forma, vê-se que um mesmo espaço pode ocupar diversas regiões (tendo em mente que estas são construções humanas, não naturais). Pega-se como exemplo o município de Caxias do Sul: pode-se localizá-lo na RCI, a partir de um recorte cultural; na Região Metropolitana da Serra Gaúcha²⁷, levando-se em conta, principalmente, critérios econômicos; na Região da Serra Gaúcha, dada por motivações geográficas, mas, também, turísticas; na Região Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, considerando-se sua disposição geográfica; entre outros.

²⁶ Do original: “La región, por tanto, no se encuentra nunca desligada de la existencia de una determinada identidad cultural y que, afincada en el territorio y en la tradición histórica, expresa la manera cómo una comunidad se reconoce y se manifiesta. Existe a través de un sentimiento de pertenencia que se expresa en una identidad regional.” Essa e as demais traduções de textos em espanhol e inglês nesta tese são de minha responsabilidade.

²⁷ Região criada pela Lei Complementar nº 14.293 de agosto de 2013, constituída pelos municípios de Antônio Prado, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Ipê, São Marcos, Nova Pádua, Monte Belo do Sul, Santa Teresa e Pinto Bandeira. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/LEC%2014.293.pdf>>. acesso em: 17 out. 2017.

Assim, a região, para Arendt (2012, p. 86), enfatiza “elementos de natureza humana, resultantes de sua ação temporal sobre o espaço. As fronteiras regionais, embora difíceis de serem precisadas, localizam-se no ponto em que um conjunto de valores começa a se diluir e a dar lugar a outro conjunto de valores culturais”. O autor ainda afirma “ser possível localizar em uma única região, às vezes de modo escuso, símbolos de diferentes regiões que aí se condensam” (ARENDR, 2012, p. 87). A exemplo, tem-se a cultura italiana que, na RCI, coexiste ao lado da cultura gaúcha, fazendo com que, por exemplo, um restaurante tipicamente italiano sirva, juntamente com sua variedade de massas, cortes de churrasco, com trilha sonora que intercala músicas tipicamente gauchescas e outras em língua italiana.

O quadro a seguir apresenta os municípios da RCI ordenados de maneira cronológica a partir do ano de sua fundação:

Quadro 7 – Municípios da RCI (ordem cronológica)

1890	Caxias do Sul	1987	Fagundes Varela
1890	Bento Gonçalves	1987	Guabiju
1898	Veranópolis	1987	São Domingos do Sul
1899	Antônio Prado	1987	São Jorge
1900	Garibaldi	1987	Vanini
1903	Guaporé	1988	Protásio Alves
1915	Encantado	1988	Montauri
1924	Flores da Cunha	1988	Vista Alegre do Prata
1924	Nova Prata	1988	Vila Maria
1934	Farroupilha	1988	Vila Flores
1954	Casca	1988	Relvado
1954	Marau	1988	Camargo
1959	Arvorezinha	1988	Nova Alvorada
1959	Muçum	1992	Gentil
1959	Carlos Barbosa	1992	Itapuca
1960	Serafina Corrêa	1992	Monte Belo do Sul
1963	Ilópolis	1992	Muliterno
1963	São Marcos	1992	Nicolau Vergueiro
1963	Anta Gorda	1992	Nova Pádua
1963	Putinga	1992	Santa Tereza
1964	Nova Bassano	1992	Santo Antônio do Palma
1964	Nova Araçá	1992	São Valentim do Sul
1964	Nova Bréscia	1992	União da Serra
1965	Paraí	1995	Boa Vista do Sul
1965	Ciríaco	1995	Doutor Ricardo
1965	David Canabarro	1995	Vespasiano Corrêa
1982	Cotiporã	1996	Coqueiro Baixo
1987	Nova Roma do Sul	1996	Coronel Pilar
1987	Dois Lajeados	2013	Pinto Bandeira

Fonte: elaboração do autor com base em Misturini (2016, p. 230-231).

Partindo disso, inicia-se esta análise com Caxias do Sul, primeiro município oficialmente criado na região, em 1890.

2.2 A PRIMEIRA REPÚBLICA OU REPÚBLICA VELHA (1889-1930)

Em tempo, deve-se destacar o fato de, a partir da década de 1870, a monarquia começar a apresentar sinais de fraqueza no Brasil. Para suprir a falta de mão de obra e desenvolver o país, apesar de existirem escravos negros no Brasil, foram enviados, em 1875, diversos imigrantes europeus para algumas regiões do país. Especialmente no Rio Grande do Sul, houve uma concentração bastante grande de imigrantes italianos. Estes, nos lotes que ganharam, começaram a plantar diversas variedades de frutas e legumes, com destaque especial para as videiras. Para Pesavento (1998, p. 16), na década de 1880, já era possível verificar o tipo de indústria que caracterizaria o estado gaúcho:

[...] as “indústrias naturais”, que utilizavam a matéria-prima local de origem agropecuária, com o que o Rio Grande do Sul confirmava a sua vocação de “celeiro do país”, ou seja, além de produzir para o mercado regional, o estado especializava-se no fornecimento ao mercado interno brasileiro de gêneros de subsistência, *in natura* ou beneficiados.

Pouco tempo depois, em 15 de novembro de 1889, era instituída, no Brasil, a 1ª. República. A partir daí, com a extinção da monarquia, o país tem como figura presidencial Marechal Deodoro, que governou até 23 de novembro de 1891. Nesse ano, foi promulgada a Primeira Constituição Republicana, que definia que as eleições para o posto de presidente do Brasil seriam realizadas a cada quatro anos, através de voto direto.

2.2.1 Caxias do Sul (1890)

Em meio a esse contexto, foi criado o primeiro município da RCI: Caxias do Sul, em 1890, como apresentado no Quadro 8.

Quadro 8 – Caxias do Sul (1890)

Topônimo: Caxias do Sul		
Nome(s) anterior(es): Campo dos Bugres, Colônia de Caxias, Santa Tereza de Caxias, Caxias*		
Gentílico: caxiense**	Código IBGE: 4305108**	Fundação: 20/06/1890*

Distrito(s): Criúva, Fazenda Souza, Santa Lúcia do Piaí, Vila Cristina, Vila Oliva e Vila Seca*	
Bandeira:  *	Brasão:  *
Histórico: “Elevado à categoria de vila com a denominação de Caxias, por Ato n.º 257, de 20-06-1890, desmembrado do município de São Sebastião do Caí. Sede na antiga povoação de Caxias. Constituído do distrito sede. Instalado em 24-08-1890. [...] Elevado à condição de cidade com a denominação de Caxias, pela Lei Estadual n.º 1607, de 01-06-1910. [...] Pelo Decreto-lei Estadual n.º 720, de 29-12-1944, o município de Caxias tomou a denominação de Caxias do Sul e adquiriu o município de Caí o distrito de Santa Lucia do Piaí.”**	
Informações enciclopédicas: “Embora o povoamento efetivo da região fosse iniciado em 1876, já dois séculos antes os jesuítas tinham tentado cristianizar esta zona. Por vários motivos as reduções fracassaram e os índios continuaram sua vida semi-nômade, daí o nome original de Campo dos Bugres, porque encontraram ali vestígios de antigo acampamento. Após as lutas da unificação italiana (1870) os colonos daquele país necessitavam terras para agricultura, pois os prejuízos foram enormes. Paralelamente, o Imperador D. Pedro II resolveu trazer para o Sul imigrantes italianos. Em 1875 chegaram à Porto Alegre as primeiras famílias vindas da Itália; foram levados para o antigo Porto Guimarães, hoje cidade de São Sebastião do Caí; subindo o rio Caí, chegaram ao chamado “Campo dos Bugres”. O Governo Imperial era responsável pelo transporte oceânico, divisão e distribuição dos lotes com 63 hectares de área para cada família, abertura de estradas para as novas colônias, ferramentas e sementes. Como os lotes de 63 hectares eram muito grandes, gradativamente foram reduzidos para 44, 30 e 25 hectares. Estes lotes eram pagos no prazo de 5 e 15 anos. Um ano depois, no local onde hoje está localizada a sede, estavam instalados dois mil colonos. Em 1877, como homenagem a Duque de Caxias, foi denominada ‘Colônia de Caxias’. Embora as condições geográficas fossem favoráveis, os materiais eram deficientes; mas a vontade de vencer dos colonos era superior a tudo. Em 1884 a colônia foi anexada ao Município de São Sebastião do Caí. Posteriormente, foi denominada Santa Tereza de Caxias; mais tarde, a denominação de Santa Tereza foi retirada, ficando somente como Padroeira. O Ato n.º 257 de 20 de junho de 1890 criou o novo município sob a denominação de Caxias. A origem da indústria caxiense deu-se em 1895 com a atuação de um jovem italiano, com apenas 16 anos. Abramo Eberle inicia com uma pequena funilaria. Devido ao grande desenvolvimento em 1910, recebeu ligação por via férrea e a sede foi elevada à categoria de cidade. Caxias do Sul recebeu três títulos pelo destaque que vem tendo em nosso Estado. Capital do Planalto, Metrópole do Vinho e Pérola das Colônias, o último é o que se tornou mais popular. Três municípios emanciparam-se das terras de Caxias: Flores da Cunha, Farroupilha e São Marcos.”*	
Etimologia: • Caxias: “[duque de] título nobiliárquico passado, a 23.03.1869, para um membro da família Lima e Silva (v.s.), no Rio de Janeiro. Foi, anteriormente, barão de Caxias (18.07.1841), conde de Caxias (25.03.1845), e marquês de Caxias (26.06.1852)”*** • Do: “contr. da prep. ‘de’ com o art. pron. ‘o’”.****	

• Sul: “ponto cardinal que se opõe diretamente ao norte e fica à direita do observador voltado para o este. Do anglo-saxão *sûth* (> ing. *south*), provavelmente através do a. fr. *su* (hoje *sud*)”.****

Taxonomia: historiotopônimo

Imagem de mapa:



**

Foto da cidade:



*

Pesquisador: Bruno Misturini

Fontes:

* Prefeitura Municipal de Caxias do Sul. Disponível em: <<https://www.caxias.rs.gov.br/>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

** IBGE. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430510>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

*** BARATA, Carlos Eduardo; BUENO, Antônio Henrique da Cunha. *Dicionário das famílias brasileiras*. São Paulo: Ibero América, 1999-2001. 2 v.

**** CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

Fonte: elaboração do autor.

Os dados colhidos do *site* da Prefeitura de Caxias do Sul permitem observar que a área que configuraria, posteriormente, o município teve registros de ocupação ainda no século XVII, por indígenas – fato que explica a primeira denominação dada ao local: Campo dos Bugres. É possível, nesse momento, fazer uma analogia com o descobrimento do Brasil: ainda que o país já fosse habitado por índios, os europeus chegaram e colonizaram as terras e subjugaram a população nativa, por meio da força. É possível verificar que a cultura indígena tornou-se praticamente invisível na região, que tem sua história bastante voltada à chegada dos italianos, como se, antes disso, nada houvesse²⁸.

Não muito tempo depois da chegada dos imigrantes à região, em 1877, o local conhecido como Campos dos Bugres ganhou uma nova denominação: Colônia de Caxias – nome dado em homenagem a Duque de Caxias, que desempenhou papel importante nas histórias gaúcha e

²⁸ Em várias áreas do território gaúcho – incluindo a região Nordeste – houve massacre de indígenas. Nonnenmacher (2000, p. 25) afirma que “a partir do século XIX a região sul é procurada por empresas que estão interessadas na fixação de novos contingentes migratórios. Apoiadas pelos governos provinciais, as empresas interessadas nos negócios da colonização formaram grupos de civis para exterminar os índios. Esses grupos ficaram conhecidos por ‘tropa de bugreiros’”.

nacional. De acordo com Giorgis (2011), Luís Alves de Lima e Silva foi presidente das províncias do Maranhão e do Rio Grande do Sul, além de comandante das armas, deputado e senador; participou de revoltas e guerras, dentro e fora do país; foi barão, conde, marquês e, a partir de 1869, duque. Ele passou mais de três anos envolvido com a Revolução Farroupilha – de 29 de outubro de 1842 a 23 de março de 1846 –, e, “durante o período em que esteve no sul, combatendo os farrapos, Caxias dirigiu um total de 182 ofícios a autoridades imperiais, provinciais e aos seus comandantes subordinados” (GIORGIS, 2011, p. 164).

O terceiro nome dado ao local foi Santa Tereza de Caxias, quando a colônia foi anexada ao Município de São Sebastião do Caí, em 1884. Por fim, em 1890, a antiga colônia foi elevada à categoria de município, passando a se chamar Caxias. Após esse acontecimento, Santa Tereza passou a ser a santa padroeira da cidade – dado que pode ser desconhecido por alguns moradores, já que o município tem como feriado santo municipal a data alusiva a Nossa Senhora de Caravaggio, padroeira do município de Farroupilha. Observa-se ainda que, de acordo com informações retiradas do *site* do IBGE²⁹, o município de Caxias passou a se chamar Caxias do Sul em 1944, por já existir, no estado do Maranhão, a cidade de Caxias, criada em 05 de julho de 1836³⁰.

É importante destacar que, no ano de 1941, Getúlio Vargas assinou o Decreto-Lei nº 3.599³¹, que dispunha sobre a nomenclatura das estações ferroviárias do país. No documento, lê-se:

Art. 9º O Conselho Nacional de Geografia promoverá a eliminação da duplicata dos nomes de localidades do país.

§ 1º Nas instruções que regularão a revisão do quadro territorial brasileiro, em 1943, será prevista pelo Conselho a eliminação dos nomes iguais de cidades e de vilas;

§ 2º Quanto à duplicata dos nomes de povoados e demais localidades, será eliminada mediante leis regionais, de acordo com os estudos e entendimentos que o Conselho Nacional de Geografia promoverá;

§ 3º Em a nova nomenclatura de localidades, não será lícito o uso de nomes estrangeiros, nem de pessoas, bem como os longos ou formados de mais de uma palavra.

²⁹ IBGE. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=430510&search=rio-grande-do-sul|caxias-do-sul|infograficos:-historico>>. Acesso em: 10 out. 2016.

³⁰ IBGE. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=210300&search=maranhao|caxias|infograficos:-historico>>. Acesso em: 10 out. 2016.

³¹ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3599-6-setembro-1941-413597-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 dez. 2016.

Vê-se que, com a não permissão de nomes duplicados, foi necessário o acréscimo de “do Sul” ao topônimo. Esse fato fez com que outras cidades precisassem mudar seus nomes, como será apresentado a seguir.

Dessa forma, portanto, por se tratar de um nome que faz alusão a uma figura histórica, o topônimo Caxias do Sul é classificado como historiotopônimo, de acordo com a taxonomia proposta por Dick (1992).

Ainda que não tenha exercido influência direta na escolha dos nomes do município de Caxias do Sul e de seus distritos (Criúva, Fazenda Souza, Santa Lúcia do Piaí, Vila Cristina, Vila Oliva e Vila Seca), a cultura italiana encontra-se presente nos nomes dados às suas regiões administrativas³² – Ana Rech, Desvio Rizzo, Forqueta e Galópolis.

A primeira delas leva o nome de Anna Maria Pauletti Rech que, nascida na cidade de Pedavena, resolveu, aos quarenta e oito anos, viúva e mãe de oito filhos, (re)construir sua vida na *terra della cuccagna*³³. Em 1877, Anna Rech, que já habitava a Colônia de Caxias, decidiu abrir em sua casa um pequeno comércio com hospedagem, devido ao fato de residir em uma área de rota de passagem de tropeiros. Não demorou muito e a “Casa de Anna Rech” passou a denominar não só o comércio, mas também a localidade.

Desvio Rizzo – já chamada Colônia Sertorina – era um importante local para a extração de pinheiros, mas que, justamente por esse motivo, acabou por se tornar desmatada e abandonada pelas famílias que lá moravam. Em 1889, devido à construção dos trilhos do trem, a área volta a ser habitada pela família Poloni e outras que estavam envolvidas na obra. Algum tempo depois, instalou-se aí o Matadouro Rizzo, estabelecimento fundamental para o desenvolvimento da área, porque foi responsável por fornecer energia elétrica para a população até o ano de 1948, quando o fornecimento passou a ser feito pela CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica.

O nome Forqueta, por sua vez, originou-se pelo fato de haver, no passado, na área da atual região administrativa, uma casa de comércio construída no entroncamento – que tinha forma de garfo, ou seja, *forchetta*, em italiano – da Estrada Geral com a estrada que levava aos Santos Anjos. Assim como aconteceu com a “Casa de Ana Rech” e o Matadouro Rizzo, esse local ficou conhecido como Forqueta, que passou a ser topônimo.

³² Os dados referentes às regiões administrativas de Caxias do Sul foram retirados do *site* da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul. Disponível em: <<https://www.caxias.rs.gov.br/cidade/>>. Acesso em: 19 out. 2016.

³³ As campanhas colonizadoras buscavam convencer os italianos de que o Brasil era “*il paese della cuccagna*”, ou seja, vendiam a ideia de que em solo brasileiros os colonos teriam condições de construir suas comunidades, de acordo com sua cultura de origem, melhorar sua condição econômica e prosperar. Tudo isso, é claro, em um local tão agradável, que salames dão em árvores (RADIN, 2004, p. 516).

Já Galópolis (cuja etimologia remete a “Cidade de Galó”) é uma espécie de homenagem a Ércole Galló, que, em 1907, comprou uma tinturaria que existia na localidade, fundada por imigrantes tecelões, mas que, sem sucesso comercial, viram-se forçados a se desfazer do negócio. Galló, além de proprietário da tinturaria, foi Vice-Intendente do município de Caxias do Sul entre 1914 e 1915. O local, antes de ter esse nome, era conhecido como Profondo, devido a sua localização e estrutura geográfica.

Destaca-se, pela análise, a forte influência da cultura italiana na escolha dos nomes das quatro regiões administrativas caxienses³⁴. É possível verificar, ainda, que Ana Rech, Desvio Rizzo e Forqueta foram nomes que surgiram espontaneamente. A pensão, o matadouro e o entroncamento fizeram com que essas localidades fossem conhecidas por seus nomes. Dessa forma, à época, por exemplo, se alguém dissesse que iria para Ana Rech, não significaria exclusivamente ir à “Casa de Ana Rech”, mas “às bandas de Ana Rech”.

No que diz respeito ao brasão da cidade, ainda de acordo com informações do *site* da Prefeitura Municipal³⁵, os leões constantes na imagem fazem alusão ao brasão originário do Vêneto, pertencente à Província de Veneza, na Itália. Há, ainda, a presença da data do início da colonização italiana na região (1875) e da emancipação do município (1890).

No que tange à toponímia de Caxias do Sul, encontram-se dois trabalhos realizados: *Ruas de minha cidade*: um estudo hodonímico, de Tríssia Ordovás Sartori (2010), e *A razão de nomear*: o papel da identidade étnica na denominação dos logradouros de Caxias do Sul, de Manuela Damiani Poletti da Silva (2011).

Sartori (2010) analisou os nomes das ruas centrais de Caxias do Sul, buscando verificar influências da cultura de imigração nesses nomes. À época do estudo, a cidade possuía 3664 ruas, sendo 62% dos nomes italianos, e 38% não (SARTORI, 2010, p. 49). Já a área central da cidade – foco de análise da autora por ter sido o local a receber as primeiras denominações – contava com 18 ruas, sendo 16 delas com nomes de pessoas. Contudo, apenas um hodônimo remetia à etnia italiana: Garibaldi. A autora finaliza sua análise constatando que “os italianos foram forçados a se acostumar com a nova terra brasileira e, além de não ter expressão política, também não se veriam representados ao longo dos caminhos que utilizassem, se estivessem em passagem pelas ruas centrais de Caxias do Sul” (SARTORI, 2010, p. 74).

Em *A razão de nomear*: o papel da identidade étnica na denominação dos logradouros de Caxias do Sul, Silva (2011) estudou os nomes das ruas e praças da cidade, dando atenção

³⁴ Devido à sua extensão territorial e à quantidade de habitantes, Caxias do Sul é o único município da RCI que possui regiões administrativas.

³⁵ Disponível em: <<https://www.caxias.rs.gov.br/cidade/texto.php?codigo=899>>. Acesso em: 19 out. 2016.

especial às trocas de nomes que ocorreram em alguns períodos históricos. Relacionado a isso, a autora buscou analisar o papel da identidade étnica na escolha desses nomes. Foi constatado que, nos primeiros anos da cidade, apesar da grande quantidade de imigrantes que lá viviam, poucos eram os nomes que possuíam alguma referência com a cultura de imigração. Há destaque para o período do Estado Novo e da II Segunda Guerra Mundial, em que nomes italianos foram substituídos por nomes alusivos à pátria brasileira. Tem-se como exemplo a praça Dante Alighieri, que passou a se chamar Rui Barbosa. Silva (2011) verificou que a política nacionalista da Era Vargas buscou sobrepor a identidade brasileira à italiana, fazendo com que os imigrantes perdessem traços de sua cultura – com a mudança de nomes de lugares, por exemplo – e se “adaptassem” melhor à nova terra. Somente a partir de 1960, com o desenvolvimento das empresas de Caxias do Sul, “ocorre uma explosão de denominações de ruas, praças e avenidas utilizando nomes de origem italiana” (SILVA, 2011, p. 73).

Dessa forma, observa-se que poucos foram os nomes que tiveram como referente a cultura de imigração no município. Não há registros, por exemplo, de seu nome já ter sido italiano, mesmo que popularmente. Eventos históricos ajudaram a reforçar a ideia nacionalista, fazendo com que os poucos nomes que existiam tivessem que ser trocados. Apesar disso, respingos da imigração são percebidos nos nomes das regiões administrativas de Caxias do Sul, bem como em seus símbolos municipais. Quanto aos nomes de ruas, de acordo com Silva (2011), somente a partir da década de 1960 que se pode sentir a influência que os italianos exerceram na região. No campo “foto da cidade”, do quadro, observa-se o Monumento ao Imigrante, uma homenagem a todos os imigrantes – não apenas os italianos, de acordo com dados colhidos no sítio eletrônico da prefeitura – que ajudaram a desenvolver o município. Nele, constam os dizeres: “a nação brasileira ao imigrante”.

2.2.2 Bento Gonçalves (1890)

Ainda no ano de 1890, foi fundado o município de Bento Gonçalves, como é apresentado no Quadro 9.

Quadro 9 – Bento Gonçalves (1890)

Topônimo: Bento Gonçalves
Nome(s) anterior(es): Cruzinha e Colônia Dona Isabel*

Gentílico: bento-gonçalvense**	Código IBGE: 4302105**	Fundação: 11/10/1890**
Distrito(s): Faria Lemos, São Pedro, Tuiuti ³⁶ e Vale dos Vinhedos*		
Bandeira:  *	Brasão:  *	
Histórico: “Elevado à categoria de vila com a denominação de Bento Gonçalves, pelo Ato Municipal n.º 474, de 11-10-1890, desmembrado de São João Montenegro. Sede na atual vila de Bento Gonçalves. Constituído do distrito sede.”**		
Informações enciclopédicas: “Em 1875 inicia a imigração italiana na Encosta Superior do Nordeste, originando as Colônias de Dona Isabel (hoje Bento Gonçalves), Conde D` Eu (hoje Garibaldi) e Nova Palmira (hoje Caxias do Sul). A Colônia Dona Isabel (Bento Gonçalves), criada em 1870, já era conhecida como Região da Cruzinha, devido a uma cruz rústica, cravada sobre a sepultura de um possível tropeiro ou traçador de lotes coloniais. Era época do escambo, da troca de mercadoria por mercadoria. A Colônia Dona Isabel sediava um pequeno comércio no qual os tropeiros faziam paradas para descanso. Em 24 de dezembro de 1875, os núcleos do Planalto começaram a receber novos imigrantes. Em março de 1876, o Presidente do Estado José Antonio de Azevedo Castro anunciava a existência de 348 lotes medidos e demarcados e uma população de 790 pessoas, sendo 729 italianos. Simultaneamente pioneiros oriundos do Tirol Austríaco e Vêneto chegaram à esplanada onde hoje está situada a Igreja Matriz Cristo Rei. [...] O desmembramento da Colônia Dona Isabel do município de Montenegro, foi oficializado pelo ‘Acto’ 474, de 11 de outubro de 1890, assinado por Cândido Costa, que constituiu o município de Bento Gonçalves. O nome foi dado em homenagem ao general Bento Gonçalves da Silva, chefe da Revolução Farroupilha, ocorrida no Rio Grande do Sul de 1835 a 1845.”*		
Etimologia: • Bento: “do lat. <i>Benedictus</i>”.*** • Gonçalves: “sobrenome de formação patronímica: o filho de Gonçalo. Da baixa latinidade <i>Gundisalvici</i> (de <i>Gundissalbici</i>): <i>Gundisalbiz</i> (897), <i>Gundisaluiz</i> (928), <i>Gundissalbici</i> (1026), <i>Gunsaluizi</i> (1077), <i>Gunzaluiz</i>. Gonçalo: do germ., composto de <i>gundi</i>, batalha, luta, no ant. alto al., e o segundo elemento, <i>salo</i>, escuro em ant. alto al. – cego pela luta”.****		
Taxonomia: historiотopônimo		
Imagem de mapa:	Foto da cidade:	

³⁶ Apesar de a lei que criou o distrito, no ano de 1971, apresentar a grafia Tuiuti, o site da prefeitura da cidade traz a grafia Tuiuty. Constataram-se divergências em outros materiais consultados quanto à escrita do topônimo. Optou-se, contudo, em manter a forma encontrada na lei municipal de delimitação e denominação do distrito.

 **	 *
Pesquisador: Bruno Misturini	
Fontes: * Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves. Disponível em: < http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/ >. Acesso em: 31 mar. 2016. ** IBGE. Disponível em: < http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430210 >. Acesso em: 31 mar. 2016. *** CUNHA, Antônio Geraldo da. <i>Dicionário etimológico da língua portuguesa</i> . 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010. **** BARATA, Carlos Eduardo; BUENO, Antônio Henrique da Cunha. <i>Dicionário das famílias brasileiras</i> . São Paulo: Ibero América, 1999-2001. 2 v.	

Fonte: elaboração do autor.

Chamado de Capital Nacional do Vinho, o município de Bento Gonçalves é nacionalmente conhecido por suas vinícolas e pela sua relação com a cultura italiana. Os dados apresentados no Quadro 9 permitem verificar que os primeiros imigrantes chegaram à cidade ainda no ano de 1875; contudo, antes da década de 1870, a localidade era conhecida por Cruzinha – uma pequena cruz aí encontrada emprestou ao local esse nome.

Em 1870, ainda durante o período imperial no Brasil, Cruzinha passou a se chamar Colônia Dona Isabel – nome que homenageava Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga, a Princesa Imperial do Brasil. Caprara e Luchese (2005, p. 36) apresentam o relatório do então Presidente da Província, João Sertório, de 29 de agosto de 1870, em que consta:

[...] tendo o Governo Imperial, por Aviso do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 9 de fevereiro concedeu à Província dois territórios e quatro léguas cada um, em terras devolutas entre o Rio Caí, os campos de Vacaria e o município de Triunfo, para serem distribuídas em colônias, em 4 de abril encarreguei o engenheiro Major José Maria da Fontoura Palmeiro de proceder à medição e demarcação dos ditos territórios [...]. por ato de 24 de maio resolvi que um deles se denominasse Colônia Conde d'Eu e o outro, Colônia Princesa Dona Isabel.

Apesar de no relatório o nome dado à Colônia ter sido Princesa Dona Isabel, observa-se que apenas Dona Isabel foi utilizado posteriormente. Nota-se, ainda, que o nome foi

escolhido pelo então Presidente da Província, e que as terras foram concedidas pelo Governo Imperial. Como resposta, João Sertório batizou as colônias em homenagem ao casal imperial – Princesa Isabel e Conde d’Eu.

Já em outubro de 1890, a Colônia de Dona Isabel, que na época fazia parte do município de Montenegro, foi elevada à categoria de município e recebeu o nome de Bento Gonçalves, em uma clara referência ao General da Revolução Farroupilha. Para Bento (1992, p. 69), o soldado, devido aos seus “assinalados serviços militares”, atingiu o posto de coronel de Estado Maior na 1ª. Linha do Exército Imperial. “Na Revolução Farroupilha, foi o seu líder político militar, tendo sido eleito Presidente da República Rio-Grandense e seu segundo general, mesmo preso, no Rio” (BENTO, 1992, p. 69). Observa-se, nesse caso, assim como no anterior, que a classificação taxonômica para Bento Gonçalves é de historiotopônimo, devido ao fato de o nome estar relacionado a um vulto histórico.

Até o momento, não é possível observar indícios da cultura de imigração na escolha dos nomes da cidade. No que tange aos nomes dos distritos de Bento Gonçalves (Faria Lemos, Tuiuti, São Pedro e Vale dos Vinhedos), vê-se que o primeiro a ser criado foi Faria Lemos, no ano de 1925. Acerca da escolha do nome, Caprara e Luchese (2010a, p. 26) explicam que

no período da divisão dos lotes os engenheiros, agrimensores e demais funcionários imperiais que trabalhavam na região resolveram prestar uma homenagem ao então 2º Vice-Presidente da Província do Rio Grande do Sul – Desembargador Francisco Faria Lemos que governou no período de 1877 a 1878.

As autoras ressaltam que Faria Lemos foi o nome dado, inicialmente, a uma linha, a qual emprestou seu nome ao distrito posteriormente criado.

Tuiuti foi criado ano de 1971, após o então distrito de São Roque passar a ser um bairro da cidade (CAPRARA; LUCHESE, 2001c). O nome faz referência à Guerra do Paraguai, e, de acordo com Misturini (2014, p. 86), ainda em 1971, também foi criado o bairro Humaitá – outra alusão à guerra citada. Nesse bairro, há as ruas Humaitá, Peribebuí e Avaí, que também estão relacionadas a esse mesmo evento histórico. Não foram encontrados, contudo, indícios que justificassem a opção por esses nomes.

Já São Pedro, criado no ano de 1981, recebeu esse nome devido à existência de uma capela de mesmo nome no local. Segundo Caprara e Luchese (2001b), os primeiros imigrantes que habitavam a região possuíam uma pequena imagem de São Pedro e solicitaram a um artesão local que esculpissem uma estátua do santo. Não foram encontrados dados sobre o ano de criação

da capela, mas sabe-se que em 1900 ela precisou ser substituída por uma maior, devido ao aumento no número de frequentadores.

O quarto e último distrito bento-gonçalvesense – Vale dos Vinhedos – foi criado em 1990. Para Caprara e Luchese (2001d, p. 24), “o Vale dos Vinhedos tem uma história marcada pelo trabalho dos imigrantes e desenvolveu-se com uma das suas principais atividades econômicas: a produção vinícola”. Apesar de ser o distrito criado mais recentemente, uma de suas linhas – a Leopoldina – é uma das mais antigas da cidade; ainda na época da colônia Dona Isabel, foi aí que os primeiros imigrantes se estabeleceram. Hoje, o Vale dos Vinhedos tem fama nacional, sendo um dos principais roteiros turísticos do estado do Rio Grande do Sul.

O brasão municipal, de acordo com informações extraídas do *site* da prefeitura³⁷, recorda tanto a industrialização, a uva e o vinho, quanto o seu povo, “expresso pelo dinamismo e organização”. Observa-se, ainda, uma clara referência à bandeira do estado gaúcho e os dizeres “A capital brasileira do vinho”³⁸. A bandeira tem fundo branco, contendo ao centro o brasão; há uma faixa vermelha com a legenda “paz e trabalho”.

Sobre a toponímia do município, há dois trabalhos finalizados em nível de dissertação de mestrado: *A toponímia em Bento Gonçalves: um estudo interdisciplinar sobre os bairros da cidade*, de Bruno Misturini (2014), e *Os nomes das escolas da cidade de Bento Gonçalves: uma perspectiva onomástico-cultural*, de Elis Viviana Dal Pizzol (2014).

Misturini (2014), ao analisar os quarenta e seis nomes dos bairros da cidade, tinha como objetivo localizar indícios da cultura italiana nessas denominações. Por meio de revisão bibliográfica, visitas a entidades oficiais do município, entrevistas e construção de fichas lexicográfico-toponímicas, o autor verificou diversos aspectos relativos à cultura de formação da cidade nesses topônimos. Há diversos nomes religiosos – característica marcante dos imigrantes que, ao aportarem, encontraram na religião seu principal refúgio –, nomes relacionados à atividade vinícola, nomes que carregam consigo sobrenomes dos primeiros moradores da área, nomes em língua italiana, entre outros. O autor chega à conclusão de que as marcas culturais estão presentes na culinária, na música, nas práticas agrícolas, na arquitetura e, também, nos topônimos da cidade (MISTURINI, 2014, p. 103).

Partindo do ponto de vista de que a toponímia estuda nomes de lugares e de que escolas são lugares, Dal Pizzol (2014) pretendeu investigar a origem linguística e a importância histórica e cultural de quarenta e sete nomes de escolas públicas e privadas de Bento Gonçalves.

³⁷ Disponível em: <<http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/a-cidade/simbolos-da-cidade>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

³⁸ Nota-se, no campo “Foto da cidade”, que o pórtico do município é uma pipa, uma clara alusão à atividade vinícola. Há, também, uma igreja em formato nesse mesmo formato – a igreja São Bento.

Através do estudo, foi possível constatar que o principal fator motivacional para a escolha dos nomes das escolas são os nomes próprios de pessoas, que, para a autora, “acabam por conservar parte da história nacional, regional e local da comunidade” (DAL PIZZOL, 2014, p. 129). Dal Pizzol (2014) ainda destaca que as escolas públicas têm nomes que remetem à história – nacional, estadual ou local –, enquanto as escolas privadas preservam em suas denominações valores religiosos. Ainda é apresentado que, além de motivações históricas e religiosas, o trabalho é bastante reconhecido como valor. Há vários nomes que homenageiam professores, empresários, políticos, militares etc. Com isso, a autora constatou que, além de refletir marcas da cultura e da identidade da região, os nomes transmitem valores ideológicos e simbólicos.

Dessa forma, infere-se que, apesar de ser um dos primeiros municípios a serem criados na RCI, há pouca presença da cultura de imigração nos nomes anteriores do município e de seus distritos. No entanto, estudos recentes mostram que essa influência se faz maior em nomes de bairros e escolas, por exemplo, os quais, possivelmente, não sofriam tanto com a vigilância e censura do governo federal.

2.2.3 Veranópolis (1898)

Oito anos mais tarde, em 1898, foi fundado o município de Veranópolis, anteriormente chamado de Roça Reúna e Alfredo Chaves, como pode ser visto no Quadro 10.

Quadro 10 – Veranópolis (1898)

Topônimo: Veranópolis		
Nome(s) anterior(es): Roça Reúna, Alfredo Chaves e Benjamin Constant**		
Gentílico: veranense**	Código IBGE: 4322806**	Fundação: 15/01/1898**
Distrito(s): Ø**		
Bandeira:  *		Brasão:  *
Histórico: “Distrito criado com a denominação de Colônia Alfredo Chaves, por Decreto Estadual de 31-05-1892 e Ato Municipal de 17-08-1898, subordinado ao município de Lagoa Vermelha. Elevado à categoria de vila com a denominação de Benjamin Constant, desmembrado de Lagoa Vermelha. Sede na colônia de Alfredo Chaves. Constituído do distrito sede. Instalado em 04-03-1898. Por Decreto Estadual n.º 232, de 05-07-1892, o		

município de Benjamin Constant é extinto, passando a condição de distrito do município de Lagoa Vermelha com a denominação de Alfredo Chaves. Elevado novamente à categoria de vila com a denominação de Alfredo Chaves, por Decreto Estadual n.º 124?B, de 15-01-1898, desmembrado de Lagoa Vermelha. Sede no distrito de Alfredo Chaves. Constituído do distrito sede. Reinstalado em 15-03-1898. [...] No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o município é constituído de 3 distritos: Veranópolis (ex-Alfredo Chaves), Cotiporã (ex-Monte Veneto) e Fagundes Varela (ex-Bela Vista).”**

Informações enciclopédicas: “Veranópolis teve sua colonização iniciada em 1884, quando os primeiros imigrantes italianos aqui chegaram. Antes, já a partir de 1830, todo o território desta região pertencia ao município de Santo Antônio da Patrulha, e as freguesias mais próximas da atual cidade de Veranópolis eram Lagoa Vermelha e Vacaria. Uma única estrada ligava estas freguesias ou distritos a Santo Antônio da Patrulha. Com o tempo, os fazendeiros de Lagoa Vermelha foram abrindo picadas e penetrando na região da futura colônia Alfredo Chaves. Tomavam posse da terra das matas do rio das Antas para o cultivo de milho e extração de erva-mate. No local mais aprazível daquela gleba de terra, havia um ponto de encontro de tropeiros que, periodicamente, se aventuravam a passar por ali, com destino a Montenegro. Este lugar preferido para repouso e encontro neste longo caminho, com uma elevação rochosa e ótima vertente de água recebeu o nome de Roça Reúna. O excesso de pretendentes aos terrenos nas antigas colônias obrigou à Inspetoria Geral de Colonização a planejar e a concretizar a criação de uma nova colônia, para onde seriam encaminhados os excedentes populacionais. No local conhecido como Roça Reúna, foi instalada em 1884 a colônia Alfredo Chaves, pertencente ao município de Lagoa Vermelha. Foi após esta decisão que começaram a chegar os primeiros imigrantes italianos advindos principalmente das províncias de Treviso, Pádua, Cremona, Mântua, Belluno, Tirol e Vicenza. Pouco tempo depois, os primeiros poloneses chegavam ao município. Em 1898, passou à categoria de vila. Por existir outro município com o nome de “Alfredo Chaves”, no Espírito Santo, foi oficializado o nome Veranópolis (que significa ‘cidade veraneio’).”*

Etimologia:

- Verão: “estação do ano que sucede à [sic] primavera e antecede o outono. Do lat. *vērānum* (*tempus*).***
- Polis: “πόλις - εως (ή) = cidade”.****

Taxonomia: poliotopônimo

Imagem de mapa:



**

Foto da cidade:



*

Pesquisador: Bruno Misturini

Fontes:

* Prefeitura Municipal de Veranópolis. Disponível em:

<<http://www.veranopolis.rs.gov.br/>>. Acesso em: 18 out. 2016.

** IBGE. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=432280>>. Acesso em: 18 out. 2016.

*** CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

**** ZUGNO, Paulo Luiz. *Pequeno dicionário de radicais gregos*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 1996.

Fonte: elaboração do autor.

As informações contidas no Quadro 10 permitem verificar que a região onde está inserido o atual município de Veranópolis, antes de receber algum nome oficial, era chamada de Roça Reúna³⁹, possivelmente pelo fato de o local ser considerado, já no decorrer do século XIX, um “ponto de encontro” de tropeiros. Em 1884, a denominação popular Roça Reúna deu lugar à Alfredo Chaves – nome dado em homenagem ao Ministro Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves, responsável pela vinda dos primeiros imigrantes tirolezes –, à época, colônia criada e pertencente ao município de Lagoa Vermelha. Quinze anos mais tarde, no ano de 1898, Alfredo Chaves foi elevada à categoria de vila e, anos mais tarde, por já existir um município de mesmo nome no estado do Espírito Santo, passou a se chamar Veranópolis.

De acordo com Farina (1992), foi Mansueto Dal Pai que criou o então neologismo Veranópolis (cidade veraneio); não fosse por isso, possivelmente, a cidade chamar-se-ia Tapir (anta, em tupi-guarani, devido ao Rio das Antas que banha a localidade). Em 1943, a Associação Comercial e Industrial da cidade opta pelo atual topônimo por ser “muito mais significativo, tendo em vista a ótima situação climática e especial para veraneio, bem como o fato de não existir no país nome semelhante que possa dar origem a confusão” (FARINA, 1992, p. 153). Destaca-se que, nesse período, o Brasil encontrava-se sob grande censura do Estado Novo e, dessa forma, entende-se que o nome escolhido tenha sido um que valorizasse o próprio local – fato que ia ao encontro dos objetivos da campanha de nacionalização imposta por Vargas.

Atualmente, o município não possui nenhum distrito, mas, no passado, chegou a ter sete vinculados à sua sede. De acordo com o *site* do IBGE⁴⁰, os primeiros distritos foram criados no mesmo ano da fundação de Veranópolis. Herval foi o primeiro a ser criado, mas acabou por ser extinto. Com o tempo, surgiram os distritos de Capoeiras, Nova Bassano e Vista Alegre, que,

³⁹ Vale colocar que a grafia “Roça Reúna” (hoje, escrita sem acento agudo, devido ao Novo Acordo Ortográfico) foi encontrada em alguns materiais; contudo, tanto no *site* da Prefeitura de Veranópolis quanto no portal do IBGE, o topônimo está grafado como Roça Reúna. Por se tratar de um local frequentado por tropeiros, destaca-se que a palavra *reiuna*, possivelmente, era bastante utilizada na época, por se tratar de, conforme o dicionário Houaiss, “antiga espingarda de cano curto” ou, ainda, “botina com elástico usada por soldados”. Já “reiuno”, no mesmo dicionário, é algo “fornecido pelo Estado, esp. pelo exército, para uso dos soldados” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 2420).

⁴⁰ Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=432280&search=rio-grande-do-sul|veranopolis|infograficos:-historico>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

posteriormente, formaram o município de Nova Prata. Houve, também, os seguintes topônimos: Monte Vêneto, que deu origem à cidade de Cotiporã; Bela Vista, que se tornou o município de Fagundes Varela; e Vila Flores, que foi elevado à categoria de município, permanecendo com a mesma denominação. Nesses nomes, pode-se notar a presença da cultura italiana principalmente em Monte Vêneto (referência à região do Vêneto, de onde veio grande parte dos imigrantes que se instalaram no Rio Grande do Sul) e Nova Bassano (uma alusão à cidade italiana de Bassano Del Grappa, localizada na região vêneta).

Como se pode observar no Quadro 10, Veranópolis significa “Cidade Veraneio”. De acordo com a taxonomia proposta por Dick (1992), por haver a palavra “cidade” no topônimo, ele pode ser classificado como um poliotopônimo (nomes que contenham as palavras “cidade”, “vila” e “aldeia”, por exemplo).

A bandeira da cidade possui as cores verde, branca e amarela dispostas em três listras e, ao centro, o brasão. Neste, há diversos elementos relacionados à indústria e à atividade agrícola, como, por exemplo, um agricultor e a presença de espigas de milho, maçãs e cachos de uva. Além disso, nota-se que há uma cuia de chimarrão – símbolo gaúcho.

Dessa forma, observa-se que o atual nome da cidade não sofreu interferências da cultura de imigração, e que, apesar de não existirem mais distritos vinculados à sede municipal, houve, no final do século XIX, a intenção de homenagear um dos responsáveis pela vinda dos imigrantes ao Brasil – Alfredo Chaves. Nos antigos distritos de Veranópolis, a referência ao país de origem dos recém-chegados era bastante clara, como nos casos de Monte Vêneto e Nova Bassano. Assim, verifica-se que não há presença de indícios da cultura italiana nos itens constantes no Quadro 10.

2.2.4 Antônio Prado (1899)

O anseio por homenagear uma autoridade responsável pela vinda dos italianos para o Brasil se manteve, e, no ano de 1899, foi criado o município de Antônio Prado, como é apresentado no Quadro 11.

Quadro 11 – Antônio Prado (1899)

Topônimo: Antônio Prado		
Nome(s) anterior(es): Ø		
Gentílico: pradense*	Código IBGE: 4300802*	Fundação: 11/02/1899*
Distrito(s): Santana e 21 de Abril**		
Bandeira:		Brasão:

 **	 **
Histórico: “Em 1899, a 11 de fevereiro, o Governador do Estado, Dr. Júlio Prates de Castilhos, separou Antônio Prado de Vacaria, constituindo-o em Município autônomo, sendo sua instalação em 25 de maio do mesmo ano.”**	
Informações enciclopédicas: “Antônio Prado foi a sexta e última das chamadas ‘antigas colônias da imigração italiana’, e foi fundada em maio de 1886. A partir daí, criada a nova colônia, começaram a ser destinadas verbas públicas para abertura de estradas, construção de balsas, medição de terras, construção de barracões, transporte e acolhimento dos colonos. Apesar dos importantes acontecimentos políticos pelos quais o país passava, como a proclamação da República e a Revolução Federalista em 1893, não houve interferência no processo de implantação de imigrantes em terras devolutas e cobertas de matas da Serra do Rio das Antas. A revolução de 1893, agitando violentamente quase todos os recantos do estado, pouco podia interferir numa colônia recém-fundada, alcandorada entre paredões, sem estradas, animais de transporte e sem outros recursos econômicos, humanos e financeiros. Deixando de lado as agitações políticas que abalavam o país, a inspetoria e as comissões de medição de lotes e as de terras e colonização, prosseguiram seu patriótico trabalho de estabelecer mais de mil famílias no território do atual município de Antônio Prado. [...] Ficou estabelecido em 1885 pelo Imperador do Brasil e por outras autoridades, que durante o período de 1886/87, seria criado um núcleo de colonização na margem direita do Rio das Antas. Este núcleo não tinha nome, por isso, o Bacharel Manoel Barata Góis, engenheiro-chefe da Comissão de Medição de Lotes, sugeriu e solicitou que fosse dado à nova colônia o nome de Antônio Prado, em homenagem a Antônio da Silva Prado, fazendeiro paulista que como Ministro da Agricultura da época, promoveu a vinda dos imigrantes italianos ao Brasil, e instalou núcleos coloniais no Rio Grande do Sul.”*	
Etimologia: • Antônio: “lat. Antonius, gr. Antónios. Étimo controverso. A gens Antônia, uma família muito antiga em Roma, era de origem helênica. De fato, Plutarco afirma que os Antônios formavam uma família dos Heraclidas, descendentes de Ánton, filho de Hércules. E o gr. Ánton deriv. prov. de antéo, f. jônica, em vez de antáo: ‘opor-se, fazer frente a (Fumagalli)’. Há quem veja em Antonius abreviação (?) do n. Antistius, que parece prender-se ao lat. antistes: ‘chefe, principal, preeminente’. Outros, como Wasserzieher, prendem-no ao lat. Antius: ‘o que está na vanguarda, vanguardeiro’. E por fim há quem o faça provir do etrusco, ou pelo menos (M. – L.) o sufixo onius, usual em nomes itálicos, como Antonius, etc.”**** • Prado: “sobrenome de origem toponímica, tomado da propriedade da família. De prado, subst. Comum – campo coberto de plantas herbáceas que servem para pastagem, campo revolto, hipópromos”.****	
Taxonomia: historiopotônimo	
Imagem de mapa:	Foto da cidade:

 *	 **
Pesquisador: Bruno Misturini	
Fontes: * IBGE. Disponível em: < http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430080 >. Acesso em: 31 mar. 2016. ** Prefeitura Municipal de Antônio Prado. Disponível em: < http://www.antonioprado.com.br/index.php >. Acesso em: 31 mar. 2016. *** GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. <i>Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes: tudo o que você gostaria de saber e não lhe contaram</i> . São Paulo: AM Edições, 1994. **** BARATA, Carlos Eduardo; BUENO, Antônio Henrique da Cunha. <i>Dicionário das famílias brasileiras</i> . São Paulo: Ibero América, 1999-2001. 2 v.	

Fonte: elaboração do autor.

Como é possível observar no quadro, por ordem do Império, em 1885, foi estabelecida a criação de uma nova colônia, à margem direita do Rio das Antas, para acomodar os novos imigrantes que chegavam à região. Como a nova colônia não possuía nome, ao ser criado o município, foi sugerido que se fizesse uma homenagem a Antônio Prado, ministro que promoveu a vinda dos imigrantes para o Rio Grande do Sul.

Barbosa (1980, p. 14-15) apresenta o ofício escrito pelo engenheiro-chefe Manuel Barata Góis:

Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Escritório do Engenheiro-chefe da Comissão de medição de lotes para estabelecimento de imigrantes em Santa Teresa de Caxias, 14.5.1886.

Exmo. Sr., tenho a honra de passar às mãos de V. Exa. O incluso orçamento provável das despesas a fazer com a Comissão de medição de lotes para estabelecimento de imigrantes na nova colônia, que será fundada em terras à margem direita do rio das Antas, durante o exercício de 1886-87; e peço a V. Exa. Que se digne tomar conhecimento do referido orçamento, e providenciar acerca da sua aprovação.

Outrossim rogo a V. Exa. que solicite ao S. Exa. o sr. Ministro da Agricultura permissão para que seja denominada a nova colônia “Conselheiro Antônio Prado”, por ter no Parlamento pugnado pelos meio de desenvolver a imigração para este País, que de S. Exa. ainda se espera em prol dos interesses da colonização [...].

Antônio da Silva Prado nasceu em São Paulo, em 1840, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1929. Era formado em Direito e foi delegado (1862), vereador (1865), jornalista (1866) e agricultor e pecuarista (a partir de 1866). Foi deputado provincial de 1866 a 1869 e presidente da Cia. Paulista de Estrada de Ferro de 1872 a 1884. Presidiu a Caixa Econômica Imperial, em 1876, e a Câmara Municipal de São Paulo, em 1877. Mais uma vez, atuou como jornalista entre 1878 e 1879. Em 1881, tornou-se chefe do Partido Conservador, e, em 1884, diretor da Associação Comercial de São Paulo. Entre 1884 e 1920, foi Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, e, em 1889, foi Ministro de Estrangeiros. Nesse período, promoveu a vinda dos imigrantes italianos para o Brasil, principalmente para o Rio Grande do Sul (BARBOSA, 1980, p. 15-16).

Atualmente, o município possui dois distritos: Santana e 21 de Abril. De acordo com a Lei Municipal nº. 1.882, de 23 de março de 1999, artigo quarto, parágrafo único, “O 1º (primeiro) distrito será a cidade e dará nome ao Município e os demais terão o nome da respectiva sede, cuja categoria será a de vila”⁴¹. Dessa forma, o primeiro deles, possivelmente, esteja relacionado ao antigo povoado de Santana, na Linha Almeida; o local ficou conhecido por esse nome graças à igreja de Santa Ana, fundada por imigrantes poloneses que chegaram à região, juntamente com os italianos (BARBOSA, 1980, p. 183). Não há bibliografia acerca da escolha do nome do segundo distrito e, apesar de a data ser bastante sugestiva, não foram encontrados indícios que comprovem a relação entre o nome do distrito – antiga Linha 21 de Abril – e o dia de Tiradentes.

Sobre os símbolos oficiais de Antônio Prado, percebe-se que a bandeira possui fundo branco e tem, ao centro, o seu brasão. Neste, nota-se a presença do topônimo e de sua data de criação; a clara referência ao Rio das Antas, com os animais que lhe dão nome e o rio representados na parte inferior; na parte central, há uma bandeira da Itália, com um escudo e uma cruz desenhada, e a presença de elementos que remetem à atividade agrícola, como cachos de uva, trigos, instrumentos para o cuidado com a terra, uma abelha e uma indústria. Bem ao centro do brasão, mais uma vez, é perceptível a alusão à religião católica, por meio de uma cruz.

Apesar de o nome do município estar relacionado à figura responsável pela vinda de boa parte dos imigrantes à região, torna-se arriscado dizer que a motivação para sua escolha tenha sido, de fato, a imigração. Como já visto, havia uma tendência em homenagear vultos históricos ou políticos brasileiros, em detrimento de elementos da cultura italiana.

⁴¹ Câmara Municipal de Antônio Prado. Disponível em: <<http://cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7231&cdDiploma=19991882&NroLei=1.882&Word=distrito&Word2=>>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

2.2.5 Garibaldi (1900)

Após a virada do século, em 1900, foi fundado o município de Garibaldi, antiga Colônia Conde D'Eu, como descrito no Quadro 12.

Quadro 12 – Garibaldi (1900)

Topônimo: Garibaldi		
Nome(s) anterior(es): Conde D'Eu*		
Gentílico: garibaldense**	Código IBGE: 4308607**	Fundação: 31/10/1900**
Distrito(s): São José de Costa Real e Marcorama*		
Bandeira:  *		Brasão:  *
Histórico: “O Distrito foi criado em 26 de abril de 1884, por Lei provincial n.º 1.455. Em 31 de outubro de 1900 o Decreto estadual n.º 327 constituiu o Município, com a denominação de Garibaldi, sede na antiga Colônia Conde d'Eu e território desmembrado do de Bento Gonçalves. A instalação verificou-se a 25 de novembro do mesmo ano.”*		
Informações enciclopédicas: “O núcleo surge por ato de 24 de maio de 1870. Na data o presidente, Dr. João Sertório, cria as colônias Conde D'Eu e Dona Isabel, inaugurando um novo momento no processo de colonização e economia no estado do Rio Grande do Sul. Garibaldi intitula-se, inicialmente, Colônia Conde D'Eu, denominada assim em homenagem ao genro do imperador, casado com a Princesa Isabel. As duas colônias possuíam 32 léguas quadradas de terras devolutas. Era necessário proceder ao povoamento. A região não oferecia atrativos, pois suas terras eram acidentadas. Seria necessário investir na infra-estrutura para povoá-la. Mas como o governo não estava disposto a tanto, buscou outros recursos para torná-la habitável e cultivável. Estendeu seu foco para além do que o horizonte podia enxergar e encontrou a solução: povoar a região com europeus habituados ao mesmo clima do sul, ao frio e às dificuldades do terreno para o cultivo agrícola. A colonização da Colônia Conde D'Eu, aconteceu no final da fase imperial. Os primeiros imigrantes chegaram em 9 de julho de 1870 e eram todos prussianos (alemães). Já naquela fase, encontravam-se aqui estabelecidas algumas famílias de nacionais, indígenas ou bugres, como comumente eram identificados. Durante esse período de colonização, os alemães somente desenvolveram uma agricultura de subsistência, devido à quase inexistência de estradas que pudessem servir para o escoamento de sua produção agrícola e manufatureira. Na época, a única estrada existente, e em péssimas condições, ligava Montenegro a Conde D'Eu, passando por Maratá. Foi por essa estrada que, a partir de 1874 e 1875, começaram a chegar novas levas de imigrantes suíços, italianos, franceses, austríacos e poloneses. No entanto, o maior número de imigrantes era proveniente da Itália. A Colônia Conde D'Eu foi o primeiro núcleo de colonização na região serrana do Rio Grande do Sul. A população da Colônia, que em 1875 era de 720		

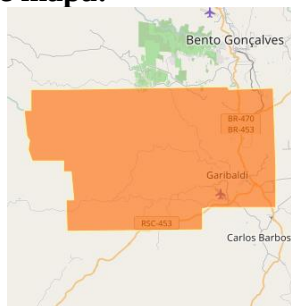
habitantes, atingiu o número de 870 pessoas em 1876. Foi a partir de 1890, com a Colônia já estabelecida, que as casas, os prédios, que hoje compõem o Centro Histórico, foram construídos. Em 31 de outubro de 1900, o governo eleva Conde D’Eu à condição de município, que passa a chamar-se de Garibaldi, em homenagem ao italiano Giuseppe Garibaldi, que participou da Revolução Farroupilha e é considerado ‘herói dos dois mundos’.”*

Etimologia:

• Garibaldi: “é de procedência germânica, de *ger*, lança, e *balt*, audaz, audaz na lança ou que no campo da batalha manuseia a lança com coragem e valentia. Formas germânicas: *Gairbalth*, *Garibald*. Latinizado em *Garibaldus*.”***

Taxonomia: historiopotônimo

Imagem de mapa:



**

Foto da cidade:



*

Pesquisador: Bruno Misturini

Fontes:

* Prefeitura Municipal de Garibaldi. Disponível em: <<http://www.garibaldi.rs.gov.br/>>. Acesso em: 18 out. 2016.

** IBGE. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430860>>. Acesso em: 18 out. 2016.

*** BARATA, Carlos Eduardo; BUENO, Antônio Henrique da Cunha. *Dicionário das famílias brasileiras*. São Paulo: Ibero América, 1999-2001. 2 v.

Fonte: elaboração do autor.

As informações contidas no Quadro 12 possibilitam verificar que o atual município de Garibaldi, no ano de 1870, quando da chegada dos primeiros imigrantes à região, chamava-se Conde D’Eu. É interessante destacar que, nesse mesmo período, também foi criada a colônia de Dona Isabel – atual município de Bento Gonçalves; a escolha pelos nomes das duas colônias, como já dito anteriormente, era uma homenagem ao casal imperial brasileiro.

Na virada do século, em 1900, a colônia de Conde D’Eu foi elevada à categoria de município e recebeu o nome de Garibaldi, em homenagem a Giuseppe Garibaldi, herói farroupilha de ascendência italiana, considerado “herói dos dois mundos”. Dessa forma, mais uma vez, tem-se um caso de historiopotônimo.

Atualmente, Garibaldi possui dois distritos: São José de Costa Real e Marcorama. O primeiro, ao que tudo indica, é uma referência ao colégio e convento São José, criado no final

do século XIX. Já Marcorama, de acordo com Clemente e Ungaretti (1993, p. 21), foi criado em 1957 com o nome de São Marcos, possivelmente pelo fato de haver no local uma capela que levava o nome desse santo; em 1966, contudo, o distrito passou a se chamar Marcorama. Dessa forma, acredita-se que em ambos os casos a motivação para a escolha dos topônimos foi religiosa.

De acordo com o *site* da prefeitura municipal⁴², é possível interpretar o brasão da cidade da seguinte forma: o escudo presente faz referência aos escudos utilizados em Portugal, evocando os colonizadores de nosso país; ao centro, flores de lis na cor ouro e um lambel de goles em vermelho remontam as armarias de Conde D’Eu, lembrando a colônia que deu origem ao município; a presença das uvas lembra a viticultura, uma das principais atividades econômicas de Garibaldi; além do topônimo, estão inscritas no brasão as datas de 1870 e 1900, sendo a primeira a criação das Colônias de Conde D’Eu e Dona Isabel, e a segunda, a data da emancipação política da cidade. A bandeira também remete à tradição portuguesa, sendo esquartelada em cruz. Duas faixas brancas separam os quartéis azuis, que representam as propriedades rurais aí existentes.

Nesse caso específico, nota-se pouca influência da cultura italiana, tanto nos nomes do município, de seus distritos, como nos seus símbolos municipais, uma vez que Garibaldi, apesar de ser “herói dos dois mundos”, está muito mais ligado à Revolução Farroupilha do que ao episódio da imigração.

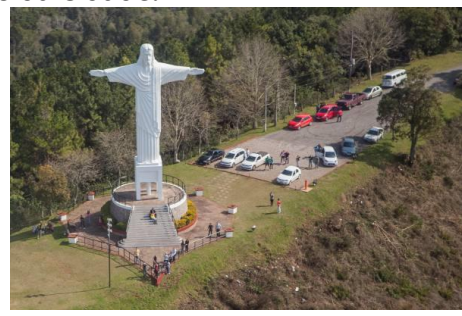
2.2.6 Guaporé (1903)

Seguindo o percurso cronológico da criação dos municípios da RCI, apresenta-se Guaporé, fichado no Quadro 13.

Quadro 13 – Guaporé (1903)

Topônimo: Guaporé		
Nome(s) anterior(es): Ø		
Gentílico: guaporense*	Código IBGE: 4309407*	Fundação: 11/12/1903*
Distrito(s): Colombo e Santo Antônio*		
Bandeira:		Brasão:

⁴² Disponível em: <<http://www.garibaldi.rs.gov.br/a-cidade/simbolos-municipais/brasao/>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

 **	 **
Histórico: “Distrito criado com a denominação de Guaporé, por Ato Municipal de 31-03-1898 e por Ato Municipal n.º 1, de 01-01-1904, subordinado aos municípios de Lageado e Passo Fundo. Elevado à categoria de município com a denominação de Guaporé, pelo Decreto Estadual n.º 664, de 11-12-1903, desmembrado de Lageado e Passo Fundo. Sede no atual distrito de Guaporé. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1904.”*	
Informações enciclopédicas: “Sabe-se que a região era ainda despovoada quando ali chegaram índios do grupo Gê, da nação Ibia ou Cainghn, e os bandeirantes Antônio Raposo Tavares, em 1636, e André Fernandes, em 1637. Entretanto, a colonização da terra iniciou somente por volta de 1800, com a chegada de famílias primitivas, que subiram o Rio Taquari e se estabeleceram onde atualmente se encontra o Município de Muçum, ex-Distrito de Guaporé. Também alemães de Montenegro vieram fixar-se no alto da povoação de Bela Vista, hoje Boa Vista. Outro caminho de penetração foi o Rio das Antas, nas vertentes do qual se instalaram imigrantes italianos de Bento Gonçalves e Garibaldi, colaborando para aumentar o povoado de Bela Vista. O maior número de imigrantes de Guaporé veio, porém, proveniente de Veranópolis, atravessando o Rio Sabia e Carreiro. O topônimo é de origem indígena e significa Vale deserto ou Vale do Sertão.”*	
Etimologia: • Guaporé: “esp. de cipó; de <i>guapó-r-é</i>, diferente de <i>guapó</i>”.***	
Taxonomia: fitotopônimo	
Imagem de mapa:  *	Foto da cidade:  **
Pesquisador: Bruno Misturini	
Fontes: * IBGE. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430940>. Acesso em: 18 out. 2016. ** Prefeitura Municipal de Guaporé. Disponível em: <http://www.guapore.rs.gov.br/>. Acesso em: 15 nov. 2016. *** TIBIRIÇA, Luíz Caldas. <i>Dicionário tupi-português</i>. São Paulo: Traço, 1984.	

Fonte: elaboração do autor.

Guaporé foi elevado à categoria de município somente em 1903, tendo sido, contudo, criado como distrito com esse nome ainda no ano de 1898. Dessa forma, ao que tudo indica, o topônimo não mudou de denominação ao longo do tempo. A palavra é de origem indígena, possivelmente herança dos primeiros habitantes da região – os índios do grupo Gê –, e significa, de acordo com o *site* do IBGE, Vale Deserto ou Vale do Sertão.

Através do estudo etimológico, constata-se que Guaporé pode ser classificado como fitotopônimo, por ser uma espécie de cipó. Chama atenção o fato de o *site* do IBGE trazer a tradução de Vale Deserto para o nome – bastante diferente da registrada por Tibiriça (1984). Optou-se, assim, nesta análise, por considerar a ocorrência dicionarizada.

O município possui dois distritos: Colombo e Santo Antônio. Este, muito provavelmente, teve seu nome influenciado pela presença de uma capela ou igreja que homenageasse o santo; quanto àquele, não foram encontradas explicações acerca do nome, contudo, constatou-se que, no município de Muçum (ex-distrito de Guaporé), há uma praça em homenagem a Cristovão Colombo, o que justificaria a fato de a escolha do nome do distrito estar vinculada à figura do navegador⁴³.

A bandeira do município possui fundo verde e branco, simbolizando o trabalho e a produção agrícola, e, ao centro, contém o brasão municipal. Neste, encontra-se presença da atividade rural, com espigas de milho, cachos de uva e maçãs. O escudo é de estilo português e remete ao descobrimento do Brasil, dando espaço a um capacete, que simboliza as atividades comerciais, e a uma meia engrenagem, que indica o setor industrial do município. Compõem o brasão, também, o nome Guaporé e os anos 1892 e 1903 – ano da criação da colônia de Guaporé e ano da criação do município de mesmo nome, respectivamente.⁴⁴

Com isso, torna-se possível verificar, mais uma vez, que a cultura de imigração não deixou seus resquícios na escolha dos nomes do município e dos distritos de Guaporé. Chama a atenção, em contrapartida, o fato de um nome de origem indígena ter resistido até os dias de hoje, sem que houvesse alguma mudança, como aconteceu em Caxias do Sul, cujo atual nome substituiu Campo dos Bugres.

2.2.7 Encantado (1915)

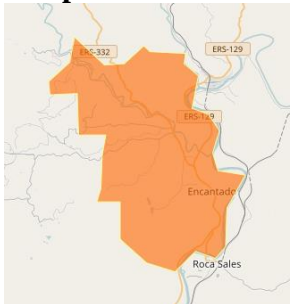
⁴³ Disponível em: <<http://www.mucum-rs.com.br/municipio/historia>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

⁴⁴ Informações retiradas do *site* da Prefeitura Municipal de Guaporé. Disponível em: <<http://www.guapore.rs.gov.br/?p=cidade>>. Acesso em: 24 dez. 2016.

A próxima ficha lexicográfico-toponímica apresentada diz respeito ao município de Encantado, criado em 31 de março de 1915, como apresentado no Quadro 14.

Quadro 14 – Encantado (1915)

Topônimo: Encantado		
Nome(s) anterior(es): Ø		
Gentílico: encantadense*	Código IBGE: 4306809*	Fundação: 31/03/1915*
Distrito(s): Valdástico*		
Bandeira:  **		Brasão:  **
Histórico: “O ato municipal n.º 6, de 5 de janeiro de 1892, criou o distrito de Encantado. O Município foi instituído em cumprimento ao Decreto estadual n.º 2133, de 31 de março de 1915 com território desmembrado dos de Lajeado e Soledade. A instalação verificou-se a 1.º de maio do mesmo ano, data em que o Ato municipal n.º 1 confirmou a criação do distrito-sede.”*		
Informações enciclopédicas: “O nome do município originou-se das suas belezas naturais, muito antes de ser colonizado, e surgiu com uma lenda de quando índios ao navegarem pelo rio ‘Tebicuarí’ (Taquari), em uma canoa, quando se encontravam nas proximidades de uma foz, avistaram um vulto branco, sem precisar exatamente a sua forma, desaparecendo como por encanto, denominando o local de ‘Encantado’. A primeira referência escrita, a respeito da denominação ‘Encantado’, aparece no livro Paroquial de Santo Amaro, número 38, folhas 540, registro 24, transcritos pelo Historiador José Alfredo Schierholt. Outras histórias e lendas sobre o nome da cidade envolvem as suas belezas naturais. Primitivamente habitado por índios tapes, gêns guaranizados, é provável que o território onde hoje se assenta o município tenha sido visitado por jesuítas espanhóis, em função da rede de reduções que estenderam em terras gaúchas, na primeira metade do século XVII. Entretanto, somente no século XIX, começou a ser procurado por imigrantes de origem italiana e francesa, pertencentes às famílias de Lucca, Preto, Bertolo, Bouvier e outras, provenientes dos vizinhos municípios de Garibaldi, Bento Gonçalves e Caxias do Sul. Iniciou-se o desbravamento de matas, com o objetivo de cultivar a terra, aproveitando-se a madeira para a construção de casas. A vigorosa agricultura nascente teve seu escoamento natural pelo Rio Taquari, fator de crescimento do lugarejo. Iniciado o comércio, seguiu-se a indústria, ainda que primária. A economia do município permitiu a construção de estradas, complementos indispensáveis às estradas estaduais e federais que surgiram. Em 31 de março de 1915, foi criado o município de Encantado. O município propiciou, por seu desmembramento, a criação de 8 novos municípios: Arroio do Meio (1934) Arvorezinha (1959), Anta Gorda (1963) (que absorveu também o distrito de Itapuça), Ilópolis e Putinga (1963) Nova Bréscia (1964), Relvado (1988) e Doutor Ricardo (1995).”*		
Etimologia: • Encantar: “enfeitiçar, seduzir, cativar. Do lat. <i>īncantāre</i> ”.***		

Taxonomia: animotopônimo	
Imagem de mapa: 	Foto da cidade: 
Pesquisador: Bruno Misturini	
Fontes: * IBGE. Disponível em: < http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430680 >. Acesso em: 18 out. 2016. ** Prefeitura Municipal de Encantado. Disponível em: < http://www.encantado-rs.com.br/ >. Acesso em: 18 out. 2016. *** CUNHA, Antônio Geraldo da. <i>Dicionário etimológico da língua portuguesa</i> . 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.	

Fonte: elaboração do autor.

Assim como Guaporé, Encantado também surgiu como distrito, ainda no ano de 1892, não havendo alterações toponímicas. Contudo, esse nome já era utilizado anteriormente, desde 1856, de acordo com informações disponíveis no *site* da prefeitura⁴⁵. Sua origem, conforme dados encontrados no mesmo *site* e do IBGE, tem explicação em uma lenda indígena, a qual conta a história de índios que presenciaram algo sobrenatural no local, que ficou conhecido, de acordo com a tradição, como Encantado, como representado na escultura constante no campo “foto da cidade”.

O único distrito do município – Valdástico – remete à cidade italiana homônima. Informações constantes no portal *online* da prefeitura registram que os primeiros imigrantes que chegaram à região chamavam-na de São Pedro de Valdástico, em homenagem à sua terra natal. Por estar em uso há mais tempo, a nomenclatura *Encantado* foi a escolhida para nomear o distrito que, posteriormente, virou município.

As cores do fundo da bandeira municipal, apesar da posição diferenciada, fazem alusão à bandeira italiana. Ao centro, no brasão, além do topônimo, da data de criação e da data de instalação do município, há escrita a frase “vencerás pelo trabalho”, posicionada logo abaixo de símbolos que destacam a atividade agrícola, principalmente. Nota-se que a importância dada pelos imigrantes ao trabalho perpetuou-se e transformou-se em um dos símbolos da cidade.

⁴⁵ Prefeitura de Encantado. Disponível em: <<http://www.encantado-rs.com.br/site/municipio.php?id=2>>. Acesso em: 26 dez. 2016.

Apesar de não ter exercido influência no nome dado à cidade, a cultura italiana foi e continua sendo muito importante para Encantado, como representado na bandeira e no brasão municipal. O nome de seu único distrito retoma a questão, mostrando a influência e a força da cultura de imigração na cidade.

2.2.8 Flores da Cunha (1924)

O próximo município criado na Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul foi Flores da Cunha, como exposto no Quadro 15.

Quadro 15 – Flores da Cunha (1924)

Topônimo: Flores da Cunha		
Nome(s) anterior(es): São Pedro e Nova Trento*		
Gentílico: florense*	Código IBGE: 4308201	Fundação: 17/05/1924*
Distrito(s): Mato Perso e Otávio Rocha*		
Bandeira:  **		Brasão:  **
Histórico: “Distrito criado com a denominação de Nova Trento, por Ato n.º 5, de 03-07-1890 e por Ato Municipal n.º 1, de 26-05-1924, subordinado ao município de Caxias. Elevado à categoria de município com a denominação de Nova Trento, pelo Decreto Estadual n.º 3.320, de 17-05-1924, desmembrado de Caxias. Sede no antigo distrito de Nova Trento. Constituído de 2 distritos: Nova Trento e Nova Pádua, ambos desmembrados de Caxias. Instalado em 24-05-1924. [...] Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, o município de Flores da Cunha é constituído de 3 distritos: Flores da Cunha, (ex-Nova Trento), Nova Pádua e Otávio da Rocha. [...] Pelo Artigo 191, de 13-05-1990, é criado o distrito de Mato Perso e anexado ao município de Flores da Cunha. Em divisão territorial datada de 2001, o município é constituído de 3 distritos: Flores da Cunha, Mato Perso e Otávio Rocha. [...] Alteração Toponímica Municipal: Nova Trento para Flores da Cunha, alterado, pelo Decreto n.º 12, de 21-12-1935.”*		
Informações enciclopédicas: “Em 1877, chegaram algumas famílias de imigrantes italianos. Entre elas podemos destacar: Soldatelli, Borghetti, Mambrini, Letti, Piardi, Grizza, Dall Conte, Carletti, Rossetto, Curra, Oldra e outras. Foram demarcadas as colônias e iniciados dois povoados com a distância de um quilômetro - São Pedro e São José. O primeiro absorveu o segundo, tornando-se a sede do município. Um ano depois, já era erguida uma Capela com a invocação de São Pedro. Os habitantes desejaram, para sua vila, um nome que relembresse a Itália. Depois de discussões foi decidido por Nova Trento. A denominação atual, Flores da		

Cunha, foi adotada em 1935, 11 anos depois da emancipação, em homenagem ao general e político que governava o estado.”*

Etimologia:

- Flores: “sobrenome de formação patronímica: de Froila ou Fruela, do qual Froiles (filho de Froila) e Floras (filho de Fruela), por corrupção, transformou-se em Flores e em Froes”.***
- Da: “contr. da prep. ‘de’ como art. pron. ‘a’”.****
- Cunha: “primitivamente alcunha. De *cunha*, subst. com. Família procedente de D. Gutierre Peláez [...], [que ganhou] a alcunha de Cunha, por quebrar com cunhas de ferro as portas de Lisboa, por onde entrou D. Afonso Henriques, a fim de toma-la [sic] aos mouros. Esta alcunha foi perpetuada, em forma de nome de família, em seus filhos e demais descendentes”.***

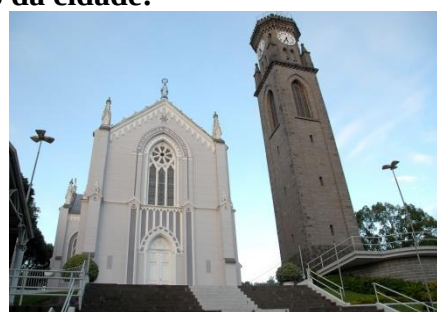
Taxonomia: historiotopônimo

Imagem de mapa:



*

Foto da cidade:



**

Pesquisador: Bruno Misturini

Fontes:

* IBGE. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430820>>. Acesso em: 18 out. 2016.

** Prefeitura Municipal de Flores da Cunha. Disponível em:

<<http://www.floresdacunha.rs.gov.br/>>. Acesso em: 18 out. 2016.

*** BARATA, Carlos Eduardo; BUENO, Antônio Henrique da Cunha. *Dicionário das famílias brasileiras*. São Paulo: Ibero América, 1999-2001. 2 v.

**** CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

Fonte: elaboração do autor.

Observa-se, nesse caso, algo bastante inusitado quanto à denominação toponímica. O primeiro nome do atual município de Flores da Cunha foi São Pedro, possivelmente escolhido pela devoção que os imigrantes tinham pelo santo. Contudo, chama atenção o fato de a capela em homenagem a São Pedro ter sido construída depois de a denominação ser adotada, e não antes, como normalmente ocorre com os topônimos que fazem referência a santos e santas do hagiológico católico romano.

Segundo informações do *site* do IBGE, não demorou muito para que os imigrantes desejassem que o nome de sua localidade os lembrasse de sua terra natal. Como a maioria deles emigrou da cidade italiana de Trento, o nome escolhido foi Nova Trento. Com isso, buscavam

fortalecer suas identidades e homenagear suas raízes. Nota-se que Nova Trento foi criado em 1890 como distrito pertencente a Caxias do Sul. Em 1924, ainda com o mesmo nome, foi elevado à categoria de município. Em 1935, contudo, durante o período da Era Vargas, houve uma alteração na denominação do município, que passou a se chamar Flores da Cunha, em homenagem ao general e político que governava o estado.

De acordo com Laytano (2001, p. 375), Flores da Cunha foi

intendente de Uruguaiana e herói das revoluções de 1923, 1924, 1925, 1926, 1930 e 1932. General Honorário do Exército Brasileiro, estudou Engenharia e formou-se em Direito no Rio de Janeiro, tendo começado o curso em S. Paulo; ficou famoso como advogado criminal e foi o acusador do assassino de Pinheiro Machado. Delegado de Polícia no Rio de Janeiro, deputado estadual, deputado federal e presidente da Câmara dos Deputados, governador do Rio Grande do Sul.

Novamente, há alusão a um personagem histórico na escolha do topônimo. Dessa forma, como já visto, Flores da Cunha pode ser classificado como um historiotopônimo (DICK, 1992).

Os dados do Quadro 15 permitem verificar que o município possui, atualmente, dois distritos: Mato Perso e Otávio Rocha. Este foi criado em 1924, ano em que Otávio Rocha passou cerca de três meses no distrito, fazendo campanha política e lutando a favor da emancipação e da criação do novo município (LAYTANO, 2001, p. 382); já aquele, criado apenas em 1990, significa “mato perdido”, em língua italiana, e manteve esse nome que provavelmente fora dado pelos imigrantes ao chegarem ao local.

Além disso, nota-se clara referência à cultura italiana nos símbolos municipais. A bandeira, que tem seu fundo muito semelhante ao da bandeira italiana, possui em seu centro o brasão do município. Nele, é possível constatar forte referência à atividade vinícola, simbolizada por meio de garrações de vinho, um barril e um cacho de uvas. Há a presença da torre da igreja localizada no centro do município (a mesma que aparece em “foto da cidade”), abaixo de uma bandeira italiana com os dizeres “Nova Trento”. Conhecida como “Terra do Galo”⁴⁶, Flores da Cunha tem o animal estampado em seu brasão.

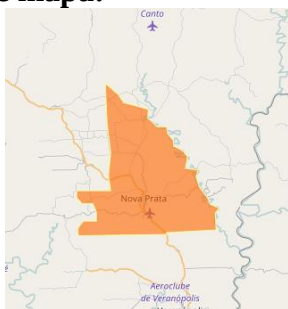
⁴⁶ De acordo com o *site* da Prefeitura Municipal de Flores da Cunha, “tal alcunha advém de um episódio ocorrido por volta do ano de 1934, quando um mágico teria passado pela cidade e prometido, durante o espetáculo, que cortaria a cabeça de um galo, e que com uma mágica, o faria cantar novamente. Porém, na hora da apresentação, o mágico, tendo entre os presentes algumas autoridades, viu-se aos apuros e fugiu deixando os presentes por algum tempo a esperá-lo de volta ao palco. O mágico nunca mais foi visto e o povo foi para casa sem compreender o que havia acontecido. Isso foi motivo de muita vergonha e deboches, advindos muitas vezes de moradores do município vizinho. Somente na década de 1960 foi possível revistar o passado e recontar a história da vergonha como uma história de graça e de alegria”. Disponível em: <<http://www.floresdacunha.rs.gov.br/conteudo/historia>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

2.2.9 Nova Prata (1924)

Quase dez anos mais tarde, em 1924, foi criado o município de Nova Prata, como apresentado no Quadro 16.

Quadro 16 – Nova Prata (1924)

Topônimo: Nova Prata		
Nome(s) anterior(es): Capoeiras e Prata*		
Gentílico: nova-pratense**	Código IBGE: 431330**	Fundação: 11/08/1924**
Distrito(s): Ø*		
Bandeira:  *		Brasão:  *
Histórico: “Em 11 de agosto de 1924 era assinado o Decreto 3352, criando o município do Prata, constituído pelos distritos de Prata (ex-Capoeiras), Nova Bassano e Vista Alegre, sendo instalado em 15 de novembro do mesmo ano, ficando excluídas as populações de Protásio Alves, Araçá e Paraí, que jamais se conformaram em não pertencer à nova comuna criada.”**		
Informações enciclopédicas: “No início, o atual município foi denominado ‘Capoeiras’. Esse nome é devido a um grande vendaval que no ano de 1850 arrasou os pinheirais existentes nas terras pertencentes à sede do município, reduzindo essa mata de araucária num verdadeiro capoeiral. A grande riqueza das terras pratenses era justamente seu enorme lençol de pinheiros que cobria uma vasta extensão de aproximadamente 500 quilômetros quadrados. A ganância pela riqueza atraiu madeireiros da capital e do interior do Estado, que instalando inúmeras serrarias transformaram o pinho em madeira aproveitada nas construções e indústrias. Todavia, deve-se ressaltar que, o colonizador italiano também dizimou muita araucária, através do fogo, a fim de dar lugar às plantações de milho, trigo e parreira. Na depressão ou vale, de forma circular, nasceria o povoado: hoje, a bela Capital Nacional do Basalto. Com o crescimento rápido de Capoeiras, sua população começou a esperar com intensidade a sua emancipação política que ocorreu em 11 de agosto de 1924, pelo Decreto número 3.351, com nome de ‘Prata’. Esse nome foi dado devido à existência do rio que atravessa a cidade, isto é, o Rio da Prata. Como já havia um município denominado Prata em Minas Gerais, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística resolveu denominar o município gaúcho de ‘Nova Prata’.”*		
Etimologia: • Novo: “moço, jovem, original, de pouco uso. Do lat. <i>nōvus-a</i>.”*** • Prata: “elemento de número atômico 47, metálico, branco, brilhante, denso, maleável e dúctil, utilizado em numerosas ligas preciosas, moeda. Do lat. vulg. <i>*platta</i>, fem. de <i>*plattus</i> plano”.***		
Taxonomia: cronotopônimo		

Imagem de mapa:

**

Foto da cidade:

*

Pesquisador: Bruno Misturini**Fontes:**

* Prefeitura Municipal de Nova Prata. Disponível em: <<http://www.novapratarars.com.br/>>. Acesso em: 19 out. 2016.

** IBGE. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431330>>. Acesso em: 19 out. 2016.

*** CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

Fonte: elaboração do autor.

O atual município de Nova Prata era chamado, no passado, de Capoeiras. O nome é bastante transparente quanto à sua motivação: devido a um vendaval no ano de 1850, a mata de araucárias que havia na região foi reduzida a um capoeiral⁴⁷. Em 1924, contudo, quando da sua emancipação política, Capoeiras passou a se chamar Prata, nome que remete ao rio de mesmo nome que atravessa a localidade. Mais uma vez, por já existir uma cidade homônima no Brasil, o topônimo foi alterado para Nova Prata.

Xerri (2004, p. 63) apresenta o decreto 3.351⁴⁸ de 11 de agosto de 1924, que “crêa o município do Prata, com o território dos 2º., 5º. e 6º. districtos de Alfredo Chaves”. No artigo primeiro do documento, lê-se que “fica elevado à categoria de município o actual território dos 2º., 5º. e 6º. districtos de Alfredo Chaves, com denominação de município do Prata, tendo por sede a villa do mesmo nome, antiga Capoeiras”. Ao se observarem os limites do municípios, nota-se que ele fica a leste do Rio da Prata, o hidrônimo que emprestou seu nome à cidade.

De acordo com o *site* da prefeitura da referida cidade, Nova Prata já chegou a ter oito distritos, além de sua sede: Nova Bassano, Vista Alegre, Paraí, Nova Araçá, Protásio Alves, São Jorge, Guabiju e Rio Branco. Porém, com o passar do tempo, como foi possível observar

⁴⁷ De acordo com o Dicionário Houaiss, por capoeira entende-se: “área de mato cuja vegetação anterior foi roçada e/ou queimada para cultivo ou outros fins, e que se está renovando” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 612).

⁴⁸ Xerri (2004) e o *site* da Prefeitura Municipal de Nova Prata apresentam o decreto que criou o município como sendo o de número 3.351; contudo, as informações contidas no *site* do IBGE abordam o documento como “Decreto 3352”. Não foram encontrados indícios sobre qual numeração seria a correta.

no Quadro 7, quase todos os distritos tornaram-se municípios, com exceção de Rio Branco, que, em 14 de dezembro de 2006, passou a ser um bairro de Nova Prata.

Quanto a sua classificação taxonômica, para Dick (1992), o topônimo em questão pode ser considerado um cronotopônimo, por possuir um indicador cronológico representado pelo adjetivo “novo” em seu nome.

Já no brasão da cidade, nota-se forte referência ao meio ambiente e à atividade agrícola, por meio da representação de uvas, milhos, araucárias, de um rio e de um instrumento relacionado ao trabalho com a terra. Na parte inferior, é possível ler o nome do município, em meio aos anos de 1884 e 1924 – data da chegada dos primeiros imigrantes à região e da criação do município de Nova Prata, respectivamente. Predominam, tanto no brasão como na bandeira, as cores verde, vermelho e branco, como na bandeira italiana.

Apesar de não haver indícios na escolha do topônimo, há forte influência da cultura italiana no brasão e na bandeira do município. O campo “foto da cidade” apresenta uma imagem do Monumento ao Imigrante, localizado na Praça da Bandeira.

2.3 A SEGUNDA E TERCEIRA REPÚBLICAS OU A ERA VARGAS (1930-1945)

Em 1930, a República Velha deu espaço à Era Vargas. Entre 1930 e 1945, o país esteve sob o governo de Getúlio Dornelles Vargas. De acordo com Bercito (1990), o gaúcho manteve-se na presidência até 1934, em caráter provisório. Nesse mesmo ano, a Constituição foi proclamada, e a sua permanência no poder, legalizada. Em 1937, contudo, iniciou-se o Estado Novo, fase ditatorial de seu governo, que durou até 1945. A fim de fortalecer o Estado, Vargas procurou incentivar o nacionalismo, o civismo e o patriotismo. A autora ainda observa que

em nome dos interesses nacionais se davam todas as realizações. Por trás da idéia de nação, a repressão, as desigualdades sociais, a dominação. Nesses idéias não se pode deixar de reconhecer uma certa semelhança com o fascismo em desenvolvimento na Europa naqueles anos. Fonte de inspiração do Estado Novo em muitos aspectos, nele também encontramos o Estado forte, o nacionalismo exacerbado, o indivíduo absorvido pela nação (BERCITO, 1990, p. 10).

Ainda nesse período, foi instaurada, no Brasil, a censura. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) era responsável por controlar quais manifestações culturais seriam aceitas e, assim, veiculadas. Além disso, os meios de comunicação eram utilizados claramente a favor do governo, que buscava difundir cada vez mais os ideais nacionalistas de Vargas. O programa de rádio *Hora do Brasil*, no ar até os dias de hoje, é uma marca desse período. Apesar de ser

favorável à imigração, Vargas tinha severas ressalvas: defendia a proibição de negros, amarelos e “outras nacionalidades consideradas indesejáveis” no Brasil (BERCITO, 1990, p. 59). Dessa forma, mesmo que a favor da entrada de imigrantes italianos no país, Vargas, a fim de atingir seu ideal de nacionalização⁴⁹, proibiu o uso de palavras estrangeiras em topônimos, fazendo com que diversos nomes de lugares tivessem que ser trocados. Além disso, a única língua permitida no país era o português, fato que causou inúmeros prejuízos à comunidade imigrante, que se viu forçada a abandonar sua língua e seus costumes, mudando sua identidade, em detrimento do ideal nacionalista de Vargas.

2.3.1 Farroupilha (1934)

Em meio a esse cenário, foi criado, em 1934, o município de Farroupilha, como pode ser observado no Quadro 17.

Quadro 17 – Farroupilha (1934)

Topônimo: Farroupilha		
Nome(s) anterior(es): Nova Milano e Nova Vicenza*		
Gentílico: farroupilhense**	Código IBGE: 430790**	Fundação: 11/12/1934*
Distrito(s): Vila Jansen, Nova Milano e Nova Sardenha*		
Bandeira:  *		Brasão:  *
Histórico: “O distrito foi criado pelo Ato municipal n.º 38, de 25 de setembro de 1902, no Município de Caxias, com o nome de Nova Milano. Quando da transferência de sua sede para a povoação de Nova Vicenza, determinada pelo Ato municipal n.º 84, de 21 de dezembro de 1917, o distrito passou a denominar-se Nova Vicenza, continuando como integrante do Município de Caxias. O Decreto estadual n.º 5.779, de 11 de dezembro de 1934, criou o Município, com território desmembrado dos de Caxias, Bento Gonçalves e Montenegro. Ao ser baixado o Decreto estadual n.º 7.199 de 31 de março de 1938, compunha-se o Município dos 4 distritos: Farroupilha (sede), Flores da Cunha (mais tarde Jansen), Nova Sardenha e Nova Milano (posteriormente Nova Milão).”**		

⁴⁹ Adiciona-se a isso o fato de o Brasil, durante a Segunda Guerra Mundial, que eclodia nesse momento histórico, estar ao lado de países que lutaram contra o eixo Alemanha, Itália e Japão. Esse episódio também contribuiu para a exclusão de nomes ítalos das localidades brasileiras (PANOZZO, 1996, p. 32).

Informações enciclopédicas: “As primeiras famílias de imigrantes chegaram na localidade que denominaram Nova Milano (atual sede do 4º distrito de Farroupilha) em maio de 1875, vindas da província de Milão, norte da Itália. [...] Segundo dados históricos, entre 1885 e 1886, na Colônia Particular Sertorina, que ficava em parte dentro do atual território farroupilhense, entre Linha Palmeiro (Bento Gonçalves) e a 1ª e 2ª Léguas (Caxias do Sul), Luis Antônio Feijó Junior, dono das terras, instalou uma comunidade habitada por imigrantes italianos trentinos e trevisanos. A localidade, que distava 8 km ao norte de Nova Milano, onde atualmente é o Bairro Nova Vicenza, tomou o nome de Linha Vicenza, e posteriormente, de Nova Vicenza. [...] Não havia ainda estradas na Colônia Particular Sertorina, sendo utilizada a estrada Caxias do Sul – Dona Isabel (Bento Gonçalves), que corria junto à linha do limite norte. Ao mesmo tempo Nova Milano também progredia, tinha cartório, padre, igreja, subintendente e grande atividade agrícola. Em 1902, esta foi elevada a categoria de 3º distrito de Caxias do Sul pelo Ato Municipal nº 38, de 25 de setembro. Em 1917, o 3º distrito de Caxias do Sul (Nova Milano) teve sua sede administrativa transferida para a estação Nova Vicenza através do Ato Municipal nº 84 de 21 de dezembro, passando a denominar-se com o nome da estação férrea. Em 1927, pelo grande desenvolvimento, foi designada como 2º distrito de Caxias do Sul. Com o progresso econômico da nova região foi inevitável que surgisse um movimento de emancipação. Os moradores queriam autonomia administrativa e política. Desta forma, em 1934, uma comitiva de 35 pessoas, lideradas por Ângelo Antonello, representando as comunidades da nova Nova Vicenza, Nova Milano, Vila Jansen e Nova Sardenha, entregou uma petição ao então interventor federal no estado José Antônio Flores da Cunha. O município de Farroupilha foi criado através do Decreto Estadual nº 5.779, de 11 de dezembro de 1934, com seu território sendo desmembrado dos municípios de Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Montenegro. O nome é em homenagem ao centenário da Revolução Farroupilha, que seria comemorado no ano seguinte.”*

Etimologia:

• Farroupilha: “indivíduo maltrapilho. Talvez seja deturpação de *farrapilha*, de *farrap(o)* + *-ilha*”.***

Taxonomia: historiotopônimo

Imagem de mapa:



**

Foto da cidade:



*

Pesquisador: Bruno Misturini

Fontes:

* Prefeitura Municipal de Farroupilha. Disponível em: <<http://farroupilha.rs.gov.br/>>. Acesso em: 19 out. 2016.

** IBGE. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430790>>. Acesso em: 19 out. 2016.

*** CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

Fonte: elaboração do autor.

Ao chegarem à localidade, em 1875, os imigrantes chamaram-na de Nova Milano, em uma clara alusão a sua identidade italiana. A criação das comunidades de Nova Vicenza e Nova Sardenha reforça essa ideia. Contudo, Nova Milano atingiu sua emancipação apenas em 1934, período marcado pela ditadura de Vargas no Brasil. Há a criação de um novo município, porém o nome escolhido foi Farroupilha, em homenagem ao centenário da revolução que aconteceria no ano seguinte.

A Era Vargas, iniciada em 1930, pouco antes da Segunda Guerra Mundial, foi marcada por intensa troca de nomes na RCI. Além de Nova Milano, que, em 1934, passou a se chamar Farroupilha, Nova Trento, que, em 1935, teve seu nome alterado para Flores da Cunha, diversos nomes de distritos e ruas sofreram mudanças⁵⁰. Além de querer reforçar a identidade nacional brasileira, buscava-se apagar indícios de culturas estrangeiras no país. Vale destacar que, durante a Segunda Guerra Mundial, a Itália não fazia parte dos países aliados do Brasil.

Bastante transparente, o nome remete à Revolução Farroupilha, sendo classificado, de acordo com a taxonomia proposta por Dick (1992), como um historiotopônimo. A Revolução Farroupilha – ou Guerra dos Farrapos – foi um dos episódios mais marcantes do estado gaúcho. Teve início no dia 20 de setembro de 1835 e supostamente buscava acabar com a exploração que o estado sofria por parte do império. Dessa forma, instigados por grandes proprietários rurais e liderados por Bento Gonçalves, soldados gaúchos e escravos lutaram pela emancipação política do Rio Grande do Sul. Fagundes (1989, p. 82, grifos do autor) apresenta o trecho de uma carta escrita pelo líder farroupilha ao império, demonstrando profundo descontentamento:

O Rio Grande é a sentinela do Brasil que olha vigilante para o Rio da Prata. Merece, pois, mais consideração e respeito. Não pode, nem deve ser oprimido por déspotas de fancaria. *Exigimos que o governo imperial nos dê um governador de nossa confiança*, que olhe pelos nossos interesses, pelo nosso progresso, pela nossa dignidade, *ou nos separaremos do centro*, e, com a espada na mão, saberemos morrer com honra ou viver com liberdade. É preciso que V.Exa. saiba, Sr. Regente, que é obra difícil, senão impossível, escravizar o Rio Grande, impondo-lhe governadores despóticos e tirânicos.

Como observado no Quadro 17, o município possui, atualmente, três distritos. De acordo com informações coletadas em Baretta (2012), Vila Jansen possui esse nome graças a Jansen Brumer, militar alemão que se destacou na época e deu nome, primeiramente, à linha Jansen que, com o tempo, foi elevada a distrito. Já Nova Milano, nome anterior de Farroupilha,

⁵⁰ Em Caxias do Sul, por exemplo, de acordo com Frosi, Faggion e Dal Corno (2010, p. 158), durante a Era Vargas, a Rua Veneza passou a se chamar Rua Olavo Bilac; a Rua Treviso, Rua Machado de Assis; a Rua Vicenza, Rua Castro Alves; e a Rua Trento, Rua José do Patrocínio.

faz referência à cidade de Milão, assim como Nova Sardenha, que remete a ilha italiana de Sardenha. De acordo com Frosi e Mioranza (2013, p. 19), “as intrigas entre os primeiros moradores levaram à comparação da localidade com a ilha de Sardenha (Itália) que, segundo a tradição popular local, os bandidos ou litigantes, na Itália, ou eram da Sardenha ou eram expedidos para lá”.

No que tange aos símbolos municipais, segundo o *site* da Prefeitura Municipal de Farroupilha⁵¹, o brasão é representado por meio de um escudo italiano – referência aos imigrantes que desenvolveram a cidade. As cores, verde, amarelo e vermelho, remetem à bandeira sul-rio-grandense. Na parte amarela, há três cachos de uva, simbolizando a atividade vinícola do município. Na parte verde, uma faixa ondulada faz referência ao Arroio Pinhal e à cascata Salto Ventoso. Já na vermelha, há o brasão farroupilha, o mesmo que está presente na bandeira do estado gaúcho. Na parte inferior, há escritos o nome e a data de emancipação do município. A bandeira retoma as cores já citadas e possui, ao centro, o brasão municipal.

Sobre a toponímia farroupilhense, há, em nível de mestrado acadêmico, o trabalho *Estudo toponímico dos bairros e distritos de Farroupilha-RS*, de Rubens Cesar Baretta. Na investigação, partindo da premissa de que o topônimo é um dos elementos que compõem a identidade de uma comunidade, o autor busca verificar a motivação para a escolha dos nomes dos bairros e dos distritos do município. A partir da análise de trinta nomes, Baretta (2012) concluiu que mais da metade do *corpus* era classificado como *historiotopônimo* ou *hagiotopônimo* (nomes de santos). Ao dividir os temas motivadores entre “etnia italiana”, “natureza”, “Brasil e história” e “evolução industrial”, foi constatado que o primeiro grupo abarca 53% dos nomes. Nota-se, dessa forma, que apesar de o município não possuir mais marcas da cultura italiana em sua denominação, o mesmo não pode ser dito em relação aos seus bairros e distritos.

A partir do exposto, apresenta-se o Quadro 18, que sintetiza as classificações e motivações para as escolhas dos nomes dos municípios criados na RCI, de 1890 a 1934:

Quadro 18 – Classificação e motivação toponímica (1890 a 1934)

Topônimo	Classificação	Motivação
Caxias do Sul	Historiotopônimo	Revolução Farroupilha
Bento Gonçalves	Historiotopônimo	Revolução Farroupilha
Veranópolis	Poliotopônimo	Fator Climático
Antônio Prado	Historiotopônimo	Imigração Italiana
Garibaldi	Historiotopônimo	Revolução Farroupilha
Guaporé	Fitotopônimo	Cultura Indígena

⁵¹ Disponível em: <<http://farroupilha.rs.gov.br/novo/simbolos-oficiais/>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

Encantado	Animotopônimo	Cultura Indígena
Flores da Cunha	Historiotopônimo	Política Estadual
Nova Prata	Cronotopônimo	Hidrografia Local
Farroupilha	Historiotopônimo	Revolução Farroupilha

Fonte: elaboração do autor.

Destaca-se que, devido ao fato de a classificação taxonômica adotada por Dick (1992) considerar, em alguns casos, apenas elementos linguísticos, considerou-se importante verificar as motivações que levaram à escolha desses topônimos.

Bento Gonçalves, Garibaldi e Farroupilha são uma referência clara e direta à famosa revolução gaúcha. O primeiro nome foi dado em homenagem ao general Bento Gonçalves da Silva, chefe da Guerra dos Farrapos; o segundo, a Giuseppe Garibaldi, que também participou do episódio e é considerado “herói dos dois mundos”, por ser um mercenário de guerra italiano que apoiou o estado do Rio Grande do Sul; e o terceiro, à revolução de mesmo nome. Há, ainda, o topônimo Caxias do Sul, que é uma menção ao Duque de Caxias, que, apesar de ser um vulto histórico nacional, teve participação na guerra mencionada. Destaca-se que todos esses nomes são classificados como historiotopônimos – categoria mais expressiva nesse recorte histórico –, por manterem relação com nomes de celebridades envolvidas em eventos históricos.

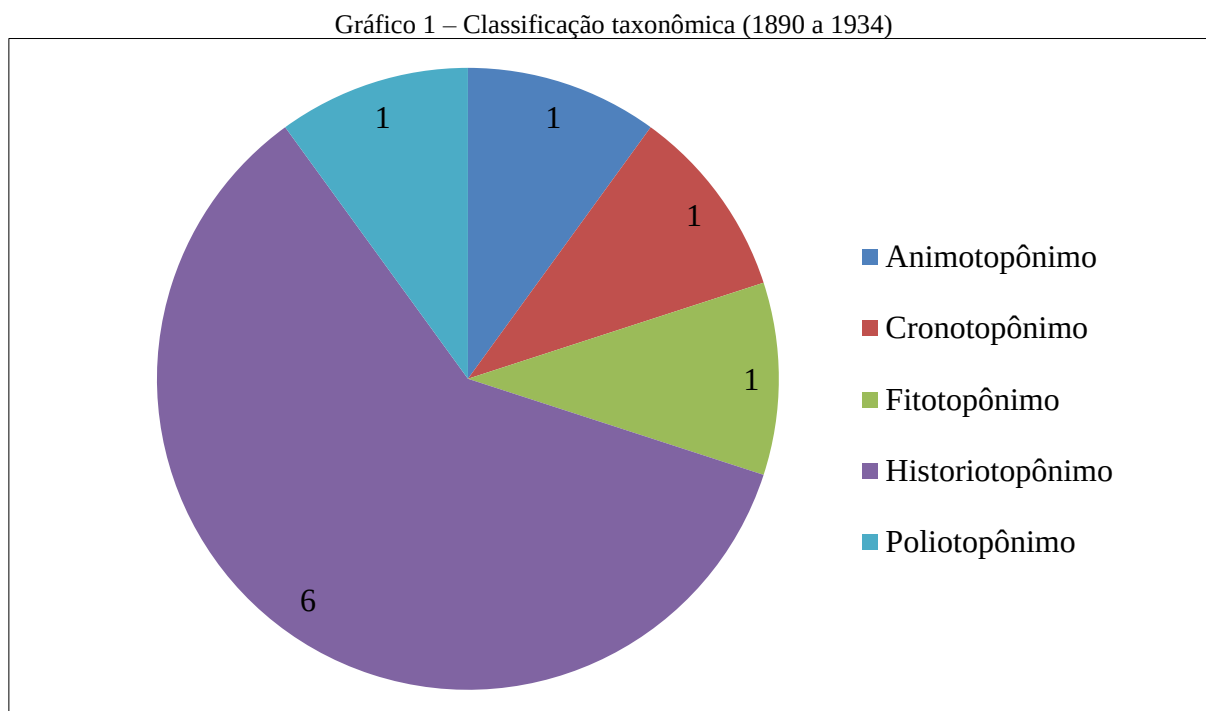
Há um poliotopônimo, que, de acordo com Dick (1992), é aquele nome de lugar que contém as palavras “cidade”, “vila”, “aldeia”, por exemplo. Nesse caso específico, a origem etimológica foi fundamental para a classificação taxonômica: Veranópolis significa “cidade veraneio”, tendo a sua situação climática como fator motivador. Existe um fitotopônimo – Guaporé⁵² –, que remete para uma espécie de cipó possivelmente existente na região. Há, ainda, um animotopônimo – Encantado – e um cronotopônimo – Nova Prata. Mais uma vez, a classificação é dada por fatores linguísticos e difere de sua real motivação. O topônimo Encantado, apesar de sua taxonomia ser alusiva à vida psíquica ou à cultura espiritual (DICK, 1900), está relacionado a uma lenda indígena, como exposto no Quadro 14. Já Nova Prata, considerado um cronotopônimo, por ter a palavra “novo” em seu nome, possui como motivador principal o Rio do Prata, que emprestou seu nome ao município.

Destaca-se que, apesar de não ter exercido influência direta nos atuais nomes desses dez municípios, a cultura italiana se fez muito presente nos nomes de distritos (que sobreviveram à censura da ditadura de Vargas) e nos símbolos municipais. Como visto, os nomes das cidades eram dados em instâncias superiores por pessoas de poder, que buscavam homenagear grandes

⁵² Como visto nas análises das fichas, os índios habitavam a RCI antes da chegada dos imigrantes italianos; contudo, sua história foi praticamente apagada da região. Por haver poucos indícios da cultura indígena nessas terras, chama a atenção o fato de um nome em tupi ter virado denominação oficial de um município.

vultos da história da região. Dessa forma, nesses topônimos, os imigrantes não tiveram vez de expressar sua cultura e sua visão do mundo. Em alguns casos, pode-se perceber que nomes da “microtoponímia” (relacionados a distritos, bairros e ruas) possuem ligação maior com a questão italiana.

O Gráfico 1 ilustra a classificação taxonômica dos dez primeiros municípios da RCI:



Fonte: elaboração do autor.

Observa-se que a classificação taxonômica proposta por Dick (1992) é bastante importante nos estudos toponímicos brasileiros, porém, em alguns casos, deixa de lado elementos importantes para o entendimento das intenções das escolhas dos nomes.

A Toponímia – ciência linguística interdisciplinar, mas de base linguística –, que tem como foco o estudo dos nomes próprios de lugares, é um dos ramos da Onomástica (que estuda os nomes próprios), juntamente com a Antroponímia, que se concentra nos nomes próprios individuais (CARVALHINHOS, 2004, p. 274). A Onomástica, por sua vez, está localizada na Lexicologia, uma das ciências do léxico. Estas, de acordo com Biderman (2001), dividem-se em três categorias: a Lexicografia, a Terminologia e a Lexicologia. A primeira tem como foco a construção de dicionários; a segunda, o estudo de termos e palavras de uma área específica do conhecimento humano (como, por exemplo, a terminologia jurídica); já a terceira estuda o léxico, ou seja, as palavras de uma língua.

No Brasil, tem-se como principal nome nos estudos toponímicos a professora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick. Como já dito, apesar de já existirem algumas poucas publicações na área⁵³, sua tese de doutoramento pode ser considerada o marco desses estudos no país. Para a estudiosa, apesar de o ato de nomear os lugares sempre ter sido uma atividade exercida pelo homem,

o aparecimento da Toponímia, como um corpo disciplinar sistematizado ocorreu na Europa, mais particularmente na França, por volta de 1878, quando Auguste Longnon introduziu os seus estudos, em caráter regular, na École Pratique des Hautes-Études e no Colégio de França. Do curso então ministrado, seus alunos publicaram, postumamente, após 1912, a obra que se chamou *Les noms de lieu de la France*, considerada clássica para o conhecimento da nomenclatura dos lugares habitados (DICK, 1992, p. 1).

Ainda de acordo com a autora, em 1922, Albert Dauzat retomou os estudos de Longnon e, em 1938, organizou o I Congresso Internacional de Toponímia e Antroponímia, com a participação de vinte e um países, dando, assim, visibilidade global para os estudos de nomes de lugares.

Dauzat (1926, p. 7) assinala que “a toponímia, conjugada com a história, indica ou torna precisos os movimentos antigos dos povos, as migrações, as áreas de colonização, as regiões onde tal ou tal grupo linguístico deixou seus vestígios”⁵⁴. Nos nomes analisados neste capítulo, observa-se que Guaporé, palavra de origem tupi, é um exemplo que se encaixa nas ideias do autor. Não fossem as proibições do governo quanto a nomes estrangeiros, casos como Nova Trento e Nova Milano também se enquadrariam nas reflexões de Dauzat acerca de a Toponímia indicar elementos de grupos linguísticos.

Sobre isso, o pesquisador francês ainda aponta que

Os imigrantes experimentam o desejo legítimo de lembrar, nas cidades que criam, as cidades de seu país de origem. Os cartagineses haviam criado na Espanha uma ‘nova Cartago’, que os romanos chamaram ‘Cartago Nova’, hoje Cartagena. Os espanhóis, na América, transplantaram os nomes de Guadalajara, Valladolid (México), Granada (Nicarágua), Santiago (Chile), etc., e de Cartagena (Colômbia), objeto de uma segunda transplantação. Fundada pelos holandeses sob o nome de Nova Amsterdam, New York recebeu seu nome atual logo depois da tomada da cidade por parte dos ingleses. Aos imigrantes franceses se liga La Nouvelle Orléans (DAUZAT, 1926, p. 38).

⁵³ Carlos Drumond, com *Toponímia histórica* (1953), e Armando Levy Cardoso, com *Toponímia brasileira* (1961), são exemplos.

⁵⁴ A tradução de citações da obra de Dauzat (1926) foi feita pela Profa. Dra. Carmen Maria Faggion.

Observa-se que as reflexões de Dauzat (1926) aplicam-se ao contexto aqui analisado da RCI. Até 1945, observaram-se, na região, dois municípios que indicavam para as cidades de origem dos imigrantes: Nova Trento, que passou a se chamar Flores da Cunha, e Nova Milano, que teve seu nome trocado para Farroupilha. O anseio por lembrar e homenagear o país de origem, contudo, devido ao contexto político, foi silenciado para atender aos interesses da classe política dominante.

Acerca disso, Andrade (2010, p. 103) reflete que

Os estudos toponímicos, dentro do alcance pluridisciplinar de seu objeto de estudo, constituem um caminho possível para o conhecimento do *modus vivendi* das comunidades linguísticas, que ocupam ou ocuparam um determinado espaço. Quando um indivíduo ou comunidade linguística atribui um nome a um acidente humano ou físico, revelam-se aí tendências sociais, políticas, religiosas, culturais.

Foram precisamente essas tendências elencadas por Andrade (2010) que puderam ser observadas nas denominações criadas nesse período (1890-1945). O social, o político, o religioso e o cultural destacam-se e revezam-se nos nomes analisados, proporcionando acesso a elementos estritamente ligados à configuração social da época.

Como já colocado, a Toponímia é uma ciência linguística de caráter interdisciplinar. A análise, dificilmente, encerra-se na análise do nome. Precisa-se, com muita frequência, recorrer a outras áreas do conhecimento para uma melhor interpretação do nome. Destaca-se a importância da história, dos estudos culturais, da antropologia e da geografia, dentre outras disciplinas, no estudo dos nomes próprios. Acerca disso, Dick (1992, p. 15) afirma que

Uma análise toponímica pressupõe a busca de particularidades que não podem ficar apenas nas características mais evidentes apresentadas pelo nome, deve-se procurar, tanto quanto possível, ou seja, tanto quanto as fontes ou a documentação o permitirem, as origens mais remotas do denominativo.

No que tange especificamente ao signo toponímico, Andrade (2010, p. 107) enfatiza que ele “é motivado, sobretudo, pelas características físicas do local ou pelas impressões, crenças e sentimentos do denominador”. Ou seja, diferentemente do signo saussuriano, sempre haverá uma motivação que subjaz a escolha de determinado nome de lugar.

Sobre isso, Dick (1990, p. 38) esclarece que

muito embora seja o topônimo, em sua estrutura, [...] uma forma de língua, ou um significante animado por uma substância de conteúdo, da mesma maneira de todo ou qualquer outro elemento do código em questão, a funcionalidade de seu emprego adquire uma dimensão maior, marcando-o duplamente: o que era arbitrário, em termos

de língua, transforma-se, no ato do batismo de um lugar, em essencialmente motivado, não sendo exagero afirmar ser essa uma das principais características do topônimo.

Contudo, o que pode acontecer é essa escolha não ser tão clara assim para a população, o que torna o nome opaco (sem sentido aparente). Sobre isso, Carvalhinhos e Antunes (2007, p. 118) afirmam que

em países jovens como o Brasil, existem muito mais nomes de lugar transparentes, isto é, cujo significado ainda está ativo no léxico comum, que nomes opacos. A opacidade ocorre por dois motivos principais: o primeiro, mais óbvio, é por desconhecimento da língua em questão, o que leva a não decodificação ou não complementação do percurso decodificação daquele nome. No segundo motivo, o tempo e a sobreposição de camadas linguísticas concorrem para a opacidade do nome: no caso da Europa, por exemplo, existem registros de topônimos pré-romanos, ou classificados pelos especialistas como pré-romanos.

Apesar de não revelarem a cultura italiana, os nomes trocados nesse período histórico, na RCI, apontam para um fato histórico bastante marcante no Brasil: o Estado Novo. Para Dick (1990, p. 19), “a história dos nomes de lugares, em qualquer espaço físico considerado, apresenta-se como um repositório dos mais ricos e sugestivos, face à complexidade dos fatores envolventes”. Dessa forma, conjugados, topônimo e contexto histórico podem revelar dados que isolados não teriam tanta representatividade.

Segundo Isquerdo (2008, p. 36),

os topônimos confirmam a tese de que a história das palavras caminha muito próxima à história de vida do grupo que dela faz uso, razão pela qual a ação de atribuir um nome a um lugar corporifica uma soma de diversificados fatores – linguísticos, étnicos, socioculturais, históricos, ideológicos – do grupo que habita o espaço geográfico tomado como objeto de investigação.

Observa-se, dessa forma, que parte significativa dos nomes criados entre 1890 e 1934, apesar de sua ligação com a história regional, possui motivação política (Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Antônio Prado, Garibaldi, Flores da Cunha e Farroupilha). Muito mais do que referenciar episódios históricos, havia o intuito de impor a cultura local para aqueles vindos de fora do país. Seabra e Santos (2012, p. 246) acreditam que os estudos toponímicos

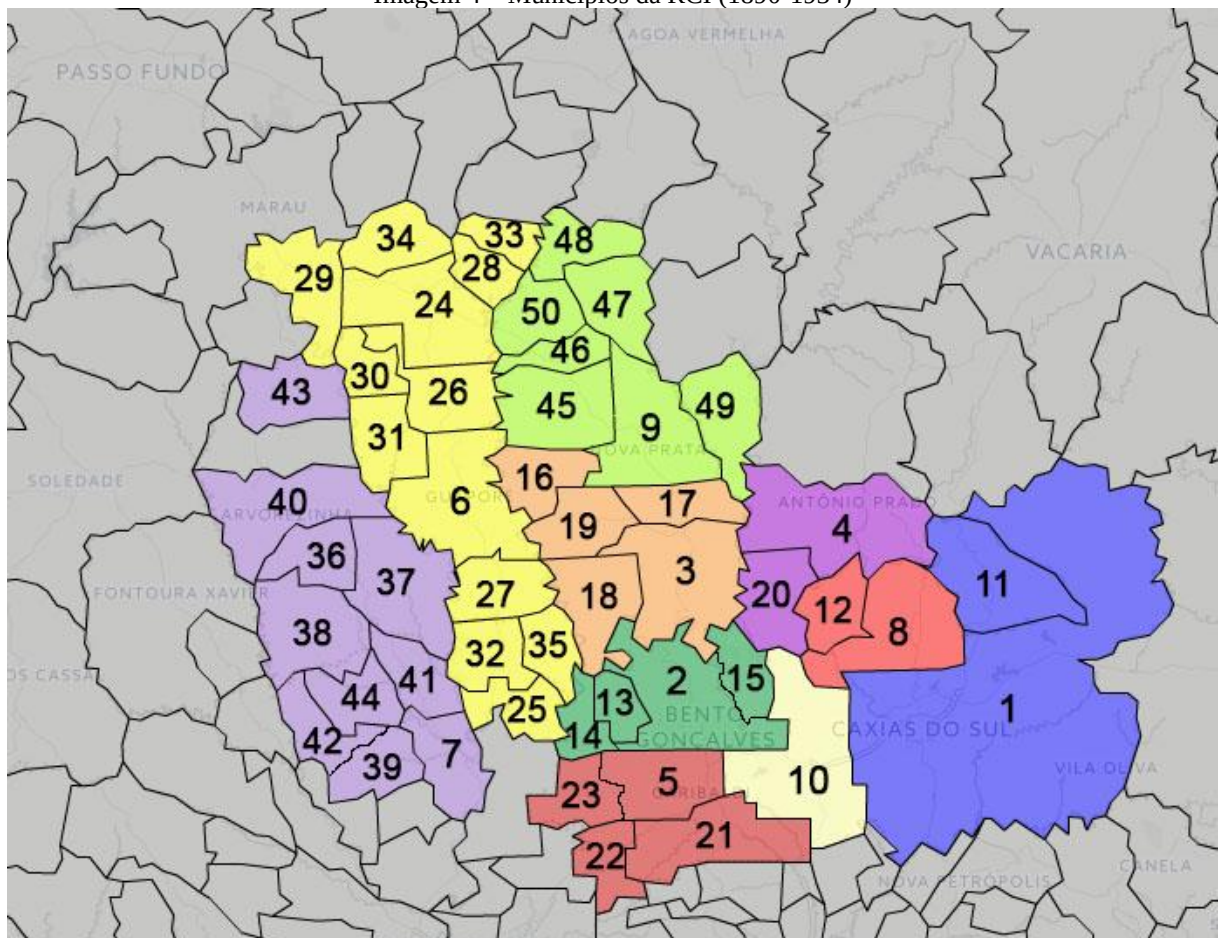
revelam-se de grande importância para o conhecimento de aspectos histórico-culturais da sociedade da época; uma vez que permitem a identificação de fatos linguísticos, de ideologias e crenças, presentes no ato denominativo e, posteriormente, na sua permanência ou não em uma comunidade. Isso se dá porque o topônimo, além de seu papel referencial, evidencia, também, caráter sógnico, sugerindo e apontando pistas, informações descritivas e designativas que ajudam a entender o passado e a interpretar fatos do presente.

Constata-se, por fim, que nove foram os municípios criados durante a República Velha, no período de 1889 a 1930. Na Era Vargas, que durou de 1930 a 1945, houve a criação de apenas um município – Farroupilha –, no qual o atual nome substituiu o antigo (Nova Milano), relacionado à cultura italiana. Nesse período, ainda, houve a mudança do nome do município de Flores da Cunha, que, antes de 1935, chamava-se Nova Trento.

Através das denominações, buscava-se mostrar para aqueles que vieram do além-mar que sua cultura não encontraria espaço significativo na nova pátria. Para Faggion, Dal Corno e Frosi (2008, p. 277), “as escolhas [dos topônimos] refletem uma cultura em construção, sobre a qual incidem influências da cultura dominante e persistem reminiscências da cultura evocada, minoritária”. Dessa forma, o intuito do governo era o de que, ao chegarem ao Brasil, os italianos absorvessem a cultura e a identidade nacional, a fim de construir um país desenvolvido e unificado.

Por fim, a Imagem 4 ilustra a configuração da RCI no ano de 1934:

Imagem 4 – Municípios da RCI (1890-1934)



Fonte: elaboração do autor.

O quadro a seguir apresenta a identificação dos municípios e distritos constantes na Imagem 4⁵⁵:

Quadro 19 – Municípios da RCI (1890-1934)

1	Caxias do Sul	26	Serafina Corrêa (Guaporé)
2	Bento Gonçalves	27	Dois Lajeados (Guaporé)
3	Veranópolis	28	São Domingos do Sul (Guaporé)
4	Antônio Prado	29	Vila Maria (Guaporé)
5	Garibaldi	30	Montauri (Guaporé)
6	Guaporé	31	União da Serra (Guaporé)
7	Encantado	32	Vespasiano Corrêa (Guaporé)
8	Flores da Cunha	33	Vanini (Guaporé)
9	Nova Prata	34	Santo Antônio do Palma (Guaporé)
10	Farroupilha	35	São Valentim do Sul (Guaporé)
11	São Marcos (Caxias do Sul)	36	Ilópolis (Encantado)
12	Nova Pádua (Flores da Cunha)	37	Anta Gorda (Encantado)
13	Monte Belo do Sul (Bento Gonçalves)	38	Putinga (Encantado)
14	Santa Tereza (Bento Gonçalves)	39	Nova Bréscia (Encantado)
15	Pinto Bandeira (Bento Gonçalves)	40	Arvorezinha (Encantado)
16	Vista Alegre do Prata (Veranópolis)	41	Doutor Ricardo (Encantado)
17	Vila Flores (Veranópolis)	42	Coqueiro Baixo (Encantado)
18	Cotiporã (Veranópolis)	43	Nova Alvorada (Encantado)
19	Fagundes Varela (Veranópolis)	44	Relvado (Encantado)
20	Nova Roma do Sul (Antônio Prado)	45	Nova Bassano (Nova Prata)
21	Carlos Barbosa (Garibaldi)	46	Nova Araçá (Nova Prata)
22	Boa Vista do Sul (Garibaldi)	47	Guabiju (Nova Prata)
23	Coronel Pilar (Garibaldi)	48	São Jorge (Nova Prata)
24	Casca (Guaporé)	49	Protásio Alves (Nova Prata)
25	Muçum (Guaporé)	50	Paraí (Nova Prata)

Fonte: elaboração do autor.

Com base no exposto, verifica-se que, em 1934, existiam dez municípios na RCI: Caxias do Sul, que abrigava o então distrito de São Marcos; Bento Gonçalves, sede dos distritos de Monte Belo do Sul, Santa Tereza e Pinto Bandeira; Veranópolis, município-mãe de Vista Alegre do Prata, Vila Flores, Cotiporã e Fagundes Varela; Antônio Prado, de onde se originaria Nova Roma do Sul; Garibaldi, na época, sede de Carlos Barbosa, Boa Vista do Sul e Coronel Pilar; Guaporé, de onde se emancipariam Casca, Muçum, Serafina Corrêa, Dois Lajeados, São Domingos do Sul, Vila Maria, Montauri, União da Serra, Vespasiano Corrêa, Vanini, Santo Antônio do Palma e São Valentim do Sul; Encantado, que daria origem a Ilópolis, Anta Gorda,

⁵⁵ Os municípios analisados neste capítulo estão grifados em negrito no Quadro 19.

Putinga, Nova Bréscia, Arvorezinha, Doutor Ricardo, Coqueiro Baixo, Nova Alvorada e Relvado; Flores da Cunha, município origem de Nova Pádua; Nova Prata, que abarcava os então distritos de Nova Bassano, Nova Araçá, Guabiju, São Jorge, Protásio Alves e Paraí; e Farroupilha.

3 A CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS NA RCI-RS (1945-1964)

Este capítulo aborda a criação e a história dos municípios criados na RCI no período de 1954 a 1963, no qual era estabelecida, no Brasil, após o fim da Era Vargas, a democracia. São eles: Casca (1954), Marau (1954), Arvorezinha (1959), Muçum (1959), Carlos Barbosa (1959), Serafina Corrêa (1960), Ilópolis (1963), São Marcos (1963), Anta Gorda (1963) e Putinga (1963).

A subdivisão a seguir explora o contexto histórico da época, descrevendo, em breves linhas, a Quarta República Brasileira, instituída após o fim da Era Vargas. Em seguida, são apresentadas as fichas lexicográfico-toponímicas dos municípios que foram criados nesse período.

3.1 A QUARTA REPÚBLICA OU REPÚBLICA POPULISTA

De acordo com Bercito (1990, p. 15), ainda em 1943 a população brasileira começou a bradar pelo fim da ditadura. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942, instaurou-se uma contradição no país: externamente, procurava-se combater o nazi-fascismo; internamente, submetia-se a população a um Estado autoritário.

Ainda para a autora,

o Manifesto dos Mineiros, assinado por 76 personalidades de Minas Gerais, pedindo a redemocratização do país começou a circular clandestinamente. Estudantes paulistas em passeata exigiram o fim da ditadura. Em janeiro de 1945 o I Congresso Brasileiro de Escritores^[56], em São Paulo, defendia a liberdade de expressão e a convocação de eleições. Um entrevista do ex-“tenente” José Américo de Almeida condenava o Estado Novo e anunciava a união das oposições em torno de um nome para candidato à presidência, o brigadeiro Eduardo Gomes. Publicada no jornal, essa entrevista afrontava a censura à imprensa (BERCITO, 1990, p. 15-16).

Com isso, a ditadura mostrava-se desestabilizada. Vargas tentou situar-se no comando do processo eleitoral que se aproximava. A população estava dividida: grande parte lutava pelo término da ditadura, porém, um grupo popular chamado “queremismo” apoiava a permanência de Vargas no poder para comandar a reconstitucionalização do Brasil. Apesar disso, em 1945,

⁵⁶ Jorge Amado, Paulo Emílio Salles Gomes, Astrojildo Pereira, Caio Prado Jr., Moacir Werneck de Castro, Antonio Candido, Mário Schenberg, Sérgio Milliet e Aníbal Machado foram alguns dos intelectuais que participaram desse congresso (BERCITO, 1990, p. 35).

as Forças Armadas – até então aliadas de Getúlio – agiram para a deposição do ditador, que aconteceu em 29 de outubro do mesmo ano (BERCITO, 1990, p. 16).

De acordo com Fausto (1995, p. 397-399), com a queda de Vargas, a presidência foi ocupada, por cerca de três meses, por José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal, na época. Nesse período, houve as eleições presidenciais, nas quais o povo brasileiro elegeu Eurico Gaspar Dutra, que assumiu o cargo em 1946. No mandato de Gaspar Dutra, foi eleita a Assembleia Constituinte, que, em 18 de setembro de 1946, deu origem à quarta Constituição republicana.

Em 1951, ocorreu a sucessão presidencial, que levou Vargas de volta ao poder. O tom bastante nacionalista de suas decisões levou a oposição a se tornar violenta, fato que, somado a outros infortúnios, fez com que Vargas, em 1954, cometesse o suicídio. No mesmo ano, o então vice-presidente Café Filho assumiu a presidência, porém, devido a problemas de saúde, logo deixou o cargo, que foi dado a Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados, que, pouco depois, foi interditado pelo Congresso Nacional. Finalmente, quem assumiu a presidência da República foi Nereu Ramos, vice-presidente do Senado, que se manteve na presidência até janeiro de 1956, quando, por meio das forças getulistas, Juscelino Kubitschek foi eleito (FAUSTO, 1995).

Kubitschek, que, enfim, conseguiu completar seu mandato, tinha como foco principal o desenvolvimento econômico do país. Sua proposta era de que o Brasil crescesse, durante o seu governo (que, na época, era de cinco anos), o equivalente a cinquenta. Para isso, ele criou um Programa de Metas, que “abrangia 31 objetivos, distribuídos em seis grandes grupos: energia, transportes, alimentação, indústrias de base, educação e a construção de Brasília, chamada de meta-síntese” (FAUSTO, 1995, p. 425). Com isso, as indústrias desenvolveram-se e a economia diversificou-se, contudo, as disparidades econômico-regionais só aumentaram. Com a inserção do país no mercado internacional, houve o êxodo rural, afinal, os centros urbanos precisavam da mão de obra do campo para a sua manutenção. Dessa forma, a dependência econômica e a pobreza do Brasil aumentavam.

Em novas eleições presidenciais, no ano de 1960, Jânio da Silva Quadros foi o vitorioso. Conhecido por seu carisma, o então presidente assumiu o país com a intenção de quitar as dívidas deixadas pelo seu antecessor. Dessa forma, Jânio criou diversos impostos, dificultando o acúmulo de capital por parte da classe dominante. Por isso, e devido à sua relação com o comunismo, Jânio renunciou ao cargo, ainda em 1961, deixando que a presidência fosse assumida, durante duas semanas, por Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados,

uma vez que João Goulart, seu vice, não estava no Brasil, de acordo com Fausto (1995, p. 437-443).

Ainda para o autor, ao voltar de viagem à China, João Goulart encontrou forte resistência para assumir o poder. A solução encontrada foi entregar o cargo de chefe do Estado para Jango, mas com poderes limitados. A emenda foi aprovada pelo congresso, sob pressão militar. Em 1964, por fim, o então presidente foi deposto, demonstrando o desgaste do governo.

Nesse período, como visto, o Estado foi enfraquecendo. Durante o tempo em que Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart assumiram o governo do país, ocorreu a Crise Institucional. “Suas síndromes, na cúpula política, são uma sucessão de golpes, contragolpes, um suicídio, uma renúncia e uma deposição a demonstrarem a obsolescência do regime político” (RIBEIRO, 1987, p. 118). Em seguida, foi instituída a Ditadura Militar.

3.1.1 Casca (1954)

Nesse contexto, o primeiro município criado foi o de Casca, em 1954, como apresentado no Quadro 20.

Quadro 20 – Casca (1954)

Topônimo: Casca		
Nome(s) anterior(es): São Luiz de Guaporé e São Luiz de Casca*		
Gentílico: casquense**	Código IBGE: 4304903**	Fundação: 15/12/1954*
Distrito(s): Evangelista*		
Bandeira: 		Brasão: 
Histórico: “O Município foi criado pelo ato do então Governador do Estado, Cel. Ernesto Dorneles, em 15 de dezembro de 1954, através da Lei Estadual Nº 2525. A instalação do Município ocorreu em 28 de fevereiro de 1955, na casa de Miguel Dors, que passou a ser a sede provisória da Câmara Municipal de Vereadores.”*		
Informações enciclopédicas: “O início do povoamento deu-se em 1890, por famílias de colônias mais velhas, povoadas por descendentes de poloneses e italianos. Os primeiros vieram de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Garibaldi, Guaporé, Alfredo Chaves e Antonio Prado, a maioria destas famílias dedicou-se, a princípio à agricultura. A origem dessas		

famílias era de predominância da região de Vêneto, nordeste italiano, principalmente das províncias de Vicenza, Pádua, Verona, Treviso e Belluno. Também contribuíram os imigrantes provenientes do sul da Polônia. A denominação oficial foi de São Luiz de Guaporé, quando em 1904, foi considerado como 2º Distrito de Guaporé. O nome provavelmente, em homenagem ao Padroeiro da localidade: São Luiz Gonzaga. O povoado foi crescendo às margens de um arroio e passou a ser conhecido como São Luiz de Casca, numa relação com o Padroeiro da Igreja local. [...] Dentre as árvores existentes havia o Araçá e o Guabijuzeiro, cuja casca era retirada e comercializada em curtumes de Passo Fundo, onde dela extraíam uma essência muito especial na curtição de couros. [...] A primeira sede do Executivo Municipal foi a casa do Sr. Severino Bonamigo. A casa de Miguel Dors ainda existe. Quanto à origem do nome ‘Casca’ configura-se duas hipóteses: a) extração de cascas de árvores com objetivos comerciais; b) o local de passagem dos cavaleiros e carroceiros no riacho próximo à cidade, bastante liso e escorregadio, fácil de cair, que no dialeto italiano cair se traduz por ‘cascar’. Assim os imigrantes nomearam esse local, hoje o atual Arroio Casca.”*

Etimologia:

- Casca: “invólucro exterior de vários órgãos vegetais, qualquer revestimento ou invólucro em geral. Der. regress. de *cascar*.”*** Cascar: “tirar a casca de. Do lat. **quassīcāre*, de *quassāre* sacudir, quebrar”.***

Entrada lexical: Casca

Estrutura morfológica: elemento simples.

- Casca: casc-a.*****

Taxonomia: fitotopônimo

Imagem de mapa:



**

Foto da cidade:



*

Pesquisador: Bruno Misturini

Fontes:

* Prefeitura Municipal de Casca. Disponível em: <<http://www.pmcasca.com.br/>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

** IBGE. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430490>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

*** CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

**** HECKLER, Evaldo; BACK, Sebald; MASSING, Egon Ricardo. *Dicionário morfológico da língua portuguesa*. São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1984. 5 v.

Fonte: elaboração do autor.

Segundo o Quadro 20, verifica-se que o atual município de Casca, quando ainda era distrito, pertenceu a Guaporé. Nesse período, em 1904, seu nome era São Luiz de Guaporé, provavelmente em homenagem ao santo padroeiro da cidade, São Luiz Gonzaga. O povoado, no entanto, ficou conhecido como São Luiz de Casca, devido à atividade comercial exercida no local: a extração da casca de araçás e guibijuzeiros, que era vendida a curtumes de Passo Fundo. Com o passar do tempo, o distrito passou a ser chamado apenas de Casca, que acabou por virar o nome oficial do município, quando emancipado.

Apesar de, aparentemente, ter existido o comércio de cascas de plantas na região, tanto o *site* oficial da prefeitura municipal de Casca quanto o portal do IBGE informam que há duas possíveis explicações para a escolha do nome: a primeira, já explorada neste trabalho, diz respeito à extração de cascas de araçás e guabijuzeiros, e a segunda está relacionada ao fato de o local ser bastante escorregadio e fácil de “cair”, verbo que, no dialeto italiano, pode ser traduzido por “cascar”.

Diante da impossibilidade de confirmar qual das explicações pudesse ser a verdadeira, optou-se por utilizar, para a classificação taxonômica, a primeira delas. Dessa forma, tendo em vista que o topônimo está relacionado com elementos vegetais, há um caso de fitotopônimo (DICK, 1992) – o primeiro registrado até o momento.

Não foram encontradas informações acerca do único distrito do município – Evangelista, criado em 1955. O nome pode possuir carga religiosa (relacionado à igreja católica ou evangélica) ou, então, representar algum nome próprio individual. Destaca-se que o nome Evangelista, de acordo com o *site Nomes no Brasil*⁵⁷, criado a partir de informações do Censo Demográfico, realizado pelo IBGE, atingiu uma frequência muito grande entre as décadas de 1950 e 1960.

O escudo samerítico, utilizado para representar o brasão da cidade, de acordo com informações do *site* da prefeitura municipal⁵⁸, é de estilo português e remete aos colonizadores do Brasil. Ao centro, o *lanço da muralha* lembra a indústria de construções do município; a grama, suas férteis pastagens, com a presença de um suíno, que é uma das principais atividades econômicas de Casca; a *asa da águia romana* homenageia a influência italiana, e a espada representa a origem guerreira dos imigrantes. O xadrezado presente é um evocativo à revolução gaúcha de 1923. Também estão representados o feijão, a soja, a erva-mate e o trigo. Na faixa inferior, há o nome do município e sua data de instalação.

⁵⁷ Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/nomes/#!/search/response/164>>. Acesso em: 06 jan. 2017.

⁵⁸ Disponível em: <<http://www.pmcasca.com.br/Interna.php?cod=43>>. Acesso em: 06 jan. 2017.

Observa-se, assim, que existe a possibilidade de a cultura de imigração ter influenciado na escolha do nome do município. Contudo, assim como no caso do distrito, trabalha-se apenas com uma hipótese, devido à falta de informações mais consistentes sobre o assunto.

3.1.2 Marau (1954)

Ainda no ano de 1954, foi criado o município de Marau, como representado no Quadro 21.

Quadro 21 – Marau (1954)

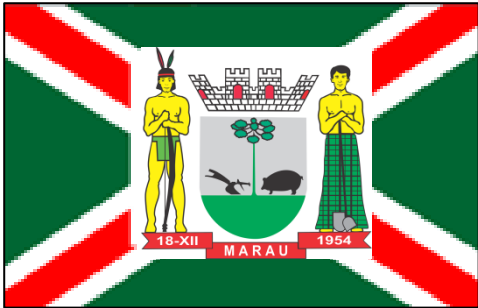
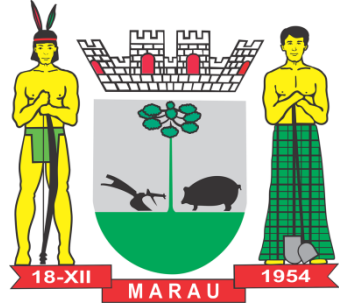
Topônimo: Marau		
Nome(s) anterior(es): Ø*		
Gentílico: marauense*	Código IBGE: 431180*	Fundação: 18/12/1954*
Distrito(s): Veado Pardo e Laranjeiras*		
Bandeira:  **		Brasão:  **
Histórico: “Distrito criado com a denominação de Marau, por Ato Municipal n.º 258, de 10-01-1916, subordinado ao município de Passo Fundo. [...] Elevado à categoria de município com a denominação de Marau, pela Lei Estadual n.º 2.550, de 18-12-1954, desmembrado de Passo Fundo e Gauporé.”*		
Informações enciclopédicas: “Marau foi durante muito tempo apenas território para tropeio de gado. Depois, a Coroa distribuiu sesmarias para que os tropeiros e os militares se estabelecessem em estâncias. A vinda de alguns imigrantes das mais diversas pátrias fez surgir os primeiros núcleos populacionais, um denominado de Tope e o outro de Marau. Este recebeu as primeiras famílias de imigrantes italianos por volta de 1904. A vila e a zona rural desenvolveram-se com o trabalho árduo dos colonizadores, descendentes dos imigrantes italianos oriundos das regiões do Vêneto, Lombardia e Trentino, mas foi fundamental o estímulo dos freis capuchinhos, assistentes espirituais dos marauenses a partir de 1934. O município deve seu nome à trágica história de um cacique bravio, de nome Marau, que, conforme a historiografia, percorria as vastas selvas da Serra Geral em busca de alimento frente a um bando [sic] de índios Coroados.”*		
Etimologia: • Marau: “m. q. maracujá”.***		
Entrada lexical: Marau		
Estrutura morfológica: elemento simples. • Marau: marau.****		
Taxonomia: antropotopônimo		

Imagem de mapa:

*

Foto da cidade:

**

Pesquisador: Bruno Misturini**Fontes:**

* IBGE. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431180>>. Acesso em: 06 jan. 2017.** Prefeitura Municipal de Marau. Disponível em: <<http://www.pmmarau.com.br/>>. Acesso em: 06 jan. 2017.*** TIBIRIÇA, Luíz Caldas. *Dicionário tupi-português*. São Paulo: Traço, 1984.**** HECKLER, Evaldo; BACK, Sebald; MASSING, Egon Ricardo. *Dicionário morfológico da língua portuguesa*. São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1984. 5 v.

Fonte: elaboração do autor.

Como observado, os primeiros imigrantes chegaram à região onde hoje está instalado o município no ano de 1904. Doze anos mais tarde, já conhecido pelo mesmo nome que leva hoje, Marau foi criado como distrito pertencente a Passo Fundo. Apenas em 1954, foi elevado à categoria de município, não havendo nenhuma alteração toponímica durante sua história.

O nome, de acordo com dados retirados do *site* do IBGE, está relacionado com a cultura indígena. Observa-se que este é o terceiro caso, dentre os doze nomes já analisados. Como visto no Quadro 21, Marau era o nome de um cacique que liderava um grupo de índios coroados na região. Por isso, o topônimo pode ser classificado, a partir da taxonomia proposta por Dick (1992), como um antropotopônimo. Segundo o *site* de sua prefeitura municipal, “Marau preserva em seu nome o passado indígena do Brasil e a memória das batalhas humanas pela ocupação de espaços, batalhas muitas vezes cruéis e quase sempre condenadas ao esquecimento”⁵⁹.

O município, atualmente, conta com dois distritos: Veado Pardo e Laranjeiras. Apesar de não terem sido encontradas informações sobre esses nomes, é possível que eles estejam relacionados à fauna e à flora da região, respectivamente.

⁵⁹ Disponível em: <<http://www.pmmarau.com.br/marau/11/historia>>. Acesso em: 07 jan. 2017.

Quanto ao brasão municipal, de acordo com o *site* da prefeitura de Marau⁶⁰, imperam as cores nacionais e rio-grandenses, com a presença, ao centro, de um pinheiro, um arado e um suíno, que representam as atividades agrícolas e pecuárias da cidade. Há destaque para a figura do índio Marau, que deu nome ao município, e de um colono, pela contribuição ao desenvolvimento de suas terras. Na parte inferior, lê-se o topônimo e sua data de criação. A bandeira municipal possui o brasão em seu centro e tem, ao fundo, as cores verde, branco e vermelho, que lembram a bandeira italiana.

Diferentemente dos outros dados já analisados, observa-se no histórico de Marau a forte referência à cultura indígena. A denominação escolhida para o distrito, que se perpetuou ao ser elevado para a categoria de município, é uma clara e forte homenagem ao índio de mesmo nome. A importância da cultura italiana não é negada, mas, ao contrário do que tem acontecido nas outras cidades da região, esse município optou por valorizar aqueles que, de uma maneira ou de outra, têm sido esquecidos e apagados da história regional.

3.1.3 Arvorezinha (1959)

O próximo município criado foi Arvorezinha, no ano de 1959, como apresentado a seguir.

Quadro 22 – Arvorezinha (1959)

Topônimo: Arvorezinha		
Nome(s) anterior(es): Alto da Figueira, Figueira Alta e Figueira*		
Gentílico: arvorezinhense**	Código IBGE: 4301404**	Fundação: 16/02/1959**
Distrito(s): Pinhal Queimado**		
Bandeira:  *		Brasão:  *
Histórico: “Em 30 de novembro de 1958 realizou-se o plebiscito, onde a maioria do eleitorado decide pelo novo município, com sede em Arvorezinha. Este movimento ganhou força e no dia 16 de fevereiro de 1959 foi assinado o Decreto-lei nº 3.717/59, pelo então governador Leonel de M. Brizola dando autonomia municipal à Arvorezinha, desmembrando-se de Encantado e Soledade.”*		

⁶⁰ Disponível em: <<http://www.pmmarau.com.br/marau/19/significadodobrasao>>. Acesso em: 07 jan. 2017.

Informações enciclopédicas: “Em busca de desenvolvimento, os desbravadores descobriram esta localidade por volta de 1900. Logo após, chegaram os imigrantes, em sua maioria, Italianos, Portugueses, Negros, Alemães, entre outros, que além de sua imensa vontade de progredir, traziam uma grande fé, um sentimento cristão de que além da força do homem é necessária a ajuda divina. E junto chegou o cristianismo, que sempre foi o marco da união entre todos, pois ao redor de pequenas capelas grandes decisões foram tomadas. A localidade de Alto da Figueira encontra-se a 750 metros acima do nível do mar com uma superfície de 577 km². Há relatos que ‘Figueira’ é denominado devido ao nome do primeiro morador – Lino Figueira. Também, segundo os historiadores o nome ‘Figueira’ tem referência a árvore Figueira, localizada ao lado da Igreja Matriz. Após a conscientização de seu grande valor e poder de produção, veio a política, de que a região tinha condições de gerir-se politicamente. Surgiu assim o movimento emancipacionista, e dali em diante, o povo laborioso trabalha para o desenvolvimento do município. Município este, que algumas vezes teve seu nome modificado para Alto Figueira, Figueira Alta e apenas Figueira. E num decreto do Governo Estadual, determinando que deveriam ser extintos os nomes iguais, surgiu Arvorezinha, com referência à pequena Figueira localizada ao lado da Igreja Matriz.”*	
Etimologia: • Árvore: “vegetal lenhoso cujo caule, chamado tronco, só se ramifica bem acima do nível do solo. Do lat. <i>arbor -ōris</i>.”***	
Entrada lexical: Arvorezinha	
Estrutura morfológica: elemento simples. • Arvorezinha: ar-vor-e-zinh-a.	
Taxonomia: fitotopônimo	
Imagem de mapa:  **	Foto da cidade:  *
Pesquisador: Bruno Misturini	
Fontes: * Prefeitura Municipal de Arvorezinha. Disponível em: <http://www.arvorezinhars.com.br/>. Acesso em: 31 mar. 2016. ** IBGE. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430140>. Acesso em: 31 mar. 2016. *** CUNHA, Antônio Geraldo da. <i>Dicionário etimológico da língua portuguesa</i>. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.	

Fonte: elaboração do autor.

As informações constantes no Quadro 22 permitem verificar que o primeiro nome do atual município de Arvorezinha foi Figueira. Acerca disso, existem divergências sobre a motivação para a escolha do nome: relatos apontam para uma homenagem ao primeiro morador

da localidade, Lino Figueira; contudo, historiadores dizem que o topônimo foi escolhido como referência à árvore Figueira, localizada ao lado da Igreja Matriz da cidade. Observa-se que ambos os casos são bastante comuns ao se escolher a denominação de um local – a homenagem a um morador antigo ou a referência a um elemento de destaque na comunidade.

Além de Figueira, a localidade também era chamada de Alto da Figueira e de Figueira Alta, possivelmente devido à sua altitude (750 metros acima do nível do mar, de acordo com o *site* da prefeitura do município). Quando do surgimento do decreto que proibia cidades com nomes iguais, o topônimo foi alterado para Arvorezinha, devido à pequena figueira que existia ao lado da igreja, como já dito. Isso corrobora, em partes, com a hipótese de o primeiro nome estar relacionado com a árvore, e não com o sobrenome do morador.

Dessa forma, tem-se mais um caso de fitotopônimo, uma vez que o nome diz respeito a um elemento de origem vegetal. Nota-se que o único distrito de Arvorezinha se chama Pinhal Queimado, nome que possivelmente remete a um episódio que envolveu a queima de pinheiros na região.

Quanto ao brasão municipal, de acordo com o portal *online* da prefeitura⁶¹, observa-se um escudo português dividido em três partes. Na superior, ao centro, o aperto de mãos significa a união do povo, e, nas bordas, espécies suínas e bovinas representam a principal atividade econômica da cidade. Na parte central, estão representadas a topografia acidentada de Arvorezinha e a religiosidade de seus cidadãos. No inferior do escudo, duas árvores de erva-mate estão representadas no campo verde. Na faixa vermelha, figuram a data de emancipação e o nome do município. Há, ainda, a presença de uma espiga de milho e uma espiga de trigo – culturas predominantes do município. A bandeira apresenta três faixas horizontais, nas cores amarela e vermelha, e possui, ao centro, o brasão municipal.

Nota-se, a partir do exposto, que, apesar de a cidade ter recebido diversos imigrantes italianos, além de outros, em menor quantidade, que vieram de outros países, a cultura italiana não manifestou, nos dados analisados no Quadro 22, expressividade.

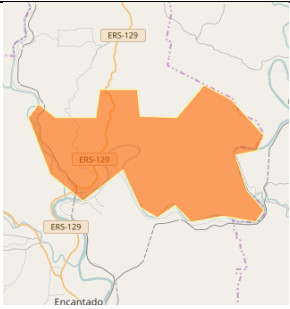
3.1.4 Muçum (1959)

Em fevereiro de 1959, o município de Muçum foi criado, sendo, dessa forma, desmembrado de Guaporé, como exposto no quadro a seguir.

⁶¹ Disponível em: <<http://www.arvorezinhars.com.br/municipio/simbolos/>>. Acesso em: 08 jan. 2017.

Quadro 23 – Muçum (1959)

Topônimo: Muçum		
Nome(s) anterior(es): General Osório*		
Gentílico: muçuense*	Código IBGE: 431260*	Fundação: 18/02/1959*
Distrito(s): Ø*		
Bandeira:  **		Brasão:  **
Histórico: “Em 1957, deu-se início ao movimento Pró-Emancipação e em 18 de fevereiro de 1959 cria-se o município, pela Lei nº 3.729. Em 23 de maio de 1959 aconteceu a 1ª Eleição Municipal e em 31 de maio do mesmo ano, houve a instalação oficial do município de Muçum.”*		
Informações enciclopédicas: “O nome ‘Muçum’ teve origem, nos primórdios de 1889-1900, quando os primeiros habitantes desbravavam a região coberta de mata virgem. ‘Muçum’, para aqueles habitantes, era uma cachoeira existente no Rio Taquari, onde abundava uma espécie de peixe, chamado Mussum [sic], o que serviu entre os marinheiros e viajantes para identificar também, o nome do povoado existente. Posteriormente, com a criação do distrito (1905), a localidade passou a denominar-se ‘General Osório’. Em 1938, em virtude da Lei Estadual, que proibia a existência de duas localidades com o mesmo nome, já na categoria de vila, voltou a adotar o primitivo nome ‘Muçum’, que continua sendo usado. O povoamento da região, que constitui hoje o município de Muçum, começou por volta do século XIX, com o estabelecimento dos primitivos colonizadores de origem lusa, italiana, alemã e polonesa, que compraram suas terras através da Comissão de Terras e Colonização em Guaporé. O Rio Taquari foi de suma importância na migração dos primeiros colonizadores. Os primitivos habitantes do território de Muçum, à época do Descobrimento do Brasil, eram os índios. Em 1633 os jesuítas visitaram a região. Em 1888 chegaram os primeiros imigrantes italianos, alemães, franceses e poloneses, que colonizaram o território. Esta grande gleba de terra pertencia a Antonio Fialho de Vargas, Joaquim Fialho de Vargas e outros.”*		
Etimologia: • Muçum: “peixe dos rios, comumente chamado de mussum”.***		
Entrada lexical: Muçum		
Estrutura morfológica: elemento simples. • Muçum: muçum.****		
Taxonomia: zootopônimo		
Imagem de mapa:		Foto da cidade:

 *	 **
Pesquisador: Bruno Misturini	
Fontes: *IBGE. Disponível em: < http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431260 >. Acesso em: 10 jan. 2017. ** Prefeitura Municipal de Muçum. Disponível em: < http://www.mucum-rs.com.br/ >. Acesso em: 10 jan. 2017. *** TIBIRIÇA, Luiz Caldas. <i>Dicionário tupi-português</i> . São Paulo: Traço, 1984. **** HECKLER, Evaldo; BACK, Sebald; MASSING, Egon Ricardo. <i>Dicionário morfológico da língua portuguesa</i> . São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1984. 5 v.	

Fonte: elaboração do autor.

De acordo com o Quadro 23, as terras onde hoje está localizado o município de Muçum tiveram sua colonização iniciada pelos imigrantes no ano de 1888. Nesse período, o local ficou conhecido como Muçum, devido à existência de um peixe de mesmo nome que podia ser encontrado em grande quantidade no Rio Taquari. A espécie de peixe nomeou não apenas o local onde era encontrado – uma cachoeira –, mas toda a localidade.

No ano de 1905, Muçum passou a ser distrito de Guaporé, tendo sua denominação alterada para General Osório. Contudo, em 1938, a lei que não permitia a existência de duas localidades com o mesmo nome fez com que o topônimo fosse alterado e voltasse para o seu nome inicial: Muçum – que, nessa época, deixara de ser distrito e fora elevado para a categoria de vila. Em 18 de fevereiro de 1959, após a criação de um movimento pró-emancipação, foi criado o município de Muçum, instalado em 31 de maio do mesmo ano. O Quadro 23 ainda assinala o fato de não haver nenhum distrito vinculado à sede municipal.

Apesar de ser um nome com origem tupi, Muçum é uma espécie de peixe, ou seja, faz referência à fauna da região. Dessa forma, há o primeiro caso de zootopônimo dentre os municípios da RCI.

No ano de 1975, dentro das festividades alusivas à emancipação do município e ao Centenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, foram apresentados à comunidade os

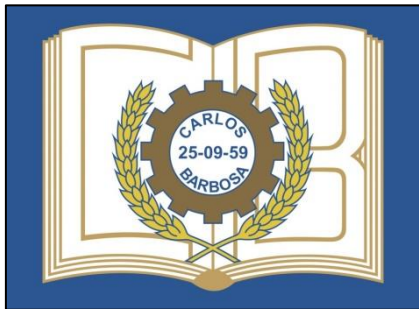
símbolos oficiais de Muçum. De acordo com o *site* da prefeitura municipal⁶², o brasão possui, em seu escudo, uma roda dentada na cor ouro, simbolizando a indústria da cidade, e o Rio Taquari e uma ponte, também em cor ouro, que representa a importância que o transporte rodoviário desempenhou no município. Nas laterais, observa-se a presença de ramos de soja, principal produto agrícola de Muçum. Na parte inferior, há um listel dourado com as datas da criação do distrito (1905) e da emancipação municipal (1959), separadas pelo topônimo.

Nota-se, assim como no caso de Arvorezinha, que a cultura de imigração não manifestou grande expressividade nos itens analisados no Quadro 23. O único indício aparente é uma homenagem aos imigrantes, no campo “foto da cidade”, que contém uma imagem da “Praça ao Imigrante”, localizada em Muçum.

3.1.5 Carlos Barbosa (1959)

Ainda em 1959, foi criado o município de Carlos Barbosa, como indica o Quadro 24.

Quadro 24 – Carlos Barbosa (1959)

Topônimo: Carlos Barbosa		
Nome(s) anterior(es): Linha Estrada Geral ou Primeira Secção do Caminho Geral, Trinta e Cinco e Santa Luiza*		
Gentílico: barbosense**	Código IBGE: 4304804**	Fundação: 25/09/1959*
Distrito(s): Arcoverde, Cinco da Boa Vista, Santa Luiza e Santo Antônio de Castro*		
Bandeira:  *		Brasão:  *
Histórico: “[Em] 25 de setembro de 1959, às 20h30min, o governador do Estado, Sr. Leonel de Moura Brizola, assinou a Lei nº 3831, que criou o município de Carlos Barbosa. Com a emancipação do município, veio a primeira administração municipal de Carlos Barbosa, e foi escolhido para prefeito o Sr. José Chies Primo, e o vice-prefeito Sr. Ernesto Antonio Carlotto. A Câmara de Vereadores foi composta pelos senhores: Ampélio Carlotto, Verdolino Ângelo Guerra, Reynaldo Chies, Evaldo Loose, Hortelino Salvi, Delvino João Chies e Assunto Dalcin. No dia 31 de dezembro de 1959, foram empossados pelo Sr. Juiz Eleitoral da 31ª Zona Eleitoral.”**		

⁶² Disponível em: <<http://www.mucum-rs.com.br/municipio/brasao-do-municipio>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

Informações enciclopédicas: “Os primeiros imigrantes a estabelecerem-se no município foram os luso-brasileiros. Os engenheiros, agrimensores, serviçais e pequenos agricultores portugueses vieram de Porto Alegre, Montenegro e São Sebastião do Caí com o objetivo de administrar as novas colônias. A colonização seguiu com a vinda de outros imigrantes europeus que estabeleceram-se nas localidades de Forromeco, Santa Luiza e Santa Clara. Como primeiras ações, nas comunidades eram construídas capelas, onde os imigrantes alimentavam sua religiosidade. O maior número de imigrantes na região foi de italianos, que impulsionaram o desenvolvimento da Serra a partir de 1870. Fixando-se em todas as localidades do município foram grandes expansores de sua cultura através do ensinamento das tradições, cultura, usos e costumes que até hoje são bastante presentes nos hábitos dos barbosenses. A maioria dos italianos que aqui se fixaram são provenientes das províncias do Vêneto e da Lombardia. Outras etnias cujos imigrantes estabeleceram-se no município, em menor número, foram alemães, franceses, poloneses, suíços-valesanos, portugueses e espanhóis. [...] Antes de homenagear o ex-governador Carlos Barbosa Gonçalves, o município recebeu outras denominações. Inicialmente a localidade era conhecida como Linha Estrada Geral ou Primeira Secção do Caminho Geral. Lembrando o número do lote onde foi inicialmente desenvolvido o primeiro núcleo social com Igreja, escola e cemitério, a comunidade foi denominada durante um período, por volta de 1883, de Trinta e Cinco. Posteriormente, em 1909, a localidade passou a chamar-se Santa Luiza, homenagem de um engenheiro que construía a via férrea para a professora belga Luiza Debauprés, então sua noiva. A homenagem ao ex-governador da província do RS passou a denominar o município no dia 25 de janeiro de 1910, quando o intendente de Garibaldi, Júlio Azambuja, deu-lhe a denominação oficial e definitiva. Carlos Barbosa Gonçalves governou o RS entre os anos de 1908 e 1913 e teve como uma de suas principais obras a construção da ferrovia Montenegro - Caxias do Sul.”*

Etimologia:

- Carlos: “provém do nome latino *Cárolus*, que por sua vez provém do alto-alemão antigo *Kharal*, homem. Pode ser abreviatura de *Karalman*, que, no sentido primitivo, significa viril, varonil, vigoroso”.***
- Barbosa: “sobrenome de origem geográfica. Do feminino de um possível adjetivo *barboso*, derivado de *barba* e sufixo *-oso*, aplicado a terra que tivesse em abundância plantas em cujo nome entra a palavra *barba*”.*****

Entrada lexical: Carlos Barbosa

Estrutura morfológica: elemento composto.

- Carlos: Ø
- Barbosa: Ø

Taxonomia: historiotopeônimo

Imagem de mapa:



**

Foto da cidade:



*

Pesquisador: Bruno Misturini

Fontes:

* Prefeitura Municipal de Carlos Barbosa. Disponível em:
 <<http://www.carlosbarbosa.rs.gov.br/>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

** IBGE. Disponível em:
 <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430480>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

*** GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes: tudo o que você gostaria de saber e não lhe contaram*. São Paulo: AM Edições, 1994.

**** BARATA, Carlos Eduardo; BUENO, Antônio Henrique da Cunha. *Dicionário das famílias brasileiras*. São Paulo: Ibero América, 1999-2001. 2 v.

Fonte: elaboração do autor.

De acordo com o exposto, observa-se que Carlos Barbosa, no início do seu povoamento, era conhecido como Linha Estrada Geral ou Primeira Secção do Caminho Geral, uma clara referência à importância da estrada que cortava as terras do atual município e ligava a população a outras áreas da região. Por volta de 1883, lembrando o número do lote onde foram construídos a igreja, a escola e o cemitério da comunidade, o local ficou conhecido como Trinta e Cinco. Observa-se que, até então, não se pensava muito sobre os nomes, que, de certa forma, surgiam espontaneamente, referenciando estradas e lotes.

Já em 1909, a localidade passou a se chamar Santa Luiza. O nome, em um primeiro momento, parece ter motivação religiosa, contudo apenas homenageava a noiva do engenheiro que construiu a via férrea – Luiza Debauprés. No ano seguinte, por ordem do intendente de Garibaldi – já município na época –, o local foi chamado de Carlos Barbosa, em homenagem ao então governador do estado do Rio Grande do Sul e responsável construção da ferrovia que ligava Caxias do Sul a Montenegro. Apenas em 1959 a localidade foi elevada à categoria de município, criado pelo governador do estado, Leonel de Moura Brizola.

Devido ao fato de Carlos Barbosa ter sido governador do Rio Grande do Sul e ter exercido, dessa forma, papel fundamental na história do estado gaúcho, pode-se classificar o nome do município como um historiotopônimo, de acordo com a taxonomia proposta por Dick (1992).

Os dados presentes no Quadro 24 também demonstram que existem quatro distritos ligados à sede municipal: Arcoverde, Cinco da Boa Vista, Santa Luiza e Santo Antônio de Castro. Apesar de não terem sido encontradas informações acerca dos nomes dos distritos, infere-se que o primeiro – Arcoverde –, provavelmente, tenha seu nome ligado à vegetação local. Cinco da Boa Vista deve se tratar de uma referência ao antigo distrito de Boa Vista, pertencente até o ano de 1995 à Garibaldi, cidade vizinha de Carlos Barbosa; hoje, elevado à categoria de município com a denominação de Boa Vista do Sul. Santa Luiza faz referência ao antigo nome do município, como explicado no parágrafo anterior. Vale destacar que, apesar de

parecer um nome com motivação religiosa, Luiza era a nova do engenheiro que construiu a via férrea, e não uma santa. O último nome – Santo Antônio de Castro – possivelmente assinala a existência de uma capela que leva o nome desse santo no local.

O novo brasão de Carlos Barbosa, de acordo com o *site* da sua prefeitura⁶³, passou a vigorar no ano de 2010, substituindo o anterior, que datava de 1983. Na faixa inferior, há o nome do município e sua data de emancipação. No centro, destacam-se três elementos: a Estação Férrea, que está ligada com a perspectiva de sair do passado, com a presença da Maria Fumaça; um cepo de madeira com uma bigorna e um martelo, que representam a metalurgia e o trabalho dos imigrantes; e um tarro de leite, como símbolo da agropecuária. Na parte superior do brasão, a cruz representa a religiosidade do povo barbosense, a inscrição “AM” indica a consagração do município a Nossa Senhora Mãe de Deus, o verde indica a paisagem serrana e o cruzeiro do sul dá a localização do município no hemisfério sul.

A bandeira de Carlos Barbosa, diferentemente dos outros municípios já analisados, não retoma o brasão. Ainda de acordo com o portal da prefeitura, acerca da bandeira municipal, observa-se que há um livro aberto, que representa a cultura e a educação barbosense, dado o grande número de escolas, marcado pelas letras CB, iniciais do nome do município. A roda dentada representa o trabalho e a atividade industrial, enquanto as duas espigas fazem alusão ao potencial agrícola de Carlos Barbosa. Por fim, há a presença do topônimo e da data de sua emancipação política.

Nota-se, mais uma vez, que os imigrantes que ocupavam o espaço onde hoje se encontra o município de Carlos Barbosa não tiveram grande influência nas escolhas dos nomes do município e dos seus distritos. As denominações, mesmo quando populares – como nos casos em que referenciavam as estradas –, não sofreram interferências da cultura italiana.

3.1.6 Serafina Corrêa (1960)

Seguindo com a análise, parte-se para o município de Serafina Corrêa, criado no ano de 1960, como representado no Quadro 25.

Quadro 25 – Serafina Corrêa (1960)

Topônimo: Serafina Corrêa		
Nome(s) anterior(es): Ø*		
Gentílico: serafinense*	Código IBGE: 432040*	Fundação: 22/07/1960*
Distrito(s): Silva Jardim*		

⁶³ Disponível em: <<http://www.carlosbarbosa.rs.gov.br/simbolos>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

Bandeira:  **	Brasão:  **
Histórico: “Distrito criado com a denominação de Serafina Corrêa, por Ato Municipal n.º 40, de 03-05-1911, subordinado ao município Guaporé. [...] Elevado à categoria de município com a denominação de Serafina Corrêa, pela Lei 3.932, de 22-07-1960, desmembrado do município de Guaporé. Sede no antigo distrito de Serafina Corrêa.”*	
Informações enciclopédicas: “Entre as 22 linhas da colônia de Guaporé, encontrava-se a linha 11, que anos mais tarde se tornou o município de Serafina Corrêa. Esta teve como seus primeiros moradores José Franciosi, Orestes Assoni, Antônio Marin, João Variani, Achyles Cervieri, Anibal Fornari, Francisco Pan, famílias Soccol, Corso e Martineli. Esses pioneiros traziam em si um grande ideal e o desejo de fazer desta terra sua nova pátria. Em 03/05/1911, de acordo com o ato 40, o Engenheiro Lucano Conedera, Intendente de Guaporé, usou das atribuições que lhe conferiu a Lei Orgânica do município e criou o distrito com a numeração cinco, tendo sede o povoado Dona Fifina Corrêa [...]. O desejo da emancipação deu origem a uma Comissão, que era composta pelo Presidente Pedro Soccol; Vice-presidente Guerino Antônio Massolini; 1º secretário Antônio Rotta, 2º secretário Nelson Assoni, 1º Tesoureiro José Modelski, 2º Secretário Armando Canton. Chegou-se a provar que Serafina representava 48% da arrecadação de Guaporé, daí as dificuldades da emancipação. Feito o processo, como determina a lei, foi encaminhado o mesmo à Assembleia Legislativa; aprovado pela Comissão de Constituição, foi à votação. Com a minoria, o projeto foi derrotado. Em cada votação batalhavam para coletar assinaturas de deputados, o suficiente para não ser arquivado, caso contrário teriam que começar desde o início. O projeto era sempre derrotado, até que apareceu o pedido de emancipação de Nova Palma. Como a maioria da Comissão de Constituição da Assembleia Legislativa era do PDS, só aprovaria o pedido de Nova Palma, se aprovassem o de Serafina Corrêa. Então, em 22/07/1960, pela lei nº 3.932, criou-se o município de Serafina Corrêa, constituído também pelos territórios de Montauri, parte de Vila Oeste, pertencentes ao município de Guaporé, e parte do distrito de Evangelista, pertencente ao município de Casca.”**	
Etimologia: • Serafina: Ø • Corrêa: “primitivamente alcunha. De <i>correia</i>, subst. com. Leite Vasconcelos considera de origem geográfica. Família originária da vila de Salceda, comarca de Túy, prov. De Pontevedra, na Galiza”.***	
Entrada lexical: Serafina Corrêa	
Estrutura morfológica: elemento composto. • Serafina: ser-a-fin-a.**** • Corrêa: Ø	
Taxonomia: antropotopônimo	
Imagem de mapa:	Foto da cidade:

 *	 **
Pesquisador: Bruno Misturini	
Fontes: * IBGE. Disponível em: < http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=432040 >. Acesso em: 10 jan. 2017. ** Prefeitura Municipal de Serafina Corrêa. Disponível em: < http://www.serafinacorrea.rs.gov.br/ >. Acesso em: 10 jan. 2017. *** BARATA, Carlos Eduardo; BUENO, Antônio Henrique da Cunha. <i>Dicionário das famílias brasileiras</i> . São Paulo: Ibero América, 1999-2001. 2 v. **** HECKLER, Evaldo; BACK, Sebald; MASSING, Egon Ricardo. <i>Dicionário morfológico da língua portuguesa</i> . São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1984. 5 v.	

Fonte: elaboração do autor.

Como se pode observar no Quadro 25, Serafina Corrêa, ou Fifina Corrêa, apelido carinhoso, antes de se tornar município, foi distrito de Guaporé, de 1911 a 1960. Observa-se que não houve nenhuma alteração toponímica nesse caso: o atual nome manteve-se, independentemente de episódios históricos ou do fato de ter sido elevado a município. A escolha do topônimo, de acordo com o *site* do IBGE, deve-se ao fato de Serafina Corrêa ter sido esposa de Vespasiano Corrêa, 1º. Intendente de Guaporé, à época da denominação.

Destaca-se o fato de este ser o primeiro caso de uma personagem mulher ter emprestado seu nome a algum município, na RCI. Além disso, chama a atenção o fato de o município de Vespasiano Corrêa ter sido criado apenas no ano de 1995. Por se tratar de um nome próprio, pode-se classificar Serafina Corrêa como um antropotopônimo, de acordo com a taxonomia proposta por Dick (1992).

O único distrito existente hoje no município chama-se Silva Jardim. Apesar de não terem sido encontrados indícios que explicassem a escolha pelo nome, apresenta-se a hipótese de ele estar ligado a Antônio da Silva Jardim, jornalista republicano nascido no estado do Rio de Janeiro, em 1860. De acordo com Fávero e Molina (2008, p. 94), “sua obra compreende opúsculos, manifestos e artigos, todos de propaganda republicana, muitos pronunciados veementemente em público, momento em que, fazendo uso de sua retórica, realizava um verdadeiro espetáculo, fato que ocorria freqüentemente no Brasil da época”.

A respeito dos símbolos municipais, de acordo com o *site* da prefeitura de Serafina Corrêa⁶⁴, o brasão pode ser lido da seguinte maneira: o escudo samnita evoca o povo português, colonizador e povoador de nossas terras; a escudete reproduz as armarias da família Corrêa, lembrando o topônimo escolhido em homenagem a um membro dessa família; o suíno, as engrenagens, o arado e o trator simbolizam a economia do município, que se apoia na agropecuária; nas laterais, milho, soja e uvas representam os principais produtos da terra; abaixo de tudo, na faixa vermelha, lê-se o nome do município e sua data de emancipação. Já a bandeira de Serafina Corrêa possui o brasão, que significa o governo municipal, em um triângulo branco, que significa a sede da cidade; as faixas vermelhas e brancas significam o poder municipal, e as verdes, as propriedades rurais.

Como observado, não houve indícios de influência da cultura italiana nas escolhas dos nomes do município e dos distritos de Serafina Corrêa. Além disso, não foram observados indícios que remetessem a isso no brasão e na bandeira da cidade. Entretanto, no campo “foto da cidade”, observa-se a “La Nave Degli Immigranti”, monumento em homenagem aos imigrantes que desbravaram as terras onde hoje se localiza o município.

3.1.7 Ilópolis (1963)

O Quadro 26 apresenta a cidade de Ilópolis, criada em 1963.

Quadro 26 – Ilópolis (1963)

Topônimo: Ilópolis		
Nome(s) anterior(es): Itapuca*		
Gentílico: ilopolitano*	Código IBGE: 431030*	Fundação: 26/08/1963*
Distrito(s): Ø*		
Bandeira:  **		Brasão:  **
Histórico: “Distrito criado com a denominação de Itapuca, pelos Atos Municipais de 10-05-1910 e n.º 1, de 01-05-1915, subordinado ao município de Encantado. [...] No quadro fixado		

⁶⁴ Disponível em: <http://www.serafinacorrea.rs.gov.br/site/municipio/conteudo_detalhe.php?gCdConteudoTitulo=1&gCdConteudo=29>. Acesso em: 10 jan. 2017.

para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Ilópolis (ex-Itapuca), figura no município de Encantado. [...] Elevado à categoria de município com a denominação de Ilópolis, pela Lei Estadual n.º 4.687, de 26-08-1963, com área do extinto distrito de Itapuca, desmembrado do município de Encantado. Sede no antigo distrito de Ilópolis. Constituído do distrito sede. Instalado em 07-04-1964.”*

Informações enciclopédicas: “Em 1905 iniciou-se a colonização do atual município de Ilópolis, com a chegada de imigrantes. Os primeiros registros que se tem conhecimento, até o momento, datam de 1860. Em 1911, começavam a chegar os primeiros colonizadores italianos, filhos e netos de imigrantes italianos vindos de Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Veranópolis. O nome foi escolhido pelo Dr. Alfredo Mutzel, engenheiro chefe da então Comissão de Terras e Colonização. Significa: Ilo - do latim - erva e polis - do grego - cidade, ‘Cidade da Erva-Mate’, em virtude da grande abundância da espécie florestal no seu território.”*

Etimologia:

- Ilo: Ø
- Polis: “πόλις - εως (ή) = cidade”.***

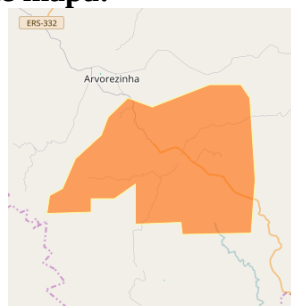
Entrada lexical: Ilópolis

Estrutura morfológica: elemento simples.

Ilópolis: ilo-polis[πόλις - εως (ή)***].

Taxonomia: poliotopônimo

Imagem de mapa:



*

Foto da cidade:



**

Pesquisador: Bruno Misturini

Fontes:

* IBGE. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431030>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

** Prefeitura Municipal de Ilópolis. Disponível em: <<http://www.ilopolis-rs.com.br/>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

*** ZUGNO, Paulo Luiz. *Pequeno dicionário de radicais gregos*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 1996.

Fonte: elaboração do autor.

Os dados apresentados no Quadro 26 demonstram que, antes de receber o atual nome, ainda quando distrito, Ilópolis era chamado de Itapuca. De acordo com o *site* do IBGE⁶⁵, a palavra *itapuca* é de origem indígena e significa “pedra podre”. A alteração toponímica ocorreu

⁶⁵ Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=_EN&codmun=431057&search=río-grande-do-sul|itapuca|infograficos:-historico>. Acesso em: 12 jan. 2017.

ainda antes de Ilópolis ser elevado à categoria de município, o que aconteceu apenas em 1963. Mesmo que povoadas por imigrantes italianos, as terras da cidade demonstraram-se bastante propícias ao cultivo de erva-mate, por isso o nome escolhido para o topônimo, que significa, de acordo com o IBGE, Cidade de Erva, ou, então, melhor, Cidade da Erva-mate⁶⁶.

Como já visto, aos topônimos que possuem a palavra *cidade* em seu nome, como em Veranópolis, dá-se a classificação de poliotopônimo, de acordo com Dick (1992).

Com pouco mais de quarto mil habitantes⁶⁷, Ilópolis não possui nenhum distrito vinculado à sua sede. No que diz respeito aos símbolos municipais, de acordo com o *site* de sua prefeitura⁶⁸, observam-se na bandeira três faixas nas cores verde e branco, representando esperança e paz. No centro, há o brasão, que apresenta um livro, que simboliza a cultura, uma cruz, que faz referência à fé do povo ilopolitano, e uma araucária, que representa a flora do município. Nas laterais, galhos de erva-mate lembram a principal atividade econômica de Ilópolis e a origem de seu nome. Na parte inferior, constam o topônimo e a data de emancipação política do município.

Novamente, observa-se que a cultura italiana não encontrou, em Ilópolis, grande representatividade. Os nomes do município e de seus distritos, bem como os seus símbolos oficiais, não demonstram nenhuma influência da cultura de imigração.

3.1.8 São Marcos (1963)

Ainda em 1963, São Marcos foi elevado à categoria de município, como representado no Quadro 27.

Quadro 27 – São Marcos (1963)

Topônimo: São Marcos		
Nome(s) anterior(es): Ø*		
Gentílico: são-marquense*	Código IBGE: 431900*	Fundação: 09/10/1963*
Distrito(s): Pedras Brancas*		
Bandeira:		Brasão:

⁶⁶ Nota-se, no Quadro 25, que não foi localizado nenhum registro para o radical *Ilo*, que, de acordo com o IBGE, significaria, em língua latina, erva. De acordo com o Dicionário de latim-português e português-latim [DICIONÁRIO de latim-português e português-latim. Porto: Porto, 2005], *erva*, em língua latina, é *herba*. *Illō*, para o mesmo dicionário, significa “lá, acolá, para acolá”. Apesar disso, destaca-se que a classificação taxonômica permanece inalterada, devido ao fato de o nome possuir a palavra *polis* em sua formação.

⁶⁷ Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=_EN&codmun=431030&search=|info%EFicos:-informa%E7%F5es-completas>. Acesso em: 12 jan. 2017.

⁶⁸ Disponível em: <<http://www.ilopolis-rs.com.br/rv2016/o-municipio/hino-e-brasao/>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

 **	 **
Histórico: “O distrito de São Marcos foi criado com a classificação de 6.º distrito, em 30 de junho de 1921. Suprimido em julho de 1924 foi anexado ao 2.º distrito. [...] A sua emancipação se deu a 9 de outubro de 1963, pela Lei estadual n.º 4.576, constituído por um único distrito, o da sede.”*	
Informações enciclopédicas: “Em 1864, Antônio Machado de Souza, tendo concebido a idéia de abrir uma estrada que ligasse Montenegro a São Francisco de Paula, subiu a encosta do planalto, realizando uma viagem perigosa encontrando freqüentes testemunhos de que os índios habitavam ainda a região. Antônio Machado atingiu ‘as campinas verdes de São Francisco de Paula de Cima da Serra, lá para o rincão de São Marcos, no fundo da invernada então pertencente ao senhor Oliveira Pedroso’. Assim se deu a penetração no território que, mais tarde, se chamaria São Marcos Dei Polacchi. Em 1883, chegaram os primeiros imigrantes e, dois anos depois, organizava-se oficialmente a Comissão de Terras destinada a distribuir glebas aos recém-chegados e a orienta-los nas atividades que iriam desenvolver. [...] Os primeiros imigrantes foram os italianos e chegaram as margens dos rios São Marcos e das Antas por volta de 1885. Através de Nova Trento, atual Flores da Cunha, chegaram muitos italianos, entre os quais, Bianchi Francisco, Bianchi Pietro 1.º, Bianchi Giovani, Francisco Judita, Sasso Andréa, Giradelo Luigi, Dalagni Bortolo e Chemello Giovani. Margeando o Rio das Antas, dirigiram-se ao alto, na zona de Riachuelo, onde construíram o primeiro barracão da nova colônia, cujos escombros ainda hoje existem. Os negros também marcaram presença na formação do povo são-marquense (concentraram-se nas localidades do Juá e o Rincão dos Quilombos, este último próximo ao Rio da Mulada).”*	
Etimologia: • Santo: “sagrado, que vive segundo os preceitos religiosos, a lei divina, segundo a tradição judaico-cristã, atributo de Deus e um de seus nomes, sublinhando a transcendência da natureza divina. Do lat. <i>sanctus -a -um</i>”.*** • Marcos: “Do latim <i>Marcus</i>, proximamente é derivado de <i>marcus</i>: grande martelo de ferreiro, cognato do latim <i>Mars, Martis</i>: deus da guerra.”*****	
Entrada lexical: São Marcos	
Estrutura morfológica: elemento composto. • São: são.***** • Marcos: Ø	
Taxonomia: hagiopotônimo	
Imagem de mapa:	Foto da cidade:

 *	 **
Pesquisador: Bruno Misturini	
Fontes: * IBGE. Disponível em: < http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431900 >. Acesso em: 11 jan. 2017. ** Prefeitura Municipal de São Marcos. Disponível em: < http://www.saomarcos.rs.gov.br/ >. Acesso em: 11 jan. 2017. *** CUNHA, Antônio Geraldo da. <i>Dicionário etimológico da língua portuguesa</i> . 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010. **** GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. <i>Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes: tudo o que você gostaria de saber e não lhe contaram</i> . São Paulo: AM Edições, 1994. ***** HECKLER, Evaldo; BACK, Sebald; MASSING, Egon Ricardo. <i>Dicionário morfológico da língua portuguesa</i> . São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1984. 5 v.	

Fonte: elaboração do autor.

Assim como observado em outros municípios da região, as terras onde hoje se localiza São Marcos também eram habitadas, inicialmente, por indígenas, conforme relatado ainda no ano de 1864. Os primeiros imigrantes chegaram ao local em 1883, através do Rio São Marcos e do Rio das Antas. Observa-se que, ainda nessa época, o local já era conhecido por Rincão de São Marcos, possivelmente devido ao fato de o proprietário das terras ser devoto do santo ou de o rio de mesmo nome ter emprestado seu nome ao local.

Dados do IBGE demonstram que a colonização de São Marcos envolveu membros das etnias italiana, polonesa e africana, principalmente. O município, inclusive, no passado, chegou a ser conhecido como São Marcos Dei Polacchi, devido à presença de imigrantes poloneses na área. Em 1921, São Marcos foi classificado, oficialmente, como distrito, e, em 1963, foi elevado à categoria de município.

Apesar de os imigrantes italianos sempre terem demonstrado grande apego à religião católica, este é o primeiro caso de topônimo com nome ligado a um santo católico, na RCI. Por esse motivo, pode-se classificá-lo, de acordo com Dick (1992), como um hagiotopônimo.

O único distrito de São Marcos se chama Pedras Brancas, e, apesar de não terem sido encontradas informações acerca do nome, parece que ele está relacionado a um elemento natural

da região. Possivelmente, existia, no local, uma grande quantidade de pedras na cor branca, o que fez com que ele ficasse conhecido, popularmente, dessa forma. Ao ser elevado à categoria de distrito, o nome manteve-se, fato comum nos estudos toponímicos.

O brasão do município, com cores que remetem à bandeira da Itália, possui como item de destaque o Leão Alado de São Marcos, uma representação simbólica do santo. O animal também está presente na bandeira da cidade italiana de Veneza. No listel inferior, há o nome do município e duas datas: 1875 – início da imigração italiana no Rio Grande do Sul – e 1964 – data de emancipação do município. Nas laterais, videiras evocam uma importante atividade econômica da cidade: o plantio e a colheita de uva.

Sobre a toponímia de São Marcos, Cioato (2012) analisou os nomes das linhas, das comunidades, dos bairros e das ruas do município, a fim de verificar suas motivações e relacioná-las com a realidade sociocultural de seus habitantes. O *corpus* da autora foi de 299 nomes, que foram classificados de acordo com a metodologia proposta por Dick (1992). Como resultados, Cioato (2012) constatou, nas denominações de linhas, ruas e bairros, forte predominância de antropotopônimos masculinos e de origem italiana, com destaque para nomes da própria região. No caso das comunidades, percebeu-se grande influência religiosa, o que, nas palavras da autora, demonstra “o apego das comunidades à religião, muito forte no início do século XX, quando a organização das comunidades se dava em torno das capelas, seguindo uma tendência da RCI” (CIOATO, 2012, p. 88).

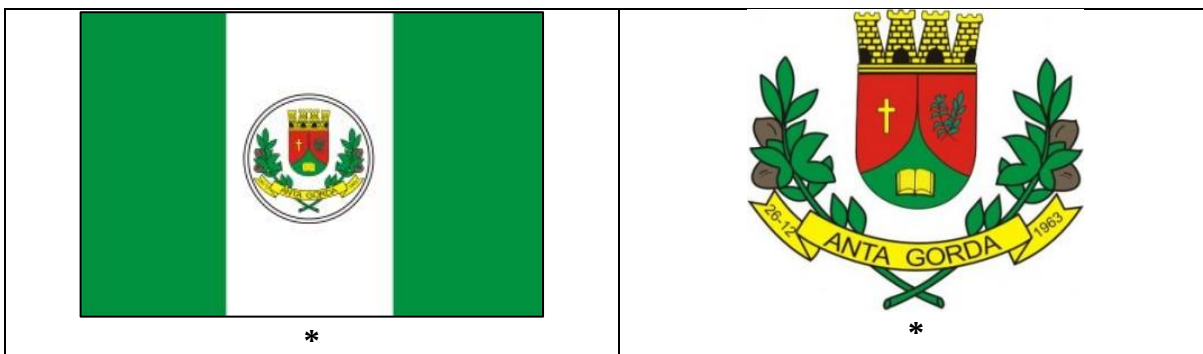
Dessa forma, pode-se ver que resquícios da cultura de imigração ainda podem ser encontrados em alguns topônimos de São Marcos. O nome do município e seus símbolos oficiais também demonstram uma inclinação para elementos italianos.

3.1.9 Anta Gorda (1963)

Ainda em 1963, foi criado o município de Anta Gorda, como apresentado a seguir.

Quadro 28 – Anta Gorda (1963)

Topônimo: Anta Gorda		
Nome(s) anterior(es): Carlos Barbosa*		
Gentílico: anta-gordense**	Código IBGE: 4300703**	Fundação: 26/12/1963**
Distrito(s): Itapuca*		
Bandeira:		Brasão:



Histórico: “Distrito criado com a denominação de Anta Gorda pelo Ato Municipal nº 164, de 29/10/1911, e por Ato de 1º/05/1915, subordinado ao município de Encantado. Desmembrado de Encantado, Anta Gorda é elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 4.686, de 26/12/1963. O município é instalado em 07/04/1964, constituído do distrito-sede. Pela Lei Municipal nº 293, de 29/08/1979, é criado o distrito de Itapuca e anexado ao município de Anta Gorda. Em divisão territorial datada de 1º/07/1983 (suplemento), o município é constituído de dois distritos: Anta Gorda e Itapuca..”**

Informações enciclopédicas: “[...] Foi em 1904 que os italianos chegaram no município. Entre as principais famílias, estavam as de: Pedro Miotto, Pedro Triches, Olívio Dal Pasquale, Benvenuto e Ângelo Fornari, José Botolli, José Goldoni, Domingos Matiello, Batista Grando, Celeste Andrichi, Estevão Teló e outros. Antes deles ainda, a região era habitada por poloneses e alemães, mas, devido, principalmente às diferenças culturais, após a chegada dos italianos, os imigrantes que ali estavam, retiraram-se para outras regiões, fazendo com que a localidade passasse a ser habitada quase que exclusivamente por descendentes italianos. [...] O curioso nome foi conferido ao município ainda nos primórdios da sua colonização, quando toda a região era constituída de densas matas entre os rios Guaporé e Forqueta. Sabe-se que, devido a essas condições naturais favoráveis, a área era muito rica em espécies vegetais e animais, em especial as antas. Conta-se que, certa vez, foi abatida nas cercanias, uma anta de grandes proporções. Admirados com o tamanho do animal, os desbravadores logo passaram a utilizar o fato como referência sempre que se mencionava o local. Diziam: ‘*Lá onde mataram a anta gorda...*’. Como se pode deduzir, a cultura popular não demorou a assimilar o nome, todos os moradores da região já denominavam a área como “Anta Gorda”. A tentativa de mudar o nome foi em vão. Em 1910, quando a localidade passou a ser oficialmente o 4º Distrito de Lajeado, seu nome foi modificado para “Carlos Barbosa”, porém, a nova denominação não gerou repercussão entre o povo, que continuava optando pelo nome antigo. Dessa forma, em 1912, o povoado voltou a chamar-se oficialmente de Anta Gorda. Com a emancipação política de Encantado em 1915, Anta Gorda passa a ser 2º distrito desse município. Neste mesmo ano, foi realizado o primeiro recenseamento, cujo resultado apurado foi de 5.558 habitantes em Anta Gorda e 3.322 em Itapuca. Em 1920, era criado o distrito de Putinga, formado de parte de Anta Gorda, que assim sofria uma sensível redução no seu território. Anta Gorda até já foi sede do município de Encantado, isso em 1936 quando, por questões políticas, a prefeitura foi transferida de lá. O Distrito de Itapuca também já pertenceu à Ilópolis, isso entre 1938 e 1950. Desde que passou à Distrito, Anta Gorda também contava com Dr. Ricardo, mas em 1959, essa localidade virou Distrito de Encantado também e o território anta-gordense foi ainda mais diminuído. [...] No dia oito de dezembro de 1963 ocorreu o plebiscito popular para a população dizer se queria ou não a emancipação. No total, 1.453 eleitores, dos 1.984 inscritos na zona a ser emancipada, compareceram às urnas. Foram favoráveis 1.209 pessoas e 223 votaram contra.”*

Etimologia:

- Anta: “mamífero da fam. dos tapirídeos. Do ár. hisp. e afric. *lamt*.”***
- Gorda: “untuoso, de tecido adiposo desenvolvido. Do lat. *gūrdus* tolo, grosseiro.”***

Entrada lexical: Anta Gorda	
Estrutura morfológica: elemento composto. • Anta: ant-a.**** • Gorda: gord-a.****	
Taxonomia: zootopônimo	
Imagem de mapa:  **	Foto da cidade:  *
Pesquisador: Bruno Misturini	
Fontes: * Prefeitura Municipal de Anta Gorda. Disponível em: < http://www.antagorda-rs.com.br/ >. Acesso em: 30 mar. 2016. ** IBGE. Disponível em: < http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430070 >. Acesso em: 31 mar. 2016. *** CUNHA, Antônio Geraldo da. <i>Dicionário etimológico da língua portuguesa</i> . 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010. **** HECKLER, Evaldo; BACK, Sebald; MASSING, Egon Ricardo. <i>Dicionário morfológico da língua portuguesa</i> . São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1984. 5 v.	

Fonte: elaboração do autor.

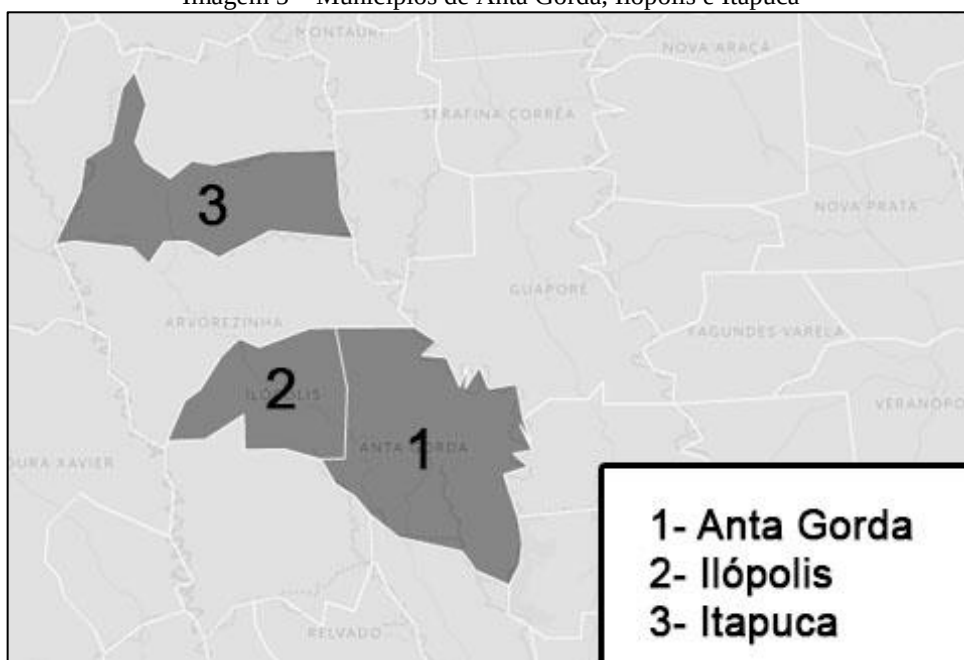
De acordo com o Quadro 28, o nome do município de Anta Gorda está relacionado com um acontecimento que chamou a atenção de seus moradores. A história popular conta que, certa vez, foi abatida uma anta de grandes proporções, muito maior do que os outros animais da mesma espécie. Esse fato ficou conhecido em toda a região, que passou a utilizar isso como ponto de referência: “*o local onde mataram a anta gorda*”. Como já visto, igrejas, praças e rios servem para identificar e, por vezes, denominar locais – o mesmo aconteceu com Anta Gorda. Nota-se, ainda, que houve uma tentativa de mudar o nome do distrito para Carlos Barbosa, porém a população optou pelo nome antigo, que era mais significativo para eles do que o nome do governador gaúcho.

Há, nesse exemplo, mais um caso de zootopônimo (cf. Dick, 1992). O nome, bastante transparente, indica a real motivação de sua escolha: uma anta gorda⁶⁹.

⁶⁹ Observa-se, no campo “foto da cidade”, presente no Quadro 27, o Monumento de Anta Gorda, que simboliza o animal que deu nome ao município.

O único distrito do município chama-se Itapuca. Acerca desse nome, destaca-se que o distrito de Itapuca, vinculado à sede municipal de Anta Gorda, foi criado em 29 de agosto de 1979, de acordo com o *site* do IBGE⁷⁰. No Quadro 25, viu-se que, antes de se chamar Ilópolis, o município era conhecido como Itapuca, durante os anos de 1910 e 1939. Chama atenção, ainda, o fato de haver o município de Itapuca, na RCI, criado em 1992. A proximidade geográfica entre as cidades de Anta Gorda, Ilópolis e Itapuca pode justificar a recorrência desse nome na região, como pode ser observado na Imagem 5.

Imagem 5 – Municípios de Anta Gorda, Ilópolis e Itapuca



Fonte: elaboração do autor.

O brasão municipal, de acordo com o *site* da prefeitura de Anta Gorda⁷¹, representa não só a riqueza econômica da cidade, mas também sua cultura e sua religiosidade, simbolizadas por meio de galhos verdes, um livro e uma cruz. Os galhos laterais representam a noz-pecan, importante elemento agrícola para o município. As cores da bandeira representam as matas, a esperança, a paz e a honestidade do povo anta-gordense.

No quadro analisado, percebe-se que a cidade foi colonizada por imigrantes italianos apenas em 1904. Quando da chegada destes, grupos de outras etnias retiraram-se de Anta Gorda, devido às diferenças culturais. Apesar disso, os dados analisados demonstram que a

⁷⁰ Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=430070&search=rio-grande-do-sul|anta-gorda|infograficos:-historico>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

⁷¹ Disponível em: <<http://www.antagorda-rs.com.br/municipio/bandeira-e-brasao>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

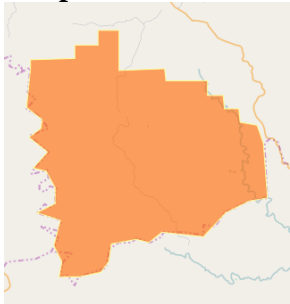
influência italiana não interferiu nas escolhas dos nomes do município e de seu distrito. No brasão municipal, há uma leve referência à cultura de imigração, com a presença de uma cruz, simbolizando a religião católica, amplamente difundida pelos italianos que aqui chegaram.

3.1.10 Putinga (1963)

Ainda em 1963, um quarto município foi criado, como apresentado no Quadro 29.

Quadro 29 – Putinga (1963)

Topônimo: Putinga		
Nome(s) anterior(es): Ø*		
Gentílico: putinguense*	Código IBGE: 431520*	Fundação: 26/12/1963*
Distrito(s): Xarqueada**		
Bandeira:  **		Brasão:  **
Histórico: “Distrito criado com a denominação de Putinga, pelo Ato Municipal n.º 5, de 08-11-1920, subordinado ao município de Encantado. [...] Elevado à categoria de município com a denominação de Putinga, pela Lei Estadual n.º 4689, de 26-12-1963, desmembrado do município de Encantado. Sede no antigo distrito de Putinga. Constituído do distrito sede. Instalado em 08-04-1964.”*		
Informações enciclopédicas: “O primeiro núcleo de Putinga surgiu por volta de 1910, sendo que, entre seus primeiros habitantes predominavam os de origem italiana. A origem do nome deve-se a existência de uma espécie de taquara ou taquari, planta da família das gramíneas, muito abundante na época da colonização, conhecida pelo nome de Putinga. Apresentando haste compacta e delgada, coloração verde escura e folhas pequenas servindo de alimento para o gado. A região onde se encontrava a vegetação era sinônimo de fertilidade. Putinga segundo a língua indígena tupi-guarani, significa ‘Cara Branca’. [...] Em 08 de novembro de 1920, Putinga é elevada a categoria de distrito, com sede no povoado de mesmo nome, pelo ato n.º 05 da Intendência Comarca Municipal de Encantado. Por decreto de 13 de setembro de 1924, o arcebispo resolveu elevar a Capela Nossa Senhora da Purificação à Paróquia, sendo vigário o Padre Domenico Carlino. No mesmo ano, pela segunda vez, Putinga recebe a visita do arcebispo o qual constatou o crescimento da sede distrital. Em 31 de março de 1938, a sede distrital foi elevada à categoria de Vila pelo Decreto Estadual n.º 7199. [...] Em junho de 1962, um grupo de pessoas, composto por: Mário Vilanova Seixas, Amélio Berté, Orides Roveda, Damiano Chiesa, Leopoldo Rabaiolli, Oreste Rabaiolli, Osmar Bresolin, Zelmi Simoni e Arduino Roveda, movimentou-se para a elaboração do processo emancipatório. [...] O movimento pró-emancipação tornou-se vitorioso com a publicação da lei Estadual nº 4.613 de 21 de novembro de 1963, que autorizava a realização de uma consulta		

plebiscitária. Com a publicação da lei Estadual nº 4.869 de 26 de dezembro de 1963, o distrito de Putinga foi elevado à categoria de Município, ocorrendo sua instalação em 08 de abril de 1964.”**	
Etimologia: • Putinga: Ø	
Entrada lexical: Putinga	
Estrutura morfológica: elemento simples. • Putinga: Ø	
Taxonomia: fitotopônimo	
Imagem de mapa:  *	Foto da cidade:  **
Pesquisador: Bruno Misturini	
Fontes: * IBGE. Disponível em: < http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431520 >. Acesso em: 12 jan. 2017. ** Prefeitura Municipal de Putinga. Disponível em: < http://www.putinga.rs.gov.br/ >. Acesso em: 12 jan. 2017.	

Fonte: elaboração do autor.

As informações do Quadro 29 demonstram que Putinga, antes de ser elevado à categoria de município, era distrito de Encantado (de 1920 a 1963). Apesar de as terras da então cidade terem sido povoadas por imigrantes italianos, o seu nome, que diz respeito à vegetação local, é de origem indígena. Putinga⁷² é uma espécie de taquara ou taquari que, à época da denominação, podia ser encontrada em abundância no local.

Nota-se que não houve nenhuma mudança de nome nesse caso, que pode ser classificado, de acordo com a taxonomia proposta por Dick (1992), como um fitotopônimo.

O único distrito de Putinga chama-se Xarqueada. O nome, provavelmente, apesar de sua grafia, remete a produção de charque⁷³. De acordo com o Dicionário Houaiss, charqueada é o “local onde os bois são abatidos e onde se procede ao preparo do charque” (HOUAISS;

⁷² Observa-se que, nesse caso, Putinga foi classificado como um fitotopônimo por seu nome estar relacionado à vegetação. Sua etimologia, que não foi encontrada em nenhum dicionário consultado, não foi necessária para que houvesse a classificação taxonômica.

⁷³ “Carne bovina cortada em mantas, salgada e seca ao sol ou por processos afins; carne-seca, jabá” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 693).

VILLAR, 2001, p. 694). A presença de animais do brasão municipal demonstra que parte de sua economia provém da pecuária.

A bandeira do município, de acordo com o *site* oficial de sua prefeitura⁷⁴, possui fundo branco, que representa a fé e a paz, com duas faixas verticais nas cores verde e vermelho, que representam a esperança por um futuro melhor e a tenacidade e a força no trabalho do povo putinguense. No brasão, várias imagens simbolizam a economia de Putinga, como um pé de milho, um ramo de fumo, uma semente de erva-mate, um bovino, um frango e um leitão. Na parte inferior, lê-se o nome do município e sua data de emancipação. Apesar de apresentar um tom diferente de verde, as cores dos símbolos recordam a bandeira italiana.

Observa-se, nesse caso, que as denominações do município e de seu distrito pouco foram influenciadas pela cultura de imigração. O trabalho com a terra e com animais está presente no brasão e na bandeira municipal, cujas cores lembram a italiana.

O Quadro 30 sintetiza os dados acerca das classificações e das motivações para a escolha dos nomes dos dez municípios analisados neste capítulo.

Quadro 30 – Classificação e motivação toponímica (1954 a 1963)

Topônimo	Classificação	Motivação
Casca	Fitotopônimo	Vegetação
Marau	Antropotopônimo	Cultura Indígena
Arvorezinha	Fitotopônimo	Vegetação
Muçum	Zootopônimo	Fauna
Carlos Barbosa	Historiotopônimo	Política Estadual
Serafina Corrêa	Antropotopônimo	Imigração Italiana
São Marcos	Hagiotopônimo	Religião
Anta Gorda	Zootopônimo	Fauna
Ilópolis	Poliotopônimo	Vegetação
Putinga	Fitotopônimo	Vegetação

Fonte: elaboração do autor.

Por meio do Quadro 30, nota-se um fato ainda inédito nas denominações dos municípios da RCI: vultos históricos deram espaço a elementos da flora e da fauna local. Como visto no capítulo anterior, os primeiros topônimos da região serviram para homenagear personagens ligados a eventos históricos e, com a Era Vargas e sua campanha de nacionalização, isso foi ratificado.

A partir da instauração da Quarta República no Brasil, observa-se uma tendência pela utilização de nomes transparentes, sem camadas de opacidade que prejudicam sua

⁷⁴ Disponível em: <<http://www.putinga.rs.gov.br/pagina/748/simbolos-do-municipio>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

interpretação, na Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul. Topônimos com motivação ligada à flora e à fauna dos locais são os mais representativos. Casca, Arvorezinha e Putinga são nomes que dizem respeito à vegetação dos municípios, como já analisado, e podem ser classificados como fitotopônimos. Já Ilópolis, de acordo com a taxonomia de Dick (1992), é classificado como poliotopônimo, porém, constata-se que a real motivação para a escolha do nome está ligada à vegetação.

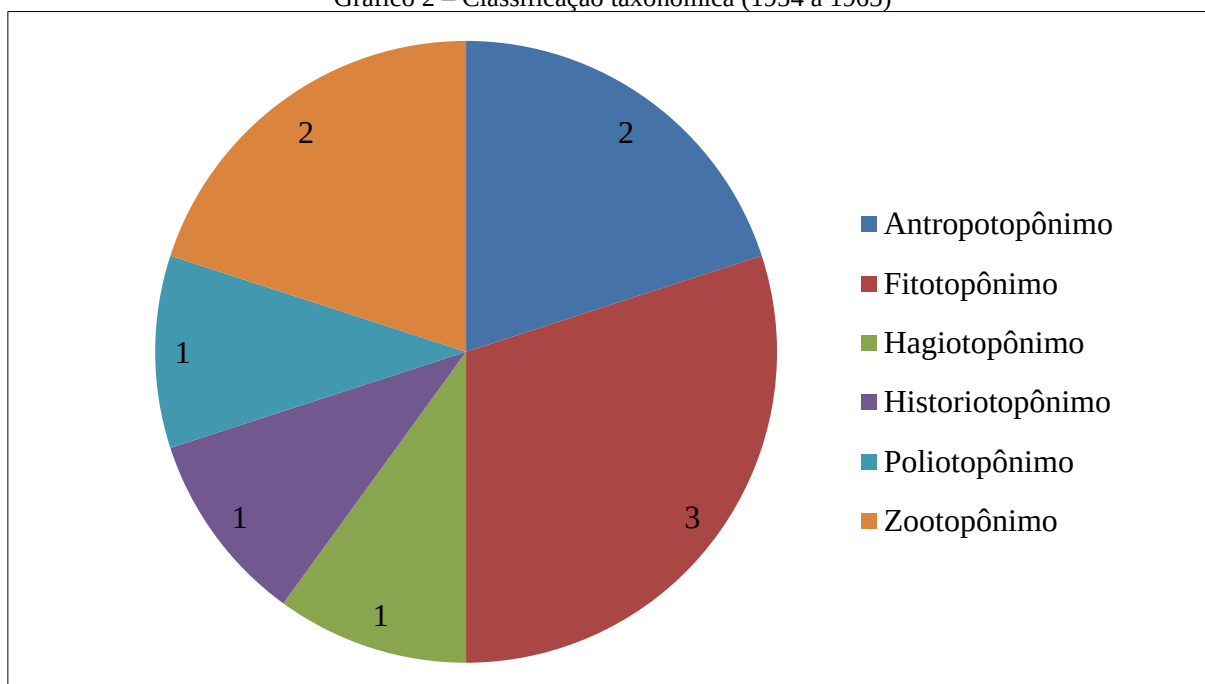
Os zootopônimos também se destacaram nesse período. Muçum e Anta Gorda são exemplos disso. Nota-se que nesses casos, quando a motivação é clara e precisa, como no caso de Muçum, que retoma o nome do peixe, a classificação é dada a partir disso, e não pela sua origem etimológica.

Marau e Serafina Corrêa retomam nomes próprios individuais e, por isso, podem ser classificados como antropotopônimos. Destaca-se, nesse momento, que esses topônimos poderiam ser classificados como historiopotônimos, afinal, entende-se que todo ser humano possui historicidade. Contudo, para fins de classificação taxonômica, neste trabalho, relacionam-se somente aqueles registrados na historiografia canônica a esse grupo. Dessa forma, apesar de terem prestado significativas contribuições para a região – a ponto de seus nomes terem sido dados aos municípios –, Marau e Serafina Corrêa permanecem como antropotopônimos. Esta, esposa do Primeiro Intendente de Guaporé, está ligada, devido a isso, à política estadual, e aquele, índio que morava na região, está relacionado à cultura indígena.

O único historiopotônimo presente nesse recorte, selecionado a partir dos critérios explicados no parágrafo anterior, é Carlos Barbosa, ex-governador do Rio Grande do Sul. Há, ainda, um hagiopotônimo – o primeiro registrado até o momento –, representado através do município de São Marcos, nome relacionado à religião católica.

O Gráfico 2 ilustra a classificação taxonômica dos municípios criados entre 1654 e 1963, na RCI:

Gráfico 2 – Classificação taxonômica (1954 a 1963)



Fonte: elaboração do autor.

A partir do exposto, torna-se bastante clara a relação existente entre o ato de nomear um local e a cultura de uma comunidade. Destaca-se, novamente, que a Toponímia é uma ciência interdisciplinar em sua essência. Apesar de estar localizada na linguística, ela se vale de dados de outras áreas do conhecimento, como história, geografia, sociologia, antropologia e, dentre outras, os estudos culturais.

A relação existente entre língua e cultura direciona a discussão, em um momento inicial, para a hipótese Sapir-Whorf. De acordo com Delbeque (2009), Sapir e Whorf propuseram duas hipóteses para a chamada teoria da *relatividade linguística*. A primeira delas, denominada *hipótese fraca*, postula que “a língua tem como efeito tornar mais ‘fáceis’ os modos de pensamento que seguem as categorizações inscritas no sistema linguístico” (DELBECQUE, 2009, p. 179), ou seja, a língua faz com que o seu usuário se predisponha a certas escolhas em detrimento de outras. Já a *hipótese forte* “afirma que as categorias linguísticas ‘ditam’ as formas de ver e os modos de pensamento” (DELBECQUE, 2009, p. 179), determinando, assim, o comportamento das pessoas.

Essa teoria postula que o determinismo linguístico (em que a língua determina a cognição) é relativo à língua que se fala, e que não existem limites para as estruturas das línguas, diferenciando-se do universalismo, que diz que todas as línguas possuem características universais – ou primitivos semânticos.

Delbecque (2009, p. 17) afirma que “os conceitos da linguagem permitem-nos não só comunicar, como também nos levam a ver as coisas e o mundo de determinada forma”. Após algumas reflexões sobre o relativismo linguístico, a autora conclui dizendo que a *versão forte* da hipótese Sapir-Whorf deve ser rejeitada, considerando que o homem não precisa utilizar, necessariamente, a língua para fazer construções de pensamento elaboradas, como obras de arte ou construções técnicas. Ou seja, o pensamento humano não é determinado, exclusivamente, pela linguagem. Logo, prevalecem as ideias da chamada *versão fraca*, em que a linguagem apenas orienta o pensamento humano, influenciando-o, e não o determinando (DELBECQUE, 2009, p. 197).

A partir disso, Duranti (1997, p. 26), antropólogo linguístico, afirma que “as línguas categorizam de modos proveitosos tanto o universo natural como o cultural. Elas são sistemas de classificação (taxonomias) ricos que podem nos dar pistas importantes sobre como estudarmos crenças e práticas culturais particulares”⁷⁵. E é exatamente isso que a linha de estudos toponímicos iniciada por Dick, no Brasil, procura fazer: por meio da análise de topônimos, inicialmente divididos em dois grandes grupos – os naturais e os culturais –, classificados de acordo com a taxonomia desenvolvida pela estudiosa, acessar a práticas culturais dos locais que abrigam esses nomes.

Nos topônimos até agora analisados, observaram-se dois tipos de nomes: aqueles dados pela própria comunidade e que foram oficializados, como Encantado, por exemplo, e aqueles que foram instituídos por membros ou entidades políticas, como Caxias do Sul. Em ambos os casos, a cultura está representada nessas escolhas, sejam elas espontâneas ou impostas.

Segundo Kramsch (2001, p. 6), “atitudes, crenças e valores comuns estão refletidos na maneira com que os membros de um grupo utilizam a língua”⁷⁶. A autora ainda reflete que “a linguagem está intimamente ligada não só à cultura atual e à cultura passada, mas também à cultura da imaginação que governa as decisões e ações das pessoas muito mais do que podemos imaginar”⁷⁷ (KRAMSCH, 2001, p. 8).

Dessa forma, os estudos toponímicos representam um meio pelo qual se pode estudar a cultura, atual e passada, de uma comunidade. O nome de um lugar traz consigo toda uma

⁷⁵ Do original: “languages categorize the natural and cultural world in useful ways. They are rich systems of classification (taxonomies) that can give important clues about how to study particular cultural beliefs or practices”.

⁷⁶ Do original: “common attitudes, beliefs, and values are reflected in the way members of the group use language”.

⁷⁷ Do original: “language is intimately linked not only to the culture that is and the culture that was, but also to the culture of the imagination that governs people's decisions and actions far more than we may think”.

história, e a Toponímia é uma importante ferramenta para recuperá-la, analisando-a, interpretando-a e, especialmente, registrando-a, afinal, *verba volant, scripta manent*⁷⁸.

A relação do homem com a vegetação e os animais é um exemplo disso. Nomes como Casca, Arvorezinha, Muçum, Ilópolis, Anta Gorda e Putinga recuperam essa ideia. Todos esses elementos (as cascas dos guabijuzeiros, a pequena árvore ao lado da igreja, os peixes no rio, o cultivo de erva-mate, o abate da grande anta e as taquaras) demonstram a importância que eles tinham para os moradores das cidades que acabaram por adotar esses nomes. Observa-se, dessa forma, a ligação existente entre as escolhas desses nomes e a cultura de seus moradores.

Não fosse a cidade ter levado o nome de Marau, provavelmente, a história do índio guerreiro já teria sido esquecida por grande parte das pessoas que lá vivem. O mesmo aconteceu com Encantado – a lenda indígena perpetuou-se quando o município recebeu esse nome. Contudo, sabe-se que a escolha por um nome não significa que ele se torne de fácil entendimento. Há diversos nomes opacos, ou seja, cujo significado não é claro, preciso, *transparente*, para a população. Por isso, mais uma vez, destaca-se a importância dos estudos toponímicos.

Como já visto, há, pelo menos, duas maneiras pelas quais os topônimos são escolhidos. Eles podem (a) ter sido nomeados pelo próprio povo e, então, oficializados, ou (b) ter sido escolhidos por figuras políticas. Nestes, normalmente, o nome não significa muito para as pessoas que vivem no local. Será que o povo barbosense ainda sabe quem foi Carlos Barbosa? Saberiam os serafinenses sobre a vida da mulher que emprestou seu nome à cidade?

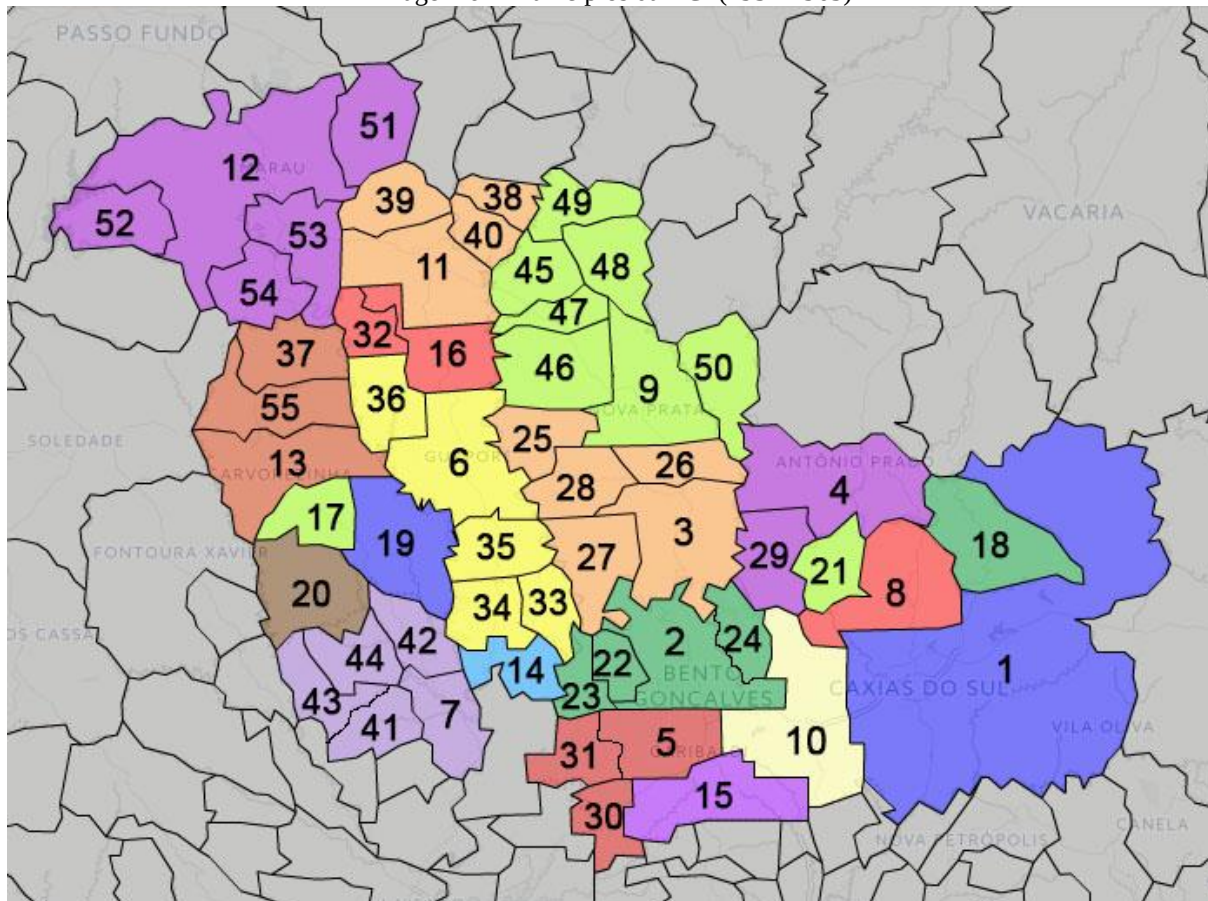
Mesmo nesses casos, destaca-se que os nomes refletem a cultura da época: não a cultura dos moradores, mas, sim, aquela imposta, voltada aos interesses políticos. A Era Vargas é um exemplo bastante ilustrativo sobre essa questão. A substituição de nomes estrangeiros por nomes nacionais traz indícios da campanha de nacionalização que foi imposta na época, da censura, da proibição. Nota-se que a escolha por Nova Milano é bastante significativa e muito diz respeito sobre a cultura daqueles que viviam nesse local, contudo, a mudança desse nome para Farroupilha, em referência à revolução gaúcha, em uma área que concentrava grande quantidade de imigrantes italianos, revela muito sobre o que o Estado entendia por cultura.

Cuche (2002, p. 94) assevera que “língua e cultura estão em uma relação estreita de interdependência: a língua tem a função, entre outras, de transmitir a cultura, mas é, ela mesma, marcada pela cultura”. Vê-se, assim, que a Toponímia é um campo bastante privilegiado, devido a sua característica interdisciplinar, para a análise da história e da cultura de uma região.

⁷⁸ Ditado popular em língua latina que pode ser traduzido por “as palavras voam, o escrito permanece”.

A imagem a seguir ilustra a configuração e a distribuição de municípios e distritos na RCI em 1963:

Imagem 6 – Municípios da RCI (1954-1963)



O Quadro 31 apresenta a correspondência entre os números dispostos na Imagem 6 e os seus topônimos correspondentes⁷⁹:

Quadro 31 – Municípios da RCI (1954-1963)

1	Caxias do Sul	29	Nova Roma do Sul (Antônio Prado)
2	Bento Gonçalves	30	Boa Vista do Sul (Garibaldi)
3	Veranópolis	31	Coronel Pilar (Garibaldi)
4	Antônio Prado	32	Montauri (Serafina Corrêa)
5	Garibaldi	33	São Valentim do Sul (Guaporé)
6	Guaporé	34	Vespasiano Corrêa (Guaporé)
7	Encantado	35	Dois Lajeados (Guaporé)
8	Flores da Cunha	36	União da Serra (Guaporé)
9	Nova Prata	37	Nova Alvorada (Arvorezinha)
10	Farroupilha	38	Vanini (Casca)
11	Casca	39	Santo Antônio do Palma (Casca)

⁷⁹ Os municípios analisados neste capítulo aparecem grifados em negrito no Quadro 31.

12	Marau*	40	São Domingos do Sul (Casca)
13	Arvorezinha	41	Nova Brésia (Encantado)
14	Muçum	42	Doutor Ricardo (Encantado)
15	Carlos Barbosa	43	Coqueiro Baixo (Encantado)
16	Serafina Corrêa	44	Relvado (Encantado)
17	Ilópolis	45	Paraí (Nova Prata)
18	São Marcos	46	Nova Bassano (Nova Prata)
19	Anta Gorda	47	Nova Araçá (Nova Prata)
20	Putinga	48	Guabiju (Nova Prata)
21	Nova Pádua (Flores da Cunha)	49	São Jorge (Nova Prata)
22	Monte Belo do Sul (Bento Gonçalves)	50	Protásio Alves (Nova Prata)
23	Santa Tereza (Bento Gonçalves)	51	Gentil (Marau)
24	Pinto Bandeira (Bento Gonçalves)	52	Nicolau Vergueiro (Marau)
25	Vista Alegre do Prata (Veranópolis)	53	Vila Maria (Marau)
26	Vila Flores (Veranópolis)	54	Camargo (Marau)
27	Cotiporã (Veranópolis)	55	Itapuca (Arvorezinha)
28	Fagundes Varela (Veranópolis)		

Dessa forma, verifica-se que a RCI, em 1963, possuía vinte municípios, sendo: a) dez criados no período anterior (1890-1945) – Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Veranópolis, Antônio Prado, Garibaldi, Guaporé, Encantado, Flores da Cunha, Nova e Farroupilha; b) nove criados a partir da emancipação de distritos – São Marcos (desmembrado de Caxias do Sul), Carlos Barbosa (criado a partir de Garibaldi), Casca, Muçum e Sarafina Corrêa (desvinculados de Guaporé), e Arvorezinha, Ilópolis, Anta Gorda e Putinga (até então pertencentes às terras de Encantado); e c) um que, quando distrito, estava ligado ao município de Passo Fundo⁸⁰, mas, ao ser emancipado, foi integrado à RCI – Marau.

Havia, ainda, nessa época, trinta e cinco distritos que viriam a alcançar a emancipação ao longo do tempo. São eles: Nova Pádua, vinculado à sede de Flores da Cunha; Monte Belo do Sul, Santa Tereza e Pinto Bandeira, pertencentes a Bento Gonçalves; Vista Alegre do Prata, Vila Flores, Cotiporã e Fagundes Varela, ligados ao município de Veranópolis; Nova Roma do Sul, então parte de Antônio Prado; Boa Vista do Sul e Coronel Pilar, distritos de Garibaldi; Montauri, subordinado a Serafina Corrêa; São Valentim do Sul, Vespasiano Corrêa, Dois Lajeados e União da Serra, que compunham a sede de Guaporé; Nova Alvorada e Itapuca, vinculados a Arvorezinha; Vanini, Santo Antônio do Palma e São Domingos do Sul, que pertenciam a Casca; Nova Brésia, Doutor Ricardo, Coqueiro Baixo e Relvado, que eram

⁸⁰ De acordo com o *site* do IBGE, o município de Passo Fundo foi colonizado, ainda no início do século XIX, por habitantes da fronteira sul do estado. Apenas cerca de setenta anos depois, alguns poucos imigrantes italianos chegaram à localidade, que recebeu pouca influência dessa cultura, por já estar, de certa forma, estruturada. Com isso, acredita-se que os imigrantes tenham se dirigido para o interior, dando origem, posteriormente, a Marau. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/passo-fundo/historico>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

ligados a Encantado; Paraí, Nova Bassano, Nova Araçá, Guabiju, São Jorge e Protásio Alves, integrantes do município de Nova Prata; e Gentil, Nicolau Vergueiro, Vila Maria e Camargo, subordinados, na época, à sede de Marau.

4 OS MUNICÍPIOS SURGIDOS NA RCI-RS DURANTE O REGIME MILITAR BRASILEIRO (1964-1985)

A análise histórica da região segue para o período compreendido entre os anos de 1964 e 1985, fortemente marcado pela Ditadura Militar Brasileira. Nesse recorte, observa-se a criação de sete municípios na RCI: Nova Bassano, Nova Araçá e Nova Bréscia, em 1964; Paraí, Ciríaco e David Canabarro, em 1965; e Cotiporã, em 1982.

A seguir, descreve-se o contexto brasileiro durante a Quinta República ou, então, Ditadura Militar. Após são apresentados os quadros e a análise dos dados relacionados aos sete topônimos que surgiram nesse período, na RCI.

4.1 A QUINTA REPÚBLICA OU DITADURA MILITAR

A ditadura militar brasileira foi instaurada no país em 1º. de abril de 1964, a partir de um golpe militar que tirou João Goulart do poder. Nacionalista e anticomunista, o movimento foi justificado como uma revolução necessária para impedir que o comunismo se instaurasse no Brasil. Acerca disso, Petersen (2004, p. 64, grifo da autora) afirma que houve uma “preocupação em usar a autodenominação de *revolução*, assim como de afirmar que esta havia sido feita atendendo a vontade da Nação”.

A autora segue:

Todavia, apesar do empenho dos que lideraram o movimento de 1964 em defini-lo como uma “revolução”, o que efetivamente aconteceu foi um golpe de estado, por meio do qual foi interrompido o processo constitucional vigente no país e deposto o Presidente da República, legal e legitimamente eleito. Essa interrupção configura um golpe de estado e não uma revolução. Também existe a idéia de que a deposição de Goulart dera-se, justamente quando, apoiado por setores populares e contrariando os interesses do capital multinacional e dos grupos mais conservadores da sociedade brasileira, começou a posicionar-se favoravelmente às reformas de base – ampliação do sindicalismo, redistribuição de renda e regulamentação do capital estrangeiro. A intervenção militar, vista sob essa ótica, assumia um nítido caráter de movimento de contenção ou movimento preventivo (PETERSEN, 2004, p. 64).

Percebe-se, assim, que, intitulado de revolução, esse episódio constituiu, na verdade, um golpe de estado no país. Ainda sobre isso, Sader (1990, p. 18) posiciona-se:

O movimento golpista havia sido feito pregando a necessidade de “reestabelecimento da ordem social” e de retomada da expansão econômica, liquidando a inflação, diagnosticada como responsável pela estagnação e favorecedora da crise social. A ordem social foi reimposta a ferro e fogo, pela repressão aos líderes sindicais,

estudantis, intelectuais, aos artistas, políticos, partidos e organizações, catalogados como subversivos. O Congresso foi amputado de deputados e senadores que tiveram seus mandatos cassados, o mesmo acontecendo com governadores e prefeitos. Políticos foram ainda condenados à perda de seus direitos políticos por períodos de até dez anos, figurando entre eles até mesmo moderados como o ex-presidente Juscelino Kubitschek, o governador de São Paulo, Ademar de Barros, o do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, e o ex-presidente Jânio Quadros. Ficava claro que o plano do regime militar era o de manter-se no poder por um tempo muito longo, ao contrário do que esses políticos, que haviam apoiado o movimento militar, esperavam.

Nesse período, o então presidente do Brasil era Humberto de Alencar Castello Branco, que através de Ato Institucional, suspendeu os direitos políticos dos cidadãos. Em 1967, quem assume o poder é o marechal Arthur da Costa e Silva, que, em 1968, decreta o Ato Institucional Número 5 (AI-5), que fechou o sistema político e ampliou a repressão da ditadura⁸¹.

“Os governos autoritários criam o pretexto para exercer a violência”. É assim que Silva (1985, p. 63) fala sobre o AI-5. Para o autor, a intensa mobilização estudantil que aconteceu em 1968, especialmente, em março, com a morte de um de seus representantes, a “passeata dos 100 mil” – manifestação pacífica contra o governo –, e o discurso do deputado Márcio Moreira Alves, contra a crescente violência político-militar, foram fundamentais para justificar a criação do AI-5. Silva (1985, p. 66-67) apresenta os itens enumerados no Ato Institucional:

1) Manutenção da Constituição; 2) Suspensão dos direitos políticos e cassação de mandatos por 10 anos; 3) Intervenção nos Estados e Municípios; 4) Suspensão das garantias constitucionais quanto a vitaliciedade e inamovibilidade, podendo demitir e reformar militares, aposentar funcionários e juizes; 5) Decretação de estado de sítio e sua prorrogação, estabelecendo prazo de vigência; 6) Confisco de bens resultantes de enriquecimento ilícito; 7) Suspensão de *habeas corpus*; 8) Recesso do Congresso e das Assembléias por prazo indeterminado.

Iniciou-se, assim, de acordo com o autor, a caça aos políticos que eram contra o governo ditatorial. Em 1969, Costa e Silva adoece e é substituído por Médici⁸², que faz com que a repressão e a censura aumentem, vigorando em todos os meios de comunicação. O período também foi marcado pela tortura e pelo assassinato de pessoas suspeitas ou contra o governo, e pelos “desaparecimentos” – eliminações – políticos, conforme assinala da Lisbôa (2010, p.

⁸¹ Informações retiradas do texto “Período republicano teve início em 1889, com a proclamação da República pelo Marechal Deodoro”, localizado no Anexo A deste trabalho.

⁸² Lisbôa (2010, p. 190, grifo da autora) reflete: “Os ditadores que assumiram a presidência do país ainda são vistos, em especial dentro das Forças Armadas, como heróis do combate ao comunismo. Prova disso é a homenagem que prestou, em 2006, a turma de formandos da Escola Preparatória para Cadetes do Exército – que se intitulou *Presidente Emílio Garrastazu Médici*, e o celebrou como patrono”. A partir disso, pensa-se também na toponímia: vários são os nomes – principalmente os instituídos de maneira arbitrária – que homenageiam figuras que foram responsáveis pela morte e pela cassação dos direitos de diversas pessoas. Um exemplo claro disso aconteceu em Porto Alegre, que teve o nome da Avenida Castelo Branco modificado para Avenida da Legalidade e da Democracia, por meio de um projeto de lei que buscava não homenagear vultos históricos ligados à ditadura militar.

192-193). A autora afirma que “a legislação brasileira previa a pena de morte, mas a ditadura militar, ao invés de condenar judicialmente à pena máxima, optou por matar na ilegalidade” (LISBÔA, 2010, p. 195) e que

o *Projeto Brasil: Nunca Mais*, coordenado pela Arquidiocese de São Paulo, envolveu o exame dos processos políticos arquivados no Supremo Tribunal Militar que tramitaram na justiça entre abril de 1964 e março de 1979. Mais de um milhão de páginas, reunidas em 707 processos completos e dezenas de outros incompletos trouxeram à luz as denúncias de tortura, mortes e desaparecimentos feitas pelos presos políticos nas sessões de julgamento nas auditorias militares, e a realidade de funcionamento da Justiça Militar brasileira como braço repressivo da ditadura (LISBÔA, 2010, p. 195).

A partir do documento, a autora elenca uma série de métodos utilizados por militares para torturar os capturados, como o pau-de-arara, o choque elétrico, a cadeira do dragão, a palmatória, entre outros. Silva (1985, p. 72) aponta que “foi no governo Médici que mais dura se fez a repressão. Invertendo a lei da física, foi a reação que provocou a ação”. A onda de violência alcançou altos índices no país. O governo estava disposto a eliminar os “fora-da-lei”, valendo-se de quaisquer medidas para isso. Ainda nesse período, houve o “milagre econômico” do país, quando, antes de entrar em colapso, enfim o Brasil desenvolveu-se economicamente, apesar de a pobreza da população só ter aumentado.

Em 1974, o General Ernesto Geisel assume a presidência, iniciando um lento progresso em direção à democracia. Houve maior abertura política, busca por investimentos internacionais, mas, também, o retorno da inflação, a desestruturação do setor público e o aumento desenfreado da dívida externa brasileira, que cresceu quatro vezes no período de 1974 a 1977, indo de 12 para 50 bilhões de dólares, o que comprometia o futuro do Brasil e fazia desses anos uma década perdida (SADER, 1990, p. 29). Em 1978, Geisel anula o AI-5 e coloca o general João Batista Figueiredo para a sucessão da presidência.

Nesse período, marcado pela profunda crise que se instaurou após o “milagre econômico”, Figueiredo decretou a Lei da Anistia, que perdoava presos e perseguidos políticos, importante passo rumo à democracia, e reestabeleceu o pluripartidarismo⁸³. Esse cenário, aliado às grandes manifestações pelas “Diretas já”, foi fator fundamental para o enfraquecimento e declínio da ditadura militar brasileira, que já contava com duas décadas. A partir disso,

a chamada Nova República foi sendo instaurada assim como uma mistura híbrida entre o velho e o novo. Inegavelmente se trata de um novo regime. A forma de

⁸³ Informações retiradas do texto “Período republicano teve início em 1889, com a proclamação da República pelo Marechal Deodoro”, localizado no Anexo A deste trabalho.

dominação política foi modificada, substituindo as instâncias militares por formas parlamentares: a nova Constituição fortaleceu o papel do Congresso, as liberdades individuais foram ampliadas, o direito de organização política foi explicitado, introduziram-se direitos da cidadania que antes não constavam de nosso sistema jurídico, tem vigência, ao menos teoricamente, um Estado de direito, baseado em leis votadas por um Parlamento eleito pelo voto universal e direto. O presidente da República foi finalmente escolhido por esse mesmo mecanismo, obtendo uma legitimidade institucional que nenhum outro possuía desde 1964 (SADER, 1990, p. 54).

Assim, aos poucos, o Brasil redemocratizou-se. Durante os vinte anos de Ditadura Militar, vários direitos cidadãos foram prejudicados. A censura instaurada privava a população de ter acesso a informações e de manifestar-se. Durante esse período de muito conflito no cenário brasileiro, criaram-se sete municípios na RCI, que são apresentados nas subdivisões a seguir.

4.1.1 Nova Bassano (1964)

Inserido nesse contexto histórico, o município de Nova Bassano foi o primeiro a ser criado, como apresentado no Quadro 32.

Quadro 32 – Nova Bassano (1964)

Município/Topônimo: Nova Bassano		
Nome(s) anterior(es): Bassano Dell Grappa e Silva Pais*		
Gentílico: bassanense*	Código IBGE: 431290*	Fundação: 23/05/1964*
Distrito(s): Ø*		
Bandeira:  **		Brasão:  **
Histórico: “Distrito criado com a denominação de Nova Bassano, pelos Atos Municipais n.ºs 9, de 12-06-1905 e 3, de 11-09-1924, subordinado ao município de Prata. [...] No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Silva Pais (ex-Nova Bassano), figura no município de Prata. Pelo Decreto-lei Estadual n.º 720, de 29-12-1944, o município de Prata tomou a denominação de Nova Prata. Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o distrito de Silva Pais, figura no município de Nova Prata (ex-Prata). Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o distrito de Nova Bassano (ex-Silva Pais), figura no município de Nova Prata. Elevado à categoria de município com a denominação de Nova Bassano, pela Lei Estadual n.º 4.730, de 23-05-1964, desmembrado do município de Nova Prata.”*		

Informações enciclopédicas: “Nova Bassano teve como primeira denominação ‘Bassano Dell Grappa’ em homenagem aos imigrantes oriundos do norte da Itália, província de Vicenza. A povoação surgiu em 1891, em terras do Estado. Antes a região era habitada pelos índios coroados, que aos poucos se afastaram do local. Os primeiros migrantes desbravadores eram todos italianos em grupos de 30 famílias, e receberam do Estado 10 hectares cada uma. Com o crescimento gradativo da sede do distrito que pertencia a Nova Prata, a população passou a idealizar a emancipação política. Constitui-se então uma comissão em 05 de dezembro de 1962, na Assembléia Legislativa do Estado, no intuito de realizar o plebiscito do qual fundamentou-se a emancipação. No dia 10 de janeiro de 1965 foram realizadas as eleições para o Executivo e Legislativo, e o Município passou a existir, fundamentado na Lei Estadual nº 4.730, de 23 de maio de 1964. No dia 10 de janeiro de 1965, foram realizadas as eleições, para o Executivo e Legislativo Municipais, assumindo a Prefeitura de Nova Bassano, o Sr. Felisberto Antonio Dalla Costa.”**

Etimologia:

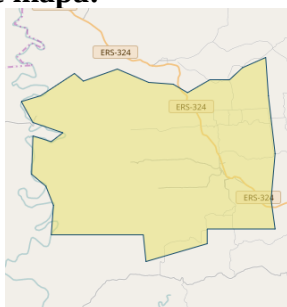
- Novo: “moço, jovem, original, de pouco uso. Do lat. *nōvus-a*.”****
- Bassano: Ø

Estrutura morfológica: elemento composto.

- Nova: nov-a.****
- Bassano: Ø

Taxonomia: cronotopônimo

Imagem de mapa:



*

Foto da cidade:



**

Pesquisador: Bruno Misturini

Fontes:

- * IBGE. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/5EPF>>. Acesso em: 15 jun. 2017.
- ** Prefeitura Municipal de Nova Bassano. Disponível em: <<http://www.novabassano.rs.gov.br/>>. Acesso em: 15 jun. 2017.
- *** CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.
- **** HECKLER, Evaldo; BACK, Sebald; MASSING, Egon Ricardo. *Dicionário morfológico da língua portuguesa*. São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1984. 5 v.

Fonte: elaboração do autor.

De acordo com o exposto no quadro, nota-se que a primeira denominação do lugar, ainda em 1891, foi Bassano Dell Grappa, referência à comuna italiana de mesmo nome,

localizada na região do Vêneto, de onde partiram os imigrantes que chegaram ao local⁸⁴. Já em 1905, o nome sofre uma primeira mudança ao tornar-se oficial: passa a se chamar Nova Bassano. Observa-se, porém, que, apesar disso, a homenagem à terra italiana permaneceu – até 1934, quando, diante do cenário político da época, o nome mudou para Silva Pais, uma vez que nomes italianos não eram permitidos no Brasil (ver subcapítulo 2.3). Este foi um brigadeiro português enviado para o Brasil em 1735 a fim de lutar pelo Império na conquista e no desenvolvimento do Sul do país, sendo o responsável pela fundação da cidade de Rio Grande (VELLINHO, 1969). Em 1960, passada a Era Vargas, o então distrito volta a se chamar Nova Bassano, tendo sua emancipação em 1964.

O município é constituído apenas pela sua sede, não havendo distritos vinculados à sua prefeitura. A bandeira de Nova Bassano é dividida em três partes iguais na vertical, cada uma possuindo uma cor – verde, amarelo e azul, respectivamente. Ao centro, encontra-se o brasão. Neste, na parte inferior, localiza-se o nome do município, ao centro, e os anos 1892, à direita, e 1964, à esquerda. A primeira data, possivelmente, assinala a chegada dos primeiros imigrantes às terras da então cidade – apesar de em seu histórico essa data ser 1891 –, enquanto a segunda data simboliza a emancipação do município. Acima disso, ramos com espigas de milho e tomates ilustram a importância da agropecuária para o desenvolvimento do local. Ao centro, uma cruz e três cachos de uva⁸⁵ provavelmente remetem à chegada dos imigrantes, tradicionalmente conhecidos por sua fé e pelo seu trabalho. Há, ainda, a presença de uma árvore e de um córrego de água, itens que dizem respeito à natureza local.

O nome pode ser classificado como um cronotopônimo, por possuir a palavra “nova”, o que remete à ideia de passagem do tempo. Apesar disso, sabe-se que a principal motivação para a escolha dessa denominação foi a referência à comuna italiana de mesmo nome. Se ignorado o indicador cronológico, poder-se-ia classificar Nova Bassano como um corotopônimo.

Destaca-se, por fim, que este foi o primeiro município da RCI a adotar permanentemente um nome que remetesse a alguma cidade italiana. Esse desejo já havia sido demonstrado nos municípios de Flores da Cunha, antigamente chamado de Nova Trento, e Farroupilha, já denominado Nova Milano. Ainda chama a atenção o fato de esse nome ter sido oficializado durante o Regime Militar Brasileiro.

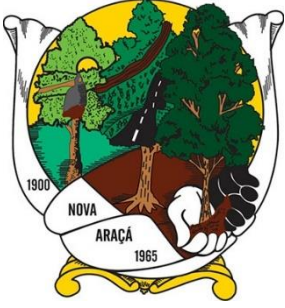
⁸⁴ Informações coletadas no site da Prefeitura de Nova Bassano, constantes no Quadro 32, apontam para o fato de, antes de chegada dos primeiros imigrantes, existirem índios habitando o local, e que estes afastaram-se do local. Sabe-se, contudo, como já dito anteriormente, que houve diversos conflitos envolvendo imigrantes e nativos.

⁸⁵ De acordo com o site da Prefeitura de Nova Bassano, parte economia do município é baseada, principalmente, na plantação de milho, soja e tomate. Dessa forma, os cachos de uva ocupam um papel muito mais simbólico do que de representação econômica.

4.1.2 Nova Araçá (1964)

Ainda em 1964, criou-se também o município de Nova Araçá, como apresentado no quadro a seguir.

Quadro 33 – Nova Araçá (1964)

Município/Topônimo: Nova Araçá		
Nome(s) anterior(es): Serra do Carreiro, Serra do Prata, Matto Del Signore e Araçá*		
Gentílico: aracaense*	Código IBGE: 431280*	Fundação: 22/12/1964*
Distrito(s): Ø*		
Bandeira:  **		Brasão:  **
Histórico: “1901: 08 de março, criação do Núcleo Colonial de Araçá, pela Comissão de Terras e Colonização. [...] 1920: 29 de julho, pelo Ato nº.285 do intendente Maximiliano de Almeida é criado o 10º distrito de Lagoa Vermelha, Araçá, composto de parte do 3º, André da Rocha.[...] 1932: 24 de outubro, pelo Decreto nº.5127 do interventor Federal Dr. José Antônio Flores da Cunha, foi anexado Araçá ao município do Prata. [...]1938: 31 de março, através do Decreto nº.7199, é elevada à categoria de cidade a vila de Prata e à categoria de vila os povoados de Araçá, Nova Bassano, Vista Alegre, Protásio Alves e Flores da Cunha (Paraí). [...]1944: 29 de dezembro, pelo Decreto-Lei nº.720 do Governo Estadual, foi fixada a divisão administrativa e judiciária do Estado, vigorando sem alteração de 1º de janeiro de 1945 a 31 de dezembro de 1948, estabelecendo os limites intermunicipais e interdistritais, e alterando o nome para Nova Araçá. [...] 1964: 22 de dezembro, pela Lei nº.4884, do Exmo. Sr. Governador do Estado, Eng. Ildo Meneghetti, foi criado o município de Nova Araçá.”*		
Informações enciclopédicas: “Em 1883 é instalado o município de Lagoa Vermelha, então desmembrado de Vacaria. Em seu território, encontrava-se a área onde hoje está Nova Araçá. As terras desta localidade pertenciam a estancieiros residentes em outras partes de Lagoa, principalmente no Turvo (hoje André da Rocha). Com a chegada dos imigrantes, passaram a vender a estes as terras situadas na Serra, que eram cobertas por densas florestas. Assim começava a colonização da região de Nova Araçá, ocupada principalmente por italianos. Os primeiros habitantes eram descendentes dos imigrantes, oriundos das chamadas ‘colônias velhas’, como Bento Gonçalves, Flores da Cunha, Veranópolis, entre outros municípios. Em 8 de março de 1901 é criado o Núcleo Colonial Araçá, localizado no 3º Distrito de Lagoa Vermelha, com uma área de 25 mil hectares. A denominação, segundo relatos, tem origem no Araçá, árvore frondosa que cresciam principalmente à beira do arroio hoje também chamado Araçá, que serviam de abrigo e de ponto de encontro. Em 1932, a região é anexada ao município do Prata, sendo numerada como seu quarto distrito. Já em 1945, a localidade passa a se denominar Nova Araçá. Alguns anos mais tarde, em 1962, surge em Nova Bassano		

um movimento emancipacionista, destinado a criar um novo município abrangendo Bassano, Nova Araçá e Paraí. Depois de muitas reuniões e discussões, foi definido que Araçá buscava sua autonomia de maneira independente. E isso ocorreu em 22 de dezembro de 1964, a Lei 4.884 cria oficialmente o município de Nova Araçá.”**

Etimologia:

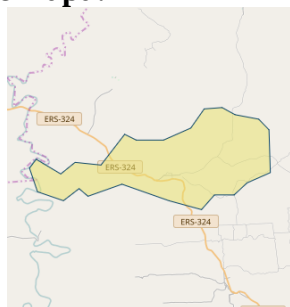
- Novo: “moço, jovem, original, de pouco uso. Do lat. *nōvus-a*.”****
- Araçá: “fruto do araçazeiro, da fam. das mirtáceas. Da tupi *ara’as*.”****

Estrutura morfológica: elemento composto.

- Nova: nov-a.****
- Araçá: araçá.****

Taxonomia: cronotopônimo

Imagem de mapa:



*

Foto da cidade:



**

Pesquisador: Bruno Misturini

Fontes:

- * IBGE. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/1VQX>>. Acesso em: 15 jun. 2017.
- ** Prefeitura Municipal de Nova Araçá. Disponível em: <<http://www.novaaraca.rs.gov.br>>. Acesso em: 15 jun. 2017.
- *** CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.
- **** HECKLER, Evaldo; BACK, Sebald; MASSING, Egon Ricardo. *Dicionário morfológico da língua portuguesa*. São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1984. 5 v.

Fonte: elaboração do autor.

Ainda antes da colonização do que hoje se conhece como Nova Araçá, o local era chamado de Serra do Carreiro ou Serra do Prata – clara referência aos rios que banhavam seu território (Rio Carreiro e Rio do Prata), de acordo com o site do IBGE⁸⁶. Esse tipo de denominação tornou-se bastante comum: tomar um nome de acidente geográfico já existente para designar um novo espaço. Com isso, as pessoas conseguiam localizar-se de maneira mais fácil; o rio, popularmente conhecido, emprestava seu nome para as terras que banhava.

Quando os primeiros imigrantes chegaram à região, chamaram-na de Matto Del Signore – propriedade de Deus –, uma vez que, além de férteis, as terras não possuíam donos. Informação do IBGE também dão conta de que, em 1901, criou-se o Núcleo Colonial de Araçá,

⁸⁶ Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/1VQX>>. Acesso em: 23 set. 2017.

localizado até em então no município de Lagoa Vermelha. Ambos nomes coexistiram durante certo tempo – Matto Del Signore e Araçá –, contudo, a segunda denominação foi a que prevaleceu, devido à enorme existência de araçazeiros na região.

Em 1932, Araçá deixa de ser subordinado a Lagoa Vermelha e passa a figurar como distrito de Nova Prata. Entre o final de 1944 e o início de 1945, a denominação precisou ser alterada devido ao fato de já existir, em Minas Gerais, o distrito de Araçá⁸⁷. Dessa forma, acrescentou-se o adjetivo “nova” ao nome, para diferenciá-lo do topônimo mineiro, como determinava a lei federal nº.5901, de 21 de outubro de 1943, que vedava a repetição de nomes de cidades e vilas, prevendo que deveria permanecer aquele que fosse mais antigo, como sinaliza o site do IBGE⁸⁸.

O município não possui distritos vinculados à sua sede. A bandeira de Nova Araçá possui fundo branco e o brasão municipal ao central. Nele, observa-se a presença de três araçazeiros – motivo pelo qual a cidade carrega esse nome. Nota-se que a planta em primeiro plano está sendo carregada por duas mãos, uma branca e outra preta, o que, provavelmente, celebra as diferenças étnicas existentes no município. Na planta ao lado, há duas estradas: uma de chão e outra pavimentada, o que pode ser relacionado ao desenvolvimento pelo qual a cidade vem passado ao longo dos anos. Já na terceira árvore, vê-se uma enxada, que possivelmente simboliza a agricultura de Nova Araçá, responsável por parte da renda e do crescimento do município. Na parte inferior, conta o nome do topônimo e os anos 1900 e 1965 – chegada dos primeiros imigrantes e emancipação política, respectivamente.

Apesar de também ser um cronotopônimo – assim como Nova Bassano –, nota-se que as motivações para as escolhas de ambos os nomes são bastante diferentes. Neste caso, o adjetivo “nova” foi acrescido apenas para diferenciar o distrito gaúcho do distrito mineiro, tendo em vista que o principal foco das duas denominações é a planta que produz o fruto que empresta o nome aos locais. Já em Nova Bassano, como visto, houve a intenção de homenagear a cidade italiana, fazendo despertar sentimentos de nostalgia e revivescência do passado dos imigrantes.

Neste caso, em que não existem distritos ligados à sede municipal, a imigração italiana atingiu nível expressivo de influência na toponímia com a denominação popular “Matto Del

⁸⁷ O distrito de Araçá foi assim denominado oficialmente em 1911, subordinado ao município de Paraopeba. Contudo, em 1943, seu nome foi alterado para Araçaí, sendo emancipado em 1962. “A razão da mudança do nome se deve ao fato de que muitas correspondências endereçadas a Araçá eram extraviadas para uma outra região que também se chamava [A]raçá, localizada próximo a Matozinhos, ou até mesmo para Araxá”. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/aracai/historico>>. Acesso em: 23 set. 2017.

⁸⁸ Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/1VQX>>. Acesso em: 23 set. 2017.

Signore”. Contudo, a flora local, representada, principalmente, pela expressiva presença de araçás, sobrepôs-se ao nome italiano quando da sua oficialização.

4.1.3 Nova Bréscia (1964)

Também no ano de 1964, criou-se o município de Nova Bréscia, como se pode observar no Quadro 34.

Quadro 34 – Nova Bréscia (1964)

Município/Topônimo: Nova Bréscia		
Nome(s) anterior(es): Tiradentes e Canabarro*		
Gentílico: bresciense*	Código IBGE: 431300*	Fundação: 28/12/1964*
Distrito(s): Ø**		
Bandeira:  **		Brasão:  **
Histórico: “Em 02/12/1934, Nova Bréscia (assim denominada, na época), elevou-se à categoria de Distrito, pelo ato nº 02. Em 29/11/1938, passando a chamar-se ‘Tiradentes’, pelo Decreto Estadual nº 11539. Em 29/12/1944, Tiradentes passou a denominar-se ‘Canabarro’, pelo Decreto nº 720. Em 04/04/1950, o nome ‘Canabarro’ foi alterado para ‘Nova Bréscia’, a pedido da população. Em 28/12/1964, conforme Lei Estadual número 4.903, foi criado município de Nova Bréscia (parte de Arroio do Meio e parte de Encantado).”*		
Informações enciclopédicas: “A imigração dos italianos está ligada ao processo de unificação da Itália e a vitória do capitalismo sobre os ‘pequenos reinos e sua estrutura agrária’, atingindo profundamente os que viviam da terra. Da Bréscia, situada na região da Lombardia, chegaram no RS muitos italianos, dando a origem à cidade de Nova Bréscia. Exatamente no ano de 1895, as famílias italianas de De Maman, Mezacasa, Casaril e Daroit, vindas dos municípios de Bento Gonçalves, Antonio Prado e Veranópolis, subiram por íngremes montanhas e estabeleceram-se na localidade de Arroio das Pedras, onde hoje é a localidade de Linha Tigrinho Alto, marco inicial da colonização do Município de Nova Bréscia, com suas 33 comunidades. Já a cidade de Nova Bréscia, teve seu marco inicial por volta de 1902, quando os primeiros colonizadores, os italianos de nascimento Santo Tilton e João Dalnora mais os brasileiros Felisberto de Freitas e João Machado, ali chegaram. Em 1906 chegavam mais colonizadores: Antonio Dall'Oglio, Batista Recco, João Magagnin e outros que se somavam aos que já estavam no local, com o fim de explorar a terra, através da agricultura, sendo que as culturas principais eram o trigo, milho e feijão. A comercialização dos produtos era realizada nas cidades vizinhas, transportadas com filas de mulas e posteriormente com carroças. Só em 1914 foi aberta a atual estrada que liga a Encantado, antes o caminho era feito pela Linha Tigrinho. Em 1924 chegou o primeiro médico, Dr. José		

Lorenzin e uma farmácia. Até então, quando necessário, os doentes eram carregados com padiolas até Encantado ou Arroio do Meio à procura de médicos. Muitos anos se passaram. Veio a emancipação e pouco antes começou uma nova história: a saga dos churrasqueiros. Nova Bréscia é hoje nacionalmente conhecida como a terra dos melhores churrasqueiros. Inúmeras são as casas espalhadas por este nosso Brasil e também pelo mundo. Na década de 60, o município tinha em torno de 11 mil habitantes. Hoje são pouco mais de 5 mil.”**

Etimologia:

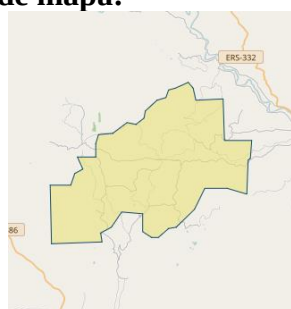
- Novo: “moço, jovem, original, de pouco uso. Do lat. *nōvus-a*.”****
- Bréscia: Ø

Estrutura morfológica: elemento composto.

- Nova: nov-a.****
- Bréscia: Ø

Taxonomia: cronotopônimo

Imagem de mapa:



*

Foto da cidade:



**

Pesquisador: Bruno Misturini

Fontes:

- * IBGE. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/3L3H>>. Acesso em: 21 jun. 2017.
- ** Prefeitura Municipal de Nova Bréscia. Disponível em: <<http://www.prefeituradenovabrescia.com.br/>>. Acesso em: 21 jun. 2017.
- *** CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.
- **** HECKLER, Evaldo; BACK, Sebald; MASSING, Egon Ricardo. *Dicionário morfológico da língua portuguesa*. São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1984. 5 v.

Fonte: elaboração do autor.

Em 1895, os primeiros imigrantes, que já estavam situados no Rio Grande do Sul, chegaram às terras de Nova Bréscia. Alguns anos depois, uma nova leva de italianos se deslocou à cidade; estes vindos diretamente da comuna italiana de Bréscia, na região da Lombardia. Assim como aconteceu em Nova Bassano, o local ficou conhecido como Nova Bréscia, trazendo para seus novos habitantes a esperança de reconstrução e ascensão social. Contudo, em 1938, durante o período de nacionalização de Vargas, como esperado, o nome do então distrito de Arroio do Meio foi alterado para Tiradentes, possível referência a Joaquim José da Silva Xavier, vulto histórico considerado herói nacional por sua participação na Inconfidência Mineira. Alguns anos depois, em 1944, ainda durante o governo de Vargas, o topônimo foi

novamente substituído: passara a se chamar Canabarro⁸⁹. Passado o período, no ano de 1950, a pedido da população, o nome do distrito voltou a ser Nova Bréscia, com emancipação conquistada em 1964. Não há distritos subordinados à sede do município.

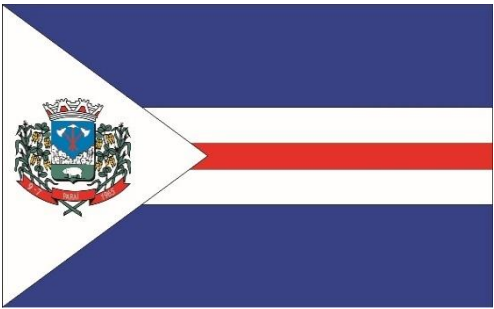
A bandeira municipal possui três faixas diagonais nas cores amarela, branca e verde. Ao centro, encontra-se o brasão. Neste, observa-se a presença de uma pedra preciosa, um frango, um arado e um cacho de uva. De acordo com o site da prefeitura, “Nova Bréscia é o maior produtor de frangos no Estado. Como identificado no brasão do município, a economia se baseia na avicultura, na viticultura, na exploração de pedras preciosas e na lavoura em geral, representada pelo arado⁹⁰”. Nota-se, ainda, na parte inferior, além do topônimo, as datas 1895 e 1965, fazendo referência à chegada dos primeiros imigrantes e à instalação do município – criado em 28 de dezembro de 1964 –, respectivamente.

Apenas nesse recorte histórico, esse é o terceiro município classificado como um cronotopônimo. A motivação para o nome assemelha-se à de Nova Bassano, sendo Nova Bréscia o segundo município criado na RCI durante a ditadura militar com referência a alguma cidade italiana, ponto de origem de parte dos imigrantes que chegaram à RCI.

4.1.4 Paraí (1965)

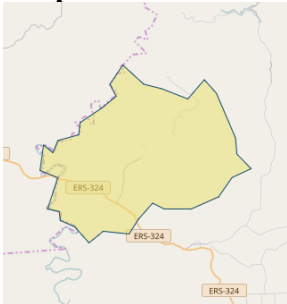
Paraí foi o vigésimo quarto município criado na RCI, e o quarto dentro do contexto da Ditadura Militar Brasileira, como se pode observar a seguir.

Quadro 35 – Paraí (1965)

Município/Topônimo: Paraí		
Nome(s) anterior(es): Flores da Cunha*		
Gentílico: paraiense*	Código IBGE: 431400*	Fundação: 09/07/1965*
Distrito(s): Ø*		
Bandeira: 		Brasão: 

⁸⁹ Apesar de não terem sido encontradas evidências, supõe-se que esse nome esteja ligado à figura de David Canabarro, personagem que, futuramente, no ano de 1965, emprestou seu nome para o antigo distrito de Trinta e Cinco, quando conquistada a emancipação municipal. Ver Quadro 37.

⁹⁰ Disponível em: <<http://www.prefeituradenovabrescia.com.br/a-cidade/dados-gerais>>. Acesso em: 23 set. 2017.

**	**
Histórico: “Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, figura no município de Prata o distrito de Flores da Cunha. Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937. Pelo Decreto-lei Estadual n.º 720, de 29-12-1944, o município de Prata tomou a denominação de Nova Prata. Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o distrito de Paraí (ex-Flores da Cunha), figura no município de Nova Prata (ex-Prata). Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960. Elevado à categoria de município com a denominação de Paraí, pela Lei Estadual n.º 4.977, de 09-07-1965, desmembrado do município de Nova Prata. Sede no antigo distrito de Parai. Constituído do distrito sede. Instalado em 14-05-1966.”*	
Informações enciclopédicas: “Existem duas versões sobre a origem de seu nome, sendo que, aquela que explica como derivação indígena, faz referência a um tipo de árvore da região. Enquanto a outra, diz que o nome Parahy data de 1º de setembro de 1912, ocasião do traçado do centro da localidade por Sizinio Kursel (Antônio Prado), agrimensor contratado por Henrique Lenzi (maior proprietário de terras da época). Na ocasião houve queda de neve e, enquanto um grupo estava reunido tomando chimarrão e uns tragos de cana, o fazendeiro propôs batizar o lugar com o nome de Para-ahí e os homens de trabalho concordaram com a proposta, o que correspondia à situação do momento, isto é, ‘parados e imobilizados pela abundante neve’. Pela contração Para-ahí, ficou Parahi, que, por se parecer com nomes indígenas, se escrevia Parahy, originando, em agosto de 1943, o nome definitivo.”*	
Etimologia: • Parar: “‘cessar, deter-se’. Do lat. <i>Pārāre</i>.”**** • Aí: “‘nesse lugar, nesse momento’. Do lat. <i>ibī</i>, com provável interferência de <i>hīc</i>.”****	
Estrutura morfológica: elemento composto • Para: par-a.*** • Aí: aí.***	
Taxonomia: dirrematotopônimo	
Imagem de mapa:  *	Foto da cidade:  **
Pesquisador: Bruno Misturini	
Fontes: * IBGE. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/5EUY>. Acesso em: 21 jun. 2017. ** Prefeitura Municipal de Paraí. Disponível em: <http://www.parai.rs.gov.br/>. Acesso em: 21 jun. 2017. *** HECKLER, Evaldo; BACK, Sebald; MASSING, Egon Ricardo. <i>Dicionário morfológico da língua portuguesa</i>. São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1984. 5 v. **** CUNHA, Antônio Geraldo da. <i>Dicionário etimológico da língua portuguesa</i>. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.	

Fonte: elaboração do autor.

Como se pode observar no Quadro 35, o primeiro nome do atual município de Paraí foi Flores da Cunha, criado originalmente como distrito de Nova Prata, em 1933. Contudo, destaca-se que, ainda em 1924, de acordo com o *site* do IBGE⁹¹, sugeriu-se que a cidade do Prata se chamasse Flores da Cunha, o que não agradou o então Presidente Borges de Medeiros, contrário a homenagear pessoas vivas com topônimos. Dessa forma, observa-se que, apesar de não ter sido homenageado na denominação da cidade, o então general emprestou seu nome ao distrito a ela vinculado. Assim, nota-se que o desejo da comissão emancipatória de fazer referência ao vulto histórico foi contemplado.

O nome atual – Paraí – passou a vigorar oficialmente somente em 1943, época em que ainda era distrito subordinado a Nova Prata. A origem do topônimo, de acordo com o *site* do IBGE, possui duas explicações: a primeira delas diz que a escolha deu-se devido à existência de uma árvore de mesmo nome, de raiz linguística indígena, que existia em abundância na área; já a outra relaciona a escolha a um episódio acontecido em 1º de setembro de 1912, quando uma grande queda de neve impossibilitou a locomoção de trabalhadores na região, que ficaram “parados aí”. Essa ocorrência climática pode ser comprovada através dos estudos de Wolff (2005), que sugerem que a nevasca de 1912 realmente cobriu todo o sul do país, sendo uma das maiores de que se tem registro.

Diante da impossibilidade de verificação de qual registro é o correto, uma vez que ambas informações foram retiradas de fonte oficial, recorreu-se à bibliografia acerca da cidade. Foram localizados, na biblioteca da Universidade de Caxias do Sul, dois livros que abordavam esse tema: *Paraí no centenário da imigração italiana*, de Busatta (1975), e *Paraí: fotografias e histórias*, de Bordignon (2015). O primeiro autor apresenta, em sua obra, três possíveis explicações para a escolha do nome, sendo uma delas a “correta”, por haver, na época, testemunhas para dar veracidade. Busatta (1975, p. 8) explica:

Em 1º de setembro de 1912, o benemérito colonizador Henrique Lenzi [...] estava com um pequeno grupo de colonos [...] fazendo o traçado urbanístico do Centro [...], quando o trabalho foi paralisado pela neve que, como é sabido pelas informações de pessoas que ainda vivem, rivalizou com a de 20-08-65, atingindo a altura de 60 cms. Pelo simples fato de estarem bloqueados, no humorismo que nascia do espetáculo da neve, dos tragos de caninha e do chimarrão, os homens de trabalho concordaram com a proposta do Sr. Henrique Lenzi de batizar o lugar com o nome de Para-ahí, o que correspondia à situação do momento, isto é, parados e imobilizados pela abundante neve. Pela contração Para-ahí, ficou Parahí que, por se parecer com nomes indígenas se escrevia PARAHY e, finalmente, desde de 12-08-43, Paraí [sic].

⁹¹ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/nova-prata/historico>>. Acesso em: 30 set. 2017.

O autor legitima essa história como a verdadeira, pois afirma que “a proposta de batizar a nova colônia com o nome de Paraí partiu do Sr. Henrique Lenzi. Angelo Bregalda e Luís Comin são apenas testemunhas” (BUSATTA, 1975, p. 8). Sabe-se, contudo, que, muitas vezes, os moradores criam explicações para determinadas nomeações⁹², para, provavelmente, provarem seu vínculo de pertencimento para com o local.

A segunda explicação encontrada em Busatta (1975) também envolve o Sr. Henrique Lenzi, porém, como assinalado pelo autor, não está fundada em testemunhos:

Henrique Lenzi vinha conhecer as terras, que fazendeiros de Lagoa Vermelha lhe ofereciam em pagamento de contas. Ao galgar o divisor das águas dos arroios dos Gordos e dos Lucas se ofereceu a seus olhos o lindo panorama do vale deste último. Teria então exclamado: “Para ahi!” Queria significar: “Basta, as terras que estou vendo me agradam. Posso compra-las. Vamos tratar do negócio!” (BUSATTA, 1975, p. 8-9).

Há, ainda, uma terceira versão para a escolha do topônimo, que foi contada pelo ex-prefeito da cidade, Guerino Somavilla, e registrada por Busatta (1975, p. 9).

Estando Henrique Lenzi demarcando, com o agrimensor João Lúcio, as cento e vinte (120) colônias que havia comprado de Máximo Subtil de Oliveira e de Afonso Dias, adquiridas por eles em 1882, quando se apresentou no “Gramadinho”, assim era denominado este lugar, um senhor de nome ignorado para defender suas terras, dizendo aos trabalhadores: “Para ahi!” Correu também esta história, não provada, entretanto, por testemunhas vivas. Poder-se-ia admitir que o Sr. Henrique Lenzi, em 1º. De setembro de 1912, quando, com ajudantes, que ainda vivem, no traçado da sede, ao escolher este nome, se lembrasse daquele *Para ahi* do homem que estava temendo a invasão de uma sua propriedade.

O autor também assinala que, segundo Mário Gardelin, historiador caxiense, *Parahy*, em Tupi, significa “Rio Ruim” ou “Água do Mar”. “Mas, nesta redondeza, os rios são todos bons e estamos muito longe do mar!” (BUSATTA, 1975, p. 9), reflete. Por fim, há registros, por meio da criação da primeira paróquia, de que o nome da localidade era Paraíso – o carimbo paroquial foi confeccionado com essa nomenclatura e o documento assinado pelo então arcebispo dizia respeito à Paróquia de São Braz do Paraíso.

⁹² Para ilustrar melhor o assunto, recorre-se ao exemplo dado por Misturini (2010). Ao analisar o topônimo Pomarosa, bairro da cidade de Bento Gonçalves, o autor constatou que, dentro de seus limites geográficos, havia, no passado, uma empresa produtora de vinagre de mesmo nome. Para explicá-lo, alguns moradores disseram que o nome tem como motivação um “pomar de rosas” ou, então, o “pomo cor de rosa”, que seria supostamente utilizado na fabricação do vinagre. Apesar disso, o autor esclarece que a palavra Pomarosa tem como origem a união das iniciais dos sobrenomes dos primeiros sócios da empresa: Poletto, Marcon, Ross e Sandrin. Observa-se, nesse contexto, que, algumas vezes, as pessoas criam explicações para aquilo que desconhecem, a fim de reforçar seu sentimento de pertença. Trata-se, também, de uma questão identitária.

Diante das possibilidades apresentadas, precisa-se de cautela ao eleger qual das versões seria a correta. Contudo, por ser a única encontrada no *site* do IBGE e no livro consultado, elenca-se, para fins de classificação taxonômica – uma vez que esta torna-se indispensável para a realização deste trabalho –, a história que envolve a nevasca de 1912 e que fez com que a tropa de trabalhadores ficasse impossibilitada de seguir em frente, fazendo com que eles tivessem que “parar aí”. Dessa forma, classifica-se Paraí como um dirrematotopônimo (topônimos constituídos de frases ou enunciados linguísticos).

No que tange aos símbolos municipais, observa-se que o brasão possui, na parte inferior, em faixa vermelha, o topônimo e a data de criação do município. Acima, estampam o escudo a figura de um porco, rochas e três instrumentos manuais (ao que tudo indica, dois machados e uma picareta), que, juntamente com os ramos de milho e bananeiras, representam as principais fontes econômicas de Paraí. A bandeira possui o brasão localizado à sua esquerda, dentro de um triângulo branco, e cinco listras coloridas horizontais à sua direita: em cada extremidade duas grandes faixas azuis, e, mais ao centro, duas faixas brancas de menor espessura, separadas por uma faixa na cor vermelha, que corta o meio da bandeira.

Nota-se, a partir do exposto, que não houve influências relacionadas com a chegada dos imigrantes italianos à região no que diz respeito à toponímia do município de Paraí.

4.1.5 Ciríaco (1965)

O próximo município criado foi Ciríaco, em 1965, como apresentado no Quadro 36.

Quadro 36 – Ciríaco (1965)

Município/Topônimo: Ciríaco		
Nome(s) anterior(es): Ø*		
Gentílico: ciriaquense*	Código IBGE: 430550*	Fundação: 28/12/1965*
Distrito(s): Cruzaltinha e São João Bosco**		
Bandeira:  **		Brasão:  **
Histórico: “Distrito criado com a denominação de Ciríaco (ex-povoado), pela Lei Municipal n.º 151, de 27-01-1950, com território desmembrado do distrito de Ametistas, subordinado		

ao município de Passo Fundo. Em divisão territorial datada de 1-VII-1955, o distrito de Ciríaco, figura no município de Passo Fundo. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960. Elevado à categoria de município com a denominação de Ciríaco, pela Lei Estadual n.º 5.195, de 28-12-1965, desmembrado do município de Passo Fundo. Sede no antigo distrito de Ciríaco.”*

Informações enciclopédicas: “Situado ao norte do Estado do Rio Grande do Sul, o nome Ciríaco tem origem no primeiro morador que se estabeleceu no local onde surgiu a cidade de Ciríaco. Não se tem dele nenhum registro escrito sobre sua estadia, origem ou procedência. Segundo os relatos da tradição, era procedente da fronteira do Rio Grande do Sul e teria se fixado, inicialmente, em Passo das Pedras, no Campo do Meio, no período de 1860 a 1890, hoje território ciriaquense. Não se tem relato se tinha família ou não. Segundo a tradição, Ciríaco, dono de uma posse de terras em Passo das Pedras, era famoso esgrimista, de fama em toda a região e seu principal paradeiro seria uma estalagem da família Oliveira, que era casa comercial e parada para pouso de tropeiros que faziam o percurso São Paulo-Fronteira do Rio Grande do Sul e vice-versa. Um certo dia provocou um jovem tropeiro de Cruz Alta para um duelo e sofreu a primeira derrota. Ferido no seu orgulho de famoso peleador e alquebrado pelo anos, entregou a sua espada ao vencedor e adquiriu uma posse de terras na região da mata, onde construiu uma choupana e ali morreu e foi enterrado. Este local passou a ser conhecido como Ciríaco e foi ali que surgiu a cidade que levou seu nome.”**

Etimologia:

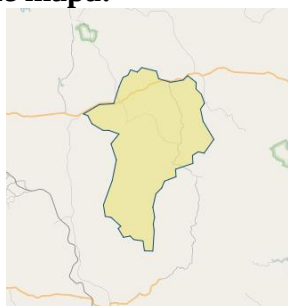
- Ciríaco: Ø

Estrutura morfológica: elemento simples

- Ciríaco: Ø

Taxonomia: antropotopônimo

Imagem de mapa:



*

Foto da cidade:



**

Pesquisador: Bruno Misturini

Fontes:

* IBGE. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/YEX>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

** Prefeitura Municipal de Ciríaco. Disponível em: <<http://www.ciriaco.rs.gov.br/>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

Fonte: elaboração do autor.

Os dados apresentados no Quadro 36 permitem verificar que o atual município de Ciríaco, mesmo antes de ser elevado a essa categoria, já foi criado com o nome que perdura até os dias atuais. Anteriormente distrito de Passo Fundo, a cidade tem em sua denominação, de acordo com o *site* de sua prefeitura, uma homenagem ao primeiro morador das áreas que deram origem a Ciríaco – o que permite classificá-lo como um antropotopônimo.

Os dados são bastante escassos acerca da história do homenageado, e a própria prefeitura apresenta sua versão pontuando que ela faz parte da *tradição local*. Observa-se, mais uma vez, episódio parecido com o de Paraí: a verdadeira motivação para a escolha do topônimo faz-se difícil de se comprovar. As leis não tinham a preocupação de registrar o porquê da escolha dos nomes. Dessa forma, é comum trabalhar-se com relatos de pessoas que não vivem mais. Constrói-se a história com base na memória, e não em dados concretos e/ou oficiais. Estes, sabe-se, nem sempre são fidedignos, assim como aqueles, não raro, auxiliam na verificação dos fatos. Com isso, lamenta-se que partes da história sejam esquecidas⁹³.

Ligados à sede municipal, há dois distritos: Cruzaltinha e São João Bosco. Contudo, infelizmente, informações relacionadas a eles estão indisponíveis nos materiais consultados. Apesar disso, deduz-se que ambos nomes estejam relacionados com a cultura religiosa de base católica que predomina na região. Como já visto, os imigrantes encontraram força nas orações; assim, acredita-se que Cruzaltinha seja uma palavra composta por justaposição que diz respeito a algum lugar alto que possuísse uma cruz ou então a algum lugar que possuísse uma cruz alta. O segundo nome faz referência a Dom Bosco, nascido em Turim, na Itália, em 1825. Quando vivo, São João Bosco foi o responsável pela criação dos oratórios e da catequese⁹⁴.

Destacam-se, na bandeira e no brasão municipal, as cores amarela, verde e laranja. A bandeira possui três listras diagonais de igual tamanho, com as cores citadas. Ao centro, localiza-se o brasão. Neste, há, em seu escudo, a representação das principais atividades econômicas do município: um pé de milho, um pé de soja, uma vaca e duas espigas de trigo – evocando a agricultura e a pecuária local. Há, ainda, uma pequena cruz, que simboliza a presença e a importância da religião para o local. Na parte inferior, encontra-se o topônimo, cercado pelas datas de sua fundação.

Ao se analisar o nome do município e seus distritos, percebe-se que houve influência da cultura de imigração principalmente nestes, que carregam em suas denominações fortes referências à igreja católica. Além de se manifestar nos nomes dos distritos, observa-se que há menção à religião no brasão municipal e, conseqüentemente, na bandeira. O pórtico da cidade também revela isso: ao lado do letreiro com o topônimo, há a estátua de um Cristo com os braços abertos.

⁹³ Abre-se, aqui, um parêntese para dizer que o estudo toponímico se justifica à medida que se percebe que itens fundamentais do passado dos lugares – como as razões para a escolha de seus nomes – são perdidos.

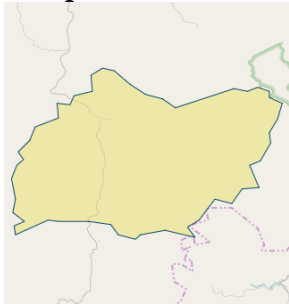
⁹⁴ Disponível em: <<https://santo.cancaonova.com/santo/sao-joao-bosco-um-homem-voltado-para-o-ceu/>>. Acesso em: 07 out. 2017.

4.1.6 David Canabarro (1965)

Ainda em 1965, criou-se o município de David Canabarro, até então subordinado a Passo Fundo, como exposto no quadro a seguir.

Quadro 37 – David Canabarro (1965)

Município/Topônimo: David Canabarro		
Nome(s) anterior(es): Serra do Carreiro, Trinta e Cinco e Vila Augusto César***		
Gentílico: canabarense*	Código IBGE: 430630*	Fundação: 28/12/1965*
Distrito(s): Ø*		
Bandeira:  ****		Brasão:  **
Histórico: “Distrito criado com a denominação de Trinta e Cinco (ex-povoado), pela Lei Municipal n.º 152, de 27-01-1950, com território desmembrado do distrito de Ametista, subordinado ao município de Passo Fundo. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o distrito de Trinta e Cinco, figura no município de Passo Fundo. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 31-XII-1963. Elevado à categoria de município com a denominação de David Canabarro, pela Lei Estadual n.º 5.196, de 28-12-1965, desmembrado do município de Passo Fundo.”*		
Informações enciclopédicas: “A origem do município de David Canabarro remonta à segunda metade do século XIX, quando iniciou-se o povoamento da área hoje delimitada em seu território oficial. [...] Com a proclamação da república brasileira, o processo continuou cada vez mais freqüente, até a década de 1930, quando intensificou-se uma corrente migratória, proveniente das primeiras colônias italianas, como as de Caxias do Sul, Alfredo Chaves, Antonio Prado, Nova Bassano e Guaporé. A partir dessa expansão colonial, foram surgindo os núcleos comunitários, formados a partir da construção de uma capela, construída logo que os colonos se estabeleciam, ao longo das picadas abertas na mata. [...] Consolidados os núcleos comunitários, todos eles ligados à atividade econômica da agricultura, um deles passa a delinear-se como a futura cidade de David Canabarro, especialmente com a criação da Paróquia da Sagrada Família, no ano de 1944, denominada de Sede Trinta e Cinco. [...] Sua evolução geopolítica parte da criação dos municípios de Rio Pardo em 1809, de Cruz Alta em 1821 e de Passo Fundo em 1857, cujos territórios incluíam o atual município de David Canabarro. As denominações do lugar incluem: Serra do Carreiro até o ano de 1935, quando passou a ser denominada Sede Trinta e Cinco, Vila Augusto César, alguns anos antes de 1950, principalmente adotado pelos padres missionários mas sem respaldo popular e David Canabarro, a partir de sua emancipação.”***		
Etimologia: • David: Ø		

• Canabarro: “sobrenome de origem patronímica derivado de Álvares, através das formas Alvarez, Alverz (Alvrez). [...] Os patronímicos são os apelidos que adotam um sufixo somado a um pronome, que indica sua filiação, por exemplo: Fernandes – significa Filho de Fernando.”*****	
Estrutura morfológica: elemento composto • David: Ø • Canabarro: Ø	
Taxonomia: historiotopeônimo	
Imagem de mapa:  *	Foto da cidade:  **
Pesquisador: Bruno Misturini	
Fontes: * IBGE. Disponível em: < http://cod.ibge.gov.br/3RXZ >. Acesso em: 13 jul. 2017. ** Prefeitura Municipal de David Canabarro. Disponível em: < http://davidcanabarro.rs.gov.br >. Acesso em: 13 jul. 2017. *** MARCHEZI, Genuir Luiz. <i>David Canabarro: sua terra, sua gente, sua história</i> . Porto Alegre: EST Edições, 2006. **** Elaboração do autor. ***** BARATA, Carlos Eduardo; BUENO, Antônio Henrique da Cunha. <i>Dicionário das famílias brasileiras</i> . São Paulo: Ibero América, 1999-2001. 2 v.	

Fonte: elaboração do autor.

De acordo com o Quadro 37, verifica-se que David Canabarro foi o quarto nome dado a esse local. Acerca desses nomes, Rocha e Fiori (2013, p. 4) explicam: no início de sua localização, quando ainda distrito de Passo Fundo, o lugar era conhecido como Serra do Carreiro – registro encontrado nos livros paroquiais. Junto desse nome localizado em fontes oficiais, os primeiros moradores do lugar também o chamavam de Costa do Carreiro ou Costa do São Domingos, referência aos rios que contornam o município. Em 1935, porém, em função de uma grande festa realizada no distrito, o nome foi alterado para Trinta e Cinco, fazendo alusão ao ano. Esse nome foi oficializado apenas em 1950, por meio da Lei Municipal No. 152. Apesar disso, em 1944, houve um esforço por parte dos padres da paróquia local em mudar o nome do distrito para Vila Augusto César. De acordo com as autoras (ROCHA; FIORI, 2013, p. 4), “Augusto César era visto como um homem desbravador com aguçada curiosidade em adentrar os sertões de toda região”. Contudo, “tal denominação não fez eco na população local, que preferiu Sede 35”.

Foi no ano de 1965, quando elevado à categoria de município, que Trinta e Cinco passou a se chamar David Canabarro. Havia grande comoção local com a possibilidade de emancipação do distrito. O nome escolhido, contam Rocha e Fiori (2013, p. 4), não levou em consideração a opinião popular:

Aliás, ninguém da comissão de emancipação preocupou-se em escolher um nome diferente do existente. Estavam preocupados e envolvidos com os trâmites que resultaram na emancipação, uma vez que aconteceram alguns importantes transtornos durante o processo. Transcorrido o prazo de quase um ano desde a notícia da possibilidade de emancipação, passando pela mobilização de algumas lideranças, a formação da comissão, da motivação das lideranças das Comunidades que faziam parte do Distrito de Trinta e Cinco, até o encaminhamento do processo junto à Assembléia Legislativa, a Comissão viu-se diante de um sério problema: o plebiscito havia negado a criação do novo município.

Em meio a esse cenário, a fim de mobilizar deputados e a oposição, sugeriu-se o nome de David Canabarro, como uma homenagem ao herói farroupilha. Com isso, a aprovação foi conquistada e emancipação alcançada.

David Canabarro, ou então David José Martins, nasceu na cidade gaúcha de Taquari, em 1796. Ainda muito jovem ingressou na carreira militar, recebendo batismo de fogo. Passou parte de sua vida entre guerras. Lutou pela independência do Uruguai e atuou como um dos chefes da Revolução Farroupilha, feito que renderia a ele, pouco mais de um século depois, a homenagem em forma de topônimo. Anos mais tarde, fez a Campanha Platina e dirigiu as operações contra os paraguaios na fronteira do Uruguai. Faleceu em 1867.⁹⁵

No que diz respeito à análise do brasão municipal, há, além do topônimo na parte inferior, a presença de elementos que remetem à atividade agrícola local, como os ramos verdes laterais, e à hidrografia, como o córrego azul na parte central. Acima deste, há um machado e uma lança, objetos que podem ser relacionados com o trabalho e a luta pela criação e emancipação da cidade.

O município é constituído apenas pela sede, não possuindo distritos. No que tange à influência da cultura de imigração italiana nos aspectos analisados no Quadro 37, observa-se que ela pouco se propagou nas antigas denominações do local. Mesmo quando escolhidas de maneira espontânea e popular, a relação existente entre os nomes e a cultura italiana não se faz presente.

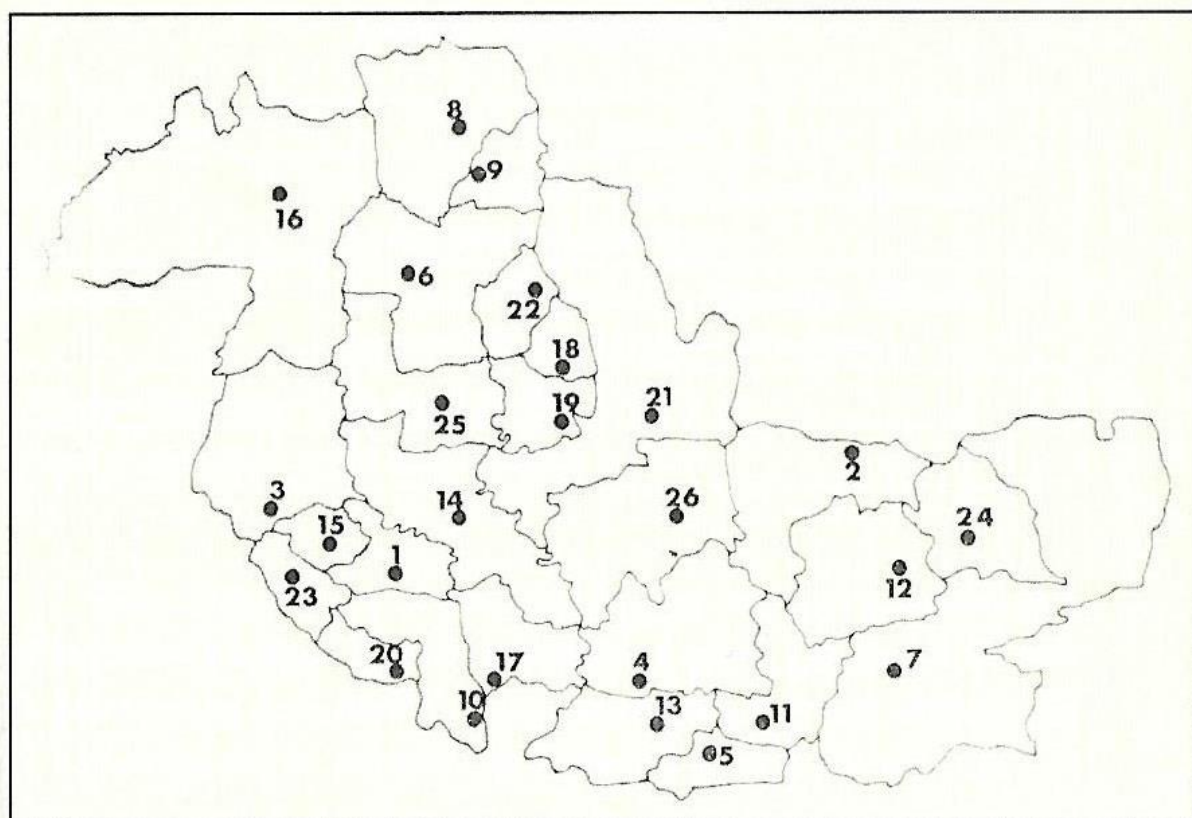
O campo “foto da cidade”, constante no quadro em análise, contém uma imagem da estátua em homenagem a David Canabarro que está localizada no centro da cidade. Dessa

⁹⁵ Disponível em: <<http://davidcanabarro.rs.gov.br/site/index.php/cidade/historia>>. Acesso em: 20 out. 2017.

forma, por sua relação com a história do Brasil e, principalmente, do Rio Grande do Sul, pode-se categorizar este nome de município como um historiotopônimo.

Destaca-se, aqui, que, até o ano de 1975, de acordo com Frosi e Mioranza (2009, p. 73), a RCI possuía vinte e seis municípios, como representado na Imagem 7.

Imagem 7 – Municípios da RCI em 1975



Fonte: Frosi e Mioranza (2009, p. 73).

O Quadro 38 indica os nomes dos municípios constantes na Imagem 7.

Quadro 38 – Municípios da RCI em 1975

1	Anta Gorda	14	Guaporé
2	Antônio Prado	15	Ilópolis
3	Arvorezinha	16	Marau
4	Bento Gonçalves	17	Muçum
5	Carlos Barbosa	18	Nova Araçá
6	Casca	19	Nova Bassano
7	Caxias do Sul	20	Nova Bréscia
8	Ciríaco	21	Nova Prata
9	Davi Canabarro [sic]	22	Paraí
10	Encantado	23	Putinga
11	Farroupilha	24	São Marcos

12	Flores da Cunha	25	Serafina Corrêa
13	Garibaldi	26	Veranópolis

Fonte: elaboração do autor com base em Frosi e Mioranza (2009, p. 73).

Observa-se que, até esse momento histórico, não houve divergências entre os dados apresentados neste trabalho e os elaborados por Frosi e Mioranza (2009). Nota-se, contudo, um hiato de dezessete anos entre a criação de David Canabarro e Cotiporã, fato não observado desde 1954, com a criação do município de Casca, vinte anos após a emancipação de Farroupilha. Acredita-se que, aqui, o contexto político vigente tenha sido determinante para que não houvesse o surgimento de novas cidades na região.

4.1.7 Cotiporã (1982)

Segue-se a análise com o município de Cotiporã, criado em 1982, como representado no Quadro 39.

Quadro 39 – Cotiporã (1982)

Município/Topônimo: Cotiporã		
Nome(s) anterior(es): Monte Vêneto*		
Gentílico: cotiporanense*	Código IBGE: 430595*	Fundação: 12/05/1982*
Distrito(s): Lajeado Bonito*		
Bandeira:  ***		Brasão:  **
Histórico: “Distrito criado com a denominação de Monte Veneto, por Ato Municipal de 18-10-1899, subordinado ao município de Alfredo Chaves. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Monte Veneto, figura no município de Alfredo Chaves. Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Cotiporã (ex-Monte Veneto), figura no município de Alfredo Chaves. Pelo Decreto-lei Estadual n.º 720, de 29-12-1944, o município Alfredo Chaves tomou a denominação de Veranópolis. Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o distrito de Cotiporã, figura no município de Veranópolis (ex-Alfredo Chaves). Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1955. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o distrito de Monte Veneto (ex-Cotiporã), figura no município de Veranópolis. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-I-1979. Elevado à categoria de município com a denominação de Cotiporã, pela Lei Estadual n.º		

7.652, de 12-05-1982, desmembrado do município de Veranópolis. Sede no antigo distrito de Cotiporã. Constituído distrito sede. Instalado em 31-01-1983. Em divisão territorial datada de 31-VII-1983, o município é constituído do distrito sede. Pela Lei Municipal n.º 59, de 20-08-1984, é criado o distrito de Lajeado Bonito (ex-povoado e anexado ao município de Cotiporã. Em divisão territorial datada de 1988, o município é constituído de 2 distritos: Cotiporã e Lajeado Bonito.”*

Informações enciclopédicas: “Por volta de 1885, as primeiras famílias de imigrantes italianos penetraram nas terras virgens do território, estabelecendo-se nas colônias da primeira linha, atualmente denominada Frei Caneca, inclusive com algumas famílias de origem polonesa. Logo, outros imigrantes estabeleceram-se na segunda linha, a Independência, iniciando um pequeno núcleo, ao qual deram o nome de Monte Vêneto, em homenagem a região do Vêneto, na Itália, de onde eram procedentes.”*

“Em homenagem à região da Itália, de onde vieram a maioria dos moradores, chamou-se primeiramente de Monte Vêneto, nome este trocado durante a Segunda Guerra Mundial, quando os imigrantes foram perseguidos e tiveram de esconder suas raízes.”**

Etimologia:

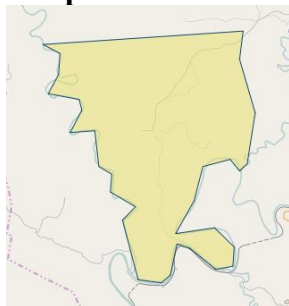
- Coty: “quarto, aposento.”*****
- Porã: “bonito, belo, formoso.”*****

Estrutura morfológica: elemento composto

- Cotiporã: coti-porã.

Taxonomia: ecotopônimo

Imagem de mapa:



*

Foto da cidade:



Pesquisador: Bruno Misturini

Fontes:

* IBGE. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/45ZP>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

** Prefeitura Municipal de Cotiporã. Disponível em: <<http://www.cotipora.rs.gov.br/>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

*** Elaboração do autor.

**** Turismo Cotiporã. Disponível em: <<http://www.turismocotipora.com.br/atrativos>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

***** BUENO, Francisco da Silveira. *Vocabulário tupi-guarani - português*. 4. ed. rev. e aum. São Paulo: Brasiliavros, 1986.

Fonte: elaboração do autor.

De acordo com o Quadro 39, percebe-se que o nome do município de Cotiporã passou por algumas mudanças ao longo da história. No início, ainda quando distrito de Alfredo Chaves, seu nome era Monte Vêneto – uma clara referência a região italiana do Vêneto, de onde veio grande parte dos italianos que chegaram à RCI. Já no período de 1939 a 1943, houve uma

mudança em sua denominação: Monte Vêneto deu lugar à Cotiporã – nome indígena que significa “aposento bonito” –, devido ao contexto político vigente (a Era Vargas, abordada no subcapítulo 2.3). Como já visto anteriormente, além desse caso, outros nomes também foram substituídos, a fim de fortalecer a nação brasileira, como Flores da Cunha e Farroupilha, antes chamadas de Nova Milano e Nova Trento, respectivamente.

Contudo, diferentemente do que aconteceu nessas cidades, quando passado o período de nacionalização governado por Vargas, em 1955, o distrito voltou a se chamar Monte Vêneto, mostrando a vontade da população local de se identificar com o nome, uma vez que Cotiporã pouco dizia acerca da realidade dos imigrantes que ali se localizavam. Apesar disso, quando elevado à categoria de município, em 1982, houve nova troca de nomes, o que tornou Cotiporã o topônimo oficial. Acerca dessas mudanças, Bertoletti (2016, p. 120), a partir da análise das leis de nomeação do então distrito, reflete:

em dezembro de 1955, o então prefeito municipal de Veranópolis, Fabiano Reschke, de origem polonesa, é quem restabelece o nome de Monte Vêneto ao 2º Distrito de Veranópolis, com a Lei Municipal nº 260. No ano seguinte, contudo, a lei é revogada por Saul Irineu Farina, descendente italiano que ocupa o cargo de prefeito municipal de 1956 a 1959.

Destaca-se que o prefeito responsável pelo retorno do nome italiano possuía origem polonesa, enquanto o prefeito o qual fez com que o nome fosse substituído pelo indígena era de ascendência italiana. Sobre esse episódio, a autora esclarece:

a substituição do nome do Distrito de Monte Vêneto para Cotiporã, em 1939, foi política e vinha ao encontro dos desejos nacionalistas de Getúlio Vargas. Apesar da tentativa de Fabiano Reschke de restabelecer o nome de origem, em 1955, no ano seguinte volta ao poder Saul Irineu Farina, que, acreditamos, imbuído ainda das ideias getulistas, revoga a lei que devolvia o nome de Monte Vêneto, que remonta aos imigrantes italianos e à sua história (BERTOLETTI, 2016, p. 120-121).

Com isso, observa-se, mais uma vez, como o contexto, principalmente político, influencia e determina as razões de nomear algum lugar. A população, geralmente, não possui vez nem voz. Interesses econômicos, ligados à ideologia vigente, lideram uma escolha que deveria dizer respeito aos moradores do local, que possuem vínculo e pertencimento com o topônimo.

Sabe-se, contudo, que a região colonizada pelos imigrantes italianos era inicialmente habitada por indígenas, o que justificaria a escolha por Cotiporã. Tem-se conhecimento, ainda, que o contato entre esses dois povos não se deu de forma pacífica. Tribos inteiras foram

expulsas. Diversos índios foram mortos. Referenciar essa cultura na escolha do topônimo não parece implicar homenagem e respeito aos povos indígenas.

Acerca do único distrito de Cotiporã, Bertoletti (2016, p. 50) afirma que

Lajeado Bonito é distrito do município de Cotiporã desde 1984, mas sua grafia sofreu alteração, pois, na lei de criação do distrito, a palavra Lajeado está grafada com “g”, muito embora a forma com “j” venha sendo utilizada há muito tempo. A troca de “j” para “g” em algumas palavras é comum na Língua Portuguesa porque esses dois grafemas representam o mesmo som.

Por meio de entrevistas, a autora conclui, ainda, que a motivação para a escolha do nome se deve realmente à existência de um “lajeado bonito junto ao arroio” (p. 51).

Quanto ao brasão municipal, diferentemente do que vinha sendo observado, há, do centro do escudo, quatro imagens: a ilustração de um homem trabalhando com a terra; a representação de um serrote, uma régua em L e uma barra de ouro; a imagem de uma igreja; e, por fim, a reprodução de parte da geografia local, com a presença de um monte, marcado pela forte vegetação, contornado por um rio. Esses elementos indicam, como já visto em outros brasões, a sua importância para a economia, como a referência ao cultivo de vegetais, e o desenvolvimento do município, como na menção ao trabalho e à religião. Abaixo disso, novamente, há uma menção à hidrografia local. A relevância da agricultura mais uma vez é colocada em evidência, pela presença de ramos de vinhedos e espigas de milho. Na parte inferior, encontra-se o nome do município – Cotiporã –, cercado pela sua data de fundação – 12/05/1982.

Como se pode observar no Quadro 39, Cotiporã significa “aposento bonito”, “quarto belo”. Dessa forma, pode-se classificar o nome como um ecotopônimo, uma vez que ele está ligado à habitação, de acordo com a taxonomia elaborada por Dick (1992).

No que tange à toponímia cotiporanense, encontra-se o trabalho *A crônica de um povo: a toponímia de Cotiporã*, de Fernanda Elisa Vicentin Bertoletti (2016). Nele, a autora reflete sobre as motivações para as denominações das ruas da cidade. Com base na taxonomia proposta por Dick, Bertoletti (2016) verifica que 56% dos hidrônimos são antropotopônimos, enquanto 22% dos casos são de historiотopônimos. Há, ainda, axiotopônimos (9% do total), e, em menor quantidade, hagiотopônimos, cardinотopônimos, litотopônimos e hidrotopônimos. Desse total, a autora destaca que 72% dos nomes fazem referência a nomes próprios individuais, enfatizando a presença de nomes de imigrantes italianos que colonizaram a cidade e de seus descendentes. Chama a atenção, também, o fato de apenas 2% desses nomes serem do sexo feminino. Ou seja, nomes masculinos italianos – que representam a cultura da região – fazem-se majoritariamente

presentes na toponímia de Cotiporã. Dessa forma, Bertoletti (2016, p. 130) afirma, ainda, que existe “no ato de denominar fortes traços identitários relativos à cultura italiana, que permanecem até hoje, pois mesmo com o desenvolvimento do município, ainda são escolhidos nomes que se referem a italianos, sejam descendentes de imigrantes ou não, como forma de manter essa identidade”.

Dessa forma, nota-se que houve forte influência da cultura italiana na primeira denominação do local: Monte Vêneto. Além da homenagem à terra de origem, elementos geográficos também estiveram presentes na escolha: é muito provável que aquele monte – então sem nome – assemelhasse-se com a paisagem da região vêneta. Houve algumas mudanças no nome do distrito que, posteriormente, tornou-se município, motivadas pelo contexto político da época. O veredito final – que oficializou o nome Cotiporã – buscou, propositalmente, ignorar elementos da cultura italiana, estrangeira. O único distrito ligado à sede municipal também não recebeu influência da cultura de imigração. Apesar disso, dados de Bertoletti (2016) demonstram que, no que tange aos hidônimos da cidade, nomes italianos ganham ênfase.

A partir do exposto, o Quadro 40 sintetiza as classificações e as motivações para as escolhas dos nomes dos municípios da RCI no recorte histórico que envolve o período da ditadura militar brasileira, de 1964 a 1985.

Quadro 40 – Classificação e motivação toponímica (1964 a 1982)

Topônimo	Classificação	Motivação
Nova Bassano	Cronotopônimo	Imigração Italiana
Nova Araçá	Cronotopônimo	Vegetação
Nova Bréscia	Cronotopônimo	Imigração Italiana
Paraí	Dirrematotopônimo	Fator Climático
Ciríaco	Antropotopônimo	História local
David Canabarro	Historiotopônimo	Revolução Farroupilha
Cotiporã	Ecotopônimo	Cultura indígena

Fonte: elaboração do autor.

Destaca-se que a classificação taxonômica é parte indispensável para a análise toponímica, porém, algumas vezes, importantes elementos passam despercebidos ao se lidar puramente com dados linguísticos. Em Nova Bassano e Nova Bréscia, há dois cronotopônimos, devido, como já justificado, ao fato de ambos nomes iniciarem com o adjetivo “nova”. Contudo, mais importante do que o adjetivo que compõe o nome próprio é o que é apresentado em seguida. Bassano e Bréscia dizem respeito às comunas italianas de onde partiram parte dos imigrantes que chegaram à RCI. Acredita-se, nesses casos, que uma análise que extrapole elementos linguísticos tornaria o resultado mais rico e verossímil. Os adjetivos são importantes,

pois eles designam a “terra nova”, porém a menção a esses dois locais é mais importante: eles dizem respeito a lugares já existentes, que possuem significado histórico e afetivo para os seus moradores. Dessa forma, a classificação como corotopônimo parece fazer mais sentido, pois está melhor relacionada com o contexto de nomeação. Apesar disso, para fins de classificação, mantem-se o padrão proposto por Dick (1992).

O mesmo acontece com Nova Araçá, também classificado como um cronotopônimo. Ora, o importante aqui é a menção à planta, vastamente encontrada na região – afinal foi a partir dela que o nome surgiu. Com isso, a taxonomia de fitotopônimo representaria de maneira mais transparente a intenção da nomeação. Dessa forma, há três cronotopônimos no grupo de municípios criados neste período: dois que dizem respeito a localidades italianas já existentes e um que faz referência à planta de araçá, bastante comum no local.

Conquanto não possua as reais razões para sua denominação de forma clara, pode-se classificar Paraí como um dirrematotopônimo, pois o nome constitui-se de um enunciado linguístico: “para + aí”. Nota-se que essa é a primeira ocorrência dessa taxa na RCI.

Ciríaco e David Canabarro dizem respeito a dois nomes próprios pessoais, contudo, este, por estar relacionado a episódios históricos, recebe a classificação de historiopotônimo, enquanto aquele, sobrenome do primeiro morador do local, pode ser classificado como um antropotopônimo, de acordo com Dick (1992). Aqui, parece que a “historicidade” de Ciríaco é diminuída, afinal ao nome não é atribuída a taxa de historiopotônimo. Observa-se, apesar disso, que a importância dada ao nome foi tamanha que ele virou o nome de um município. Enquanto em David Canabarro houve claramente uma intenção política na denominação, em Ciríaco o processo deu-se de maneira mais transparente. É muito possível que os moradores de Ciríaco conhecessem a personalidade a qual emprestava seu nome à cidade. O mesmo não se pode dizer sobre David Canabarro.

Já em Cotiporã, é possível de se observar um fenômeno, de certa forma, constante na região, que, apesar de colonizada por italianos, não nega de forma absoluta sua origem: a presença de uma palavra em língua indígena. Como já assinalado, não é a primeira vez que isso acontece: Guaporé, Marau, Muçum e Putinga são exemplos disso. Apesar de o contato entre imigrantes e índios não ter sido, na maior parte das vezes, pacífico, observa-se que houve certa preocupação em resgatar parte da história do Rio Grande do Sul que começou a ser escrita antes da chegada dos primeiros imigrantes para o estado. A palavra significa, como já apresentado, “quarto bonito”.

Ademais, verifica-se que nomes como Nova Bassano, Nova Bréscia e Monte Vêneto foram criados para reforçar a identidade dos imigrantes italianos que aqui chegaram. Ao

deixarem parte de suas vidas no país europeu, os imigrantes procuraram reconstruí-las em solo brasileiro, buscando, quando possível, referenciar e reverenciar elementos de sua origem – por isso, por exemplo, o apego à religião. Ao denominarem essas terras com nomes de suas cidades ou regiões, eles ressignificavam o espaço, sentindo-se parte dele.

Nesse sentido, de acordo com Hall (2006, p. 38),

a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo ‘imaginário’ ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’, sempre ‘sendo formada’.

Com uma linha de pensamento similar, encontra-se Cuche (2002). Segundo esse autor, precisa-se atentar para o fato de que “a identidade se constrói e se reconstrói constantemente no interior das trocas sociais” (CUCHE, 2002, p. 183). Logo, percebe-se que, longe de ser algo fixo, acabado, a identidade está em constante movimento.

As vivências e experiências humanas são fundamentais nesse processo. Apesar de Hall (2006) abordar a identidade na pós-modernidade – em que os papéis sociais não são tão bem definidos como no passado –, percebe-se que, para os imigrantes, isso aconteceu de forma diferente. Embora essas questões fossem vistas como mais “sólidas” no passado, os italianos que chegaram ao Brasil encontraram-se divididos entre o passado e o futuro.

Dessa forma, apesar de não terem vivenciado a pós-modernidade, percebe-se que, no que tange a questões identitárias, houve resistência e conflito. Segundo Hall (2006, p. 75), “somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (cada qual nos fazendo apelos, ou melhor, fazendo apelos a diferentes partes de nós), dentre as quais parece possível fazer uma escolha”. Essa pluralidade – ora intensificada pela pós-modernidade – também se fez presente no início da imigração. Ao mesmo tempo em que a identidade italiana buscava encontrar espaço no Brasil, por meio da oração, da culinária, das festas e, entre outros, da Toponímia, ela encontrava resistência – principalmente no período da Era Vargas (subcapítulo 2.3) em que o idioma italiano foi proibido em território nacional, acarretando a troca de diversos nomes de lugares.

Acerca disso, Hall (2006, p. 51, grifo do autor) pontua que

as culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre ‘a nação’, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas.

Com isso, torna-se possível verificar que, ao impor uma série de exigências aos imigrantes, o governo brasileiro tentou fazer com que a identidade estrangeira fosse silenciada, a fim de que eles absorvessem a cultura brasileira. Seguindo essa linha de raciocínio, Cuche (2002, p. 177) atribui para a identidade um caráter tanto de inclusão quanto de exclusão:

ela [a identidade] identifica o grupo (são membros do grupo os que são idênticos sob um certo ponto de vista) e o distingue dos outros grupos (cujos membros são diferentes dos primeiros sob o mesmo ponto de vista). Nessa perspectiva, a identidade cultural aparece como uma modalidade de categorização da distinção nós/eles, baseada na diferença cultural.

Verifica-se que houve, em território nacional, principalmente na Era Vargas, essa dicotomia nós/eles, calcada na exclusão de países ligados ao eixo Alemanha, Itália e Japão, durante a Segunda Guerra Mundial. Ao proibir a língua italiana em solo brasileiro, a cultura e a identidade dos imigrantes abalaram-se, uma vez que, para Kramsch (2001, p. 65), há certa conexão entre a língua de um grupo e sua identidade. Por meio do sotaque, do vocabulário, das marcas de discurso, os falantes se identificam como eles próprios e como membros de uma comunidade. Ainda para a autora,

a identidade de um grupo não é um fato natural, mas uma percepção cultural [...]. Nossa percepção da identidade social de alguém é muito culturalmente determinada. O que percebemos sobre a cultura e a língua de uma pessoa é o que fomos condicionados por nossa própria cultura para ver (KRAMSCH, 2001, p. 67).⁹⁶

Desse modo, ao se anular uma das principais diferenças entre os imigrantes e a população brasileira – a língua –, enfraquecia-se a identidade italiana, já desestabilizada. Cuche (2002, p. 182) argumenta que “uma cultura particular não produz por si só uma identidade diferenciada: esta identidade resulta unicamente das interações entre grupos e os procedimentos de diferenciação que eles utilizam em suas relações”.

Por fim, pensando acerca da questão que envolve identidade e língua, no que diz respeito à troca de nomes de lugares, Frosi, Faggion e Dal Corno (2010) constataram, na cidade de Bento Gonçalves, a mudança de nomes de ruas que estavam em língua italiana para a língua portuguesa. Segundo as autoras,

verifica-se, nos textos escritos sobre a mudança de nomes de ruas, a insistência em homenagear vultos da Pátria brasileira. Os outros nomes, importantes para os

⁹⁶ Do original: “group identity is not a natural fact, but a cultural perception [...]. Our perception of someone’s social identity is very much culturally determinated. What we perceive about a person’s culture and language is what we have been conditioned by our own culture to see [...]”.

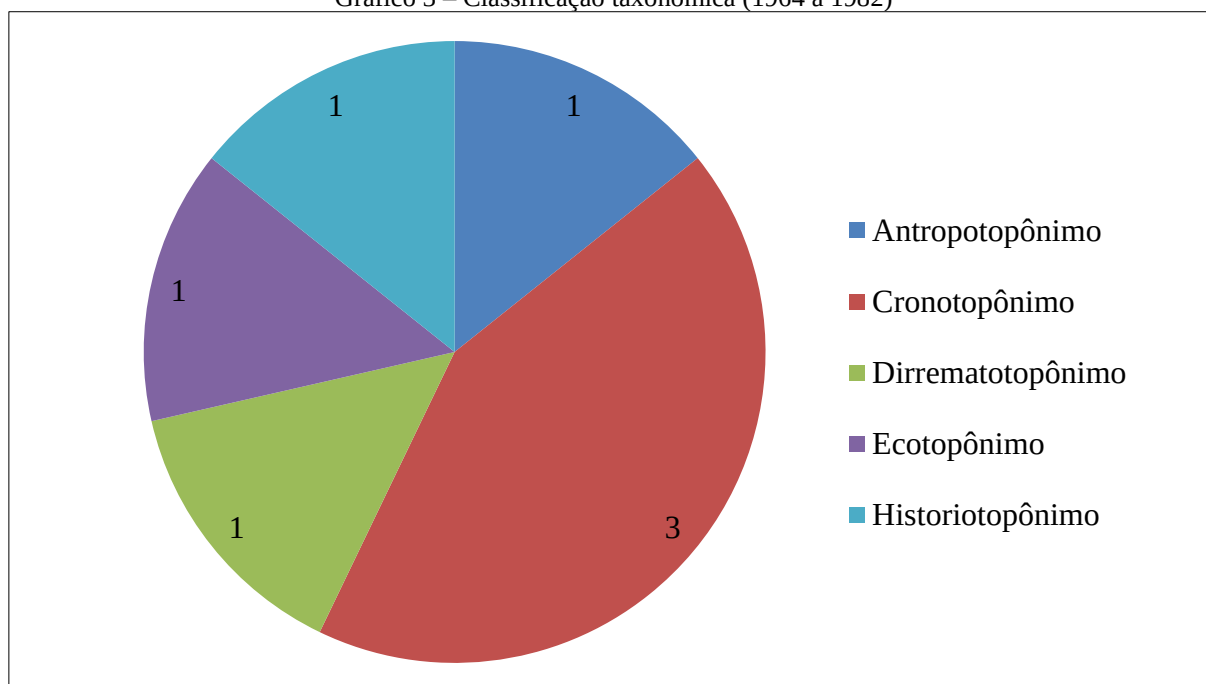
habitantes da cidade pela definição de uma identidade étnica, “nenhuma expressão tem”. Assim, substitui-se uma possível marca identitária por uma imposição (FROSI; FAGGION; DAL CORNO, 2010, p. 159).

Conclui-se, assim, que da mesma forma que os imigrantes buscaram referenciar a sua cultura de origem, para a afirmação de sua identidade étnica, o Brasil, principalmente, na Era Vargas, tentou silenciá-los, impondo-lhes a cultura brasileira. Cultura essa fortemente marcada pelo contexto político da época – ou seja, contaminada por interesses políticos, e não culturais.

Apesar disso, verifica-se que o contexto vigente à época pouco influenciou os nomes dos municípios criados no período analisado neste capítulo (1964-1985). Apesar de o país estar sob o comando da ditadura, nomes italianos foram atribuídos a municípios brasileiros. Apenas na RCI, há dois exemplos: Nova Bassano e Nova Bréscia. O episódio que envolve a mudança do nome de Monte Vêneto para Cotiporã parece não ter sofrido interferências políticas ligadas ao Estado: o atual prefeito do município, que compactuava com os ideais de Vargas, que optou pela troca do nome italiano para o topônimo de origem indígena. Nota-se, ainda, que nos vinte e um anos em que a ditadura militar vigorou no país, poucos foram os municípios criados na RCI. Dessa forma, além do número reduzido de emancipações, chama a atenção as motivações para as escolhas dos nomes, que pouco estão ligadas a episódios ou figuras nacionais, com exceção de David Canabarro, como apresentado na subdivisão 4.1.6.

O Gráfico 3 ilustra a classificação taxonômica dos sete municípios criados entre 1964 e 1982:

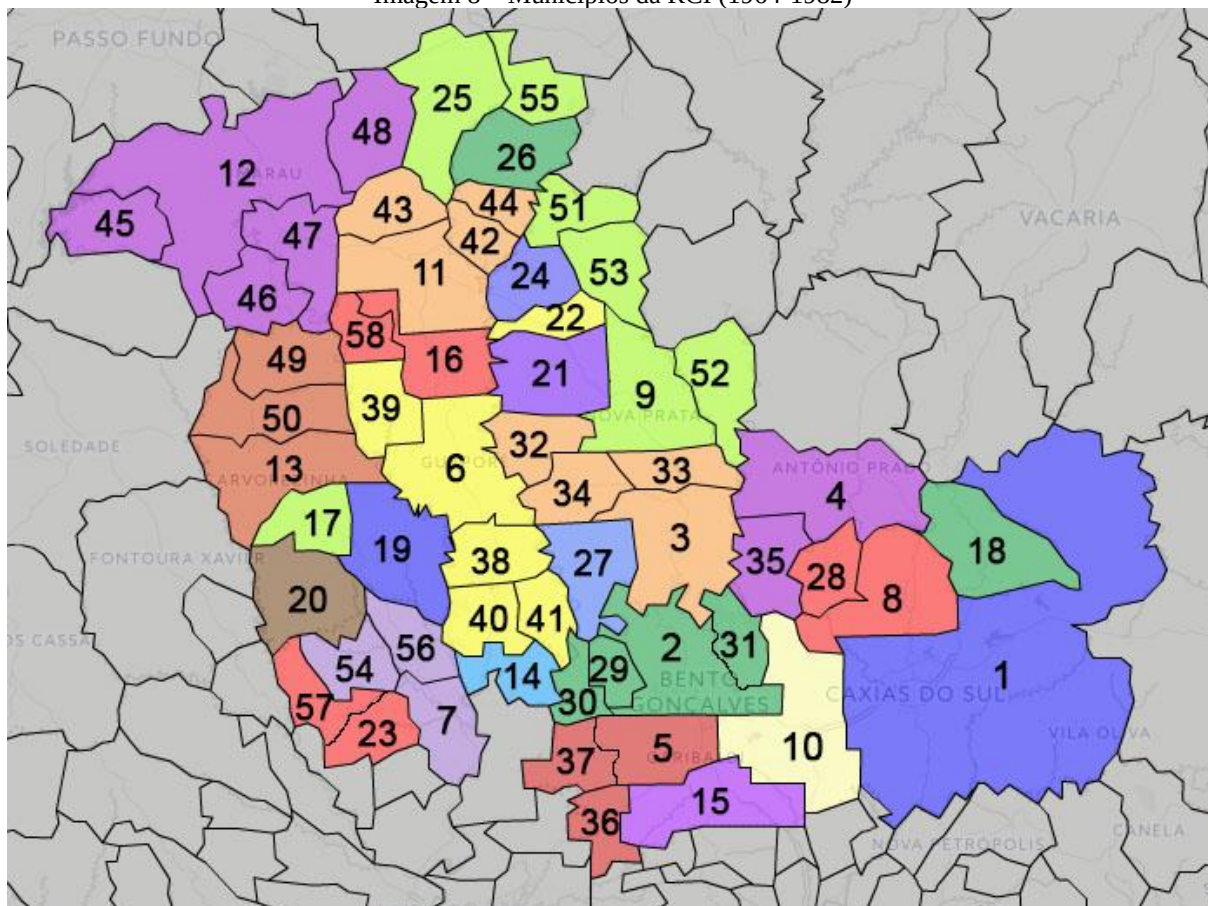
Gráfico 3 – Classificação taxonômica (1964 a 1982)



Fonte: elaboração do autor.

Por meio da Imagem 8, podem-se observar, mais uma vez, a expansão e as divisões municipais ocorridas na RCI até o ano de 1982. Nota-se que os municípios estão dispostos por cores diferentes, que abarcam, quando necessário, os futuros municípios que se originariam da então sede.

Imagem 8 – Municípios da RCI (1964-1982)



Fonte: elaboração do autor.

O Quadro 41, apresentado a seguir, contém os nomes dos municípios – e também então distritos – dispostos na Imagem 8⁹⁷. Destaca-se o fato de Ciríaco e David Canabarro (assinalados no quadro com asteriscos) terem sido integrados à RCI, em 1965, apesar de possuírem como município de origem Passo Fundo⁹⁸ – que não está situado na Região de Colonização Italiana. Acredita-se que as terras que dizem respeito a esses lugares foram de fato ocupadas por imigrantes, enquanto o restante da sede de Passo Fundo não.

⁹⁷ Os municípios analisados neste capítulo aparecem grifados em negrito no Quadro 41.

⁹⁸ Processo semelhante aconteceu também no município de Marau, que estava ligado à sede de Passo Fundo antes de conquistar sua emancipação (ver nota de rodapé nº. 80).

Quadro 41 – Classificação e motivação toponímica (1964 a 1982)

1	Caxias do Sul	30	Santa Tereza (Bento Gonçalves)
2	Bento Gonçalves	31	Pinto Bandeira (Bento Gonçalves)
3	Veranópolis	32	Vista Alegre do Prata (Veranópolis)
4	Antônio Prado	33	Vila Flores (Veranópolis)
5	Garibaldi	34	Fagundes Varela (Veranópolis)
6	Guaporé	35	Nova Roma do Sul (Antônio Prado)
7	Encantado	36	Boa Vista do Sul (Garibaldi)
8	Flores da Cunha	37	Coronel Pilar (Garibaldi)
9	Nova Prata	38	Dois Lajeados (Guaporé)
10	Farroupilha	39	União da Serra (Guaporé)
11	Casca	40	Vespasiano Corrêa (Guaporé)
12	Marau	41	São Valentim do Sul (Guaporé)
13	Arvorezinha	42	São Domingos do Sul (Casca)
14	Muçum	43	Santo Antônio do Palma (Casca)
15	Carlos Barbosa	44	Vanini (Casca)
16	Serafina Corrêa	45	Nicolau Vergueiro (Marau)
17	Ilópolis	46	Camargo (Marau)
18	São Marcos	47	Vila Maria (marau)
19	Anta Gorda	48	Gentil (Marau)
20	Putinga	49	Nova Alvorada (Arvorezinha)
21	Nova Bassano	50	Itapuca (Arvorezinha)
22	Nova Araçá	51	São Jorge (Nova Prata)
23	Nova Bréscia	52	Protásio Alves (Nova Prata)
24	Paraí	53	Guabiju (Nova Prata)
25	Ciríaco*	54	Relvado (Encantado)
26	David Canabarro*	55	Muliterno (Ciríaco)
27	Cotiporã	56	Doutor Ricardo (Encantado)
28	Nova Pádua (Flores da Cunha)	57	Coqueiro Baixo (Nova Bréscia)
29	Monte Belo do Sul (Bento Gonçalves)	58	Montauri (Serafina Corrêa)

Fonte: elaboração do autor.

Até o ano de 1985, a RCI possuía vinte e sete municípios: Caxias do Sul, Bento Gonçalves (de onde se emancipariam, no futuro, Monte Belo do Sul, Santa Tereza e Pinto Bandeira), Veranópolis (que daria, futuramente, origem a Vista Alegre do Prata, Vila Flores e Fagundes Varela), Antônio Prado (município-mãe de Nova Roma do Sul), Garibaldi (que abarcava a área de Boa Vista do Sul e Coronel Pilar), Guaporé (que era sede dos futuros municípios de Dois Lajeados, União da Serra, Vespasiano Corrêa e São Valentim do Sul), Encantado (de onde se originariam Relvado e Doutor Ricardo), Flores da Cunha (então sede de Nova Pádua), Nova Prata (sede dos distritos de São Jorge, Protásio Alves e Guabiju, que alcançariam a emancipação nos próximos anos) e Farroupilha – criados entre os anos de 1890 e 1945, analisados no segundo capítulo desta tese; Casca (de onde se desmembrariam São

Domingos do Sul, Santo Antônio do Palma e Vanini), Marau (que dizia respeito também à futura área de Nicolau Vergueiro, Camargo, Vila Maria e Gentil), Arvorezinha (município origem de Nova Alvorada e Itapuca), Muçum, Carlos Barbosa, Serafina Corrêa (de onde se emanciparia Montauri), Ilópolis, São Marcos, Anta Gorda e Putinga – criados no período de 1945 a 1964, explorados no terceiro capítulo deste trabalho; Nova Bassano, Nova Araçá, Nova Bréscia (que daria origem a Coqueiro Baixo), Paraí, Ciríaco (que abarcava o então distrito de Muliterno), David Canabarro e Cotiporã – criados entre 1964 e 1985, alvos da análise deste capítulo.

5 OS MUNICÍPIOS CRIADOS NA RCI-RS APÓS A REDEMOCRATIZAÇÃO (1985-ATUAL)

Este capítulo é destinado à análise dos nomes dos municípios criados após a redemocratização do Brasil, a partir de 1985. Houve, nesse período, a criação de trinta e um novos municípios na RCI – todos desmembrados de outros já existentes na região – sendo o primeiro emancipado em 1987, e o último, em 2013.

Compõem esse recorte histórico: Nova Roma do Sul, Dois Lajeados, Fagundes Varela, Guabiju, São Domingos do Sul, São Jorge, Vanini, Protásio Alves, Montauri, Vista Alegre do Prata, Vila Maria, Relvado, Camargo, Nova Alvorada, Vila Flores, Gentil, Itapuca, Monte Belo do Sul, Muliterno, Nicolau Vergueiro, Nova Pádua, Santa Tereza, Santo Antônio do Palma, São Valentim do Sul, União da Serra, Boa Vista do Sul, Doutor Ricardo, Vespasiano Corrêa, Coqueiro Baixo, Coronel Pilar e, por fim, Pinto Bandeira.

A seguir, dando sequência à estrutura da tese, são apresentadas informações sobre o contexto brasileiro estabelecido após o término da Ditadura Militar Brasileira e as fichas lexicográfico-toponímicas acerca dos municípios criados nesse período.

5.1 A SEXTA REPÚBLICA OU NOVA REPÚBLICA

Com o término da Ditadura Militar Brasileira, o país inicia o período conhecido como Nova República – ou, ainda, Sexta República. Paralelamente à saída dos militares do poder, houve o processo de redemocratização da política nacional. Assim, em 1985, ocorreram eleições de forma indireta para o cargo presidencial, como afirma Rodrigues (1999, p. 23):

A 15 de janeiro de 1985 reuniu-se o Colegiado Eleitoral. Dele faziam parte os membros do Congresso Nacional e delegados de Assembléia Legislativa. [...] Tancredo Neves foi eleito por 480 votos contra 180 outorgados a Paulo Maluf. Houve 26 abstenções. Sua vitória foi comemorada com Hino Nacional entoado pelos repórteres que ocupavam o plenário e por grupos populares que acompanhavam a votação fora do edifício do Congresso. Depois de 21 anos o Brasil voltava a ter um presidente civil.

Apesar disso, Tancredo Neves não chegou a assumir o cargo, por motivos de saúde. Dessa forma, o então eleito vice-presidente José Sarney tornou-se o presidente da República de forma interina. De acordo com Santos (2016, p. 171), “um de seus primeiros atos foi instituir, a partir de novembro do ano seguinte, a Assembleia Nacional Constituinte, coincidindo com as eleições legislativas e para governadores. Assim, o Congresso eleito formaria a nova

constituição”. Esse documento, a fim de evitar que se estabelecesse no país nova ditadura, instituiu a república presidencialista e o Estado democrático no Brasil, no ano de 1988.

O governo de Sarney durou até o ano de 1990, quando Fernando Collor de Mello assumiu o cargo – o primeiro presidente diretamente eleito pelo povo, de forma democrática, desde 1960 (SALLUM JR.; CASARÕES, 2011, p. 163). Contudo, Collor não terminou seu mandato: acusado de corrupção e prestes a sofrer *impeachment*, ele renunciou ao cargo. “Em outubro de 1992 o Senado abria as investigações e Collor era afastado da presidência para não mais voltar. Seu pedido de renúncia, em dezembro de 1992, não o poupou do impeachment e da perda dos direitos políticos” (MACIEL, 2011, p. 106). Foi substituído por seu vice, Itamar Franco, até 1994, quando se implantou o Plano Real no país. A criação da nova moeda pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso auxiliou a federação a fortalecer-se, em uma época de fragilidade da democracia recém-recobrada. O Real ajudou a sanar, em médio prazo, os graves problemas econômicos da época, que contavam com índices inflacionários absurdos e instabilidade financeira generalizada.

De 1995 a 2002, o Brasil foi governado por Fernando Henrique Cardoso, eleito em 1994 e reeleito em 1998, vinculado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), com um projeto de reformas econômicas de viés neoliberal e a intenção de fortalecer o país junto à comunidade internacional, bem como consolidar o Mercado Comum da América do Sul (Mercosul).

Em 1994, o Plano Real permitiu a Fernando Henrique Cardoso uma vitória relativamente fácil sobre o candidato da esquerda [...] Luiz Inácio Lula da Silva. FHC retomou o projeto neoliberal de inserção no processo de globalização econômica iniciado por Collor de forma mais bem articulada e com estabilidade na execução do processo. [...] O presidente representava o novo político dos anos 1990: jovial, contra a “política tradicional”, poliglota e intelectualizado. As linhas de ação prioritárias foram as seguintes: avançar no caminho da integração regional, aprofundando o Mercosul; estímulo à estratégia de diversificação de parceiros nas relações bilaterais; ação junto às organizações econômicas multilaterais, em especial à OMC, e concentrar esforços para elevar a posição de potência internacional do Brasil, tornando-se um membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, usando, para tanto, de argumentos como tamanho territorial, contingente populacional e seu status na organização (VIZENTINI, 2005, p. 382).

Apesar disso, o cenário mundial no qual o governo buscou sua inserção começou a se desarticular, colocando em crise o modelo diplomático instituído por Fernando Henrique Cardoso. Havia crise em diversos locais do mundo – e o Mercosul não foi uma exceção (VIZENTINI, 2005, p. 385). Esse cenário mostrou-se propício para que houvesse uma mudança governamental nas próximas eleições.

No ano de 2002, Luiz Inácio Lula da Silva, vinculado à oposição ao governo anterior, com o Partido dos Trabalhadores (PT), tornou-se presidente da república:

o primeiro mandato de Lula é marcado pela ortodoxia macroeconômica, conforme seu comprometimento no documento intitulado Carta ao povo Brasileiro, de 22 de junho de 2002, onde se compromete com a estabilidade econômica e com o combate a inflação. Lula sustenta sua política econômica ao primeiro mandato baseado no “tripé” flutuação cambial/metabolismo de inflação/austeridade fiscal. O governo petista também é o primeiro da república pós 1986 que não desenvolve um plano econômico próprio, procedendo dessa maneira com uma continuidade do Real, estável e de inflação controlada (BARBOSA, 2012, p. 45).

Dessa forma, em 2006, Lula foi reeleito presidente do Brasil, permanecendo no poder até o ano de 2010, mantendo o perfil assistencialista e, a posteriori, travando acordos e parcerias que visavam ao fortalecimento do Brasil junto ao panorama mundial. Em 2010, com posse em 2011, a até então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, tornou-se a primeira presidenta⁹⁹ eleita do país. Seu governo buscou manter o perfil macroeconômico do governo anterior, incentivando programas sociais em consonância com crescimento empresarial. Tendo um nível de popularidade muito alto perante a população – 79%, de acordo com o Ibope¹⁰⁰ –, em 2013, Dilma foi novamente escolhida para presidir o Brasil. Em 2016, no entanto, o segundo mandato Rousseff passou a sofrer críticas frontais da elite e de organizações sociais, por não ter perfil reformista e por não conseguir conter o crescimento da inflação. Em meio a um contexto sócio-histórico difícil de ser sistematizado, em que o movimento estudantil, a classe média e organizações conservadoras foram às ruas protestar¹⁰¹, o segundo mandato da presidenta viu-se entre escombros.

Ainda no primeiro semestre de 2016, o governo Rousseff passou pelo processo de *impeachment*, encabeçado pela Câmara dos Deputados e com apoio do então vice-presidente Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), com o pretexto de que a presidenta teria autorizado manobras econômicas anticonstitucionais, como as pedaladas fiscais¹⁰², para manter a receita do país em alta. Sob acusações fortalecidas pela operação Lava Jato, da Polícia Federal (PF), que investigou esquemas de corrupção envolvendo estatais como a Petrobrás, o PT, assim como o PSDB e o PMDB, a partir de 2015, decaiu na opinião pública

⁹⁹ O termo *presidenta* encontra-se registrado no VOLP – Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

¹⁰⁰ Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-03-19/popularidade-de-dilma-bate-novo-recorde-e-sobe-para-79-diz-ibope.html>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

¹⁰¹ Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,cronologia-protestos-2015-a-2016,12157,0.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

¹⁰² Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/entenda-por-que-dilma-cometeu-o-crime-das-8220-pedaladas-fiscais-8221-8211-e-fhc-e-lula-nao/>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

– chegando a 10%¹⁰³ –, e ganhando a fama de partido corrupto, o que enfraqueceu o governo Rousseff de segundo mandato.

A presidenta declarou que teria havido um golpe de estado para tirá-la do poder e recusou-se a renunciar. Ainda em 2016, o processo de impedimento chegou ao fim, e o governo foi interrompido. Em substituição, de acordo com os preceitos constitucionais de 1988, o vice-presidente Michel Temer assumiu o cargo máximo do executivo, para concluir o mandato até 2018¹⁰⁴.

A popularidade do presidente interino nunca conseguiu ser alta, uma vez que ele não foi a escolha inicial dos votantes em Dilma Rousseff de 2016, e, igualmente, não recebeu votos da oposição, o que deu a Temer a alcunha de presidente ilegítimo¹⁰⁵. O posicionamento reformista do presidente rendeu, por alguns meses, gás à economia nacional, mas os entraves da aprovação de uma Reforma da Previdência junto à Câmara dos Deputados, além das investigações da Lava Jato em relação ao PMDB e ao próprio presidente, em consonância com a opinião pública de que o governo era corrupto, fizeram com que o crescimento nacional fosse generalizadamente tímido entre 2016 e 2018¹⁰⁶.

5.1.1 Nova Roma do Sul (1987)

Inserido nesse contexto, o município de Nova Roma do Sul foi o primeiro a ser criado, como demonstrado no Quadro 42:

Quadro 42 – Nova Roma do Sul (1987)

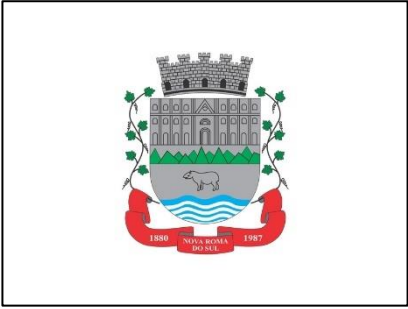
Município/Topônimo: Nova Roma do Sul		
Nome(s) anterior(es): Guararapes, Guaicurus e Nova Roma*		
Gentílico: nova-romense*	Código IBGE: 431335*	Fundação: 30/11/1987*
Distrito(s): Ø*		
Bandeira:		Brasão:

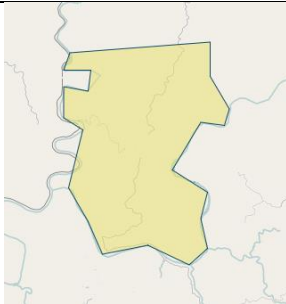
¹⁰³ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1755532-so-10-aprovam-governo-dilma-rousseff-aponta-pesquisa-cni-ibope.shtml>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

¹⁰⁴ Disponível em: <<http://g1.globo.com/hora1/noticia/2016/09/michel-temer-assume-presidencia-da-republica-ate-o-final-de-2018.html>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

¹⁰⁵ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/temer-e-reprovado-por-70-dos-brasileiros-mesmo-com-esforco-por-popularidade.shtml>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

¹⁰⁶ Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/pib-do-brasil-cresce-04-no-1-trimestre.ghtml>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

 **	 **
Histórico: “Distrito criado com a denominação de Nova Roma, por ato municipal nº 38, de 19-01-1923, subordinado ao município de Antônio Prado. [...] Pelo decreto estadual nº 7842, de 30-06-1939, confirmado pelo decreto-lei federal nº 1307, de 31-05-1939, o distrito de Nova Roma passou a denominar-se Guararapes. [...] Pelo decreto-lei estadual nº 720, de 29-12-1944, o distrito de Guararapes passou a denominar-se Guaicurus. [...] Pela lei municipal nº 95, de 25-03-1950, o distrito de Guaicurus passou a denominar-se Nova Roma. [...] Elevado à categoria de município com a denominação de Nova Roma do Sul, pela lei estadual nº 8423, de 30-11-1987, alterada em seus limites pela lei estadual nº 9038, de 08-02-1990, desmembrado de Antônio Prado.”*	
Informações enciclopédicas: “Cercado pelos Rios das Antas e da Prata, com vales profundos, as terras de Nova Roma, passaram a ser colonizadas a partir de 1880 por imigrantes poloneses, suecos, e russos. Em 1888 iniciou a vinda de italianos que em alguns anos passaram a formar a maioria da população. O território do atual município de Nova Roma do Sul pertenceu ao município de Antônio Prado durante mais de um século. A comissão de colonização dividiu-o em oito linhas onde se estruturaram 14 comunidades, cada qual com sua capela. Castro Alves foi a primeira e durante algum tempo parecia tornar-se a sede das oito linhas. Mas o povoado de Nova Treviso, na Linha Blessmann, passou a ser a nova sede, a partir de 1894, originando, com isso, inúmeras rivalidades entre os dois povoados. Em 06 de janeiro de 1899, o padre Alexandre Pelegrini, com autorização do governo, estabeleceu-se entre Castro Alves e Nova Treviso, na Linha Carlos Leopoldo, dando início ao povoado de Nova Roma, em homenagem a capital da Itália, Roma. Em alguns anos o pequeno povoado tornou-se vila e em 19 de janeiro de 1923 passou a ser segundo distrito de Antônio Prado. Após várias tentativas, já a partir de 1960, Nova Roma conseguiu sua emancipação política em 30 de novembro de 1987 e no dia 1º de janeiro de 1989, iniciou sua primeira administração municipal.”**	
Etimologia: • Novo: “moço, jovem, original, de pouco uso. Do lat. <i>nŏvus-a</i>.”*** • Roma: Ø • Do: “contr. da prep. ‘de’ com o art. pron. ‘o’”.*** • Sul: “ponto cardeal que se opõe diretamente ao norte e fica à direita do observador voltado para o este. Do anglo-saxão <i>sūth</i> (> ing. <i>south</i>), provavelmente através do a. fr. <i>su</i> (hoje <i>sud</i>).”***	
Estrutura morfológica: elemento composto • Nova: nov-a.**** • Roma: Ø • Do: d[e]-o.***** • Sul: sul.*****	
Taxonomia: cronotopônimo	
Imagem de mapa:	Foto da cidade:

 *	 **
Pesquisador: Bruno Misturini	
Fontes: * IBGE. Disponível em: < http://cod.ibge.gov.br/3FR1 >. Acesso em: 13 jul. 2017. ** Prefeitura Municipal de Nova Roma do Sul. Disponível em: < http://www.novaromadosul.rs.gov.br/ >. Acesso em: 13 jul. 2017. *** CUNHA, Antônio Geraldo da. <i>Dicionário etimológico da língua portuguesa</i> . 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010. **** HECKLER, Evaldo; BACK, Sebald; MASSING, Egon Ricardo. <i>Dicionário morfológico da língua portuguesa</i> . São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1984. 5 v.	

Fonte: elaboração do autor.

A partir do exposto, nota-se que o primeiro nome do local, ainda quando distrito de Antônio Prado, foi Nova Roma – referência à capital romana –, que se deve ao fato de suas terras terem sido colonizadas por imigrantes italianos. Em 1939, contudo, observa-se que o nome mudou para Guararapes. Nesse período, destaca-se que o Brasil vivia a Era Vargas, fato que justifica a mudança de nome, como já explicado no subcapítulo 2.3. Com isso, tem-se a substituição de um nome italiano para um nome que faz menção a um episódio da história militar brasileira: a Batalha dos Guararapes aconteceu em Pernambuco, na década de 1640, e foi marcada pela disputa econômica travada entre Portugal e Espanha (BENTO, 2004).

Em 1944, no entanto, ainda durante o governo de Vargas, o município passou a adotar o nome Guaicurus, de origem indígena. De acordo com Herberts (1998, p. 19), “o termo ‘Guaicurú’ era usado de forma genérica pelos Guarani para designar os vizinhos de ethos belicoso que habitavam a margem ocidental do médio rio Paraguai, entre os afluentes Pilcomayo e Yabebiri”. Não se sabe ao certo o que motivou essa troca, uma vez que o nome anterior já atendia aos critérios de nacionalização propostos por Vargas. Nota-se, apesar disso, que, passado o período ditatorial e a Segunda Guerra, o distrito voltou a se chamar Nova Roma. Sobre isso, Panozzo (1996, p. 33) afirma:

com o final da 2ª. Guerra Mundial e com a derrota dos países do eixo [Alemanha, Itália e Japão], a política nacional brasileira pôde reassumir suas diretrizes, não havendo mais restrições no que dizia respeito direta ou indiretamente àqueles países.

Foi, então, [...] que a localidade pôde denominar-se novamente Nova Roma, após 31 de dezembro de 1949.

Quando elevado à categoria de município, em 1987, acrescentou-se ao nome “do Sul”, em função de já existir, desde 1958, o município de Nova Roma no estado de Goiás¹⁰⁷.

Observa-se que o município não possui nenhum distrito ligado à sua sede, e que o seu nome pode ser classificado como um cronotopônimo. Novamente, acredita-se que a categorização de corotopônimo seria mais profícua para a análise aqui desenvolvida, apesar disso, mantêm-se os critérios propostos por Dick (1992).

No que tange aos símbolos do município, observa-se que a bandeira possui fundo branco com o brasão ao centro. Este, por sua vez,

é constituído de um escudo português em prata, atravessado ao centro por uma faixa dentada em sinople, tendo em chefe traçado em sable, detalhe do frontispício da Basílica de São Pedro em Roma, em contra chefe, sobre ponte de blau ondado, uma anta, como signos exteriores na parte superior, uma coroa de cinco torres também em prata, e ambos os flancos, como sustentáculos ramos de parreira em sinople, e na parte inferior um listel em vermelho com a inscrição 1880 – Nova Roma do Sul – 1987. A primeira data significando o início da ocupação das terras por poloneses, suecos e russos, e a segunda a emancipação política do município. As peças do campo do escudo simbolizam as origens étnicas e culturais, a fé, o trabalho, a economia a natureza e a história comunais da seguinte forma: no chefe, a colonização italiana que iniciou em 1886 e acabou predominando, na região a lembrança da cidade que emprestou o Município, na faixa, a serra onde o município se localiza, no contra chefe, o Rio das Antas e a espécie animal que mais se encontrava na região, esta também simbolizando um chamamento à preservação do meio ambiente. Os sustentáculos são igualmente uma referência a poupança econômica e ao progresso baseado nas dádivas da terra quando tratada com desvelo, a coroa mural e o listel, a representação da categoria política e da história administrativa municipais.¹⁰⁸

Dessa forma, verifica-se que marcas da cultura de imigração podem ser encontradas nos símbolos municipais – pela presença, principalmente, de parte da Basílica de São Pedro, localizada no Vaticano – e no próprio topônimo, que, assim como os já estudados Nova Bassano e Nova Bréscia, faz menção a uma cidade italiana.

5.1.2 Dois Lajeados (1987)

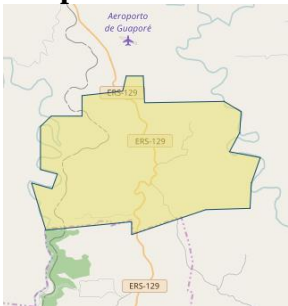
Ainda em 1987, Dois Lajeados foi elevado à categoria de município, pela Lei Estadual nº 8435, de 08 de dezembro de 1987, como fichado no Quadro 43:

¹⁰⁷ IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/nova-roma/historico>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

¹⁰⁸ Prefeitura Municipal de Nova Roma do Sul. Disponível em: <<http://www.novaromadosul.rs.gov.br/>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

Quadro 43 – Dois Lajeados (1987)

Município/Topônimo: Dois Lajeados		
Nome(s) anterior(es): Deodorópolis**		
Gentílico: dois-lajeense*	Código IBGE: 430645*	Fundação: 08/12/1987*
Distrito(s): Ø*		
Bandeira:  ****		Brasão:  **
Histórico: “Distrito criado com a denominação de Dois Lajeados, pelo ato municipal nº 6, de 24-11-1922, subordinado ao município de Guaporé. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Dois Lajeados figura no município de Guaporé. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960, até sua efetiva criação como município em 1987, desmembrando-se do município mãe - Guaporé, ao se instalar em 01.01.1989. Constituiu-se originalmente dos Distritos de Dois Lajeados, São Valentim e Santa Bárbara, todos pertencentes ao Município de Guaporé. Elevado à categoria de município com a denominação Dois Lajeados, pela lei estadual nº 8435, de 08-12-1987, alterada em seus limites pela lei estadual nº 8982, de 09-01-1990, desmembrado de Guaporé. Sede no antigo distrito de Dois Lajeados. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1989. Em 1993 perdeu os Distritos de São Valentim e Santa Bárbara, para criação do município de São Valentim do Sul.”*		
Informações enciclopédicas: “A primitiva área territorial desse município constitui a Colônia particular denominada Deodorópolis, que pertencia ao desembargador Trajano Viriato de Medeiros e a sua mulher Cândida Sabóia Viriato de Medeiros, residente no Rio de Janeiro e representados no Rio Grande do Sul, para efeito de venda das terras na Colônia mencionada por Pedro Castello Sacarello. A Primeira Transação Imobiliária ocorreu em 10 de julho de 1905. Envolveu a venda de 242000 m2 de área territorial cujo comprador foi Antônio Denardi. Em 1º de julho de 1907 Antônio Zandavalli e Francisco Mengatti compraram grande extensão territorial em Deodorópolis. Passaram então a comercializar terra e madeiras, explorando a riqueza oferecida pelos pinhais aí existentes. A erva mate e o pinhão também constituíram boas fontes de renda. As terras eram férteis, o que atraiu imigrantes. A princípio vieram os italianos e posteriormente alemães e poloneses, e filhos de imigrantes residentes em Bento Gonçalves, Veranópolis, Garibaldi e outros lugares vizinhos. Alguns para se dedicarem a agricultura, outros para desempenharem ofícios diversos tais como: ferreiros, hoteleiros, moinheiros, marceneiros, etc. A Colônia Deodorópolis, hoje Município e Cidade de Dois Lajeados, acabou adotando o nome Dois Lajeados, em decorrência de existirem ali dois córregos que formavam as nascentes do Arroio Dois Lajeados, lugar de descanso de carreteiros, viajantes e respectivos animais de carga ou tração, que pelo lugar passavam com produtos coloniais, em direção ao Porto de Muçum de onde os transportavam através de barças, que navegavam pelo Rio Taquari, até Porto Alegre.”**		
Etimologia: • Dois: “num. 2, II. Do lat. <i>duo</i> (no acus. <i>duos</i>).”***		

• Laje: “pedra de superfície plana, lousa. De origem controversa.”***	
Estrutura morfológica: elemento composto • Dois: doi-s.***** • Lajeado: laj-e-ad-o.*****	
Taxonomia: numerotopônimo	
Imagem de mapa:  *	Foto da cidade:  **
Pesquisador: Bruno Misturini	
Fontes: * IBGE. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/1PFZ>. Acesso em: 13 jul. 2017. ** Prefeitura Municipal de Dois Lajeados. Disponível em: <http://www.doislajeadosrs.com.br/>. Acesso em: 13 jul. 2017. *** CUNHA, Antônio Geraldo da. <i>Dicionário etimológico da língua portuguesa</i>. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010. **** Elaboração do autor. ***** HECKLER, Evaldo; BACK, Sebaldo; MASSING, Egon Ricardo. <i>Dicionário morfológico da língua portuguesa</i>. São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1984. 5 v.	

Fonte: elaboração do autor.

A partir do exposto, observa-se que, antes de ser criado como distrito, sob a denominação de Dois Lajeados, o local, ainda quando propriedade particular, chamava-se Deodorópolis – ou seja, Terra de Deodoro. Acerca disso, Karam (1992, p. 153) pontua:

Em 2 de setembro de 1904, duas procurações lavradas no Tabelionato da Rua do Rosário, no. 56, no Rio de Janeiro, foram transcritas no cartório interino de Guaporé, pelo então funcionário Antônio Carlos Burlamaque, de fls. 113 a 115 do livro no. 1. Através delas, o Desembargador Trajano Viriato de Medeiros e sua mulher Cândida Sabóia Viriato de Medeiros, residentes no Rio de Janeiro, designavam, entre outras pessoas, o senhor Pedro Castella Sacarello para fazer venda de terras situadas no município de Guaporé, na colônia “Deodorópolis”, nome que davam às mesmas terras “em homenagem à memória de meu saudoso amigo Marechal Manoel [sic] Deodoro da Fonseca, e as quais estão encravadas no perímetro da colônia Guaporé e município do mesmo nome... devendo dito nome figurar nas escrituras de venda dos lotes coloniais...” esta determinação foi respeitada desde a primeira transação imobiliária em 1905, até 1918, espaçando-se, até desaparecer.

Nota-se, por meio do exposto, que o nome fazia uma homenagem a Manuel Deodoro da Fonseca, Chefe Administrativo do Rio Grande do Sul em 1886 e Presidente da República de

1889 a 1891¹⁰⁹. Com o passar do tempo, as terras foram habitadas por imigrantes italianos (vindos da Itália e também de regiões já habitadas do estado, como, por exemplo, Bento Gonçalves), alemães e poloneses. Em 1922, quando da criação oficial do distrito, então vinculado ao município de Guaporé, recebeu o nome de Dois Lajeados, devido à existência de dois córregos que formavam as nascentes do Arroio Dois Lajeados. Nota-se, com isso, que a presença do arroio homônimo que motivou o novo nome dado ao lugar.

Verifica-se, ainda, que, atualmente, não existem distritos vinculados à sede do município. Apesar disso, sabe-se, de acordo com o quadro, que, no passado, São Valentim e Santa Bárbara eram subordinados a Dois Lajeados. Ambos distritos deixaram, no ano de 1993, de pertencer ao município, para, juntos, darem origem a São Valentim do Sul. Com isso, torna-se possível notar que a religião foi fator de extrema importância quando esses distritos foram nomeados – possivelmente havia capelas que homenageavam esses mesmos santos nos locais.

De acordo com a classificação de Dick (1992), atribui-se ao nome a taxonomia de numerotopônimo, pois há em sua estrutura a palavra Dois. Contudo, novamente, acredita-se que o fator principal a ser levado em conta na análise deste topônimo seja seu segundo elemento – lajeado –, e não o numeral que aparece por primeiro.

Quanto aos símbolos municipais, Karam (1992, p. 222-223) revela que “o Escudo, em formato de cuia, com seus detalhes e cores, reporta-se aos aspectos econômicos, geográficos e culturais da região”, já a bandeira – não localizada no site da prefeitura –, “de acordo com o artigo 3º, inciso I da Lei Municipal no. 100-1990, compõe-se de três panos nas cores azul, branca e azul, sendo que a azul, em tonalidade clara, representa a serenidade, a branca a paz e a integração entre todos os munícipes”.

Conclui-se, com base nas informações apresentadas, que pouca foi a influência da imigração italiana na toponímia analisada do município de Dois Lajeados. O atual nome do município e o anterior não possuem relação com a cultura íta, e o mesmo se aplica aos símbolos municipais. Já aos distritos – ambos com nomes religiosos –, pode-se estabelecer relação com o cotidiano dos imigrantes, fortemente marcado pela religião.

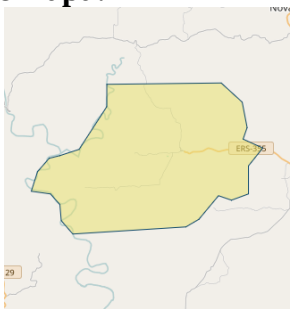
5.1.3 Fagundes Varela (1987)

Também em 08 de dezembro de 1987, foi criado o município de Fagundes Varela, como apresentado a seguir:

¹⁰⁹ Enciclopédia Britannica. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Manuel-Deodoro-da-Fonseca>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

Quadro 44 – Fagundes Varela (1987)

Município/Topônimo: Fagundes Varela		
Nome(s) anterior(es): Cento, Segunda de Barro Preto e Bela Vista**		
Gentílico: fagundense*	Código IBGE: 430786*	Fundação: 08/12/1987*
Distrito(s): Ø*		
Bandeira:  **		Brasão:  **
Histórico: “Distrito criado com a denominação de Bela Vista, por Ato Municipal de 12-06-1905, segundo outra fonte, o Ato n.º 9 que criou o distrito de Bela Vista, subordinado ao município de Alfredo Chaves. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Bela Vista figura no município de Alfredo Chaves. Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Fagundes Varela permanece no município de Alfredo Chaves. Pelo Decreto-lei Estadual n.º 720, de 29-12-1944, o município de Alfredo Chaves passou a denominar-se Veranópolis. Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o distrito de Fagundes Varela permanece no município de Veranópolis. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960. Elevado à categoria de município com a denominação de Fagundes Varela, pela Lei Estadual n.º 8.460, de 08-12-1987, alterada em seus limites pela Lei Estadual n.º 9.035, de 08-02-1990, desmembrado de Veranópolis.”*		
Informações enciclopédicas: “A história de Fagundes Varela começou a ser desenhada em 1888, quando da chegada dos primeiros imigrantes europeus, particularmente italianos, que desbravaram a mata e trilharam um novo caminho. Ao par da história do cotidiano dos imigrantes, destaca sua inicial preocupação máxima, especificamente da parte dos italianos, que é a organização religiosa. Sem a preocupação de estabelecer a sede do futuro Curato ou Paróquia, a população foi traduzindo sua fé numa sementeira pujante de capitéis e capelas. O momento crítico da mudança de pátria, a privação material, social e religiosa inicial foi sendo superado magistralmente por um quase inato senso social e comunitário italiano, a ponto de poder-se dizer que, Fagundes Varela, a ex-Bella Vista, organizou-se socialmente com base religiosa católica. A vivência da fé foi o primeiro e grande patrimônio comum da população, a partir da qual se abriram picadas, ergueram-se capitéis, escolas, capelas, sempre de forma cooperativa. O pequeno povoado, da capela de Santo Antônio de Pádua, fundada em 1891, ficou conhecido como o Cento, por estar localizado no lote rural número cem. Também, o local era conhecido por Segunda de Barro Preto. Em 12 de junho de 1905, o povoado é elevado à categoria de Distrito de Veranópolis, passando a denominar-se Bella Vista e a partir de 1938, Fagundes Varela, em homenagem ao poeta Luiz Nicolau Fagundes Varela.”**		
Etimologia: • Fagundes: “sobrenome de formação patronímica: o filho de Fagundo. Nome de homem, do latim facundu, que fala com facilidade.”*** • Varela: “sobrenome de origem geográfica. De <i>varela</i>, subst. comum.”***		
Estrutura morfológica: elemento composto		

• Fagundes: Ø • Varela: Ø	
Taxonomia: antropotopônimo	
Imagem de mapa:  *	Foto da cidade:  **
Pesquisador: Bruno Misturini	
Fontes: * IBGE. Disponível em: < http://cod.ibge.gov.br/10ER >. Acesso em: 13 jul. 2017. ** Prefeitura Municipal de Fagundes Varela. Disponível em: < http://fagundesvarela.rs.gov.br >. Acesso em: 13 jul. 2017. *** BARATA, Carlos Eduardo; BUENO, Antônio Henrique da Cunha. <i>Dicionário das famílias brasileiras</i> . São Paulo: Ibero América, 1999-2001. 2 v.	

Fonte: elaboração do autor.

Observa-se, de acordo com as informações constantes no Quadro 44, que o primeiro nome do então município de Fagundes Varela foi Cento. Acerca disso, a explicação é clara: deve-se ao fato de o povoado ter se concentrado, no passado, no lote de número cem da área, também conhecido como Segunda de Barro Preto.

O Plano Municipal de Educação de Fagundes Varela – decênio 2015-2025 – apresenta que o local era “conhecido por il Cento, em referência ao lote rural número cem. Em âmbito regional, é acrescida a expressão Segunda de Barro Preto, que identificava a Linha da divisão de terras, formando o nome: o Número Cem da Segunda de Barro Preto”¹¹⁰.

Dessa forma, observa-se que provavelmente o local se chamava Il Cento, devido ao lote rural de número cem, que estava localizado na segunda linha de Barro Preto, lugar que deve ter recebido esse nome devido ao fato de a cor escura do barro ter chamado a atenção dos primeiros habitantes. Quando o local foi elevado para a categoria de distrito de Alfredo Chaves (atual Veranópolis), em 1905, o nome adotado passou a ser Bela Vista – ou Bella Vista. Destaca-se que, no *site* do IBGE, a grafia encontrada é a primeira, com apenas uma letra “l”, já no *site* da Prefeitura Municipal, encontra-se Bella Vista – o que remete à língua italiana, e não mais à portuguesa. No Plano Municipal de Educação de Fagundes Varela, consta, ainda, o seguinte

¹¹⁰ Plano Municipal de Educação do Município de Fagundes Varela – decênio 2015-2025. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/monitoramentopne/planos-municipais-de-educacao-rs/f/fagundes-valera>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

dado: “Ao ser elevado à categoria de 5º Distrito de Alfredo Chaves, em 12 de junho de 1905, e carecendo de um nome oficial, o Intendente Pelegrino Guzzo batiza-o de Bella Vista, em referência às belezas naturais do local”¹¹¹. Nota-se, com isso, que, mais uma vez, há o registro do nome em italiano, e que a motivação para a escolha do topônimo se deu em razão da exuberância do local.

No ano de 1938, cerca de meio século antes de sua emancipação, o local passou a se chamar Fagundes Varela – em homenagem ao poeta fluminense. De acordo com a Academia Brasileira de Letras,

Fagundes Varela (Luís Nicolau Fagundes Varela), poeta, nasceu em São João Marcos, atualmente Rio Claro, RJ, em 17 de agosto de 1841, e faleceu em Niterói, RJ, em 17 de fevereiro de 1875. É o patrono da cadeira n. 11, por escolha do fundador Lúcio de Mendonça. [...] Em 1861, publicara o primeiro livro de poesias, *Noturnas*. Contraiu matrimônio com a artista de circo Alice Guilhermina Luande, de Sorocaba, o que provocou escândalo na família e agravou-lhe a penúria financeira. O primeiro filho, Emiliano, morto aos três meses de idade, inspirou-lhe um dos seus mais belos poemas, “Cântico do Calvário”. A partir daí, acentuam-se nele a mania deambulatória e o alcoolismo, mas também a inspiração criadora. Publicou *Vozes da América* em 1864 e a sua obra-prima, *Cantos e fantasias*, em 1865. Nesse ano, ou em 1866, durante uma viagem prolongada ao Recife, faleceu-lhe a mulher, que não o acompanhara ao Norte. [...] Deixou-se sempre ficar na vida indefinível de boêmio, sem rumo, sem destino determinado. Casou-se pela segunda vez com a prima Maria Belisária de Brito Lambert, com quem teve duas filhas e um filho, este também falecido prematuramente. Em 1870, mudou-se com o pai para Niterói, onde viveu até o fim da vida, com largas estadas nas fazendas dos parentes e certa frequência nas rodas da boêmia intelectual do Rio. Faleceu [sic] em Niterói, aos 33 anos de idade, de derrame cerebral.¹¹²

Além disso, nota-se que não existem distritos vinculados à sede do município. Já quanto à classificação taxonômica, atribui-se ao nome a categoria de antropotopônimo, uma vez que Fagundes Varela é um nome próprio individual.

No que tange aos símbolos municipais, o site da prefeitura oferece as seguintes informações:

A Lei Municipal nº 114, de 10 de maio de 1990, instituiu os símbolos municipais: a Bandeira e o Escudo. O concurso público para a criação dos símbolos foi vencido pelo fagundense Mauro Bassani. A Bandeira do Município, na cor branca, representa a paz, a tranquilidade e a esperança do povo. No centro da mesma, o Brasão, em formato escudo, representa a atividade agrícola, a indústria em desenvolvimento, a religiosidade do povo, a descendência italiana, a fauna, a alegria e a hospitalidade do

¹¹¹ Plano Municipal de Educação do Município de Fagundes Varela – decênio 2015-2025. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/monitoramentopne/planos-municipais-de-educacao-rs/f/fagundes-valera>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

¹¹² Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/fagundes-varela/biografia>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

povo fagundense. Completam o escudo os dizeres: Fagundes Varela 1888-1987, datas da colonização e da criação do Município¹¹³.

A partir do exposto, analisa-se que a cultura italiana se fez presente nos nomes anteriores do município. Vê-se que há registro de dois nomes no idioma estrangeiro ligados ao local: Il Cento e Bella Vista. Resquícios da cultura de imigração ainda podem ser encontrados nos símbolos municipais, principalmente no tocante à religião e ao plantio de uva.

5.1.4 Guabiju (1987)

O município de Guabiju, assim como Dois Lajeados e Fagundes Varela, também foi criado em 08 de dezembro de 1987, como exposto no Quadro 45:

Quadro 45 – Guabiju (1987)

Município/Topônimo: Guabiju		
Nome(s) anterior(es): Ø*		
Gentílico: guabijuense*	Código IBGE: 430925*	Fundação: 08/12/1987*
Distrito(s): Ø*		
Bandeira: 		Brasão: 
Histórico: “Distrito criado com a denominação de Guabiju (ex-povoado), pela Lei Municipal n.º 41, de 25-11-1948, subordinado ao município de Nova Prata. Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o distrito permanece no município de Nova Prata. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960. Elevado à categoria de município com a denominação de Guabiju, pela Lei Estadual n.º 8.449, de 08-12-1987, alterada em seus limites pela Lei Estadual n.º 9.045, de 08-02-1990, desmembrado de Nova Prata.”*		
Informações enciclopédicas: “Inicialmente a região era habitada por índios, os quais teriam migrado e se conservado em terras do sul há muitos anos atrás. Pertenciam a tribo dos Coroados, nação dos Gê ou Tapuias. Hoje, os descendentes desta tribo encontram-se agrupados nas reservas controladas pela Fundação Nacional do Índio, nos toldos de Cacique Doble, Liguro, Nonoai, Água Santa e outros. As terras da localidade passaram a pertencer a três grandes latifundiários, aproximadamente de 200 colônias de 25 hectares cada uma, cujos proprietários eram Lúcio Teodoro Telles, Júlia Nunes Mesquita e Pedro Manoel da Trindade. Os primeiros colonizadores da localidade, por volta de 1915, foram o casal Tranquilo		

¹¹³

Faversani e Ida Jacinta Ferreira Faversani. Ao se estabelecerem, ele se tornou comerciante e ela professora. Com o passar dos anos, outras famílias chegaram, algumas de imigrantes italianos, tais como: os Stocco, Cavagnol, Frizon e outros, dando a localidade o aspecto característico da colonização italiana. A primeira comunidade somente foi fundada no dia 20 de setembro de 1964, denominada Sociedade Recreativa Bochofila Guabijuense. O nome do novo Município é originado de uma árvore frutífera nativa muito comum na região.”*

Etimologia:

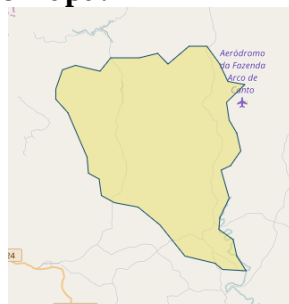
- Guabiju: “nome de uma planta e de seu fruto amarelo. De *guabi-yu*.”*****

Estrutura morfológica: elemento simples

- Guabiju: guabiju.*****

Taxonomia: fitotopônimo

Imagem de mapa:



*

Foto da cidade:



Pesquisador: Bruno Misturini

Fontes:

* IBGE. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/469S>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

** Prefeitura Municipal de Guabiju. Disponível em: <<http://www.guabijurs.com.br/>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

*** Google Maps. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

**** Elaboração do autor.

***** HECKLER, Evaldo; BACK, Sebaldo; MASSING, Egon Ricardo. *Dicionário morfológico da língua portuguesa*. São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1984. 5 v.

***** BUENO, Francisco da Silveira. *Vocabulário tupi-guarani - português*. 4. ed. rev. e aum. São Paulo: Brasiliavros, 1986.

Fonte: elaboração do autor.

Os dados apresentados no quadro permitem verificar que Guabiju foi a primeira denominação do local, ainda quando da sua criação como distrito de Nova Prata. Nota-se, ainda, que não existem distritos vinculados à sede do município. Além disso, classifica-se Guabiju como um fitotopônimo, uma vez que o nome faz menção à fruta de mesmo nome. Como constante no quadro, vê-se que a planta que produz o fruto guabiju pode ser encontrada na região com bastante facilidade – fato que motivou a escolha por esse topônimo.

No que diz respeito aos símbolos municipais, apesar de não ter sido possível o acesso à bandeira, nota-se que o brasão faz muita referência a elementos naturais. Isso pode ser explicado pela fato de a agricultura e a pecuária desempenharem “um papel fundamental na economia do

município de Guabiju[;] de um modo geral, pratica-se a policultura, com cada família plantando um pouco de tudo. [...] Os produtos mais cultivados são milho, soja, batata, fumo, pipoca e outros”¹¹⁴. Além disso, há a presença de uma planta, que pode simbolizar o guabijueiro. Observa-se, ainda, na parte inferior, em faixa vermelha, o nome do município e sua data de criação¹¹⁵.

Dessa forma, considerando-se que o município não possui distritos e que não há registros de nomes anteriores, verifica-se que não houve influência da cultura de imigração nos dados analisados no Quadro 45.

5.1.5 São Domingos do Sul (1987)

Ainda nesta data, criou-se, também, o município de São Domingos do Sul, como pode ser visto no Quadro 46:

Quadro 46 – São Domingos do Sul (1987)

Município/Topônimo: São Domingos do Sul		
Nome(s) anterior(es): São Domingos e Quatipi*		
Gentílico: são-dominguense*	Código IBGE: 431805*	Fundação: 08/12/1987*
Distrito(s): Santa Gema*		
Bandeira:  ****		Brasão:  **
Histórico: “Distrito criado com a denominação de São Domingos, por ato municipal nº 60, de 23-04-1925, subordinado ao município de Guaporé. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito figura no município de Guaporé. Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937. Pelo decreto-lei estadual nº 720, de 29-12-1944, o distrito de São Domingos passou a denominar-se Quatipi. No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o distrito já denominado Quatipi figura no município de		

¹¹⁴ Prefeitura municipal de Guabiju. Disponível em: <<http://www.guabijurs.com.br/historico/52-historico>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

¹¹⁵ No site do IBGE, a data de criação do município é 08 de dezembro de 1987. Apesar disso, no brasão, ela aparece como 09 de dezembro de 1987. A partir disso, consultou-se a lei que criou o município de Guabiju, na qual é possível ler que a Lei n. 8.449 foi decretada e assinada no dia 08 de dezembro do referido ano, mas que foi publicada no DOE – Diário Oficial Eletrônico – n. 231 em 09 de dezembro. Possivelmente, a data constante no brasão faça referência à publicação da lei, e não ao seu decreto. Lei disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/08.449.pdf>>. acesso em: 22 fev. 2018.

Guaporé. Pela lei municipal nº 120, de 29-11-1949, o distrito de Quatipi passou a denominar-se São Domingos do Sul. Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o distrito de São Domingos do Sul permanece no município de Guaporé. Pela lei estadual nº 2525, de 15-12-1954, o distrito de São Domingos do Sul deixa de pertencer ao município de Guaporé para ser anexado ao novo município de Casca. Em divisão territorial datada de 1-VII-1955, o distrito de São Domingos do Sul figura no município de Casca. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 18-VIII-1988. Elevado à categoria de município com a denominação de São Domingos do Sul, pela lei estadual nº 8436, de 08-12-1987, desmembrado de Casca. Sede no antigo distrito de São Domingos do Sul. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1989. Pela lei municipal nº 85, de 05-12-1990, é criado o distrito de Santa Gema ex-povoado e anexado ao município de São Domingos do Sul.”*

Informações enciclopédicas: “A história de São Domingos do Sul, inicia por volta do ano de 1894. Quando aqui chegaram os primeiros imigrantes, encontraram morando nestas terras, alguns caboclos. Tudo era mata virgem. Essas primeiras famílias chegaram a pé, trazendo suas bagagens em cargueiros, no lombo de mulas. Começaram a derrubada do mato para a construção de suas casas e para fazer suas primeiras roças. As primeiras famílias que aqui se instalaram eram de origem alemã e polonesa, como: Pedro Kich, Jacó Poder, Cristiano Nohr e Teodoro Clark, oriundos de São Sebastião do Caí. Alguns não resistiram aos confrontos, que constantemente ocorriam com os caboclos e foram embora. As mentalidades divergiam, pois uns buscavam melhorias com o trabalho e os caboclos, que trabalhavam pouco, apossavam-se dos produtos dos outros. Por volta de 1894 a 1900, chegaram algumas famílias italianos, procedentes da região de Bento Gonçalves, Flores da Cunha, Farroupilha, Caxias do Sul, Veranópolis e Antônio Prado. Entre elas encontravam-se: Vicente Lavretti, José Poletto, Modesto Fávero, Angelo Castelani, Gerônimo Busatto, Vergílio Tosatti e José Gatto. Com a chegada destas famílias italianas, que se uniram com as alemãs e as dos poloneses, conseguiram expulsar os caboclos, os quais, posseiros que eram, partiram para terras mais distantes [...] Como estas famílias eram católicas e muito devotas a Deus construíram a primeira Capela em 1907, tendo como padroeiro da Capela São Domingos, nome que deu origem posteriormente a São Domingos do Sul.”*

Etimologia:

- Santo: “sagrado, que vive segundo os preceitos religiosos, a lei divina, segundo a tradição judaico-cristã, atributo de Deus e um de seus nomes, sublinhando a transcendência da natureza divina. Do lat. *sanctus -a -um*”.***
- Domingos: Ø
- Do: “contr. da prep. ‘de’ com o art. pron. ‘o’”.***
- Sul: “ponto cardeal que se opõe diretamente ao norte e fica à direita do observador voltado para o este. Do anglo-saxão *sûth* (> ing. *south*), provavelmente através do a. fr. *su* (hoje *sud*).”***

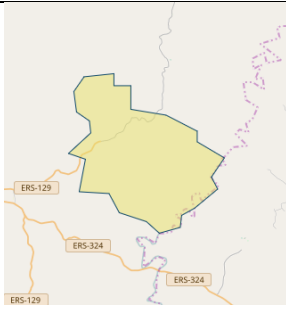
Estrutura morfológica: elemento composto

- São: são.*****
- Domingos: Ø
- Do: d[e]-o.*****
- Sul: sul.*****

Taxonomia: hagiotopônimo

Imagem de mapa:

Foto da cidade:

 *	 **
Pesquisador: Bruno Misturini	
Fontes: * IBGE. Disponível em: < http://cod.ibge.gov.br/5IMQ >. Acesso em: 02 ago. 2017. ** Prefeitura Municipal de São Domingos do Sul. Disponível em: < http://www.saodomingosdosul.rs.gov.br/ >. Acesso em: 02 ago. 2017. *** CUNHA, Antônio Geraldo da. <i>Dicionário etimológico da língua portuguesa</i> . 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010. **** Elaboração do autor. ***** HECKLER, Evaldo; BACK, Sebaldo; MASSING, Egon Ricardo. <i>Dicionário morfológico da língua portuguesa</i> . São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1984. 5 v.	

Fonte: elaboração do autor.

De acordo com os dados apresentados no Quadro 46, observa-se que, por volta de 1900, os primeiros imigrantes chegaram à região onde hoje localiza-se o município de São Domingos do Sul. Além de italianos, imigrantes alemães e poloneses também se assentaram no local, e, juntos, expulsaram os caboclos que por lá vivam. Ainda nesse período, houve a construção da primeira capela, dedicada a São Domingos. Devido a esse episódio, o local passou a se chamar, popularmente, de São Domingos, fazendo referência à presença da capela. Destaca-se, novamente, que isso era bastante comum na época, uma vez que os imigrantes eram bastante religiosos e encontravam, nas igrejas, muitas vezes, o refúgio espiritual necessário. Não raro, as regiões que abrigavam essas capelas levavam o mesmo nome do santo homenageado.

Quando elevado à categoria de distrito, o local assumiu oficialmente o nome popular: São Domingos. Contudo, em 1944, um decreto estadual fez com que o topônimo passasse a ser Quatipi – devido à existência do arroio de mesmo nome. Apesar disso, em 1949, por meio de lei municipal, o distrito volta a possuir o nome santo, chamando-se São Domingos do Sul, possivelmente devido ao fato de já existir, no município de Chapecó, em Santa Catarina, um distrito homônimo¹¹⁶.

¹¹⁶ IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/sao-domingos/historico>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

No que tange ao distrito vinculado à sede municipal de São Domingos do Sul, percebe-se que, muito possivelmente, a motivação para a escolha do nome – Santa Gema – também tenha se dado pela existência de uma capela que homenageasse essa santa. Já quanto à classificação toponímica do município, atribui-se a taxa de hagiotopônimo (o primeiro neste recorte histórico), por se tratar de um nome de santo.

Apesar de não se ter tido acesso à bandeira do município, uma breve análise do brasão permite verificar a presença de vários elementos que remetem à agricultura e também à criação de animais. Há ainda, referência às indústrias e à religião. Nota-se se todos esses elementos elencados nesse símbolo municipal foram – e continuam sendo – de suma importância para o desenvolvimento de São Domingos do Sul. Na parte inferior do brasão, ainda, há o topônimo e sua data de criação, em faixa representada pelas cores vermelho, amarelo e verde.

A partir disso, conclui-se que a cultura de imigração italiana manifestou-se neste município principalmente em aspectos relacionados à religião católica. O nome do município, o nome de seu único distrito e o seu brasão são fortes indícios disso.

5.1.6 São Jorge (1987)

Inserida nesse mesmo contexto, houve a emancipação do distrito de São Jorge, que passava a ser então município da RCI, como indicado a seguir:

Quadro 47 – São Jorge (1987)

Município/Topônimo: São Jorge		
Nome(s) anterior(es): Ø*		
Gentílico: são-jorgense*	Código IBGE: 431844*	Fundação: 08/12/1987*
Distrito(s): Ø*		
Bandeira:  ****		Brasão:  **
Histórico: “Distrito criado com a denominação de São Jorge (ex-povoado), pela Lei Municipal n.º 41, de 25-11-1948, desmembrado do território do distrito de Paraí, subordinado ao município de Nova Prata. Em divisão territorial datada de 1-VII-1955, o distrito figura no município de Nova Prata. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960. Elevado à categoria de município com a denominação de São Jorge, pela Lei Estadual n.º		

8.448, de 08-12-1987, alterada pela Lei Estadual n.º 9.039, de 08-02-1990, desmembrado do município de Nova Prata.”*

Informações enciclopédicas: “Há um século o Município era habitado por índios que por aqui deixaram apenas vestígios, pois, com a chegada dos primeiros colonizadores, foram afastando-se por entre a mata espessa que, provavelmente, oferecia maior segurança. Atualmente os descendentes desses índios vivem em reservas controladas pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio), em Nanoai, Cacique Doble e outros. Os primeiros colonos vieram em carroças puxadas por mulas, pois estas demonstravam maior resistência durante o longo percurso até as ‘novas colônias’. O caminho até as terras compradas era, na maioria das vezes, aberto pelos próprios colonizadores que vieram para cá em busca de uma vida melhor. O fundador de São Jorge mudou-se para cá com sua família por volta de 1930. Descendente de luso-brasileiros, o Sr. Pedro Nunes da Silva residiu primeiramente na Canhada Bonita. Muito amigo do Pe. Felix Busatta que visitava periodicamente a comunidade, anteriormente denominada ‘Ponte de Guabiju’, doou meia colônia de terra para que fosse construída a primeira Igreja cuja bênção foi dada em 13 de agosto de 1939 juntamente com a imagem do padroeiro, São Jorge, que ‘seu Pedro’ teve a felicidade de escolher e, cujo nome, mais tarde foi dado ao Município. Nas terras doadas pelo fundador do Município foi construída a primeira Igreja e a escola na qual as aulas eram ministradas pelo professor Elias Martini. Próximo a elas, instalaram-se os primeiros estabelecimentos que vendiam produtos de primeira necessidade aos moradores do povoado que estava se formando.”**

Etimologia:

• Santo: “sagrado, que vive segundo os preceitos religiosos, a lei divina, segundo a tradição judaico-cristã, atributo de Deus e um de seus nomes, sublinhando a transcendência da natureza divina. Do lat. *sanctus -a -um*”.***

• Jorge:

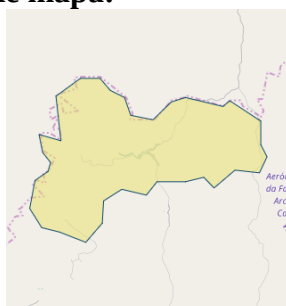
Estrutura morfológica: elemento composto

• São: são.****

• Jorge: Ø

Taxonomia: hagiotopônimo

Imagem de mapa:



*

Foto da cidade:



**

Pesquisador: Bruno Misturini

Fontes:

* IBGE. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/5JIJ>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

** Prefeitura Municipal de São Jorge. Disponível em: <<http://www.saojorge.rs.gov.br/>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

*** CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

**** HECKLER, Evaldo; BACK, Sebald; MASSING, Egon Ricardo. *Dicionário morfológico da língua portuguesa*. São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1984. 5 v.

Fonte: elaboração do autor.

Os dados expostos no Quadro 47 apontam para o fato de o atual município de São Jorge sempre ter possuído esse nome. De acordo com informações contidas no *site* da prefeitura da cidade, vê-se que a motivação para a escolha desse nome se deu pelo fato de a primeira capela construída nessa região, em 1939, ter como padroeiro São Jorge. Quando o local passou a ser distrito de Nova Prata, em 1948, o nome popular manteve-se. Quase quarenta anos depois, à época de sua emancipação, o topônimo permaneceu.

Nota-se, ainda, que não existem distritos vinculados à sede municipal, e que, de acordo com Dick (1992), São Jorge pode ser classificado, assim como São Domingos do Sul, como um hagiopônimo, pois se trata de um nome de santo.

Quanto aos símbolos oficiais, percebe-se, na ausência da bandeira, que o brasão municipal faz referência direta ao santo que empresta seu nome à cidade. Além disso, em seu escudo, também constam elementos que indicam a importância da religião – como a presença de uma cruz –, da agricultura – por meio, acredita-se, da representação de cacau –, da criação de animais – como o desenho de cabeças de gado, porco e frango –, e da atividade fabril – com o retrato de uma engrenagem e de uma indústria.

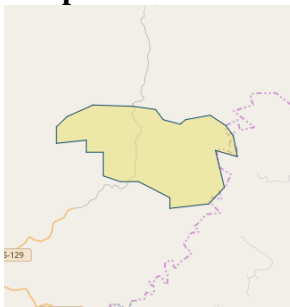
Dessa forma, nota-se que, devido ao fato de o local não possuir nomes anteriores e distritos vinculados à sede municipal, torna-se difícil verificar a influência que a cultura italiana exerceu sob esses aspectos. Apesar disso, a presença da religião católica no nome da cidade e no brasão é um indício de que esse fator, tão importante para os imigrantes, deixou suas marcas no município.

5.1.7 Vanini (1987)

Ainda em 08 de dezembro de 1987, foi criado, juntamente com Dois Lajeados, Fagundes Varela, Guabiju, São Domingos do Sul e São Jorge, o município de Vanini, como exposto no Quadro 48:

Quadro 48 – Vanini (1987)

Município/Topônimo: Vanini		
Nome(s) anterior(es): Ø*		
Gentílico: vaninense*	Código IBGE: 432255*	Fundação: 08/12/1987

Distrito(s): Ø*	
Bandeira:  ***	Brasão:  **
Histórico: “Distrito criado com a denominação de Vanini, pela Lei Municipal n.º 303, de 14-03-1967, subordinado ao município de Casca. Em divisão territorial datada de 31-XII-1968, o distrito de Vanini figura no município de Casca. Elevado à categoria de município com a denominação de Vanini, pela Lei Estadual n.º 8.459, de 08-12-1987, desmembrado dos municípios de Casca e David Canabarro. Sede no antigo distrito de Vanini do município de Casca. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1989.”*	
Informações enciclopédicas: “Os primeiros colonizadores que chegaram à região, por volta de 1906, eram oriundos de Bento Gonçalves, Veranópolis, Garibaldi e Caxias do Sul. Os italianos se instalavam nesta região, devido às características do relevo ser semelhantes as da sua terra natal (Itália) e dos municípios que migraram. Pois sabemos que nesta região, a princípio haviam se instalado algumas famílias de alemães. No entanto, devido ao relevo montanhoso acabaram indo para o Vale do Rio do Sinos. Encontraram a mata virgem formada de imensos pinhais de copa, dificultado a penetração para início de trabalho de cultivo da terra. Tudo estava por fazer, a começar pelas moradias que foram construídas de costaneiras dos pinhais, feitas de maneira artesanal. De maneira braçal, a base do machado, foram derrubando as matas e trabalhando a terra para as culturas da época. Foram abrindo ‘picadas’ na mata e com o passar do tempo pelo andar próprio do cavalo ou burro foram formando as ‘trilhas’- uma forma de escada no solo da mata, proveniente da passada e pata do cavalo. [...] A origem do nome ‘Vanini’ é oriunda do primeiro comerciante da localidade denominado Severino Vanini. Com o passar do tempo foi se popularizando e perdura até nossos dias.”**	
Etimologia: • Vanini: Ø	
Estrutura morfológica: elemento simples • Vanini: Ø	
Taxonomia: historiотopônimo	
Imagem de mapa:  *	Foto da cidade:  **
Pesquisador: Bruno Misturini	
Fontes:	

* IBGE. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/3ESE>>. Acesso em: 02 ago. 2017.
 ** Prefeitura Municipal de Vanini. Disponível em: <<https://www.pmvani.com.br/>>. Acesso em: 02 ago. 2017.
 *** Elaboração do autor.

Fonte: elaboração do autor.

De acordo com o Quadro 48, verifica-se que, ainda quando criado como distrito de Casca, em 1967, o local já se chamava Vanini. Vinte anos depois, quando da sua emancipação política, não houve alterações toponímicas. Dessa forma, a partir das informações coletadas nos *sites* do IBGE e da Prefeitura do município, parece que Vanini foi a única denominação desse local.

Apesar disso, Silveira (1999, p. 9) aponta que a localidade que hoje recebe o nome de Vanini chamava-se, no passado, de Monte Cuco, nome que faz referência a uma pequena região da Itália, de onde vieram muitos imigrantes.

Quando o local foi elevado à categoria de distrito, devido à participação de Severino Vanini no desenvolvimento do local – como comerciante e político –, homenageou-se esse morador. Chama a atenção o fato de Severino Vanini ter falecido em 25 de março de 1977 (SILVEIRA, 1999, p. 39), e o distrito que levava seu nome ter sido criado em 14 de março de 1967, de acordo com o *site* do IBGE, como apresentado no Quadro 48.

Acerca da figura homenageada, Silveira (1999, p. 79-80) afirma que

além de comerciante, Severino Vanini foi um importante líder político do PSD. Usava a influência econômica para conquistar votos para os candidatos apoiados por ele. A maioria do povo votava no PSD [...], pois Vanini afirmava que, se o partido não ganhasse as eleições, o comunismo iria assumir o poder e confiscar as terras dos agricultores. A força política de Vanini era tão grande que nem Getúlio Vargas conseguiu vencer a eleição no povoado, já que Getúlio era candidato pelo PTB. [...] o líder político fortaleceu os seus laços com o Governo Estadual, tendo inclusive hospedado o Governador do Estado Ildo Meneghetti, em três oportunidades, sendo duas no ano de 1961. Na campanha eleitoral de 58, por exemplo, que elegeu Leonel de Moura Brizola, PTB, como Governador do Estado, em Vanini o vencedor foi o Coronel Perachi Barcelos, que, a convite de Severino, visitou o povoado.

Constata-se que não há distritos ligados à sede do município. Além disso, classifica-se o nome como um *historiotopônimo*, devido à participação de Severino Vanini na política e na própria história do local. Novamente, vê-se a estreita relação entre essa classificação e a de *antropotopônimo*. Ao eleger a primeira *taxe*, acredita-se, tem-se a ideia de que a relevância do indivíduo tenha sido superior do que a de um nome classificado como *antropotopônimo*. Apesar disso, se a figura emprestou seu nome a algum lugar, parece que alguma relevância histórica ela possui.

No brasão municipal, os principais elementos da economia da cidade são representados. De acordo com o *site* da Prefeitura de Vanini, “na agricultura destaca-se o cultivo do milho, fumo, soja, feijão..., além das culturas de subsistências. Na pecuária destaca-se a criação de gado leiteiro e de corte, suinocultura e aves”¹¹⁷. Além disso, na parte inferior, em faixa vermelha, observa-se o topônimo, cercado, possivelmente, pela data de fundação do município¹¹⁸.

Com isso, contata-se que as marcas da imigração foram deixadas no primeiro nome do local – Monte Cuco – e também no atual nome, uma vez que o sobrenome utilizado como topônimo possui origem italiana.

5.1.8 Protásio Alves (1988)

Em 1988, Protásio Alves foi o primeiro município criado na região, como fichado a seguir.

Quadro 49 – Protásio Alves (1988)

Município/Topônimo: Protásio Alves		
Nome(s) anterior(es): Ø*		
Gentílico: protásio-alvense*	Código IBGE: 431517*	Fundação: 29/04/1988
Distrito(s): Ø*		
Bandeira:  ***		Brasão:  **
Histórico: “Distrito criado com a denominação de Protásio Alves, por Ato Municipal n.º 478, de 18-05-1917, subordinado ao município de Lagoa Vermelha. Nos quadros de apuração do recenseamento geral de -1-IX-1920, o distrito de Protásio Alves, figura no município Lagoa Vermelha. Pelo Decreto Estadual n.º 3.351, de 11-08-1924, o distrito de Protásio Alves foi transferido do município de Lagoa Vermelha, para constituir o novo município de Prata. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Protásio Alves,. Figura no município de Prata. Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e		

¹¹⁷ Prefeitura Municipal de Vanini. Disponível em: <<https://www.pmvanini.com.br/>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

¹¹⁸ Devido à baixa qualidade da imagem, retirada do *site* da Prefeitura Municipal de Vanini, torna-se difícil de verificar o que está escrito das laterais do nome da cidade. Apesar disso, acredita-se que se trate da data de criação do município, uma tendência observada em vários outros brasões neste trabalho. Destaca-se que o texto localizado no Apêndice A desta tese também foi encaminhado para a Prefeitura de Vanini, que não se manifestou.

31-XII-1937. Pelo Decreto-lei Estadual n.º 720, de 29-12-1944, o município de Prata tomou a denominação de Nova Prata. Em divisão administrativa referente ao ano de 1-VII-1960, o distrito de Protásio Alves, figura no município de Nova Prata (ex-Prata). Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1983. Elevado à categoria de município com a denominação de Protásio Alves, pela Lei Estadual n.º 8.580, de 29-04-1988, teve seus limites alterados pela Lei Estadual n.º 8.655, de 16-06-1988, desmembrado de Nova Prata.”*

Informações enciclopédicas: “Protásio Alves, também já chamado de Colônia do Chimarrão, Turvo e Independência, foi um pequeno reduto da colonização italiana. Antes da vinda dos imigrantes italianos, o local era apenas conhecido por aventureiros e foragidos da lei, que aqui encontravam refúgio seguro, devido à total falta de estradas. Em 1892 chegaram então, os primeiros imigrantes italianos dando início a colonização da região. Os moradores foram se organizando e surgiu a primeira Capela, conhecida como Nossa Senhora do Rosário, atualmente Padroeira do Município.”*

Etimologia:

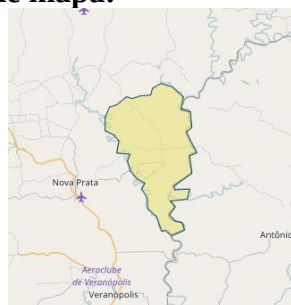
- Protásio: Ø
- Alves: “sobrenome de origem patronímica derivado de Álvares, através das formas Alverez, Alverz (Alvrez). [...] Os patronímicos são os apelidos que adotam um sufixo somado a um pronome, que indica sua filiação, por exemplo: Fernandes – significa Filho de Fernando.”*****

Estrutura morfológica: elemento composto

- Protásio: Ø
- Alves: Ø

Taxonomia: historiotopeônimo

Imagem de mapa:



*

Foto da cidade:



**

Pesquisador: Bruno Misturini

Fontes:

* IBGE. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/5FBO>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

** Prefeitura Municipal de Protásio Alves. Disponível em: <<http://www.protasioalves.rs.gov.br/>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

*** Elaboração do autor.

**** BARATA, Carlos Eduardo; BUENO, Antônio Henrique da Cunha. *Dicionário das famílias brasileiras*. São Paulo: Ibero América, 1999-2001. 2 v.

Fonte: elaboração do autor.

A partir do exposto no Quadro 49, nota-se que o município de Protásio Alves não possui nomes anteriores em sua história. Criado em 1917, foi distrito vinculado à sede de Lagoa Vermelha até 1924, quando passou a ser parte do município de Nova Prata, até sua emancipação em 1988.

Acerca da vida de Protásio Alves, Pereira (2015) narra que ele nasceu em Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, em 1859. Quando completou 17 anos, em 1877, mudou-se para o Rio de Janeiro para ingressar na Faculdade de Medicina. Diplomado, em 1882, ele retornou para o seu estado de origem. No ano seguinte, viajou para a Europa a fim de complementar seus estudos. Quando do seu retorno ao Brasil, com postura filantrópica – o médico atendia os pobres sem cobrar pela consulta –, ele se candidata ao cargo de deputado. Começa, então, a forte ligação entre o exercício da medicina e o da política na vida de Protásio Alves. Além desse cargo, ele também assumiu a Diretoria de Higiene do estado. Anos depois, participou da fundação da Faculdade Livre de Medicina e Farmácia de Porto Alegre, exercendo o cargo de diretor. No setor político, exerceu, ainda, a função de Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior do Rio Grande do Sul, e, mais tarde, de vice-presidente da Província do Rio Grande do Sul.

Verifica-se, ainda, que não existem distritos ligados à sede municipal. Outrossim, é possível classificar o nome como um historiotopônimo, devido à menção a um vulto histórico bastante importante para o desenvolvimento da saúde e da política do Rio Grande do Sul.

No que tange aos símbolos municipais¹¹⁹, vê-se que o brasão possui, além do topônimo e de sua data de criação, a presença de uma ave e três folhas. O primeiro item, possivelmente, seja uma referência a uma pomba – da paz? –, enquanto o segundo, quiçá, diz respeito à vegetação e à atividade agrícola da cidade.

Dessa forma, observa-se que não houve influência direta da cultura de imigração nos itens analisados no Quadro 49, referentes ao município de Protásio Alves.

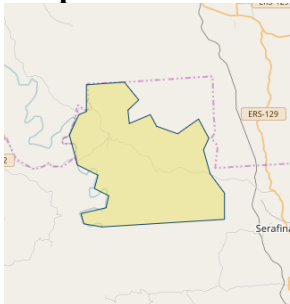
5.1.9 Montauri (1988)

Em 09 de maio do mesmo ano, foi criado o município de Montauri, que era, até então, distrito de Serafina Corrêa, como exposto no Quadro 50.

Quadro 50 – Montauri (1988)

Município/Topônimo: Montauri		
Nome(s) anterior(es): Ø*		
Gentílico: montauriense*	Código IBGE: 431235*	Fundação: 09/05/1988*
Distrito(s): Ø*		
Bandeira:		Brasão:

¹¹⁹ Por meio de contato via *e-mail*, solicitou-se que a Prefeitura encaminhasse as imagens do brasão, que já estava disponível no site do município, e da bandeira. Em resposta, apenas o arquivo digital do brasão foi encaminhado. Dessa forma, não houve acesso à bandeira municipal.

 **	 **
Histórico: “Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, o distrito de Montauri figura no município de Guaporé. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960. Pela lei estadual nº 3932, de 22-07-1960, o distrito de Montauri deixa de pertencer ao município de Guaporé para ser anexado ao novo município de Serafina Corrêa. Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o distrito figura no município de Serafina Corrêa. Elevado à categoria de município com a denominação de Montauri, pela lei estadual nº 8607, de 09-05-1988, desmembrado de Serafina Corrêa. Sede no antigo distrito de Montauri. Constituído de parte do distrito sede. Instalado em 01-01-1989.”*	
Informações enciclopédicas: “Passou a denominar-se Montauri pelo ato municipal nº 51, de 21/10/26, em homenagem ao Dr. José Montauri de Aguiar Leitão, Engenheiro Civil, responsável pela divisão das terras da região em Linhas e lotes rurais denominados colônias. Em 1904, chegaram os primeiros colonos de origem italiana, provenientes de Caxias do Sul. Em 1910 havia na localidade 7 famílias, conforme depoimento de Matilde Soldatelli Nardi, esposa de Henrique Nardi. [...] Montauri teve sua Paróquia criado em 07/03/37 e seu 1º Vigário foi o Padre Marcos Rampi. Montauri foi elevado à categoria de Distrito em 01/07/36 pelo então Prefeito de Guaporé, Sr. Agilberto Atílio Maia, sendo o 1º Subprefeito, o Sr. Ângelo Begnini, nomeado em 15/08/36. Situado entre a Serra e o Planalto Rio-Grandense, caracteriza-se por ser um município essencialmente de minifúndios. A agricultura é a principal atividade da população. Os incentivos proporcionados pela administração municipal proporcionaram considerável incremento no número de aviários e pocilgas para a criação de suínos. O rebanho de gado leiteiro, através da inseminação artificial teve uma acentuada melhora genética.”*	
Etimologia: • Montauri: “Montaury: importante e nobre família, de origem portuguesa, que passou à Pernambuco, de onde retornou a Portugal, para novamente transferir-se para Pernambuco e Rio de Janeiro.”****	
Estrutura morfológica: elemento simples • Montauri: Ø	
Taxonomia: historiopotônimo	
Imagem de mapa:  *	Foto da cidade:  **
Pesquisador: Bruno Misturini	

Fontes:

* IBGE. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/2ZFIS>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

** Prefeitura Municipal de Montauri. Disponível em: <<http://www.pmmontauri.com.br/>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

*** BARATA, Carlos Eduardo; BUENO, Antônio Henrique da Cunha. *Dicionário das famílias brasileiras*. São Paulo: Ibero América, 1999-2001. 2 v.

Fonte: elaboração do autor.

As informações constantes no Quadro 50 permitem verificar que Montauri foi criado como distrito de Guaporé em 1º. de julho de 1936. Antes disso, não há registro de nomes anteriores ligados ao local. Em 1960, o distrito passa a fazer parte do município de Serafina Corrêa, emancipando-se em 09 de maio de 1988.

Os dados ainda mostram que o nome escolhido constitui homenagem ao Dr. José Montauri¹²⁰ de Aguiar Leitão, responsável pela divisão de parte das linhas e dos lotes gaúchos da época. Sobre a personalidade, Bakos (2000, s. p.) afirma:

Montaury nasceu no Rio de Janeiro, em 1858. Formou-se engenheiro pela Escola Politécnica, onde recebeu grande influência da filosofia positivista. Isso facilitou-lhe ser bem aceito no Rio Grande do Sul, atuando como funcionário federal da Comissão de Terras e Estabelecimento de Imigrantes no Estado. O trabalho deu-lhe oportunidade de visitar e fazer-se conhecido em muitos municípios gaúchos como Passo Fundo, Santa Maria, Cruz Alta, Santo Ângelo, Cachoeira, Pelotas, Bento Gonçalves e Garibaldi. Montaury iniciou no governo de Porto Alegre a aplicação dos princípios da 1ª Lei Orgânica do Município, de 1892.

Vê-se, a partir disso, que a referência ao engenheiro e político se deu devido à sua importância para a região e o estado. Além disso, constata-se que Montauri pode ser classificado, por essa razão, como um historiotopônimo.

O município não possui distritos vinculados à sua sede, e uma análise acerca dos seus símbolos oficiais revela a forte importância do trato com o campo e os animais. No brasão, destaca-se a presença de três animais – um porco, um frango e um boi, respectivamente –, de um instrumento relacionado à atividade agrícola, e de diversos ramos de plantas, além de duas árvores, que corroboram essa ideia. Na parte inferior, em faixa vermelha, há o nome do município, cercado pela data de sua criação. Quanto à bandeira, observa-se que apenas duas cores a constituem: o branco e o verde. Este, possivelmente, seja mais um indício da relevância

¹²⁰ Apesar de o nome do município ser Montauri e de as informações retiradas dos *sites* da Prefeitura Municipal e do IBGE também utilizarem a grafia *Montauri*, com *i* no final, há fortes indícios de que o nome correto do vulto histórico seja José Montaury de Aguiar Leitão, com a letra *y* presente no nome. Uma breve busca no Google evidencia o fato.

que a vegetação possui para o local. Formas geométricas e o próprio mapa do município também formam o símbolo oficial.

Dessa forma, a partir da análise dos itens presentes no Quadro 50, conclui-se que pouca foi a influência da cultura de imigração italiana nessas questões. Apesar disso, sabe-se – e ressalta-se – que o desenvolvimento da região foi fortemente marcado pela presença e pela ação dos imigrantes.

5.1.10 Vista Alegre do Prata (1988)

Também em 09 de maio de 1988, foi criado o município de Vista Alegre do Prata, pela Lei pela Lei Estadual n.º 8.611, como demonstrado a seguir:

Quadro 51 – Vista Alegre do Prata (1988)

Município/Topônimo: Vista Alegre do Prata		
Nome(s) anterior(es): Linha 6ª General Osório, Vista Alegre, Augusto Severo e Alexandre Gusmão*		
Gentílico: vista-alegrense*	Código IBGE: 432360*	Fundação: 09/05/1988*
Distrito(s): Ø*		
Bandeira:  *****		Brasão:  **
Histórico: “Distrito criado com a denominação de Vista Alegre, por Atos Municipais n.º 86, de 01-06-1915, e n.º 3, de 11-09-1924, subordinado ao município de Prata. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Vista Alegre figura no município de Prata. Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937. No quadro anexo ao Decreto Estadual n.º 7.199, de 31-03-1938, o distrito de Vista Alegre se denomina Augusto Severo. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Augusto Severo (ex-Vista Alegre), figura no município de Prata. Pelo Decreto-lei Estadual n.º 720, de 29-12-1944, o distrito Augusto Severo (ex-Vista Alegre), tomou a denominação de Alexandre Gusmão e o município de Prata a chamar-se Nova Prata. No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o distrito de Alexandre Gusmão (ex-Augusto Severo), figura no município de Nova Prata. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1955. Pela Lei Municipal n.º 260, de 24-04-1956, o distrito de Alexandre Gusmão voltou a denominar-se Vista alegre. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o distrito de Vista Alegre figura no município de Nova Prata. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1983. Elevado à categoria de município com a		

denominação de Vista Alegre do Prata, pela Lei Estadual n.º 8.611, de 09-05-1988, desmembrado do município de Nova Prata.”

Informações enciclopédicas: “Vista Alegre do Prata, no início de sua colonização era conhecido como Linha 6ª General Osório de Alfredo Chaves, hoje município de Veranópolis do qual é neto. Por volta de 1884, com a divisão dos lotes rurais pertencentes a Alfredo Chaves vieram para estas terras famílias de imigrantes italianos. [...] Ali chegados, hospedaram-se em casa de amigos. Logo que o encarregado da distribuição das terras, o Sr. João Resk, entregou o título provisório das terras com o respectivo número do lote e ferramentas necessárias para a lavoura, os homens, em grupos de 4 ou 5, com o saco de alimentos nas costas, embrenharam-se nas matas, abrindo a facção uma picada onde pudessem passar, atravessando rios e matos até encontrar o número do seu lote, na Linha 6ª General Osório. Encontrando-o, procuraram escolher um lugar onde houvesse água próxima, para construírem seus ranchos. [...] Após três meses, voltaram a Alfredo Chaves buscar a família. Já estabelecidos, começaram a derrubar o mato e fazer suas primeiras plantações. Plantaram logo, milho, feijão, batata, providenciaram uma boa horta. Mais tarde, plantaram trigo e fizeram um pequeno parreiral, para produzir o vinho, bebida preferida dos italianos. [...] As etnias que formam o povo de Vista Alegre do Prata são os italianos e os poloneses.”**

Etimologia:

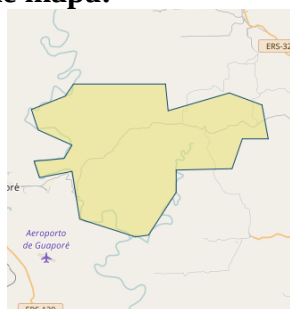
- Vista: “orig. visão.”***
- Alegre: “animado, vivo. Do lat. Vulg. **alicer* **alēcris*.”***
- Do: “contr. Da prep.. ‘de’ com o art. Pron. ‘o’”***
- Prata: “elemento de número atômico 47, metálico, branco, brilhante, denso, maleável e dúctil, utilizado em numerosas ligas preciosas. Moeda. Do lat. Vulg. **platta*, fem. De **plattus* plano.”***

Estrutura morfológica: elemento composto

- Vista: vist-a.*****
- Alegre: al-egr-e.*****
- Do: d[e]-o.*****
- Prata: prat-a.*****

Taxonomia: animotopônimo

Imagem de mapa:



*

Foto da cidade:



**

Pesquisador: Bruno Misturini

Fontes:

* IBGE. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/2Y9LB>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

** Prefeitura Municipal de Vista Alegre do Prata. Disponível em: <<http://www.vistalegredoprata.rs.gov.br>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

*** CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

**** Elaboração do autor.

***** HECKLER, Evaldo; BACK, Sebald; MASSING, Egon Ricardo. *Dicionário morfológico da língua portuguesa*. São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1984. 5 v.

Fonte: elaboração do autor.

De acordo com o histórico oficial do município, pautado por leis e decretos, percebe-se que a primeira denominação que o local recebeu foi Vista Alegre – possivelmente por suas belezas naturais –, em 1915, ainda quando distrito do município do Prata. Contudo, em 1938, houve uma mudança toponímica, fazendo com que o nome mudasse para Augusto Severo¹²¹. Em 1944, a sede municipal passa a se chamar Nova Prata, e o distrito, Alexandre Gusmão¹²², até 1956, quando volta ao seu nome de origem: Vista Alegre. Em 1988, quando ocorreu sua emancipação, acrescentou-se “do Prata” ao topônimo. Dados do IBGE¹²³ mostram que, no mesmo dia da criação de Vista Alegre do Prata, em 09 de maio de 1988, criou-se, também, o município de Vista Alegre, no Rio Grande do Sul, desmembrado de Frederico Westphalen. Dessa forma, devido ao fato de estar ligado à sede do município do Prata, houve nova modificação na estrutura do topônimo em análise.

Apesar disso, anteriormente às denominações oficiais, o local era conhecido por Linha 6ª General Osório. Isso se deve, possivelmente, ao fato de a localidade estar situada na linha de número seis de uma área então conhecida como General Osório, no município de Alfredo Chaves (atual Veranópolis). O nome faz menção a Manuel Luís Osório, que, além de General, “também foi Barão, Visconde e Marquês do Herval; combateu na Guerra da Independência do Brasil (1822-1824), na Guerra do Paraguai (1864-1870), também representou o Rio Grande do Sul no Senado Imperial em 1877 e foi ministro da Guerra em 1878” (ARAGÃO, s. d., s. p.).

Observa-se, ainda, que o município não possui nenhum distrito vinculado a sua sede. Quanto à classificação toponímica de Vista Alegre do Prata, elenca-se como a mais provável a taxa de animotopônimo (DICK, 1992), uma vez que a palavra “vista” possui relação com a “capacidade de perceber o mundo pelos olhos; é o olhar do denominador que agradou de uma determinada paragem”¹²⁴.

¹²¹ Provavelmente, a figura homenageada esteja relacionada com Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, nascido em 1864, que foi deputado federal pelo estado do Rio Grande do Norte e estudioso da aerostação, tendo desenvolvido o dirigível Pax (BARROS, s. d., s. p.).

¹²² Acredita-se que o topônimo faça referência a Alexandre de Gusmão, nascido em Santos/SP, em 1695, que se tornou diplomata português. “Teve também uma ativa participação em quase todos os atos importantes do governo luso em relação ao Brasil entre 1731 e 1750. [...] Já no final de sua vida, em 1750, Alexandre de Gusmão foi o principal negociador português do Tratado de Madrid” (MENEZES, 2006, p. 181).

¹²³ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/vista-alegre/historico>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

¹²⁴ Agradeço à professora Maria Cândida Trindade Costa de Seabra pela sugestão.

Considerando-se que se teve acesso apenas ao brasão da cidade, contata-se, nele, a presença, na parte inferior, em faixa branca, do nome do município, cercado por sua data de emancipação – 9 de maio de 1988 –, e, acima, elementos ligados à natureza, como uma árvore, dois pés de milho, uma vaca, terra e o sol.

Dessa forma, apesar de importantes aspectos relacionados à colonização do local, conclui-se que não houve influência da cultura italiana nos itens analisados no Quadro 51.

5.1.11 Vila Maria (1988)

Ainda em 09 de maio de 1988, criou-se o município de Vila Maria, chamado, no passado, de Júlio de Castilhos e, posteriormente, de Maria, como apresentado no Quadro 52.

Quadro 52 – Vila Maria (1988)

Município/Topônimo: Vila Maria		
Nome(s) anterior(es): Júlio de Castilhos e Maria*		
Gentílico: vila-mariense*	Código IBGE: 432340*	Fundação: 09/05/1988*
Distrito(s): Ø*		
Bandeira:  **		Brasão:  **
Histórico: “Distrito criado com a denominação de Júlio de Castilhos, por Ato Municipal n.º 27, de 01-02-1924, subordinado ao município de Guaporé. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Maria, figura no município de Guaporé. Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Júlio de Castilhos se denomina Maria. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1950. Pela Lei Estadual n.º 2.550, de 18-12-1954, o distrito de Maria foi transferido do município de Guaporé, para constituir o novo município de Marau. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o distrito de Maria, figura no município de Marau. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1988. Elevado à categoria de município com a denominação de Vila Maria, pela Lei Estadual n.º 8.598, de 09-05-1988, alterada em seus limites pela Lei Estadual n.º 9.032, de 08-02-1990, desmembrado dos municípios de Marau e Casca.”*		
Informações enciclopédicas: “No início do século XX, os imigrantes italianos e seus familiares foram se introduzindo no interior do município de Guaporé, vindos de Bento Gonçalves, Antônio Prado, Caxias do Sul, Flores da Cunha e outros municípios. Próximo ao rio Guaporé, a uns setenta quilômetros da sede do município que tem o mesmo nome, morava um posseiro chamado Sebastião Nunes, que vivia da agricultura. Em 1904 o mesmo vendeu		

suas terras para o senhor Constante Lótici que se estabeleceu como comerciante com loja e casa de pasto. Outros colonos foram comprando terras nas proximidades e aos poucos formou-se uma comunidade que prosperou rapidamente. Em 1917, o Sr. Constante Lótici vendeu tudo o que possuí-a para a Sra. Maria Busato, viúva e mãe de muitos filhos, que vinda da cidade de Casca se estabeleceu também com loja e pousada. Por se chamar Maria, a localidade passou a se chamar Vila Maria. Esta senhora, no início dos anos de 1930 ofertou um hectare de terra à Igreja Católica para construção de uma Capela que foi construída pelos moradores, que já eram em um bom número. Mais tarde, em 1933, em 13 de setembro, foi criada a Paróquia de Nossa Senhora da Saúde, sendo seu primeiro vigário o Padre Dom Josué Bardin, imigrante italiano. A maior parte dos habitantes de Vila Maria era formada de agricultores que plantavam e colhiam para criarem seus animais que eram ocupados nos trabalhos da família e para sua alimentação. Aos poucos, outros ofícios foram se estabelecendo, como: ferreiros, alfaiates, pedreiros, escrivão distrital, marceneiros, comerciantes e outros que transformaram o pequeno povoado em próspera Vila que em 1924 foi elevada a sétimo distrito de Guaporé. E em 1938, foi nomeado como vigário da Paróquia o Cônego Guilherme Maschio. Padre dinâmico que se preocupava com o progresso espiritual e também material de seu povo. Construiu nova Igreja, uma bela gruta de Nossa Senhora de Lourdes, um santuário de Nossa Senhora da Salette num morro próximo a Vila e noutro morro ao lado mandou construir a imagem de Cristo Redentor. Hoje estes pontos de oração são também atrações turísticas junto a outras belezas naturais que atraem visitantes. Em 1957, Vila Maria passou a pertencer ao município de Marau e posteriormente em 09 de maio de 1988, a pequena comunidade conquista o status de município, hoje também conhecida como ‘Capital Regional do Ecoturismo’.”**

Etimologia:

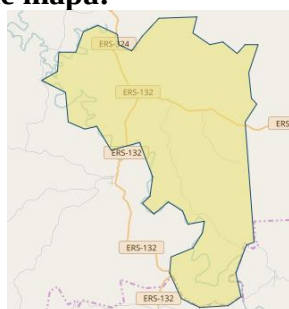
- Vila: “povoação, cidade. Do lat. *vīlla*.”****
- Maria: Ø

Estrutura morfológica: elemento composto

- Vila: vil-a.*****
- Maria: Ø

Taxonomia: poliotopônimo

Imagem de mapa:



*

Foto da cidade:



**

Pesquisador: Bruno Misturini

Fontes:

* IBGE. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/2ZND7>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

** Prefeitura Municipal de Vila Maria. Disponível em: <<http://vilamaria.rs.gov.br/>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

*** CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

**** HECKLER, Evaldo; BACK, Sebaldo; MASSING, Egon Ricardo. *Dicionário morfológico da língua portuguesa*. São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1984. 5 v.

Fonte: elaboração do autor.

Constata-se, a partir da análise dos dados apresentados no Quadro 52, que a primeira denominação oficial do local foi Júlio de Castilhos, quando elevado à categoria de distrito de Guaporé, em 1924. Contudo, popularmente, a região era conhecida como Maria, devido ao fato de existirem uma loja e uma pousada que pertenciam a Maria Busato. Situação semelhante acontecia com os nomes religiosos: diversas comunidades levavam o nome do santo a que a capela fazia menção. No caso específico de Maria, tudo indica para o fato de o local ser conhecido como “o lugar onde fica a pousada da Maria”, que, com o tempo, passou a ser identificado apenas por Maria.

Acerca dos símbolos municipais, o *site* da Prefeitura Municipal¹²⁵ indica que a bandeira possui

forma retangular, nas mesmas proporções à Bandeira Nacional, dividida em três faixas inclinadas e partindo a primeira do ângulo superior esquerdo até o centro do lado direito do dito retângulo e em cor amarela. Do centro do lado esquerdo, unindo ao ângulo inferior direito, uma linha que forma a segunda faixa central, em cor azul, ficando abaixo desta uma faixa verde, ao contrário da faixa superior amarela. No centro da faixa azul, encontra-se o Escudo do Município em um círculo de fundo branco.

No que tange ao brasão, verifica-se, ainda de acordo com o portal *online* do município¹²⁶, que ele é constituído por

círculo de fundo branco, com diâmetro de 8/9 da largura da faixa. No centro, um retângulo em posição vertical, com largura de 1/3 do diâmetro e, em linha retas, a altura de 2/3 da largura completado por uma semicircunferência de 1/3 desta largura. A semicircunferência é separada da parte superior do retângulo por uma faixa cercada por duas linhas pretas representando os rios e as águas do município. Em cada metade lateral desta semicircunferência, em amarelo, encontram-se à direita, o desenho de um suíno representando a pecuária do Município e, à esquerda uma engrenagem encimada por um chapéu que simbolizam a indústria e o comércio local. Nos 2/3 superiores do retângulo, em fundo azul, em sua parte inferior, a partir do centro da base, um triângulo equilátero de lado medindo 1/2 da largura do triângulo encimado pela figura do Cristo Redentor. A partir dos centros laterais do triângulo e convergindo para o centro, duas faixas azuis. Este desenho representa a estátua, a religiosidade do povo e seus monumentos. O triângulo, nosso relevo e as faixas azuis as cascatas e belezas naturais. Na parte externa e da altura do retângulo, ao lado direito, uma planta de soja com duas vagens e cinco folhas em cor verde e, ao lado esquerdo, duas espigas de milho, em amarelo, ladeadas por folhas do mesmo cereal e que representam as riquezas agrícolas do Município. Na parte superior do retângulo e separado por uma faixa branca de 1/10 da largura deste, um desenho de castelo, em amarelo, com quatro torres com a altura de 4/9 da largura do triângulo e quatro portas que representam, respectivamente, a firmeza e determinação do povo e, as portas, a liberdade das

¹²⁵ Prefeitura Municipal de Vila Maria. Disponível em: <<http://vilamaria.rs.gov.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

¹²⁶ Prefeitura Municipal de Vila Maria. Disponível em: <<http://vilamaria.rs.gov.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

peças de ir e vir em nosso Município. Abaixo do desenho descrito, com largura de 1/6 da largura do retângulo e acompanhado a distância externa da soja e do milho, uma faixa em vermelho com os dizeres: 9-5 VILA MARIA 1988, representando a data de emancipação.

Observa-se que esses aspectos corroboram a teoria de que a religião e o trabalho desempenhavam fundamental importância na vida do imigrante. A presença do Cristo Redentor – que foi construído próximo à igreja da cidade – e de elementos como a representação de uma engrenagem, a figura de um porco e pés de milho e ramos de soja

Além disso, constata-se que não existem distritos ligados à sede municipal de Vila Maria. Ademais, tendo em mente que o nome possui o vocábulo *vila* em sua estrutura, pode-se classificá-lo como um poliotopônimo, de acordo com Dick (1992). Contudo, novamente, o fato de o nome remeter a uma figura pessoal importante para o desenvolvimento da região parece ser mais significativo do que haver determinada presente no topônimo. Com isso, acredita-se que a classificação de antropotopônimo – ou, ainda, historiotopônimo – simbolizaria mais fortemente a real motivação pela escolha do nome.

Dessa forma, vê-se que a cultura de imigração exerceu influência na denominação do município, uma vez que a personalidade homenageada era uma moradora do local, que possuía ascendência italiana. Observa-se, ainda, que a religião católica se fez (e continua fazendo-se) importante para a região, tanto que foi um elemento que recebeu destaque nos símbolos oficiais. Outrossim, o campo “foto da cidade” apresenta a imagem de uma capela, construída em 1920 pelos imigrantes que habitavam o local, localizada a 13km do centro da cidade, em uma comunidade marcada pela “tradição, cultura e religiosidade”¹²⁷.

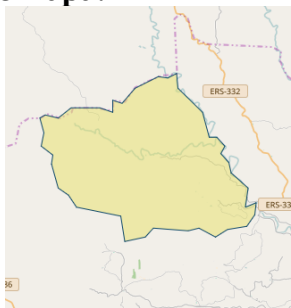
5.1.12 Relvado (1988)

Relvado também foi criado em 09 de maio de 1988, por meio da Lei Estadual no. 8.604, como representado a seguir.

Quadro 53 – Relvado (1988)

Município/Topônimo: Relvado		
Nome(s) anterior(es): Santo Antônio do Jacaré, Santo Antônio de Gramado e Gramado* **		
Gentílico: relvadense*	Código IBGE: 431545*	Fundação: 09/05/1988*
Distrito(s): Ø*		
Bandeira:		Brasão:

¹²⁷ Prefeitura Municipal de Vila Maria. Disponível em: <<http://vilamaria.rs.gov.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

 ****	 ****
Histórico: “Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, figura no município de Encantado o distrito de Gramado. Pelo Decreto Estadual n.º 7.199, 31-03-1938, o distrito de Gramado passou a denominar-se Relvado. Elevado à categoria de município com a denominação de Relvado, pela Lei Estadual n.º 8.604, de 09-05-1988, desmembrado de Encantado. Sede no antigo distrito de Relvado. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1989.”*	
Informações enciclopédicas: “No início o lugar não tinha nome. Eram terras próximas ao Arroio Jacaré, lá em junho de 1898. As terras foram loteadas e os primeiros imigrantes construíram uma Capela em louvor a Santo Antônio. E aquele lugar que não tinha nome passou a ser Santo Antônio do Jacaré. No ano seguinte começaram a chegar famílias; os sobrenomes indicando sua origem italiana. Eram Cagliari, Benini, Bergamaschi, Pavan e outros. ‘Tutti buona gente’. Era uma vida dura, duríssima. Comércio só existia em Encantado e Lajeado, distantes mais de 50 quilômetros. O transporte das mercadorias era feito nos lombos das mulas. A viagem aos centros comerciais, às vezes, durava dois dias de ida e dois de volta. Mas, apesar dos pesares, o progresso acontecia. Vinte anos depois, em 1919, o povoado já tinha 22 prédios e 122 habitantes e tinha centro telefônico! Em 1930 havia energia elétrica! Aos poucos, a pequena comunidade progredia, com a colaboração e força de vontade do seu povo. A Capela foi promovida à Paróquia e o primeiro Padre Vigário, João Marchesi, chegou em fevereiro de 1934. Em 1935 o povoado vira Distrito, denominado Santo Antônio de Gramado. O nome surge por haver, na praça central, uma grande mancha de grama. E, finalmente, em 1938 o Distrito passa a ter oficialmente o nome de Relvado que, como sabemos, dura até hoje. Com o crescimento local chegam as novas ideias, entre elas a discussão política de emancipar Relvado. Em 10 de abril de 1988 acontece o plebiscito e o ‘sim’ ganha disparado. Em 9 de maio de 1988, a Lei nº 8.604 cria o Município de Relvado.”**	
Etimologia: • Relvar: “cobrir de relva, de erva rala e rasteira. Do lat. <i>relevāre</i>.”***	
Estrutura morfológica: elemento simples • Relvado: re-lv-ad-o.*****	
Taxonomia: fitotopônimo	
Imagem de mapa:  *	Foto da cidade:  **
Pesquisador: Bruno Misturini	

Fontes:

* IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=431545>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

** Prefeitura Municipal de Relvado. Disponível em: <<http://www.relvadors.com.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

*** CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

**** Elaboração do autor.

***** HECKLER, Evaldo; BACK, Sebald; MASSING, Egon Ricardo. *Dicionário morfológico da língua portuguesa*. São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1984. 5 v.

Fonte: elaboração do autor.

Os dados apresentados no Quadro 53 permitem verificar que o primeiro nome oficial do atual município de Relvado foi Gramado, ainda quando distrito de Encantado, em 1936. No ano de 1938, contudo, o nome mudou para Relvado – possivelmente devido à existência de um distrito de mesmo nome, criado em 1913 e emancipado em 1954¹²⁸.

Apesar disso, informações retiradas do *site* da prefeitura do município indicam para o fato de o local já ter se chamado, popularmente, Santo Antônio do Jacaré e, depois, Santo Antônio de Gramado. A presença do nome católico está relacionada com a primeira capela construída na região, que reverenciava esse santo. Quanto ao primeiro nome, não há, nas fontes consultadas, indícios sobre a presença de jacarés envolvendo a localidade; já o segundo (que influenciou as denominações seguintes) estaria ligado ao fato de haver, na praça central, uma grande mancha de grama.

Constata-se, dessa forma, que a classificação toponímica atribuída a Relvado é de fitotopônimo, de acordo com a taxonomia de Dick (1992), pelo fato de o nome estar ligado à “relva”, um elemento vegetal da natureza.

Tendo em vista que o município não possui distritos e que não foi possível o acesso aos símbolos oficiais, constata-se que não houve forte influência da cultura de imigração nos itens analisados no Quadro 53. Apesar de sua importância para o desenvolvimento da cidade, percebe-se que elementos relacionados à italianidade se encontram apenas no fato de o primeiro nome popular do local ter levado em consideração a capela construída pelos primeiros imigrantes que ali chegaram.

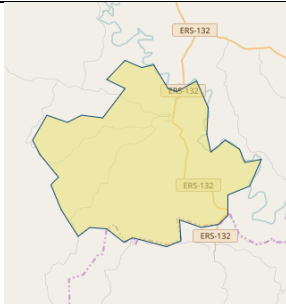
¹²⁸ IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/gramado/historico>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

5.1.13 Camargo (1988)

Em 12 de maio de 1988, o distrito de Camargo, ligado à sede de Marau, foi elevado à categoria de município, mantendo o mesmo nome, como exposto no Quadro 54.

Quadro 54 – Camargo (1988)

Município/Topônimo: Camargo		
Nome(s) anterior(es): Coronel Ferreira*		
Gentílico: camarguense*	Código IBGE: 4303558*	Fundação: 12/05/1988*
Distrito(s): Ø*		
Bandeira:  ***		Brasão:  **
Histórico: “Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, figura no município de Soledade o distrito de Coronel Ferreira. Pelo decreto estadual nº 7199, de 31-03-1938, o distrito de Coronel Ferreira passou a denominar-se Camargo. Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o distrito de Camargo figura no município de Soledade. Pela lei estadual nº 3723, de 17-02-1959, o distrito de Camargo deixa de pertencer ao município de Soledade para ser anexado ao município de Marau. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o distrito de Camargo figura no município de Marau. Elevado à categoria de município com a denominação de Camargo, pela lei estadual nº 8620, de 12-05-1988, alterada em seus limites pela lei estadual nº 9042, de 08-02-1990, desmembrado de Marau. Sede no antigo distrito de Camargo. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1989.”*		
Informações enciclopédicas: “Os primeiros imigrantes italianos que chegaram a Camargo, por volta de 1910, encontraram um rio e próximo a ele moravam duas famílias de caboclos com o sobrenome Camargo. Os tropeiros tinham que passar o rio e costumavam dizer: Passo dos Camargo. Assim o nome Camargo estendeu-se ao Rio e, posteriormente, à localidade que se formou próxima a este Rio.”**		
Etimologia: • Camargo: “sobrenome de proveniência espanhola e de origem geográfica, tomado do lugar chamado Camargo, na província de Santander, Espanha.”*****		
Estrutura morfológica: elemento simples • Camargo: camarg-o.****		
Taxonomia: antropotopônimo		
Imagem de mapa:		Foto da cidade:

 *	 **
Pesquisador: Bruno Misturini	
Fontes: * IBGE. Disponível em: < https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=430355 >. Acesso em: 11 ago. 2017. ** Prefeitura Municipal de Camargo. Disponível em: < http://www.pmcamargo.com.br >. Acesso em: 11 ago. 2017. *** Elaboração do autor. **** HECKLER, Evaldo; BACK, Sebaldo; MASSING, Egon Ricardo. <i>Dicionário morfológico da língua portuguesa</i> . São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1984. 5 v. ***** BARATA, Carlos Eduardo; BUENO, Antônio Henrique da Cunha. <i>Dicionário das famílias brasileiras</i> . São Paulo: Ibero América, 1999-2001. 2 v.	

Fonte: elaboração do autor.

A partir do exposto no Quadro 54, constata-se que o atual município de Camargo, quando criado como distrito de Soledade, em 1936, chamava-se Coronel Ferreira. Apesar disso, o local já era conhecido, popularmente, como Camargo. As informações, retiradas do *site* da Prefeitura Municipal, apontam para o fato de que, ainda em 1910, imigrantes que habitavam a região já se referiam a ele pelo nome de Camargo, devido ao fato de ali existirem, à época, duas famílias de caboclos com esse sobrenome.

Observa-se, aqui, um aspecto que chama a atenção: em uma região com predominância da cultura italiana, onde negros e indígenas eram expulsos, explorados ou, até mesmo, mortos, encontra-se uma cidade que carrega em seu nome uma ligação com um passado esquecido – ou apagado – por muitos.

Além disso, verifica-se que o brasão municipal contém o topônimo, em faixa azul, cercado pelas datas “13-06-1940” e “12-05-1988”. Esta diz respeito à data de emancipação do município, enquanto aquela, acredita-se, está ligada ao dia em que a paróquia de Santo Antônio foi ali construída¹²⁹. Há, ainda, a presença de dois ramos verdes – provavelmente fazendo alusão

¹²⁹ Não foram localizados indícios que liguem a história do município a essa data, com exceção de uma informação encontrada no *site* da Arquidiocese de Passo Fundo, que aponta para o fato de, em 13 de junho de 1940, ter sido construída, no então distrito de Camargo, a Paróquia de Santo Antônio. Disponível em: <<http://www.arquidiocesedepassofundo.com.br/site/node/1084>>. Acesso em: 24 mar. 2018.

à importância que a atividade agrícola exerce no município – e de oito figuras vermelhas que representam pessoas de mãos dadas – possivelmente relacionadas à união existente entre a população local. No centro, há um círculo amarelo, e, distante deste, circulando os demais elementos, onze estrelas, também na cor amarela. Destaca-se, ainda, que não houve acesso à bandeira da cidade. Os dados do quadro também mostram que não existem distritos vinculados à sede de Camargo, e que o topônimo pode ser classificado como um antropotopônimo, de acordo com Dick (1992), por fazer menção a um sobrenome.

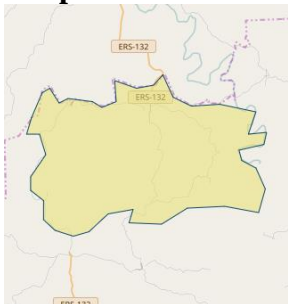
Dessa forma, conclui-se que, no que tange aos elementos constantes no quadro apresentado, não houve influência da cultura de imigração.

5.1.14 Nova Alvorada (1988)

Ainda em 12 de maio de 1988, criou-se o município de Nova Alvorada, então distrito vinculado à sede de Arvorezinha, como representado no Quadro 55.

Quadro 55 – Nova Alvorada (1988)

Município/Topônimo: Nova Alvorada		
Nome(s) anterior(es): Povoado Novo e Alvorada*		
Gentílico: nova-alvoradense*	Código IBGE: 431275*	Fundação: 12/05/1988*
Distrito(s): General Cadorna*		
Bandeira:  ****		Brasão:  **
Histórico: “Distrito criado com a denominação de Alvorada (ex-povoado), pela Lei Municipal n.º 24, de 04-08-1959, subordinado ao município de Arvorezinha. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o distrito de Alvorada, figura no município de Arvorezinha. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 31-XII-1968. Pela Lei Municipal n.º 186, de 01-09-1970, o distrito de Alvorada passou a chamar-se Nova Alvorada. Em divisão territorial datada de 1-VII-1983, o distrito de Nova Alvorada (ex-Alvorada), figura no município de Arvorezinha. Elevado à categoria de município com a denominação de Nova Alvorada, pela Lei Estadual n.º 8.632, de 12-05-1988, desmembrado de Arvorezinha. Sede no antigo distrito de Nova Alvorada. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1989. Pela Lei Municipal n.º 61, de 20-12-1989, é criado o distrito General Cadorna é anexado ao município de Nova Alvorada. Em divisão territorial datada de 2001, o município é		

constituído de 2 distritos: Nova Alvorada e General Cadorna. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.”*	
Informações enciclopédicas: “Sua colonização iniciou-se pelos anos de 1915, por imigrantes italianos e seus descendentes, oriundos de Alfredo Chaves e Veranópolis. Em busca de vida nova, com espírito de luta e muita coragem, eles desbravaram a mata, abriram picadas e instalaram-se aqui em Nova Alvorada. Os primeiros imigrantes [...] batizaram esta região com o nome de Povoado Novo, expressando seus sentimentos de esperança com a terra que viriam colonizar. A vila foi crescendo e fez-se necessário traçar as ruas para a venda dos lotes. Foi então chamado um agrimensor, morador de Camargo, para realizar o traçado. Este sugeriu o nome de Alvorada para o local. Posteriormente, foi emancipado com o nome de Nova Alvorada, devido ao fato de existir outro município no Rio Grande do Sul com o mesmo nome.”*	
Etimologia: • Novo: “moço, jovem, original, de pouco uso. Do lat. <i>nōvus-a</i>.”*** • Alvo: “muito claro, branco. Do lat. <i>albus</i>.”***	
Estrutura morfológica: elemento composto • Nova: nov-a.***** • Alvorada: alv-or-ad-a.*****	
Taxonomia: cronotopônimo	
Imagem de mapa:  *	Foto da cidade:  **
Pesquisador: Bruno Misturini	
Fontes: * IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=431275>. Acesso em: 11 ago. 2017. ** Prefeitura Municipal de Nova Alvorada. Disponível em: <http://www.nalvorada.com.br/>. Acesso em: 11 ago. 2017. *** CUNHA, Antônio Geraldo da. <i>Dicionário etimológico da língua portuguesa</i>. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010. **** Elaboração do autor. ***** HECKLER, Evaldo; BACK, Sebald; MASSING, Egon Ricardo. <i>Dicionário morfológico da língua portuguesa</i>. São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1984. 5 v.	

Fonte: elaboração do autor.

Nota-se, a partir do exposto no Quadro 55, que o primeiro nome oficial de Nova Alvorada, ainda quando distrito de Arvorezinha, foi Alvorada, cunhado em 1959. Em 1970, contudo, o distrito passou a se chamar Nova Alvorada, nome que se manteve até sua

emancipação em 1988. Acredita-se que a mudança tenha se dado devido à existência do município de mesmo nome, desmembrado de Viamão, criado em 1965, também no Rio Grande do Sul¹³⁰. Apesar disso, dados do *site* da prefeitura da cidade demonstram que o local era conhecido, popularmente, antes de ser elevado à categoria de distrito, como Povoador Novo – denominação que remetia ao fato de o local ser recém habitado pelos imigrantes que ali haviam chegado.

Quanto aos símbolos municipais, não se tornou possível o acesso à bandeira da cidade, e a imagem encontrada do brasão não possui boa qualidade para que seus elementos sejam melhor explorados. Mesmo assim, percebe-se que há, nele, forte menção ao nome do município, com a representação do nascer do sol, e também itens relacionados à agropecuária, por meio de imagens, ao que tudo indica, de um porco, uma galinha, pinheiros e um ramo. Além disso, encontra-se ainda o topônimo e sua data de criação – 12-05-1988.

Atualmente, vincula-se à sede o distrito de General Cadorna – nome provavelmente relacionado à figura de Luigi Cadorna, soldado e político italiano, que participou, dentre outros feitos, da Primeira Guerra Mundial, chegando ao posto de general¹³¹. No que tange à classificação taxonômica do município, atribui-se a taxa de cronotopônimo, pela presença do adjetivo “novo” no nome, como já assinalado anteriormente.

Dessa forma, observa-se que, nos dados constantes no Quadro 55, houve pouca influência da cultura de imigração, representada apenas no nome do distrito, que evoca um vulto histórico italiano.

5.1.15 Vila Flores (1988)

Vila Flores foi o oitavo município criado no ano de 1988, como é apresentado a seguir.

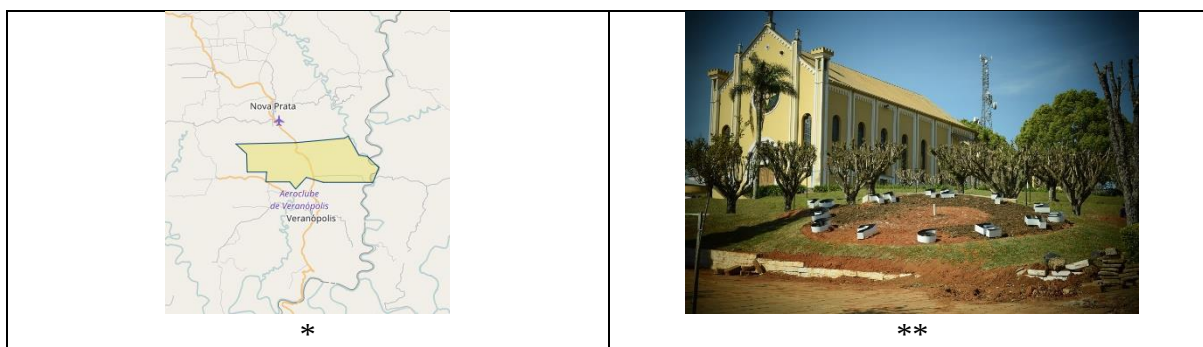
Quadro 56 – Vila Flores (1988)

Município/Topônimo: Vila Flores		
Nome(s) anterior(es): Pinheiro Seco*		
Gentílico: vila-florense*	Código IBGE: 432330*	Fundação: 12/05/1988*
Distrito(s): Ø*		
Bandeira:		Brasão:

¹³⁰ Destaca-se que há, ainda, outro município chamado Alvorada, no estado do Tocantins, criado em 1963. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/alvorada/historico>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

¹³¹ Disponível em: <<http://www.esercito.difesa.it/en/History/The-Great-War/Pagine/Luigi-Cadorna.aspx>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

 IMAGEM NÃO LOCALIZADA *****	 IMAGEM NÃO LOCALIZADA *****
Histórico: “Distrito criado com a denominação de Vila Flores, pela Lei Municipal n.º 240, de 30-09-1955, com território desmembrado do distrito de Fagundes Varela, subordinado ao município de Veranópolis. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o distrito de Vila Flores figura no município de Veranópolis. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1983. Elevado à categoria de município com a denominação de Vila Flores, pela Lei Estadual n.º 8.627, de 12-05-1988, desmembrado de Veranópolis. Sede no antigo distrito de Vila Flores. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1989. Em divisão territorial datada de 1993, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.”*	
Informações enciclopédicas: “A partir de 1830, todo o território desta região pertencia ao município de Santo Antônio da Patrulha, o qual era ligado à capital por uma estrada geral. [...] O excesso de pretendentes nas colônias Conde d Eu e Dona Izabel, obrigou a inspetoria geral de colonização a planejar a criação de novas colônias. Exemplo disso foi a Colônia de Alfredo Chaves instalada, em 1884, num local conhecido como Roça Reiuna. O objetivo do governo era povoar as regiões que ainda não eram colonizadas e, com recursos do governo imperial, foi criada a Colônia de Alfredo Chaves sob direção do Engenheiro Dr. Júlio da Silva Oliveira – primeiro administrador chefe designado pelo Governo Imperial – que na chefia da Comissão Colonizadora iniciou a demarcação das terras e providenciou o estabelecimento dos primeiros imigrantes, auxiliado por um ajudante de ordem, quatro agrimensores, um escriturário e um colocador de imigrantes. [...] Por volta de 1884 surge a capela de Santo Antônio de Pádua com a construção de algumas casas. A posição intermediária entre Alfredo Chaves e Capoeiras, permitiu que se tornasse um local de descanso para pouso e refeição dos carreteiros que ali passavam. Este local com o tempo passou a denominar-se Pinheiro Seco, devido ao fato de um pinheiro resistir as labaredas provocadas pelas queimadas para o plantio do milho. Em 15-01-1898, a Colônia de Alfredo Chaves, atual Veranópolis, desmembrou-se de Lagoa Vermelha e é elevada a categoria de município, abrangendo monte Vêneto (Cotiporã), Bela Vista (Fagundes Varela), Pinheiro Seco (Vila Flores) e Capoeira (Nova Prata). Em 1920 Pinheiro Seco passa denominar-se Vila Flores, em homenagem a família Fiori, uma das primeiras famílias que ali se estabeleceram, iniciando diversos negócios.”*	
Etimologia: • Vila: “povoação, cidade. Do lat. <i>vīlla</i>.”*** • Flores: “sobrenome de formação patronímica: de Froila ou Fruela, do qual Froiles (filho de Froila) e Floras (filho de Fruela), por corrupção, transformou-se em Flores e em Froes”.****	
Estrutura morfológica: elemento composto • Vila: vil-a.***** • Flor: flor.*****	
Taxonomia: poliotopônimo	
Imagem de mapa:	Foto da cidade:



Pesquisador: Bruno Misturini

Fontes:

* IBGE. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=432330>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

** Prefeitura Municipal de Vila Flores. Disponível em: <<http://www.vilaflores.rs.gov.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

*** CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

**** BARATA, Carlos Eduardo; BUENO, Antônio Henrique da Cunha. *Dicionário das famílias brasileiras*. São Paulo: Ibero América, 1999-2001. 2 v.

***** Elaboração do autor.

***** HECKLER, Evaldo; BACK, Sebald; MASSING, Egon Ricardo. *Dicionário morfológico da língua portuguesa*. São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1984. 5 v.

Fonte: elaboração do autor.

O Quadro 56 demonstra que Vila Flores foi o único nome oficial dado a esse local, ainda quando criado como distrito vinculado a Veranópolis. Apesar disso, dados retirados do site do IBGE apontam para o fato de o lugar – popularmente – ter se chamado Pinheiro Seco, ainda no final do século XIX, devido à existência de um pinheiro seco que resistiu às queimadas causadas em função do plantio do milho.

Em 1920 – trinta e cinco anos antes de ser criado como distrito –, o local já era chamado de Vila Flores. A motivação para a escolha desse nome é similar àquela encontrada em Vila Maria (subcapítulo 5.1.11): diz respeito ao sobrenome de uma das primeiras famílias que chegou à região e ajudou em seu desenvolvimento, os Fiori. Dessa forma, engana-se quem acredita que o topônimo esteja relacionado à flora local.

Há, aqui, outro caso de poliotopônimo, uma vez que o vocábulo “vila” encontra-se como a primeira palavra na estrutura do nome. Como há menção à família de sobrenome Fiori, importante para a região, acredita-se, mais uma vez, que a taxa de antropotopônimo – ou ainda de historiotopônimo – tornaria a motivação para a escolha mais transparente.

Apesar de não ter sido possível o acesso aos símbolos municipais e de o município não possuir distritos, verifica-se que a cultura de imigração ainda se faz presente no nome do local – mesmo que não de maneira tão explícita, uma vez que Fiori transformou-se em Flores.

5.1.16 Gentil (1992)

O município de Gentil foi criado na RCI em 20 de março de 1992, como exposto no Quadro 57.

Quadro 57 – Gentil (1992)

Município/Topônimo: Gentil		
Nome(s) anterior(es): Tapera, Lagoa Comprida e Frei Gentil*		
Gentílico: gentilense*	Código IBGE: 430885*	Fundação: 20/03/1992*
Distrito(s): Campo do Meio*		
Bandeira:  *****		Brasão:  **
Histórico: “Distrito criado com a denominação de Frei Gentil, pela Lei Municipal n.º 700, de 19-12-1975, subordinado ao município de Marau. Em divisão territorial datada de 1-I-1979, o distrito de Frei Gentil, figura no município de Marau. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1988. Elevado à categoria de município com a denominação de Gentil, pela Lei Estadual n.º 9.577, de 20-03-1992, desmembrado dos municípios de Marau, Passo Fundo e Ciríaco. Sede no atual distrito de Gentil (ex-Frei Gentil). Constituído de 2 distritos: Gentil e Campo do Meio, desmembrado do município Passo Fundo. Instalado em 01-10-1993. Em divisão territorial datada de 1995, o município é constituído de 2 distritos: Gentil e Campo do Meio. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.”*		
Informações enciclopédicas: “Algumas regiões foram demarcadas pela vinda de estancieiros – o que provocaria o nascimento da cidade de Passo Fundo e outros núcleos urbanos. Entretanto, somente muitos anos mais tarde, com a vinda de imigrantes italianos, desenvolveu-se o povoado de Gentil. A vila recebeu o apelido de ‘Tapera’. Pouco depois, com a chegada de novos moradores, a comunidade voltou a sentir o progresso e em 1950 já se sentia um novo desenvolvimento. Em 1966 era criada a Paróquia e em 1976 o povoado era elevado à distrito. A partir de então, a vila adquiriu características urbanas: criam-se escolas, instala-se um posto de saúde com atendimento médico dentário, são construídos novos prédios, entre os quais a Sub-Prefeitura. Surgem pequenas indústrias, o comércio é incrementado, a agricultura e a pecuária se modernizam. Abrem-se estradas e surgem linhas de transporte coletivo. O trabalho inicial foi árduo. Era necessário derrubar a mata para plantar os produtos que assegurassem a substância das famílias. Não havia estradas, escolas		

e o transporte dos produtos dependia basicamente de força. Aos poucos, multiplicavam-se as casas, surgiam os moinhos, anseia o comércio e uma pequena vila se formava, denominava 'Lagoa Comprida', já que em seu centro se destacava uma lagoa. O nome é uma homenagem ao Frei Gentil, da congregação dos Padres Capuchinos, que assistia esta comunidade. Foi o primeiro padre que se dedicou a Gentil.”*

Etimologia:

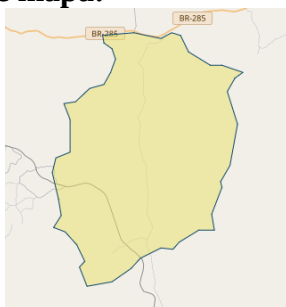
- Gente: “quantidade de pessoas, família. Alguém de importância. Do lat. *gens gentis*.”***

Estrutura morfológica: elemento simples

- Gentil: gente-il.*****

Taxonomia: antropotopônimo

Imagem de mapa:



*

Foto da cidade:



**

Pesquisador: Bruno Misturini

Fontes:

- * IBGE. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=430885>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

- ** Prefeitura Municipal de Gentil. Disponível em: <<http://www.pmgentil.com.br/>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

*** CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

- **** Elaboração do autor.

***** HECKLER, Evaldo; BACK, Sebald; MASSING, Egon Ricardo. *Dicionário morfológico da língua portuguesa*. São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1984. 5 v.

Fonte: elaboração do autor.

Verifica-se, a partir do exposto, que o primeiro nome do local onde hoje se localiza o município de Gentil foi Tapera, ainda antes de seu desenvolvimento, que se deu, principalmente, a partir da chegada dos primeiros imigrantes italianos à região. Não tardou e o nome Tapera – “fazenda abandonada, coberta de mato, em ruínas”, de acordo com o Dicionário Aulete¹³² – deu espaço para Lagoa Comprida, devido ao fato de haver, no centro da localidade, uma lagoa. Apesar disso, em 1975, quando elevado à categoria de distrito, o local passou a se chamar Frei Gentil, em homenagem a esse membro da Congregação dos Padres Capuchinos que se dedicou à comunidade gentilense.

¹³² Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/tapera>>. Acesso em: 07 abr. 2018.

Atualmente, faz parte de Gentil o distrito de Campo do Meio – topônimo que possivelmente faça menção à localização geográfica do local. Ademais, por meio da análise do Quadro 57, pode-se classificar Gentil como um antropotopônimo, com base em Dick (1992), uma vez que há alusão a um nome (ou sobrenome ou alcunha) pessoal.

Além disso, o brasão oficial do município indica a importância da atividade agropecuária para o local, simbolizada pela extensa área verde constante no símbolo, além dos ramos de milho e trilho e das araucárias. Uma figura bovina também está presente, além de um lago (que poderia simbolizar a Lagoa Comprida, que motivou uma das denominações anteriores). Há, ainda, na parte central do escudo, o nascer do sol, e, acima dela, cinco estrelas. Na parte inferior, lê-se o topônimo, em faixa vermelha, cercado por sua data de criação. Destaca-se que não houve acesso à bandeira de Gentil.

Com base no exposto, verifica-se que a imigração italiana se fez presente de forma bastante tímida nos dados analisados no Quadro 57. Sabe-se que a religião desempenhou papel fundamental na vida do cidadão italiano em solo brasileiro, tanto que, ao nomear o distrito, optou-se por homenagear a figura de um frei, visto como peça importante para aqueles moradores. Além disso, existe a possibilidade de o padre homenageado possuir ascendência italiana.

5.1.17 Itapuca (1992)

Itapuca foi outro município criado na RCI na década de 1990, como apresentado a seguir.

Quadro 58 – Itapuca (1992)

Município/Topônimo: Itapuca		
Nome(s) anterior(es): Vitória e Maurício Cardoso*		
Gentílico: itapuquense*	Código IBGE: 431057*	Fundação: 20/03/1992*
Distrito(s): Ø*		
Bandeira:  **		Brasão:  **

Histórico: “Distrito criado com a denominação de Vitória, por Ato Municipal n.º 2, de 19-09-1892, subordinado ao município de Soledade. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Vitória, figura no município de Soledade. Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Mauricio Cardoso (ex-Vitória), figura no município de Soledade. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1955. Pela Lei Estadual n.º 3.717, de 16-02-1959, o distrito de Mauricio Cardoso foi transferido do município de Soledade, para constituir o novo município de Arvorezinha. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o distrito de Mauricio Cardoso, figura no município Arvorezinha. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1991. Elevado à categoria de município com a denominação de Itapuca, pela Lei Estadual n.º 9.580, de 20-03-1992, desmembrado de Arvorezinha. Sede no atual distrito de Itapuca (ex-Mauricio Cardoso). Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1993. Em divisão territorial datada de 1997, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.”*

Informações enciclopédicas: “Antigamente, o distrito de Maurício Cardoso, nome dado em homenagem ao jurista, filho de Soledade, Dr. Joaquim Maurício Cardoso, era habitado por índios das tribos Gê e Tapuias. Por volta de 1880, na região de Campo Bonito, pertencente ao distrito de Maurício Cardoso, começaram a chegar os primeiros imigrantes descendentes de portugueses, entre os quais os Ferreira de Andrade, os Borges, os Taborda, e outros. Logo após viriam os italianos e com esses a denominação da localidade: Povoado Vitória. O topônimo é de origem indígena e significa pedra podre. Recebeu esse devido a grande quantidade de pedras moles existentes na região. A sede do município foi muitas vezes chamada de Itapuca Brava, porém este nome só aparece na Comissão de Terras, sendo que nunca foi o nome oficial da localidade.”*

Etimologia:

- Itá: “pedra, rocha, penedo, rochedo. Por extensão, ferro, metal duro que era comparado à pedra pelos indígenas.”***
- Pucá: “v. tr. Furar, esburacar, rachar, fender.”***

Estrutura morfológica: elemento composto

- Itapuca: ita-puca.

Taxonomia: litotopônimo

Imagem de mapa:



*

Foto da cidade:



**

Pesquisador: Bruno Misturini

Fontes:

* IBGE. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=431057>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

** Prefeitura Municipal de Itapuca. Disponível em: <<http://www.itapuca.rs.gov.br>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

*** BUENO, Francisco da Silveira. *Vocabulário tupi-guarani - português*. 4. ed. rev. e aum. São Paulo: Brasiliavros, 1986.

Fonte: elaboração do autor.

De acordo com as informações contidas no Quadro 58, percebe-se que, diferentemente de outros municípios analisados, Itapuca teve, ao longo de sua história, três nomes diferentes – todos oficiais. O primeiro – Vitória –, oficializado em 1892, quando o local ainda era distrito de Soledade, surgiu juntamente com a chegada dos primeiros imigrantes à região. É possível que o anseio por uma vida melhor e o desejo de vencer em solo brasileiro tenham influenciado na escolha. Em 1939, contudo, o distrito recebeu nova denominação, fazendo alusão à figura do jurista Joaquim Maurício Cardoso, natural de Soledade, personalidade que devia desempenhar importante papel para a região.

Em 1959, o distrito de Maurício Cardoso passou a estar vinculado à sede do novo município de Arvorezinha, permanecendo assim até 1992, quando atingiu sua emancipação, passando por nova alteração toponímica; dessa vez, para Itapuca. Esse nome, de acordo com informações do IBGE, tem origem indígena e significa “pedra podre”, devido à grande quantidade de pedras moles que eram encontradas na região.

Destaca-se, novamente, a constante presença desse nome na RCI: além do município criado em 1992, antigamente chamado de Maurício Cardoso, aqui analisado (subcapítulo 5.1.17), há um distrito vinculado à sede de Anta Gorda com esse mesmo nome (seção 3.1.9), e constata-se, no Quadro 26, que, no passado, o município de Ilópolis também se chamava Itapuca. A proximidade entre esses locais pode explicar essa recorrência, como representado na Imagem 5 deste trabalho.

Seguindo com a análise, vê-se, ainda, que Itapuca nunca possuiu nenhum distrito, sendo constituído apenas pela sede municipal. Além disso, considerando-se que o nome significa “pedra podre”, pode-se classificá-lo como um litotopônimo, a partir da taxonomia elaborada por Dick (1992).

No que tange aos símbolos oficiais, verifica-se que o formato da bandeira do município faz alusão à bandeira brasileira; no entanto, as cores utilizadas remetem à bandeira italiana, representando, possivelmente, a importância que os imigrantes tiveram para o desenvolvimento da cidade. Além disso, no seu centro, em fundo branco, localiza-se o brasão municipal. Este possui um escudo que contém alguns elementos-chave para o progresso itapuquense, como a presença de uma cruz, remetendo à religião, e outros principalmente relacionados à atividade

rural, como plantas, árvores e cabeças de gado e porco. Há, ainda, constante no brasão, o topônimo e sua data de criação.

Dessa forma, conclui-se que a cultura de imigração italiana pouco se manifestou nos dados analisados no Quadro 58. Houve, no início da história de Itapuca, o Povoado Vitória, que teria sido nomeado pelos primeiros imigrantes; além disso, há traços de italianidade na bandeira do município. Apesar disso, destaca-se, hoje, a influência indígena no local, mantida por meio do atual nome.

5.1.18 Monte Belo do Sul (1992)

Ainda em 1992, criou-se o município de Monte Belo do Sul, emancipado de Bento Gonçalves, como pode ser conferido no Quadro 59.

Quadro 59 – Monte Belo do Sul (1992)

Município/Topônimo: Monte Belo do Sul		
Nome(s) anterior(es): Linha Zamith, Montebello, Caturetã e Monte Bello**		
Gentílico: monte-belense*	Código IBGE: 431238*	Fundação: 20/03/1992*
Distrito(s): Ø**		
Bandeira:  **		Brasão:  **
Histórico: “Monte Belo do Sul é um município emancipado pela Lei 9.564 de 20 de março de 1992, parte integrante da Colônia Dona Isabel, criada a 24 de maio de 1870. [...]A comunidade foi colonizada por imigrantes italianos a partir de 1877 provenientes de Udine, Mantova, Cremona, Veneza, Vicenza, Treviso, Bérgamo, Modena, Beluno... A localidade foi colonizada 100% imigrantes italianos num total de 416 famílias. Em 1900 Monte Belo foi elevada a categoria de Vila e Distrito e ao longo do tempo teve as seguintes denominações: Linha Zamith (possivelmente um nome relacionado ao francês em decorrência dos padres Capuchinhos que por primeiro atenderam a nossa Paróquia). De 1898 a 1945 denominou-se Montebello (possivelmente em função da localização geográfica da sede do então distrito ou também pela batalha que travou-se no Norte da Itália); de 1945 a 1949 denominou-se Caturetã que em linguagem indígena quer dizer Povoado Bonito; de 1949 a 1992 denominou-se Monte Belo e a partir de 20 de março de 1992 denominou-se Monte Belo do Sul.”*		
Informações enciclopédicas: “Entre os anos de 1877 e 1890, o território que abrange Monte Belo do Sul pertenceu a Colônia Dona Isabel. Em 1890 ocorreu a emancipação da Colônia Dona Isabel, passando a denominar-se Bento Gonçalves, enquanto Monte Belo do Sul foi		

nomeado como Linha Zamith e configurou-se como o segundo maior Distrito de Bento Gonçalves. Em 1932, através de um requerimento solicitado por Júlio Lorenzoni, o Distrito passou-se a chamar Montebello, na intenção de recordar a grande batalha travada em Montebello, no município de Pávia, na Lombardia, Itália. Esse nome permaneceu até o ano de 1945, quando designou-se Caturetã, termo indígena que significa ‘Povoado Bonito’. Em 1949 passou a denominar-se Monte Bello, que significa ‘Monte Bonito’, uma homenagem as características geográficas do local. Conforme a Lei nº 9564, o dia 20 de Março de 1992 data a Emancipação Política da Cidade, passando a designar-se Monte Belo do Sul.”**

Etimologia:

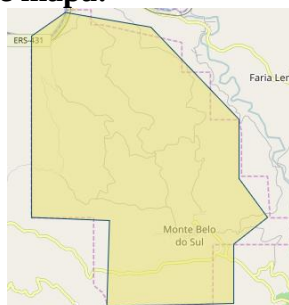
- Monte: “elevação considerável de terreno acima do solo que a rodeia. Porção, acervo, ajuntamento. Do lat. *mons mōntis*.”***
- Belo: “bonito, encantador. Elevado, sublime. Bom, generoso. Do lat. *bellus*.”***
- Do: “contr. da prep. ‘de’ com o art. pron. ‘o’”.***
- Sul: “ponto cardeal que se opõe diretamente ao norte e fica à direita do observador voltado para o este. Do anglo-saxão *sūth* (> ing. *south*), provavelmente através do a. fr. *su* (hoje *sud*).”***

Estrutura morfológica: elemento composto

- Monte: mont-e.****
- Belo: bel-o.****
- Do: d[e]-o.****
- Sul: sul.****

Taxonomia: geomorfotopônimo

Imagem de mapa:



*

Foto da cidade:



**

Pesquisador: Bruno Misturini

Fontes:

* IBGE. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=431238>>. Acesso em: 12 set. 2017.

** Prefeitura Municipal de Monte Belo do Sul. Disponível em: <<http://portal.montebelodosul.rs.gov.br/>>. Acesso em: 12 set. 2017.

*** CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

**** HECKLER, Evaldo; BACK, Sebald; MASSING, Egon Ricardo. *Dicionário morfológico da língua portuguesa*. São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1984. 5 v.

Fonte: elaboração do autor.

Verifica-se, a partir do exposto no Quadro 59, que o primeiro nome de Monte Belo do Sul, ainda quando distrito de Bento Gonçalves, foi Linha Zamith. A justificativa pelo nome em

francês, aparentemente, dá-se pela presença de padres Capuchinhos que atendiam a paróquia local. Não tardou, contudo, e o local passou a se chamar Montebello, em 1932, a fim de resgatar parte da história italiana – de acordo com o *site* da Prefeitura Municipal, o nome faz referência ao município italiano de mesmo nome, local de uma grande guerra.

Contudo, as modificações na toponímia local ainda não cessaram. Em 1945, possivelmente como parte do plano de nacionalização de Vargas, o local passou a se chamar Caturetã, palavra que, em língua indígena, significaria “povoado bonito”. Contudo, em 1949, o então distrito ganhou nova denominação: Monte Bello, dessa vez relacionado com as características geográficas do lugar. Nota-se que, nesse momento, o topônimo era de origem italiana, evidenciada pela grafia da palavra “bello”. Em 1992, contudo, quando elevado à categoria de município, o nome passa a ser escrito em português. Além disso, acrescentou-se “do Sul”, possivelmente devido ao fato de existir, no estado mineiro, um município homônimo¹³³.

Acerca desses episódios, Campagnolo et al (1996, p. 72) discorrem:

A sede do distrito ficou localizada na Linha Zamith, no alto de um monte, daí a denominação, Monte Bello, que em Língua Vernácula significa Monte Bonito. Em 1932, por solicitação, através de requerimento de Júlio Lorenzoni, passou a chamar-se Montebello na intenção de recordar a grande batalha travada em Montebello, no município de Pávia, na Lombardia, Itália. Chamou-se Montebello até 1945, e neste mesmo ano passou a chamar-se Caturetã, nome indígena que significa “povoado bonito”, sendo que esta denominação permaneceu até 1949, quando passou a denominar-se Monte Belo. Ao ser emancipado foi chamado de Monte Belo do Sul (CAMPAGNOLO et al., 1996, p. 72).

Constata-se que o município é constituído apenas por sua sede, não existindo distritos. Além disso, considerando-se que o nome faz menção a um elemento natural – monte –, pode-se classificá-lo como um geomorfotopônimo – o primeiro deste trabalho.

No que tange aos símbolos municipais de Monte Belo do Sul, percebe-se que a bandeira possui listas diagonais, nas cores verde, branco e vermelho, que remetem à bandeira italiana, possuindo, em seu centro, o brasão. Este, por sua vez, tem, em seu escudo, a presença de uma igreja – simbolizando a importância da religião para o local –, de um instrumento relacionado à atividade agrícola – fundamental para a economia da cidade –, além da representação de montes e de um rio. Há, ainda, três listas coloridas, assim como no brasão, que fazem alusão à bandeira italiana. Na frente destas, há uma taça de vinho tinto – produto produzido pelos imigrantes e que hoje está ligado não só à economia de Monte Belo do Sul, mas também à

¹³³ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/monte-belo/historico>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

cultura italiana aqui presente. Nas laterais, a presença de videiras e cachos de uvas reforça a importância desse elemento para a região. Na parte inferior, encontram-se o nome do município, cercado por duas datas – 1877 e 1992 –, sendo a primeira relacionada à chegada dos primeiros imigrantes ao local, iniciando o seu desenvolvimento, e a segunda, à emancipação da cidade.

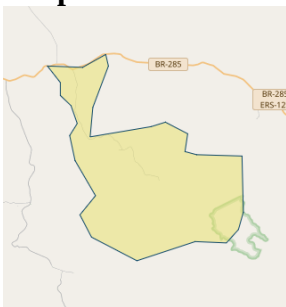
Por fim, observa-se a forte presença de elementos da cultura de imigração na história de Monte Belo do Sul, evidenciada no Quadro 59. O fato de o segundo nome do local ter feito menção à cidade italiana de mesmo nome, certamente, influenciou a escolha pela atual denominação, mesmo que esta, hoje, seja associada à paisagem natural. Apesar de uma mudança ter ocorrido e o topônimo ter sido substituído por um de origem indígena, os anseios da população prevaleceram, e, não muito tempo depois, o distrito voltou ao nome italiano. Além disso, a análise dos símbolos municipais também corrobora essa linha de pensamento, dado que ambas imagens evidenciam símbolos e cores que remetem à Itália.

5.1.19 Muliterno (1992)

Muliterno também foi um município criado na região em 20 de março de 1992, como exposto no quadro a seguir.

Quadro 60 – Muliterno (1992)

Município/Topônimo: Muliterno		
Nome(s) anterior(es): Ø*		
Gentílico: muliternense*	Código IBGE: 4312625*	Fundação: 20/03/1992*
Distrito(s): Ø*		
Bandeira:  ***		Brasão:  ***
Histórico: “Distrito criado com a denominação de Muliterno, pela Lei Estadual n.º 957, 10-11-1961, subordinado ao município de Passo Fundo. Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o distrito de Muliterno, figura no município de Passo Fundo. Pela Lei Estadual n.º 5.195, de 28-12-1965, o distrito de Muliterno, foi transferido do município de Passo Fundo para constituir o novo município de Ciríaco. Em divisão territorial datada de 31-XII-1968, o distrito de Muliterno, figura no município de Ciríaco. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1988. Elevado à categoria de município com a denominação de Muliterno, pela Lei Estadual n.º 9.543, de 20-03-1992, desmembrado do município de		

Ciríaco. Sede no antigo distrito de Muliterno. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1993. Em divisão territorial datada de 1995, o município é constituído do distrito sede.”*	
Informações enciclopédicas: “A região era habitada por índios Caingangues e Guaranis quando chegaram os primeiros habitantes brancos. Os primeiros moradores foi José Muliterno e sua família, italianos de Nápoles que chegaram ao Brasil por volta de 1870 no Paraná e depois seguiram para a região onde hoje está a cidade de Muliterno. Seguido deles, vieram o Coronel Libório Pimentel, Antonio Schepo, Belmiro Refosco, Reinaldo Demichelli e Casemiro Pitton.”*	
Etimologia: • Muliterno: Ø	
Estrutura morfológica: elemento simples • Muliterno: Ø	
Taxonomia: antropotopônimo	
Imagem de mapa:  *	Foto da cidade:  *****
Pesquisador: Bruno Misturini	
Fontes: * IBGE. Disponível em: < https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/muliterno/panorama >. Acesso em: 30 set. 2017. ** Prefeitura Municipal de Muliterno. Disponível em: < http://www2.muliterno.rs.gov.br/ >. Acesso em: 30 set. 2017. *** Encaminhado por e-mail pela Prefeitura Municipal. ***** Elaboração do autor.	

Fonte: elaboração do autor.

Com base no Quadro 60, vê-se que o atual município de Muliterno sempre possuiu esse nome, desde sua criação como distrito de Passo Fundo, em 1961. Quatro anos depois, o distrito passou a pertencer a Ciríaco, nova cidade criada na RCI. A emancipação deu-se apenas em 1992, quando Muliterno foi elevado oficialmente à categoria de município por meio da Lei Estadual n.º 9.543.

Constata-se, ainda, que não existem distritos ligados à sede municipal, e que o topônimo tem origem em um de seus primeiros moradores: José Muliterno, imigrante italiano provindo de Nápoles¹³⁴. Dessa forma, torna-se possível classificá-lo como um antropotopônimo, de acordo com Dick (1992). Contudo, ressalta-se, novamente, que, ao elencar-se a taxa de

¹³⁴ De acordo com informações do IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/muliterno/historico>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

antropotopônimo, não se tem a intenção de apagar a historicidade – talvez mais explícita por meio da classificação de historiотopônimo – ligada à figura de José Muliterno, certamente muito importante para o local.

Quanto aos símbolos municipais, verifica-se que a bandeira possui fundo branco e o brasão em seu centro. Este é fortemente marcado por figuras que remetem ao trato com a vegetação – como, por exemplo, espigas de trigo e milho – e com os animais – por meio da representação de um boi e uma galinha –, fundamentais para o desenvolvimento econômico da cidade. Além desse destaque para, principalmente, a agricultura local, aparecem, ainda, o topônimo, na parte inferior, em faixa vermelha, e a data de criação do município.

Assim, conclui-se que, nos itens constantes no Quadro 60, houve manifestação da cultura italiana no que tange ao nome do município.

5.1.20 Nicolau Vergueiro (1992)

Em sequência, apresenta-se o município de Nicolau Vergueiro, desmembrado de Marau, como pode ser visto no Quadro 61.

Quadro 61 – Nicolau Vergueiro (1992)

Município/Topônimo: Nicolau Vergueiro		
Nome(s) anterior(es): Pinhal Fechado e Arroio dos Portes**		
Gentílico: nicolau-vergueirense*	Código IBGE: 4312674*	Fundação: 20/03/1992*
Distrito(s): Ø*		
Bandeira:  **		Brasão:  **
Histórico: “Distrito criado com a denominação de Nicolau Vergueiro, pela Lei Estadual n.º 184, de 03-06-1961, subordinado ao município de Marau. Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o distrito de Nicolau Vergueiro, figura no município de Marau. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1988. Elevado à categoria de município com a denominação de Nicolau Vergueiro, pela Lei Estadual n.º 9.544, de 20-03-1992, desmembrado de Marau. Sede no antigo distrito de Nicolau Vergueiro. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1993. Em divisão territorial datada de 1-VI-1995, o município é constituído do distrito sede.”*		

Informações enciclopédicas: “Foi por volta de 1920, que o casal Pedro e Maria Souza chegou à região de Nicolau Vergueiro, então denominada ‘Pinhal Fechado’, em razão de seus densos pinheirais. Os primeiros colonizadores passaram a chamar o lugar de ‘Arroio dos Portes’, nome que prevaleceu até a década de 60. O nome do município de Nicolau Vergueiro teve sua origem como forma de prestar homenagem ao médico de Passo Fundo/RS, Dr. Nicolau de Araújo Vergueiro, tendo em vista seus relevantes serviços prestados ao povo dessa comunidade, a qual já possuiu outros nomes, sendo que primeiramente denominava-se Pinhal Fechado, posteriormente passando para Arroio dos Portes, e finalmente Nicolau Vergueiro.”**

Etimologia:

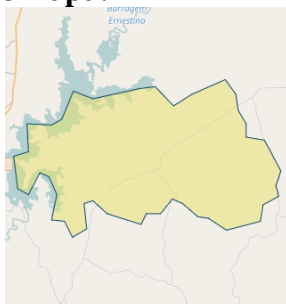
- Nicolau: Ø
- Vergueiro: “Sobrenome, primitivamente alcunha. Do *vergueiro*, ‘o que verga com qualquer peso’.”***

Estrutura morfológica: elemento composto

- Nicolau: Ø
- Vergueiro: Ø

Taxonomia: historiotopeônimo

Imagem de mapa:



*

Foto da cidade:



**

Pesquisador: Bruno Misturini

Fontes:

* IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/nicolau-vergueiro/panorama>>. Acesso em: 02 out. 2017.

** Prefeitura Municipal de Nicolau Vergueiro. Disponível em: <<http://www.nicolauvergueiro.rs.gov.br>>. Acesso em: 02 out. 2017.

*** BARATA, Carlos Eduardo; BUENO, Antônio Henrique da Cunha. *Dicionário das famílias brasileiras*. São Paulo: Ibero América, 1999-2001. 2 v.

Fonte: elaboração do autor.

Observa-se, a partir do exposto, que, oficialmente, Nicolau Vergueiro foi a única denominação do município, incluindo o período em que fora distrito de Marau. Apesar disso, popularmente, antes da Lei Estadual n.º 184, de 03-06-1961, o local chegou a se chamar Pinhal Fechado e Arroio dos Portes. O primeiro nome deu-se em razão da grande presença de pinheiros que podiam ser encontrados na área que abarcava o que hoje constitui-se como o município; já o segundo, cunhado também pelos primeiros colonizadores, tinha relação com um rio que lá existia.

Acerca disso, informações coletadas no Plano Municipal de Educação de Nicolau Vergueiro¹³⁵ mostram que

o casal Pedro e Maria de Souza e seus filhos foram os iniciantes da colonização de Pinhal Fechado, isso por volta da segunda década do século passado. No local corria um rio que só dava para passar em época de estiagem. As pessoas passavam a pé. Devido à presença desse curso d'água “Pinhal Fechado” passou a denominar-se “Arroio dos Portes”. Nessa época eram abertas picadas na mata para permitir o deslocamento das pessoas.

Quando elevado à categoria de município, em 1992, manteve-se o nome em uso, que homenageia o médico e político Nicolau de Araújo Vergueiro, nascido em Passo Fundo, que prestou diversos serviços à população nicolau-vergueirense.

De acordo com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas¹³⁶,

Nicolau de Araújo Vergueiro nasceu em Passo Fundo (RS) no dia 7 de março de 1882. [...] Em 1900 ingressou na Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre, pela qual se formou em farmácia em 1903 e em medicina em 1905, após defender tese sobre anestesia geral. [...] Retornou em 1906 a Passo Fundo, onde por 20 anos exerceria a medicina na Intendência Municipal. Vinculando-se em 1908 ao PRR, tornou-se em pouco tempo presidente do núcleo municipal da agremiação, até então liderado por seu tio Gervásio Araújo Annes. Eleito em 1909 deputado à Assembléia Legislativa gaúcha na legenda do PRR, aí ocuparia uma cadeira por cinco legislaturas consecutivas. Prefeito de Passo Fundo de 1921 a 1924 [...]. Presidente da Assembléia Legislativa gaúcha em 1929 [...]. No pleito de março de 1930, foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul na legenda do PRR, e assumiu o mandato em maio do mesmo ano. [...] Elegeu-se, em outubro de 1934, deputado federal na legenda da Frente Única Gaúcha (FUG), coligação do PRR com o Partido Libertador (PL). Empossado em maio de 1935, exerceu o mandato até novembro de 1937, quando, com o advento do Estado Novo, os órgãos legislativos foram mais uma vez suprimidos. Com a redemocratização do país em 1945, participou da fundação do Partido Social Democrático (PSD), tornando-se membro do diretório regional gaúcho e presidente do diretório municipal de sua cidade natal. Nessa legenda, foi eleito, em dezembro de 1945, deputado pelo Rio Grande do Sul à ANC. Empossado em fevereiro de 1946, participou dos trabalhos constituintes e, após a promulgação da nova Carta (18/9/1946), passou a exercer o mandato ordinário. [...] Concluiu o mandato em janeiro de 1951. Em 1956, fechou sua clínica em Passo Fundo. Colaborou em jornais de sua cidade, de Porto Alegre, São Paulo e do Rio de Janeiro, e escreveu livros e artigos sobre medicina.

Constata-se, ainda, que não existem distritos ligados à sede municipal de Nicolau Vergueiro, e que o nome, como visto, por fazer referência a um vulto histórico – médico e político –, pode ser classificado como historiotopônimo, de acordo com Dick (1992).

¹³⁵ Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/monitoramentopne/planos-municipais-de-educacao-rs/n/nicolau-vergueiro>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

¹³⁶ Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/nicolau-de-araujo-vergueiro>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

No que diz respeito aos símbolos municipais, verifica-se que a bandeira possui, em seu centro, o brasão municipal e, nas laterais, outras duas bandeiras. Estas representam os estandartes da Itália e da Alemanha, países dos quais partiram parte dos imigrantes que colonizaram a cidade; já aquele indica para a importância que o meio natural tem para o município, principalmente por meio da atividade agrícola e da pecuária.

Por fim, conclui-se que, apesar de estar estampada na bandeira de Nicolau Vergueiro, no que tange à análise toponímica dos dados do Quadro 61, a cultura italiana não se fez muito presente.

5.1.21 Nova Pádua (1992)

Também em 20 de março de 1992, foi criado o município de Nova Pádua, pertencente, primeiramente, a Caxias do Sul, e, depois, a Flores da Cunha, como indica o Quadro 62.

Quadro 62 – Nova Pádua (1992)

Município/Topônimo: Nova Pádua		
Nome(s) anterior(es): 16ª Léguas**		
Gentílico: paduense*	Código IBGE: 4313086*	Fundação: 20/03/1992*
Distrito(s): Ø*		
Bandeira:  **		Brasão:  **
Histórico: “Distrito criado com a denominação de Nova Pádua, pelo Ato Municipal n.º 57, de 28-01-1904, subordinado ao município de Caxias. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Nova Pádua, figura no município de Caxias. Assim permanecendo nos quadros de apuração do recenseamento geral -1-IX-1920. Pelo Decreto Estadual n.º 3.320, de 17-05-1924, desmembra do município de Caxias os distritos de Nova Trento e Nova Pádua, para constituir o novo município de Nova Trento. Elevado à categoria de município. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Nova Pádua, figura no município de Nova Trento. Pelo Decreto n.º 12, de 21-12-1935, o município de Nova Trento passou a denominar-se Flores da Cunha. Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, o distrito de Nova Pádua, figura no município de Flores da Cunha (ex-Nova Trento). Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o distrito de Nova Pádua, permanece no município de Flores da Cunha. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1991. Elevado à categoria de município com a denominação de Nova Pádua, pela Lei Estadual n.º		

9.560, de 20-03-1992, desmembrado de Flores da Cunha. Sede no antigo distrito de Nova Pádua. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1993.”*

Informações enciclopédicas: “A colonização da região iniciou-se em 1886, com a chegada de imigrantes italianos do Vêneto, na Itália. No início de 1886, sete famílias do Vêneto chegaram no Rio Grande do Sul para habitar a 16ª Léguas do Campo dos Bugres, hoje Nova Pádua. Eram as famílias de Francisco Mantovani, comerciante; Carlos Mantovani, seu irmão e professor; João Zanini, ferreiro; Pedro Sartor, Francisco Menegat, Pascoal Pauletti e Pedro Menegat, estes agricultores. Já em 1890, todas as 307 colônias estavam tomadas por imigrantes que fugiam da miséria que assolava a pátria-mãe, a Itália. Todos provinham das várias cidades da província do Vêneto, e vinham para buscar o seu desenvolvimento, vinham para vencer. Em 2 de julho de 1888 tiveram a primeira missa, rezada pelo Padre Alexandre Pelegrini. Em 7 de junho de 1890 foi benta a imagem de Santo Antônio de Nova Pádua e, desde então, a 16ª Léguas tomou o nome de Nova Pádua. Em 27 de dezembro de 1892, Nova Pádua recebeu seu primeiro padre na pessoa do padre Giuseppe Candido Dalmazzi. Devido ao seu rápido desenvolvimento, Nova Pádua foi promovida a 4º Distrito de Caxias do Sul, no dia 13 de abril de 1904, pertencendo a esse município até 1926, quando foi incorporada ao novo município de Nova Trento - Flores da Cunha. Como distrito deste município, Nova Pádua conseguiu melhorias como escolas, estradas e eletrificação rural. Em 10 de novembro de 1991, a população de Nova Pádua decidiu se emancipar através de plebiscito. Sua criação como município foi decretada em 20 de março de 1992, pelo então governador Alceu Collares.”**

Etimologia:

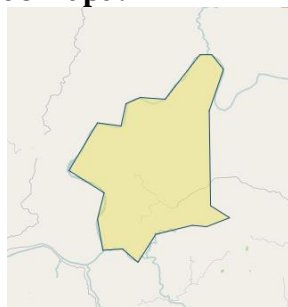
- Novo: “moço, jovem, original, de pouco uso. Do lat. *nōvus-a*.”***
- Pádua: Ø

Estrutura morfológica: elemento composto

- Nova: nov-a.****
- Pádua: Ø

Taxonomia: cronotopônimo

Imagem de mapa:



*

Foto da cidade:



**

Pesquisador: Bruno Misturini

Fontes:

- * IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/nova-padua/panorama>>. Acesso em: 04 out. 2017.
- ** Prefeitura Municipal de Nova Pádua. Disponível em: <<http://www.novapadua.rs.gov.br/>>. Acesso em: 04 out. 2017.
- *** CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.
- **** HECKLER, Evaldo; BACK, Sebald; MASSING, Egon Ricardo. *Dicionário morfológico da língua portuguesa*. São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1984. 5 v.

Fonte: elaboração do autor.

De acordo com o Quadro 62, observa-se que o primeiro nome de Nova Pádua foi 16ª Léguas, devido ao fato de se localizar, geograficamente, na décima sexta léguas do Campo dos Bugres – antiga denominação da cidade de Caxias do Sul. Contudo, ainda em 1890, a região passou a se chamar Nova Pádua, em virtude da presença de uma estátua de Santo Antônio de Nova Pádua, que havia sido abençoada na capela. Em 1904, o local foi elevado à categoria de distrito de Caxias (futura cidade de Caxias do Sul).

Entretanto, em 1924, os distritos de Nova Pádua e Nova Trento são desmembrados de Caxias, a fim de constituírem um único município. Com isso, Nova Pádua passou a ser distrito de Nova Trento. Em 1935, por conta da Era Vargas (ver subcapítulo 2.3), o nome da cidade mudou para Flores da Cunha. Destaca-se que o distrito manteve sua denominação nesse período, atingindo sua emancipação apenas em 20 de março de 1992, sem sofrer novas alterações toponímicas.

Além disso, vê-se que não existem distritos ligados à sede municipal. No que diz respeito à classificação toponímica, de acordo com Dick (1992), o nome pode ser visto como um cronotopônimo, devido à palavra “nova” constante no topônimo. Apesar disso, vê-se que a real motivação para a denominação veio do nome de uma figura religiosa – Santo Antônio de Nova Pádua. Há, ainda, no topônimo, menção à cidade italiana de Pádua – *Padova* –, na região vêneta do país.

Quanto à bandeira municipal, encontram-se, no portal *on line* da prefeitura¹³⁷, os dados a seguir:

A bandeira de Nova Pádua foi instituída pela Lei Municipal nº 53, de 26 de julho de 1993 e tem como cores oficiais, o azul, branco e verde, em três faixas oblíquas. A cor Azul representa os rios, cascatas e o céu. O Branco, a integração e a mensagem de paz do seu povo. E o Verde representa a riqueza da cultura, a ecologia e a esperança do povo. Ao centro da faixa branca consta o Brasão do Município.

Ademais, concernente ao brasão municipal, o *site* da Prefeitura de Nova Pádua apresenta as seguintes informações:

O escudo tem formato elíptico, caracterizando na parte superior a formação geográfica do Município, onde nos revela sua característica montanhosa, os rios, cascatas e a araucária representando a vegetação, assim como, o nascer do sol. Na parte inferior, uma roda dentada e um cacho de uva representando as indústrias e a produção vinífera. Na parte superior da elipse, a coroa com cinco torres que representam a autonomia do Município. Ao redor, na base da elipse, estão distribuídos os principais produtos

¹³⁷ Disponível em: <<http://www.novapadua.rs.gov.br/secao.php?pagina=2>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

agrícolas produzidos no Município, dando destaque a uva como principal produto e os hortifrutigranjeiros que representam a base da economia. Na base do brasão, a faixa com os dizeres: “20 de março NOVA PÁDUA de 1992”, data da criação e nome oficial do Município. O brasão é representado nas cores predominantes do verde e vermelho.

Percebe-se, a partir do exposto, que alguns elementos da cultura italiana podem ser elencados no brasão da cidade. A representação da figura de uma uva, indicando a atividade vinícola, e a predominância das cores vermelho e verde são indicativos disso.

A partir disso, verifica-se que a cultura de imigração se fez bastante presente no histórico de Nova Pádua: desde o desenvolvimento da região, que se deu em grande parte pelos imigrantes, passando pelos símbolos municipais, e, claro, no nome do município.

5.1.22 Santa Tereza (1992)

O município de Santa Tereza também foi criado nessa data, como representado no Quadro 63.

Quadro 63 – Santa Tereza (1992)

Município/Topônimo: Santa Tereza		
Nome(s) anterior(es): Aratinga*		
Gentílico: santa-teresense*	Código IBGE: 4317251*	Fundação: 20/03/1992*
Distrito(s): Ø*		
Bandeira:  ****		Brasão:  **
Histórico: “Distrito criado com a denominação de Santa Tereza, pelo ato municipal nº 5, de 15-10-1916, subordinado ao município de Bento Gonçalves. Nos quadros de apuração do recenseamento geral de 1-09-1920, o distrito de Santa Tereza, figura no município de Bento Gonçalves. Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937. Pelo decreto estadual nº 720, de 29-12-1944, o distrito de Santa Tereza tomou o nome de Aratinga. No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o distrito de Aratinga (ex-Santa Tereza), figura no município Bento Gonçalves. Pela lei municipal nº 85, de 19-12-1949, o distrito de Aratinga voltou a denominar-se Santa Tereza. Em divisão territorial datada de 1-07-1960, o distrito de Santa Tereza (ex-Aratinga, permanece no município Bento Gonçalves. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1988. Elevado à categoria		

de município com a denominação de Santa Tereza, pela lei estadual nº 9.627, 20-03-1992, desmembrado do município de Bento Gonçalves. Sede no antigo distrito de Santa Tereza. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1993. Em divisão territorial datada de 1-07-1960, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.*

Informações enciclopédicas: “O nome do município surgiu com a expressão de gratidão e amor do engenheiro chefe da colonização Senhor Joaquim Rodrigues Antunes pela sua esposa Tereza. Tem um dos mais importantes núcleos de imigração italiana do Brasil. Sua arquitetura eclética mantém os elementos culturais trazidos do norte da Itália sendo frequentemente comparada à das aldeias dessa região. A proximidade aos rios Taquari, Barra Mansa e Vinte e Dois, as montanhas que a cercam, os prédios históricos e o clima ameno de outono, inverno e primavera fazem de Santa Tereza uma cidade especial. A colonização começou em 1885, por imigrantes italianos e poloneses que se instalaram as margens do Rio Taquari, na Linha José Júlio. O transporte na época, era feito por balsas pelo Rio Taquari, considerado um verdadeiro porto, uma vez que era a única ligação com outros municípios e a capital do Estado. Através dos contatos, principalmente com a capital do Estado, fez-se presente a influência porto-alegrense, não só na economia, mas também, a arquitetura em alvenaria externou a sua grandiosidade. Além de ter contribuído com bons filhos, a então vila teve a honra de receber ilustres visitantes que colocaram seu trabalho a disposição da comunidade. Tudo contribuiu para o pronto desenvolvimento do município.”**

Etimologia:

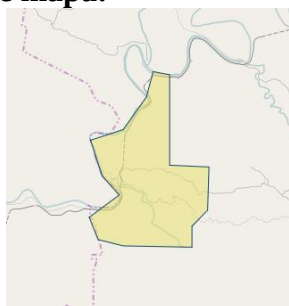
- Santo: “sagrado, que vive segundo os preceitos religiosos, a lei divina, segundo a tradição judaico-cristã, atributo de Deus e um de seus nomes, sublinhando a transcendência da natureza divina. Do lat. *sanctus -a -um*”.***
- Tereza:

Estrutura morfológica: elemento composto

- Santa: sant-a.*****
- Tereza: Ø

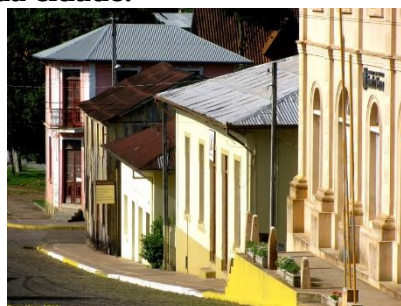
Taxonomia: hagiopônimo

Imagem de mapa:



*

Foto da cidade:



**

Pesquisador: Bruno Misturini

Fontes:

* IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-tereza>>. Acesso em: 15 out. 2017.

** Prefeitura Municipal de Santa Tereza. Disponível em: <<http://www.santatereza.rs.gov.br/>>. Acesso em: 15 out. 2017.

*** CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

**** Elaboração do autor.

***** HECKLER, Evaldo; BACK, Sebald; MASSING, Egon Ricardo. *Dicionário morfológico da língua portuguesa*. São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1984. 5 v.

Fonte: elaboração do autor.

A partir do Quadro 63, constata-se que, ainda quando criado como distrito de Bento Gonçalves, em 1916, o local já se chamava Santa Tereza. O nome, contudo, não possui motivação religiosa: é uma homenagem à esposa do engenheiro chefe da colonização Joaquim Rodrigues Antunes, que se chamava Tereza. Em 1944, o topônimo foi alterado para Aratinga. Apesar de não terem sido encontradas informações acerca dos motivos dessa troca, constata-se que o nome faz alusão a uma espécie de pássaro¹³⁸, provavelmente muito presente na região. Porém, não tardou e, em 1949, o distrito voltou à sua denominação inicial, que permanece até os dias de hoje, mesmo com sua emancipação no ano de 1992.

Observa-se, ainda, que não existem distritos vinculados à sede do município. Quanto à classificação toponímica, elenca-se a taxa de hagiotopônimo para o nome, de acordo com Dick (1992). Contudo, como visto, Santa Tereza não possuiu como motivação a figura da santa católica, mas, sim, a esposa do chefe da colonização. Dessa forma, recorre-se à classificação desenvolvida por Lima (1998, apud Sousa, 2008, p. 6), que sugere que, nesse caso, o mais indicado é apontar o nome como um hagiotopônimo aparente – ou seja, aquele quando a motivação para sua escolha não se dá por meio da religião. Vê-se, assim, que, mais uma vez, torna-se necessário extrapolar os limites linguísticos para conseguir apontar a real motivação para a escolha do topônimo.

No que tange ao brasão municipal, observa-se a forte ligação com a cultura de imigração. As cores que predominam no símbolo oficial são o verde, o branco e o vermelho, que indicam para as cores da bandeira italiana, que também se faz presente no centro do brasão. Religião, trabalho, união e natureza também são destacados, por meio da figura de uma igreja, de animais, de um instrumento agrícola, de uma engrenagem, de araucárias e de montes e um rio. Há, ainda, na parte inferior, em faixa branca, o nome do município e duas datas – 1877 e 1992 –, uma aludindo, possivelmente, à chegada dos primeiros imigrantes à região, e a segunda, à data de sua emancipação, respectivamente.

Por fim, conclui-se que, nos itens analisados no Quadro 63, acerca do município de Santa Tereza, é possível notar a influência exercida pela cultura italiana. Os indícios dão-se,

¹³⁸ De acordo com o Dicionário Aulete. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

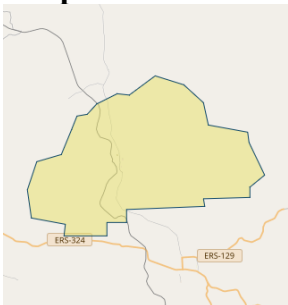
principalmente, no brasão municipal e no fato de o nome ter sido escolhido pelo engenheiro chefe da colonização local.

5.1.23 Santo Antônio do Palma (1992)

Santo Antônio do Palma – anteriormente conhecido apenas por Santo Antônio – também foi criado em meio a esse contexto, como exposto a seguir.

Quadro 64 – Santo Antônio do Palma (1992)

Município/Topônimo: Santo Antônio do Palma		
Nome(s) anterior(es): Santo Antônio*		
Gentílico: palmense*	Código IBGE: 4317558*	Fundação: 20/03/1992*
Distrito(s): Montes Carpatos, Santa Terezinha e São José*		
Bandeira:  ****		Brasão:  ****
Histórico: “Distrito criado com a denominação de Santo Antônio, pela Lei Estadual n.º 190, de 12-12-1962, subordinado ao município de Casca. Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o distrito de Santo Antônio, figura no município de Casca. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1988. Elevado à categoria de município com a denominação de Santo Antônio do Palma, pela Lei Estadual n.º 9.591, de 20-03-1992, desmembrado do município de Casca. Sede no atual distrito de Santo Antônio do Palma (ex-Santo Antônio). Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1993. Pela Lei Municipal n.º 130, de 23-03-1995, é criado o distrito de Santa Terezinha é anexado ao município de Santo Antônio do Palma. Pela Lei Municipal n.º 131, de 24-03-1995, é criado o distrito de São José e anexado ao município de Santo Antônio do Palma. Em divisão territorial datada de 1995, o município é constituído de 3 distritos: Santo Antônio do Palma, Santa Terezinha e São José. Em divisão territorial datada de 2001, o município é constituído de 4 distritos: Santo Antônio do Palma, Montes Carpatos, Santa Terezinha e São José. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.”*		
Informações enciclopédicas: “A origem de seu nome vem do padroeiro Santo Antônio e Palma, nome da família fundadora do município. Foi colonizado por imigrantes italianos e poloneses. Entre eles, Bortolo Palma.”*		
Etimologia: • Santo: “sagrado, que vive segundo os preceitos religiosos, a lei divina, segundo a tradição judaico-cristã, atributo de Deus e um de seus nomes, sublinhando a transcendência da natureza divina. Do lat. <i>sanctus -a -um</i>”.*** • Antônio: Ø • Do: “contr. da prep. ‘de’ como art. pron. ‘o’”.***		

• Palma: “parte interior da maõ. Folha de palmeira. Triunfo, vitória. Do lat.: <i>palma – ae.</i>”***	
Estrutura morfológica: elemento composto • Santo: sant-o.***** • Antônio: Ø • Do: d[e]-o.***** • Palma: palm-a.*****	
Taxonomia: hagiotopônimo	
Imagem de mapa:  *	Foto da cidade:  ****
Pesquisador: Bruno Misturini	
Fontes: * IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santo-antonio-do-palma/>. Acesso em: 22 out. 2017. ** Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Palma. Disponível em: <http://www.pmpalma.com.br/>. Acesso em: 22 out. 2017. *** CUNHA, Antônio Geraldo da. <i>Dicionário etimológico da língua portuguesa</i>. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010. **** Elaboração do autor. ***** HECKLER, Evaldo; BACK, Sebaldo; MASSING, Egon Ricardo. <i>Dicionário morfológico da língua portuguesa</i>. São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1984. 5 v.	

Fonte: elaboração do autor.

Verifica-se, a partir das informações contidas no Quadro 64, que, quando criado, em 1962, como distrito de Casca, o local foi denominado de Santo Antônio. Possivelmente a motivação dê-se devido à existência de uma capela que homenageie esse santo. Contudo, em 1992, quando elevado à categoria de município, o topônimo mudou para Santo Antônio do Palma. Essa alteração, de acordo com o *site* do IBGE, deve-se a uma referência à família fundadora do município. Dessa forma, há, no nome, tanto uma alusão ao provável santo padroeiro do local quanto ao sobrenome dos primeiros moradores dessa área.

Atualmente, existem três distritos vinculado à sede do município: Montes Carpatos, Santa Terezinha e São José. Os dois últimos, observando a tendência encontrada na RCI, devem ter recebido esses nomes graças à existência de capelas ou igrejas que devem levar o nome desses mesmos santos – assim como se acredita que tenha acontecido com o próprio município. Quanto a Montes Carpatos, apesar de não terem sido encontradas informações acerca do

topônimo, acredita-se que a paisagem local tenha contribuído para a escolha por esse nome, que remete a um conjunto de montanhas localizado, principalmente, na Romênia.

No que tange à classificação toponímica, pode-se, de acordo com Dick (1992), atribuir ao nome a taxa de hagiotopônimo, por ele evocar um santo do hagiolégio católico romano. Apesar de haver menção à família Palma, verifica-se que a principal influência para o topônimo foi a figura do santo; dessa forma, se for considerada a classificação proposta por Lima (1998, apud Sousa, 2008, p. 6), torna-se possível elegê-lo como um hagiotopônimo autêntico, diferentemente do que foi observado em Santa Teresa (subcapítulo 5.1.22).

Diante da impossibilidade de acesso aos símbolos oficiais do município, conclui-se que houve pouca influência da cultura de imigração nos dados analisados, que se manifestou principalmente por meio de nomes santos – uma característica da italianidade presente na região, como já observado anteriormente.

5.1.24 São Valentim do Sul (1992)

Desmembrado de Dois Lajeados, surgiu o município de São Valentim do Sul, ainda em 1992, como apresentado no Quadro 65.

Quadro 65 – São Valentim do Sul (1992)

Município/Topônimo: São Valentim do Sul		
Nome(s) anterior(es): Pinhal Alto, São Valentim do Pinhal Alto e São Valentim**		
Gentílico: são-valentinense*	Código IBGE: 4319711*	Fundação: 20/03/1992*
Distrito(s): Fazenda Fialho e Santa Bárbara*		
Bandeira:  **		Brasão:  **
Histórico: “Elevado à categoria de município com a denominação de São Valentim do Sul, pela Lei Estadual n.º 9.554, de 20-03-1992, desmembrado de Dois Lajeados. Sede no atual distrito de São Valentim, atual São Valentim do Sul. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1993. Pela Lei Municipal n.º 19, de 15-10-1993, é criado o distrito de Santa Bárbara e anexado ao município de São Valentim do Sul. Em divisão territorial datada de 1999, o município é constituído de 2 distritos: São Valentim do Sul e Santa Bárbara. Em divisão territorial datada		

de 2003, o município é constituído de 3 distritos: São Valentim do Sul, Fazenda Fialho e Santa Bárbara. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.”*

Informações enciclopédicas: “A origem do nome deu-se da devoção religiosa comunitária em homenagem a São Valentim. A escolha fixou-se como São Valentim Sul pois já existe um município com o primeiro nome. Antigamente se chamava de Pinhal Alto, devido a grande quantidade de araucárias que existiam no município. Tem como pontos turísticos e curiosidades a Cascata do Rio Fazenda, o Parque de Eventos e possui um grande reflorestamento.”**

Etimologia:

- Santo: “sagrado, que vive segundo os preceitos religiosos, a lei divina, segundo a tradição judaico-cristã, atributo de Deus e um de seus nomes, sublinhando a transcendência da natureza divina. Do lat. *sanctus -a -um*”.***
- Valentim: “f. apocopada de *Valentino*”. Valentino: “lat. *Valentinus*, dim. ou patron. De *Valens*, *Valentis*: ‘natural de Valença’. Ou deriv. de *Valente*.”****
- Do: “contr. da prep. ‘de’ com o art. pron. ‘o’”.***
- Sul: “ponto cardeal que se opõe diretamente ao norte e fica à direita do observador voltado para o este. Do anglo-saxão *sûth* (> ing. *south*), provavelmente através do a. fr. *su* (hoje *sud*).”****

Estrutura morfológica: elemento composto

- São: são.*****
- Valentim: Ø
- Do: d[e]-o.*****
- Sul: sul.*****

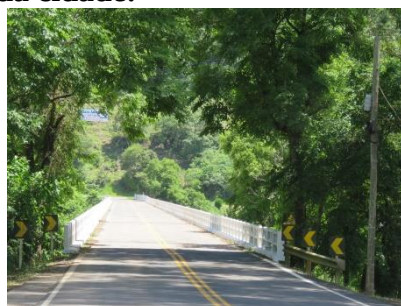
Taxonomia: hagiotopônimo

Imagem de mapa:



*

Foto da cidade:



**

Pesquisador: Bruno Misturini

Fontes:

- * IBGE. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-valentim-do-sul/panorama>>. Acesso em: 3 nov. 2017.
- ** Prefeitura Municipal de São Valentim do Sul. Disponível em: < <http://www.saovalentimdosul.rs.gov.br/>>. Acesso em: 3 nov. 2017.
- *** CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.
- **** GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes: tudo o que você gostaria de saber e não lhe contaram*. São Paulo: AM Edições, 1994.
- ***** HECKLER, Evaldo; BACK, Sebald; MASSING, Egon Ricardo. *Dicionário morfológico da língua portuguesa*. São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1984. 5 v.

Fonte: elaboração do autor.

Acerca das alterações toponímicas que ocorreram em São Valentim do Sul, Chiela e Sberse (2006, p. 18) apresentam, no texto a seguir, os nomes anteriores do município:

A primeira denominação de São Valentim do Sul foi Pinhal Alto. Isso se dá devido ao grande número de pinheiros existentes na região. Pinhal Alto abrangia, de início, a Fazenda Fialho, Azambuja, Marco de Pedra e o núcleo sulvalentinense, que foram aos poucos se desmembrando com o crescimento da população e a construção de novas Capelas. Com o passar do tempo e o aumento de moradores e da fé católica, é construída a capela de São Valentim. A comunidade vai se desenvolvendo gradativamente, tanto no sentido populacional, quanto econômico. No ano de 1945 a igreja é elevada à condição de paróquia e a comunidade passa a se chamar por muitos São Valentim do Pinhal Alto. Mais tarde, como forma de resumir e segundo relatos de moradores, era mais fácil dizer somente São Valentim, esqueceu-se de Pinhal Alto, pronunciando-se somente o primeiro nome. De fato, quando o distrito se tornou município, a existência de um já denominado São Valentim fez com [que] o termo ‘sul’ fizesse parte da nomeação da nova cidade (CHIELA; SBERSE, 2006, p. 18).

Observa-se, a partir do exposto, que a primeira denominação da cidade foi Pinhal Alto, nome popular que faz menção à existência de pinheiros na região. Tempos depois, com a chegada dos imigrantes, construiu-se a capela de São Valentim. Com isso, a localidade passou a ser chamada de São Valentim do Pinhal Alto, unindo o nome do santo homenageado na capela ao anterior. Contudo, não tardou para que a denominação fosse reduzida apenas para São Valentim. Por fim, quando elevado à categoria de município, foi preciso adicionar “do Sul” ao nome, devido ao fato de já existir um município homônimo, no norte do Rio Grande do Sul.

Existem dois distritos ligados à sede municipal: Fazenda Fialho e Santa Bárbara. Ambos os nomes estão relacionados ao início da colonização das terras da atual cidade, uma vez que, de acordo com o Plano Municipal de Educação de São Valentim do Sul¹³⁹, “o início da ocupação das terras do atual município de São Valentim do Sul se deu a partir de 1850, na Localidade de Santa Bárbara, com as famílias de Zeferino Ribeiro e Joaquim Fialho”.

Dessa forma, observa-se que a criação do distrito de Santa Bárbara está ligada com a localidade de mesmo nome que já existia ainda antes da colonização das terras e da chegada dos imigrantes italianos. A capela em homenagem a essa santa foi construída ainda em 1855. Já o outro distrito liga-se ao sobrenome de um dos primeiros moradores do local – Joaquim Fialho¹⁴⁰. No que diz respeito à classificação taxonômica do nome atual do município, torna-se possível atribuir-lhe a taxa de hagiotopônimo, de acordo com Dick (1992), por se tratar de um nome de santo.

¹³⁹ Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/monitoramentopne/planos-municipais-de-educacao-rs/s/sao-valentim-do-sul>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

¹⁴⁰ Informações retirados do Plano Municipal de Educação de São Valentim do Sul. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/monitoramentopne/planos-municipais-de-educacao-rs/s/sao-valentim-do-sul>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

Verifica-se, ainda, que a bandeira municipal possui três faixas diagonais em seu fundo, sendo as duas localizadas nas extremidades de cor verde e a central de cor branca. Em seu centro, há o brasão, que possui, na parte inferior, em faixa laranja, o topônimo e sua data de criação. Cercando o escudo, que contém a representação da paisagem local, com vegetação e hidrografia abundantes, encontram-se diversos ramos, como videiras com cachos de uva, indicando a importância da agricultura para o município.

Assim, conclui-se que a manifestação da italianidade nos elementos analisados no Quadro 65 deu-se, principalmente, por meio da religião e do plantio da uva, encontrados no nome do município e nos símbolos oficiais.

5.1.25 União da Serra (1992)

União da Serra faz parte do conjunto dos dez municípios criados no dia 20 de março de 1992 na RCI, como exposto no quadro a seguir.

Quadro 66 – União da Serra (1992)

Município/Topônimo: União da Serra		
Nome(s) anterior(es): Ø*		
Gentílico: união-serrense*	Código IBGE: 4322350*	Fundação: 20/03/1992*
Distrito(s): Oeste e Pulador*		
Bandeira:  *****		Brasão:  **
Histórico: “Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de União da Serra, pela Lei Estadual n.º 9.598, de 20-03-1992, desmembrado do município de Guaporé. Sede na localidade de São Luiz. Constituído de 3 distritos: União da Serra, Oeste e Pulador, todos desmembrados do município Guaporé. Instalado em 01-0-1993. Em divisão territorial datada de 2001, o município é constituído de 3 distritos: União da Serra, Oeste e Pulador. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.”*		
Informações enciclopédicas: “O nome do município União da Serra, deve-se a sua oficialização num ponto de ‘Serra’, na ‘União’ dos distritos de Oeste e Pulador. O seu município de origem é Guaporé. O início da colonização do município União da Serra, data do final do século XIX, por volta de 1880 com a chegada das famílias Galliozzi e Giodani, no local onde mais tarde chamou-se ‘pulador’. Alguns anos mais tarde, por volta de 1908, inicia a colonização de outro vilarejo, onde viria chamar-se ‘Oeste’. O novo município surge		

da União dos dois distritos referidos, Pulador e Oeste, desmembrados do município-mãe Guaporé, e que, por situarem-se em local de dominantes vales e montanhas convencionou-se chamar de União da Serra.”**

Etimologia:

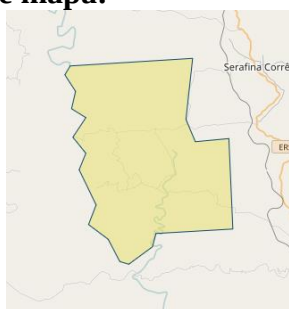
- União: “junção, ligação, adesão. Do lat.: *ūnĭō –ōnis*”.***
- Da: “contr. da prep. ‘de’ com o art. pron. ‘a’”.***
- Serra: “montanha. Instrumento cortante. Do lat. *serra -ae*”.***

Estrutura morfológica: elemento composto

- União: un-i-ão.*****
- Da: d[e]-a.*****
- Serra: serr-a.*****

Taxonomia: animotopônimo

Imagem de mapa:



*

Foto da cidade:



**

Pesquisador: Bruno Misturini

Fontes:

* IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/uniao-da-serra/panorama>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

** Prefeitura Municipal de União da Serra. Disponível em: <<http://www.uniaodaserra.rs.gov.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

*** CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

**** Elaboração do autor.

***** HECKLER, Evaldo; BACK, Sebald; MASSING, Egon Ricardo. *Dicionário morfológico da língua portuguesa*. São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1984. 5 v.

Fonte: elaboração do autor.

Com base no que foi apresentado no Quadro 66, verifica-se que o município de União da Serra não possui nomes anteriores, tendo sido criado, em 1992, com essa denominação. A motivação para a escolha desse topônimo encaminha-se para sua localização geográfica: devido ao fato de se encontrar entre dois distritos, na época pertencentes a Guaporé, de um ponto alto da Serra Gaúcha.

Esses distritos são Oeste e Pulador. O primeiro, possivelmente, tenha recebido esse nome também devido à sua posição geográfica – a oeste da sede municipal. Já o segundo,

acredita-se, faz menção à Batalha do Pulador, ocorrida no distrito de mesmo nome localizado na cidade de Passo Fundo¹⁴¹.

No que tange à classificação toponímica, pode-se atribuir a taxa de animotopônimo para o nome, de acordo com Dick (1992). Pensando nas novas proposições que surgiram, torna-se possível, ainda, classificá-lo como um animotopônimo eufórico (cf. ISQUERDO, 1996, apud SOUSA, 2008), por marcar uma impressão agradável sobre o local, expressa pela palavra *união*.

Apesar de não se ter conseguido acesso à bandeira municipal, o *site* da Prefeitura de União da Serra descreve, no que tange ao brasão, o seguinte:

o escudo é ladeado por uma fita ondulada que, através das cores vermelhas, verdes e brancas, representa a colonização italiana da região. Ao lado desta fita aparecem pés de milho simbolizando a mais forte atividade agrícola. No interior do escudo, como elemento central está a Capela São Luiz, coração do município e ao seu lado está a sede administrativa de União da Serra. A Capela representa a fé e a devoção do povo ao lado direito da Capela aparecem figos que simbolizam a mais antiga e tradicional atividade agrícola da região. Ao lado esquerdo da capela está a cascata, que demonstra a beleza da natureza local. Ao fundo o relevo característico da região. Acima, segundo os princípios da heráldica encontra-se a coroa mural dourada de três torres, que significa oeste à esquerda, Pulador à direita e no Centro a torre principal simbolizando a união das duas em torno de união da Serra. O brasão é composto de três faixas nas cores verde, vermelha e azul. Verde e vermelho representam a colonização italiana e o azul a vastidão do oceano, que embalou os sonhos e as esperanças dos primeiros colonos rumo ao mundo novo. A inclinação das faixas demonstra o dinamismo e o caráter do município, a sua economia, sua cultura no propósito de rumar a objetivos sempre mais altos.

A partir do exposto, constata-se que vestígios da cultura de imigração podem ser encontrados no brasão municipal, principalmente por meio das faixas laterais que aludem à bandeira italiana. Apesar disso, nos demais itens analisados no Quadro 66, não foram encontrados indícios que direcionem para a questão da italianidade.

5.1.26 Boa Vista do Sul (1995)

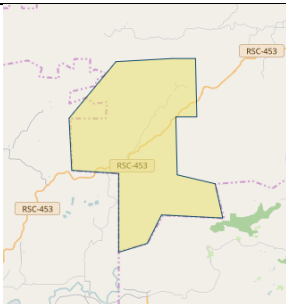
Em 1995, Boa Vista do Sul foi o primeiro município criado na RCI, como exposto no Quadro 67.

Quadro 67 – Boa Vista do Sul (1995)

Município/Topônimo: Boa Vista do Sul

¹⁴¹ A batalha do Pulador “foi o combate mais importante e sangrento da Revolução Federalista (1893-1895), ocorrida em 1894, no hoje distrito de Pulador [em Passo Fundo], no Rio Grande do Sul, entre duas facções representadas pelos maragatos (também chamados federalistas ou monarquistas) e os pica-paus (também chamados de republicanos ou legalistas). Disponível em: <<http://www.pmpf.rs.gov.br/secao.php?t=11&p=839>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

Nome(s) anterior(es): Vinte e Sete da Boa Vista ou Boa Vista 27*		
Gentílico: boavistense*	Código IBGE: 4302253*	Fundação: 22/10/1995*
Distrito(s): Ø*		
Bandeira:  **		Brasão:  **
Histórico: “Em 1960, através de Lei Municipal nº617, de 04 de fevereiro, a localidade passou à categoria de Vi[ll]a, sediando o 5º distrito do Município de Garibaldi, denominado Vinte e Sete da Boa Vista. [...] [Em] 28 de dezembro de 1995, pela Lei nº10.632 com o nome de Vinte e Sete da Boa Vista alterado para Boa Vista do Sul pela Lei nº10.732, de 26 de março de 1996.”*		
Informações enciclopédicas: “Boa Vista era o nome de uma área compreendida por uma série de lotes de 01 ate 80. Acerca do lote nº27, surgiu um povoado, que passou a chamar-se 27 da Boa Vista. Os imigrantes começaram a chegar na área de Boa Vista, junto ao lote nº27, no final do século passado, tendo se dedicado basicamente às atividades agrícolas. Já na primeira década deste século (1905), existia na Localidade uma pousada, uma funilaria, uma casa de comércio e uma fábrica de queijos. E também desta época a construção de uma barragem no Arroio Boa Vista e instalação de um gerador para o fornecimento de energia elétrica ao povoado. Após a emancipação passou a chamar-se Boa Vista do Sul.”* “Pertencente parte a Garibaldi e parte a Barão, o distrito de Boa Vista 27, sonhou por vários anos com sua emancipação. Um grupo de líderes locais abraçou a causa, que finalmente viria a se tornar realidade em 22 de outubro de 1995. Portanto, nesta data Boa Vista do Sul festeja seu aniversário de Emancipação Política. Tendo por berço um local verdejante, cujas belezas naturais são admiradas pelos visitantes, conservou o nome ‘Boa Vista’, acrescentando ‘do Sul’, exatamente pela consciência que oferece paisagens que fazem transcender a matéria.”**		
Etimologia: • Bom: “que tem as qualidades adequadas à sua natureza ou função. Benévolo, bondoso, benigno. Do lat. <i>bōnus bōna</i>”.*** • Vista: “orig. visão.”*** • Do: “contr. da prep. ‘de’ com o art. pron. ‘o’”.*** • Sul: “ponto cardeal que se opõe diretamente ao norte e fica à direita do observador voltado para o este. Do anglo-saxão <i>sūth</i> (> ing. <i>south</i>), provavelmente através do a. fr. <i>su</i> (hoje <i>sud</i>).”***		
Estrutura morfológica: elemento composto • Boa: bo-a.**** • Vista: vist-a.**** • Do: d[e]-a.**** • Sul: sul.****		
Taxonomia: animotopônimo		
Imagem de mapa:	Foto da cidade:	

 *	 **
Pesquisador: Bruno Misturini	
Fontes: * IBGE. Disponível em: < https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/boa-vista-do-sul/panorama >. Acesso em: 15 nov. 2017. ** Prefeitura Municipal de Boa Vista do Sul. Disponível em: < http://boavistadosul.rs.gov.br >. Acesso em: 15 nov. 2017. *** CUNHA, Antônio Geraldo da. <i>Dicionário etimológico da língua portuguesa</i> . 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010. **** HECKLER, Evaldo; BACK, Sebald; MASSING, Egon Ricardo. <i>Dicionário morfológico da língua portuguesa</i> . São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1984. 5 v.	

Fonte: elaboração do autor.

As informações apresentadas no Quadro 67 mostram que havia, próximo de onde hoje se encontra o município de Garibaldi, uma área conhecida como Boa Vista, composta por oitenta lotes. O local que mais se desenvolveu foi o próximo ao lote número vinte e sete, fazendo com que, ainda antes de ser distrito, em 1960, o local já fosse conhecido como Boa Vista 27 ou Vinte e Sete da Boa Vista.

Acerca disso e da mudança que ocorreria, posteriormente, no nome, Lucian (2002, p. 74) pontua que

em 30 de junho de 1994, o Presidente da Comissão Emancipacionista Irani Lassen, encaminhou ao Presidente da Assembléia Legislativa, deputado Renan Kurtz comunicação de que a sede do novo município seria a sede do distrito de Vinte e Sete da Vista. Esclareceu que a opção pela alteração do nome para Boa Vista do Sul foi decisão tomada na assembleia, a qual também decidiu pela busca da emancipação, visto que Vinte e Sete da Boa Vista referia-se apenas ao lote número vinte e sete, onde teriam se estabelecido os primeiros moradores, e o nome ‘Boa Vista do Sul’ referir-se a toda a área. O termo ‘do Sul’ foi acrescido para diferenciar de Boa Vista, capital do Estado de Roraima.

Destaca-se, ainda, que, além do município de Boa Vista, existente em Roraima, há outra cidade homônima no estado da Paraíba.

Não foram encontradas informações sobre a existência de distritos vinculados à sede municipal de Boa Vista no Sul nos sites do IBGE e da prefeitura. Ademais, pode-se classificar

o nome como um animotopônimo, de acordo com Dick (1992). Outrossim, por causar uma impressão positiva, expressa pelo adjetivo “boa”, também pode-se classificá-lo como um animotopônimo eufórico, conforme Isquerdo (1996, apud SOUSA, 2008).

No que se refere aos símbolos municipais, percebe-se que a bandeira possui borda verde e três listras diagonais, sendo as duas das extremidades na cor azul e a listra interior na cor amarela. Ao centro, há um círculo branco com o brasão. Neste, é possível identificar, na parte inferior, em faixa vermelha, o nome do município e sua data de criação, além de ramos de videiras e cachos de uva – indicando a importância da vinicultura para o local – que cercam o escudo principal, o qual se divide em três partes: nas duas partes superiores, observam-se as figuras de um sol e de duas galinhas, respectivamente, sendo que o primeiro elemento, possivelmente, faça menção ao nome da cidade, enquanto o segundo alude para a avicultura; no terceiro espaço, na parte inferior e de maior tamanho, há duas mãos humanas saindo do solo: a da direita segura uma engrenagem e um instrumento relacionado à lavoura, simbolizando o trabalho; já na da esquerda encontra-se uma ave branca de asas abertas, provavelmente simbolizando a pomba da paz, ou, ainda, o espírito santo.

Dessa forma, mais uma vez, constata-se que, nos dados analisados, pouca foi a influência exercida pela cultura de imigração.

5.1.27 Doutor Ricardo (1995)

No dia 28 de dezembro de 1995, criaram-se, na RCI, dois municípios: Doutor Ricardo e Vespasiano Corrêa; este pode ser conferido no Quadro 69, e aquele é exposto a seguir.

Quadro 68 – Doutor Ricardo (1995)

Município/Topônimo: Doutor Ricardo		
Nome(s) anterior(es): Ø*		
Gentílico: ricardense*	Código IBGE: 4306759*	Fundação: 28/12/1995*
Distrito(s): Ø*		
Bandeira:  ****		Brasão:  **

Histórico: “Doutor Ricardo desmembrou-se dos municípios de Encantado e Anta Gorda, por meio da Lei Estadual nº 10.639, de 28/12/95, tendo sido instalado oficialmente no dia 1º de janeiro de 1997.”*

Informações enciclopédicas: “Os primeiros imigrantes italianos chegaram por volta de 1910. Vinham do interior de Bento Gonçalves, Garibaldi, Veranópolis e Caxias do Sul. A vida era difícil, para chegarem até aqui abriam piques, pois a área era coberta por mato, iam abrindo clareiras para se estabelecer e para plantar. A casa era levantada sobre altos cepos (colone), por medo dos animais selvagens. Mais adiante, com casas altas, formou-se o famoso porão que servia de adega para o salame, o queijo, o vinho, etc. Alguns produtos eram indispensáveis à vida dos primeiros imigrantes: o vinho, o pão, o queijo, a polenta, o chimarrão, o salame. As refeições dos colonos italianos se constituíam em três fundamentais: colazione (café da manhã), disnar (almoço), e cena (janta). Os costumes das famílias italianas e que, de certo modo, perduram até nossos dias, são: as práticas religiosas, as festas, as visitas, os casamentos, as primeiras comunhões, as crismas, o batismo, o lazer, a mora. Os valores que os colonos, primeiros imigrantes, trouxeram e evidenciam até hoje, são o amor à família, ao trabalho, à religião, às comunidades, a honestidade, a solidariedade e o associativismo. O nome ‘Doutor Ricardo’ originou-se da homenagem que o Governo Municipal de Encantado e a comunidade local, conforme a Lei nº 1-59 I, de 22 de outubro de 1959, prestaram ao Dr. Ernesto Ricardo Heinzelmann, médico competente, honrado e reconhecido pelo Governo Brasileiro por volta de 1882.”*

Etimologia:

- Doutor: “mestre, professor, preceptor. Do lat. *doctor -ōris*”.***
- Ricardo: Ø

Estrutura morfológica: elemento composto

- Doutor: dout-or.*****
- Ricardo: Ø

Taxonomia: axiotopônimo

Imagem de mapa:



*

Foto da cidade:



**

Pesquisador: Bruno Misturini

Fontes:

* IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/doutor-ricardo/panorama>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

** Prefeitura Municipal de Doutor Ricardo. Disponível em: <<http://doutorricardo.rs.gov.br/>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

*** CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

**** Elaboração do autor.

***** HECKLER, Evaldo; BACK, Sebald; MASSING, Egon Ricardo. *Dicionário morfológico da língua portuguesa*. São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1984. 5 v.

Fonte: elaboração do autor.

Verifica-se, a partir do exposto, que não há indícios de mudanças toponímicas na história de Doutor Ricardo. Quando foi criado como distrito de Encantado, em 1959, o local recebera essa denominação, que, ao que tudo indica, manteve-se até os dias atuais, permanecendo a mesma inclusive quando da sua emancipação, em 28 de dezembro 1995.

Além disso, observa-se que o nome é uma homenagem à figura de Ernesto Ricardo Heinzelmann. Acerca da biografia do médico, informações retiradas do *site* da prefeitura municipal¹⁴² revelam que ele nasceu na Alemanha, em 1820, e que,

nos anos de 1855/56, foi chefe do corpo médico que combateu a “Cólera Morbos”. Em reconhecimento, o Governo Imperial lhe conferiu a Medalha de Honra ao Mérito de “Cavaleiro Imperial da Ordem de Santa Rosa” no ano de 1867, doando-lhe, também, uma porção de terras no Rio Grande do Sul, entre os rios Guaporé e Forqueta. Em 1882 o Dr. Ricardo veio residir em Porto Alegre, onde faleceu em 1890.

Constata-se, ainda, que não existem distritos vinculados à sede do município, e que o topônimo, por possuir um título – Doutor – acompanhando um nome próprio individual-Ricardo –, pode ser classificado como um axiotopônimo, de acordo com Dick (1992).

Apesar de não ter sido possível o acesso à bandeira municipal, vê-se, no brasão, na parte inferior, a presença do título da cidade – Terra do Filó –, e, em faixa vermelha, o topônimo e sua data de criação. Acima, em escudo cercado por ramos verdes, que simbolizam a importância da atividade agrícola para o local, elementos que, possivelmente, indicam para a valorização do trabalho – por meio de uma engrenagem –, da religião – com a presença de uma cruz –, da união e da paz – representadas por meio de duas mãos se cumprimentando –, e, também, acredita-se, dos elementos naturais, como água, plantas e minerais, na parte inferior do escudo.

O filó, ainda de acordo com o portal *online* da Prefeitura de Doutor Ricardo, que continua sendo realizado no município, “está resgatando e valorizando os costumes, religiosidade, as tradições, enfim, o legado e a originalidade deixado pelos imigrantes italianos no município”.

O filó é uma tradição que os antepassados trouxeram da terra mãe, a velha Itália. Desde o início da colonização de Doutor Ricardo era comum ver-se durante a semana os lampiões sendo levados pelas pessoas que iam fazer filó. Eram constantes as trocas de informações sobre a saúde, dos chás, o *giusta ossi*^[143], a parteira, a benzedeira, vida familiar e da comunidade. O filó era um momento de confraternização, oração, cantoria e partilha oferecida pela família que acolhia as visitas, regado a pinhão, batata doce, amendoim, pipoca e, claro, o bom vinho entre outras comidas. Nesses encontros

¹⁴² Disponível em: <<https://doutorricardo.rs.gov.br/municipio>>. Acesso em: 05 maio 2018.

¹⁴³ Pessoa que colocava os ossos da outra no lugar, em caso de fraturas ou torções (SPANHOLI, 2016, s. p.).

cantavam, contavam os mais diversos causos e anedotas. O filó fazia parte do dia-a-dia das famílias italianas.

Com isso, conclui-se que, nos dados analisados, a cultura de imigração manifestou-se com pouca expressão. Apesar disso, a continuidade da prática do filó como manutenção dos valores da colonização indica a importância dos italianos para o local, tanto que isso estampa o título da cidade, conhecida como Terra do Filó.

5.1.28 Vespasiano Corrêa (1995)

Apresentam-se, agora, as informações concernentes ao município de Vespasiano Corrêa, como indicado anteriormente.

Quadro 69 – Vespasiano Correa (1995)

Município/Topônimo: Vespasiano Corrêa		
Nome(s) anterior(es): Nova Esperança, Picada Boa Esperança, Esperança e Dr. Vespasiano Corrêa*		
Gentílico: vespasianense*	Código IBGE: 4322855*	Fundação: 28/12/1995*
Distrito(s): Ø*		
Bandeira:  **	Brasão:  **	
Histórico: “Distrito criado com a denominação de Vespasiano Correia, por ato municipal nº 6, de 05-08-1907, subordinado do município de Guaporé. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito permanece no município de Guaporé. Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937. No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o distrito de Vespasiano Correia permanece no município de Guaporé. Pelo decreto-lei estadual nº 720, de 29-12-1944, o distrito passou a grafar Vespasiano Correa. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1955. Pela lei estadual nº 3721, de 18-02-1959, o distrito de Vespasiano Correa foi transferido do município de Guaporé para o novo município de Muçum. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o distrito figura no município de Muçum. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VI-1995. Elevado à categoria de município com a denominação de Vespasiano Correa, pela lei estadual nº10663, de 28-12-1995, desmembrado do município de Muçum. Sede no antigo distrito de Vespasiano Correa. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1997. Em divisão territorial datada de 2001, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.”*		

Informações enciclopédicas: “O nome do município é uma homenagem ao engenheiro e Intendente ‘Dr. Vespasiano Corrêa’, que realizou grandes trabalhos pela comunidade local. Vespasiano foi chefe da comissão de terras e colonização, com sede em Guaporé e 1º Intendente daquele município. Era filho de José Corrêa e Maria Carolina Corrêa, nasceu em 1871 e teve três irmãos. Formou-se em engenharia no Rio de Janeiro e casou-se com Serafina Corrêa na cidade de Rio Grande. A partir de 1892, Vespasiano Corrêa chefiou a Comissão de terras e colonização, por ser uma pessoa de confiança de Borges de Medeiros. A colonização de Vespasiano Corrêa iniciou-se em 1888, tendo sido praticamente a última região colonizada por imigrantes vindos diretamente da Itália, ou através das colônias italianas de Garibaldi, Bento Gonçalves, Caxias do Sul e Veranópolis, além das famílias de origem francesa e polonesa. No Ofício nº 992 de 1896, o Dr. Borges de Medeiros, que referiu-se a localidade de Vespasiano Corrêa, à denominava de Nova Esperança. Pertencia, na época, ao município de Lajeado. Em 25 de janeiro de 1896, o Subentende de Encantado, Juliem Laseux, em ofício dirigido ao Delegado de Polícia de Lajeado, designava a localidade de ‘Picada Boa Esperança’. Nenhuma dessas denominações prevaleceu, pois o povoado tornou-se sob o topônimo de ‘Esperança’, até 1907, quando foi criado o 4º distrito de Guaporé. O designativo de ‘Dr.’ também não vigorou. Permaneceu, unicamente, ‘Vespasiano Corrêa’ até a presente data. Mesmo com a denominação oficial de ‘Vespasiano Corrêa’, o topônimo ‘Esperança’, por força do hábito, continuou, e raro ainda ouve-se a antiga denominação.”*

Etimologia:

- Vespasiano: Ø
- Corrêa: “primitivamente alcunha. De *correia*, subst. com. Leite Vasconcelos considera de origem geográfica. Família originária da vila de Salceda, comarca de Túy, prov. De Pontevedra, na Galiza”.***

Estrutura morfológica: elemento composto

- Vespasiano: Ø
- Corrêa: Ø

Taxonomia: historiotopeônimo

Imagem de mapa:



*

Foto da cidade:



**

Pesquisador: Bruno Misturini

Fontes:

* IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/vespasiano-correa/panorama>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

** Prefeitura Municipal de Vespasiano Corrêa. Disponível em: <<http://vespasianocorrears.com.br/>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

*** BARATA, Carlos Eduardo; BUENO, Antônio Henrique da Cunha. *Dicionário das famílias brasileiras*. São Paulo: Ibero América, 1999-2001. 2 v.

Fonte: elaboração do autor.

Destaca-se, inicialmente, a partir dos dados expostos no Quadro 69, que a área onde hoje localiza-se o município de Vespasiano Corrêa começou a ser colonizada em 1888, por imigrantes italianos. De acordo com registros de 1896, ela era conhecida como Nova Esperança, estando ligada ao município de Lajeado. Ainda nesse mesmo ano, fontes indicam que o local também era conhecido como Picada Boa Esperança. Apesar disso, popularmente, o povoado construiu-se sob a denominação de Esperança, que vigorou até 1907, quando a região se tornou distrito de Guaporé e recebeu o nome de Vespasiano Correia. Destaca-se que, em 1944, a grafia do topônimo foi alterada para Vespasiano Correa. Apesar disso, verifica-se, ainda, que, atualmente, tanto a Prefeitura Municipal quando o IBGE utilizam a escrita Vespasiano Corrêa, com acento circunflexo na letra “e”.

A escolha por esse nome é uma homenagem à figura de Vespasiano Corrêa, que foi engenheiro e intendente, além de

chefe da comissão de terras e colonização, com sede em Guaporé e 1º Intendente daquele município. Era filho de José Corrêa e Maria Carolina Corrêa, nasceu em 1871 e teve três irmãos. Formou-se em engenharia no Rio de Janeiro e casou-se com Serafina Corrêa na cidade de Rio Grande.¹⁴⁴

Constata-se, ainda, que não existem distritos ligados à sede municipal de Vespasiano Corrêa. Pode-se, também, classificar o nome como um historiotopônimo, de acordo com Dick (1992). Apesar de fazer alusão a um nome próprio individual (antropotopônimo), devido ao fato de a figura ter sido chefe da comissão de terras e colonização, considera-se relevante relacioná-lo a esse episódio da história local, elegendo, desse modo, a taxa de historiotopônimo para classificá-lo.

Ademais, sobre os símbolos oficiais, verifica-se que a bandeira¹⁴⁵ possui fundo vermelho e uma folha de parreira, na cor verde, além de, em seu centro, haver um círculo branco – cores da bandeira italiana – com o brasão municipal. Este, por sua vez, também foi projetado a partir das mesmas cores encontradas na flâmula, e contém, na parte inferior, em faixa vermelha, o nome da cidade com sua data de criação – 28.12.1995. O escudo, cercado por ramos que valorizam a atividade agrícola local, possui a representação do Viaduto 13 (ver campo “Foto da cidade” do Quadro 69), o maior viaduto da América Latina¹⁴⁶, um dos principais

¹⁴⁴ Informações retiradas do *site* do IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/vespasiano-correa/panorama>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

¹⁴⁵ Diante da impossibilidade de contato via *e-mail* com a Prefeitura Municipal de Vespasiano Corrêa, o texto localizado no Apêndice A deste trabalho foi encaminhado para a Secretaria de Educação da cidade, que respondeu dizendo que não possuía a versão digital da bandeira municipal. Dessa forma, a imagem constante no campo “bandeira”, do Quadro 69, apesar da má qualidade, foi retirada do *site* da Prefeitura.

¹⁴⁶ Disponível em: <<http://vespasianocorrears.com.br/atrativos-turisticos>>. Acesso em: 06 maio 2018.

pontos turísticos do local, e outros elementos que também apontam para a importância do trabalho rural.

Dessa forma, conclui-se que houve pouca influência da cultura de origem nos dados aqui analisados, sendo encontrada explicitamente apenas nas cores dos símbolos municipais, que fazem forte referência à bandeira italiana.

5.1.29 Coqueiro Baixo (1996)

Encaminhando-se para o final deste trabalho, apresenta-se o município de Coqueiro Baixo, por meio do Quadro 70.

Quadro 70 – Coqueiro Baixo (1996)

Município/Topônimo: Coqueiro Baixo		
Nome(s) anterior(es): Ø*		
Gentílico: coqueirense*	Código IBGE: 4305835*	Fundação: 16/04/1996*
Distrito(s): Ø*		
Bandeira:  **		Brasão:  **
Histórico: “Município da Região Alta do Vale do Taquari, desmembrado do Município de Nova Bréscia e Relvado, através da Lei Estadual n.º 10.765 de 16 de abril de 1996 e instalado em 1.º de janeiro de 2001.”*		
Informações enciclopédicas: “O nome ‘Coqueiro Baixo’ originou-se em 1850, quando chegaram os primeiros habitantes (as famílias de Antônio Gotardi, Viúva Luiza Sbaraini, José Zanata, Bertinho Justa, Miguel Just, Pedro Weit, Antônio Propício e Noratino Propício), por existir nesse local muitos coqueiros. Dizem os antigos habitantes que o nome ‘Coqueiro Baixo’ teria vinculação com a criação de gado e com os açougueiros que, naquela época, eram muitos na localidade e arredores. ‘Baixo’ teria surgido, por existir um coqueiro baixo, de tronco bem grosso, junto a um arroio, hoje denominado de ‘Arroio Coqueiro Baixo’, que banha o município. O local onde existia o coqueiro fica na bifurcação da Rua Vicente Mânica e a Av. Itália, que era na época, o ponto de referência para descanso, e/ou narrar as viagens, dos viajantes, tropeiros, mascates, que transitavam pela localidade com suas tropas de mulas e burros. Vinham de outras regiões como Putinga, Arvorezinha, Relvado e arredores e tinham como destino Lajeado. Lajeado era, na época, era o maior centro para comercializar os produtos agrícolas, como banha, salames, copas, mel, nozes e outros produzidos pelos primeiros desbravadores, que ao retornarem, traziam produtos manufaturados (industrializados) como		

sal, açúcar, fazendas, ferramentas e utensílios utilizados as lavouras e a alimentação para a família.”*	
Etimologia: • Coco: “designação comum a várias espécies de palmeiras e aos seus frutos. De origem controversa: o fruto do coqueiro foi assim denominado pelos portugueses em razão de sua semelhança com as figuras de cabeças com que se assustavam as crianças (papões)”.* • Baixo: “pouco elevado. A parte inferior. Do lat. <i>bassus</i>”.*	
Estrutura morfológica: elemento composto • Coqueiro: coqu-eir-o.**** • Baixo: baix-o.****	
Taxonomia: fitotopônimo	
Imagem de mapa:  *	Foto da cidade:  **
Pesquisador: Bruno Misturini	
Fontes: * IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/coqueiro-baixo/panorama>. Acesso em: 20 jan. 2018. ** Prefeitura Municipal de Coqueiro Baixo. Disponível em: <http://www.coqueirobaixo.rs.gov.br/>. Acesso em: 20 jan. 2018. *** CUNHA, Antônio Geraldo da. <i>Dicionário etimológico da língua portuguesa</i>. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010. **** HECKLER, Evaldo; BACK, Sebald; MASSING, Egon Ricardo. <i>Dicionário morfológico da língua portuguesa</i>. São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1984. 5 v.	

Fonte: elaboração do autor.

De acordo com o Quadro 70, vê-se que Coqueiro Baixo teve seu nome dado a partir de um elemento da natureza, explicitado na própria denominação, de forma transparente. O local, desde 1850, já era conhecido por esse nome, devido ao fato de existir, na área que abriga o atual município, um coqueiro que chamava atenção dos moradores por ser muito baixo. A planta não só motivou o nome dado para a cidade, criada apenas em 1996, como também para o arroio que se encontrava junto dela. Destaca-se o fato de o nome popular ter sobrevivido ao tempo, até ser oficializado, cerca de aproximadamente cento e cinquenta anos depois.

Observa-se, ainda, que não existem distritos vinculados à sede do município, e que, devido ao nome estar relacionado a um elemento vegetal, a classificação elencada para Coqueiro Baixo é a de fitotopônimo, de acordo com Dick (1992).

Concernente aos símbolos oficiais, informações do *site* da prefeitura¹⁴⁷ apontam para o fato de a bandeira possuir como cores predominantes as mesmas encontradas na bandeira do Rio Grande do Sul, sendo que “a cor Verde ilustrará a parte superior da Bandeira; a cor Vermelha a parte inferior e a cor Amarela o losango central, menos a circunferência, que se encontrará o Brasão do Município, tendo como pano de fundo a cor Branca”. Quanto ao brasão, além das torres localizadas na parte superior, encontram-se, ainda de acordo com a página virtual da Prefeitura de Coqueiro Baixo,

a direita acima do Escudo, visão do nascer do sol, com uma estrada indicando o caminho a Coqueiro Baixo, tendo dois coqueiros representativos do nome dado ao município e, o verde com a cascata d'água, representando as belezas naturais; a esquerda acima do Escudo, a pedra semipreciosa, com as ferramentas necessárias à sua extração, sendo este brilhante representativo da riqueza mineral existente na área emancipada; a direita e esquerda, o galináceo, o suíno e o gado, representando a produção da avicultura e pecuária do município; na última divisão abaixo, o aperto de mão, representando a harmonia existente na comunidade. Enfeitando o Escudo, a direita, o milho e o feijão, que representam a produção agrícola; a esquerda do Escudo, as uvas, que representam a produção vinícola existente em toda a propriedade familiar coqueirense, sendo o símbolo representativo da colonização italiana no município. Complementando o Escudo, na base, o listel, com as seguintes datas e dizeres: A sua direita data de criação do município, 16.04.1996; no centro do listel, o nome do município “COQUEIRO BAIXO” e, a sua esquerda, a data de instalação do município, 01.01.2001.

A partir do exposto, constata-se a fraca influência de elementos da cultura de imigração nos itens analisados no Quadro 70. Elementos relacionados à italianidade são encontrados nos símbolos municipais, por meio da representação de cachos de uva, que indicam para a atividade vinícola, uma das principais características das cidades colonizadas por italianos no estado.

5.1.30 Coronel Pilar (1996)

Coronel Pilar foi o último município a ser criado na RCI no século XX, como pode ser observado no quadro a seguir.

Quadro 71 – Coronel Pilar (1996)

Município/Topônimo: Coronel Pilar		
Nome(s) anterior(es): São Lourenço de Villas Boas, Sessanta e Floriano Peixoto**		
Gentílico: coronel pilarense*	Código IBGE: 4305934*	Fundação: 16/04/1996*
Distrito(s): Ø*		
Bandeira:		Brasão:

¹⁴⁷ Disponível em: <<http://www.coqueirobaixo.rs.gov.br/pagina/id/4/?simbolos-do-municipio.html>>. Acesso em: 07 maio 2018.

 **	 **
Histórico: “Coronel Pilar tornou-se Município, criado pela Lei estadual número 10.744 de 16 de abril de 1996, tendo como municípios de origem Garibaldi e Roca Sales.”**	
Informações enciclopédicas: “Coronel Pilar, denominação surgida com uma expressão de luta e coragem em homenagem ao Republicano Coronel Fabrício Pilar que lutou contra os Federalistas e numa luta, faleceu em 1894. Nesta localidade de 1920 a 1948 existia o ‘Tiro de Guerra’ que preparava os jovens da região para possíveis guerras. Em homenagem a este combatente, Coronel Pilar recebeu este nome pela sua bravura. Em 1877 chegaram aqui as primeiras bravas famílias de imigrantes italianos, vindas das Províncias de Cremona, Bergamo, Milão, Vicenza e Trento que chegaram aqui, em São Lourenço de Villas Boas, também conhecido por ‘Sessanta’, devido a sua localização no lote nº 60 da Linha Figueira de Mello, Ala Sul. [...] Em 1910, São Lourenço de Villas Boas, passa a denominar-se Floriano Peixoto em homenagem ao Marechal Floriano Peixoto, Presidente Republicano do Brasil. Em 1938, o Prefeito Municipal Sr. Vicente Dal Bó, usando das atribuições que lhe conferia a lei Orgânica, eleva a categoria de cidade a Vila de Garibaldi e as sedes dos distritos a categoria de Vila. Somente em 29 de dezembro de 1944, finalmente adota o nome de Coronel Pilar, através do Decreto Lei nº 720.”**	
Etimologia: • Coronel: “posto da hierarquia militar. Do fr. <i>Colonel</i>, deriv. do it. <i>Colonello</i>, comandante de uma coluna”.*** • Pilar: “Sobrenome de origem religiosa. Tirado de uma das invocações da Virgem. Ma [sic] Igreja da Virgem del Pilar, em Saragoça existe o pilar em que a Virgem apareceu ao apóstolo S. Tiago, que se dirigia a Compostela.”*****	
Estrutura morfológica: elemento composto • Coronel: coron-el.**** • Pilar: pil-ar.****	
Taxonomia: axiotopônimo	
Imagem de mapa:  *	Foto da cidade:  **
Pesquisador: Bruno Misturini	
Fontes: * IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/coronel-pilar/historico>. Acesso em: 22 jan. 2018.	

** Prefeitura Municipal de Coronel Pilar. Disponível em: <<http://www.coronelpilar.rs.gov.br>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

*** CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

**** HECKLER, Evaldo; BACK, Sebald; MASSING, Egon Ricardo. *Dicionário morfológico da língua portuguesa*. São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1984. 5 v.

***** BARATA, Carlos Eduardo; BUENO, Antônio Henrique da Cunha. *Dicionário das famílias brasileiras*. São Paulo: Ibero América, 1999-2001. 2 v.

Fonte: elaboração do autor.

A partir do exposto no Quadro 71, observa-se que o primeiro nome do atual município de Coronel Pilar foi São Lourenço de Villas Boas, muito possivelmente devido à religiosidade dos moradores do local. Vale destacar, também, que a localidade era conhecida, popularmente, por *sessanta*, por encontrar-se no lote de número sessenta. Em 1910, contudo, o topônimo foi substituído por Floriano Peixoto, em homenagem ao ex-presidente do Brasil. Somente em 1944, sob a condição de vila, que recebeu o atual nome.

De acordo com o Plano Municipal de Educação de Coronel Pilar¹⁴⁸,

o nome do Município surgiu a partir de uma expressão de luta e coragem em homenagem ao Coronel Republicano Fabrício Batista de Oliveira Pilar, que foi um revolucionário republicano, que lutou contra os federalistas, ao lado de nomes importantes da história do Estado como os Coronéis Bento Gonçalves, Pedro Portugale e Correia de Câmara. Coronel Pilar comandou 2 (duas) brigadas militares contra os federalistas e morreu em combate, em 1894. Na localidade onde está situado o Município, funcionou, entre os anos de 1920 a 19483, um “Tiro de Guerra”. O próprio Coronel Fabrício Pilar foi o fundador do “Tiro de Guerra”, junto às comunidades agrícolas locais, que acabaram dando origem a cidade.

Verifica-se, ainda, que não existem distritos ligados à sede municipal, e que o topônimo, por conter a palavra “coronel” – título que acompanha um nome próprio – como a primeira de sua estrutura, pode ser classificado como axiotopônimo, de acordo com Dick (1992).

Acerca dos símbolos oficiais¹⁴⁹, a bandeira municipal “apresenta as cores verde, vinho e amarelo, que representam, respectivamente, campos verdejantes, a produção de uvas e vinhos e a força e a riqueza”, além de possuir, em seu centro, em círculo branco, o brasão, que

traz as cores da bandeira e registra aspectos importantes da cultura, religiosidade, economia local e valores da comunidade. Os símbolos no brasão representam a igreja

¹⁴⁸ Disponível em: <http://www.coronelpilar.rs.gov.br/atos_oficiais/audienciaspublicas/2015/20150529082646.pdf>. acesso em: 09 maio 2018.

¹⁴⁹ As informações sobre os símbolos municipais foram retiradas do Plano Municipal de Educação do Município de Coronel Pilar, localizado no site da prefeitura. Disponível em: <http://www.coronelpilar.rs.gov.br/atos_oficiais/audienciaspublicas/2015/20150529082646.pdf>. acesso em: 09 maio 2018.

matriz de São Lourenço, tendo ao fundo os montes verdes, aos pés, três espigas de trigo e um pé de milho com espiga e duas mãos se apertando, como representação da amizade.

Dessa forma, constata-se que indícios da cultura de imigração podem ser encontrados em cores e elementos dos símbolos municipais, bem como nas denominações anteriores de Coronel Pilar – na religiosidade de São Lourenço de Villas Boas e na palavra de origem italiana *Sessanta*.

5.1.31 Pinto Bandeira (2013)

Pinto Bandeira foi o último município criado na RCI – e um dos últimos a ser criado no Brasil¹⁵⁰ –, como indicado a seguir.

Quadro 72 – Pinto Bandeira (2013)

Município/Topônimo: Pinto Bandeira		
Nome(s) anterior(es): Silva Pinto, Nova Pompéia e Pompéia*		
Gentílico: bandeirense*	Código IBGE: 4314548*	Fundação: 01/01/2013*
Distrito(s): Ø*		
Bandeira:  ***		Brasão:  **
Histórico: “Pelo ato municipal n.º 4, de 15-01-1913, é criado o distrito de Nova Pompéia e anexado ao município de Bento Gonçalves. Nos quadros de apuração do recenseamento geral de 1-IX-1920, o município é distrito de Bento Gonçalves. Pelo Decreto n.º 7.842, de 30-06-1939, o distrito de Pompéia (ex-Nova Pompéia) tomou a denominação de Pinto Bandeira. Em divisão territorial de 1994, Pinto Bandeira aparece como distrito de Bento Gonçalves. Pela Lei Estadual n.º 10.749, de 16-04-1996, é desmembrado do município Bento Gonçalves o distrito Pinto Bandeira. Elevado à categoria de município, porém não instalado por questões judiciais. Pela Lei Estadual n.º 11.375, de 28-09-1999, o município de Pinto Bandeira é mantido e sua instalação prevista para 01/01/2001. Em divisões territoriais de 2000 a 2009, Pinto Bandeira aparece como distrito de Bento Gonçalves. Em divisão territorial de 2011,		

¹⁵⁰ Atualmente, o Brasil possui 5570 municípios, sendo os cinco últimos criados em primeiro de janeiro de 2013. São eles: Pescaria Brava e Balneário Rincão, em Santa Catarina; Mojuí dos Campos, no Pará; Pinto Bandeira, no Rio Grande do Sul; e Paraíso das Águas, no Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/com-5-novos-municipios-brasil-agora-tem-5570-cidades-7235803>>. Acesso em: 12 maio 2018.

Pinto Bandeira aparece como distrito de Bento Gonçalves. Em divisão territorial de 2013, Pinto Bandeira figura como município.”*

Informações enciclopédicas: “No ano de 1876 instala-se em Pinto Bandeira o primeiro grupo de italianos. De posse de seus lotes e instrumentos de trabalho, separados das famílias vizinhas pela densa mata, era necessário enfrentar as adversidades: iniciar o desmatamento, construir a provisória casa e realizar os primeiros plantios. Até o ano de 1880, vários grupos chegaram ocupando terras localizadas na Linha Jansen, na Linha Jacinto e na Linha Silva Pinto, hoje Linha Anunciata. [...] Em 1º de maio de 1902, o senhor Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior, Intendente do município de Bento Gonçalves, em conformidade com o artigo 14 da Lei Orgânica Municipal, decretou a mudança do nome da localidade. A partir desta data, de Silva Pinto passa a chamar-se Nova Pompeia. Pelo Ato Municipal nº 4, de 15 de janeiro de 1913, Nova Pompeia foi elevada à condição de distrito de Bento Gonçalves tendo como primeiro subprefeito o senhor Lívio Arpini. Neste mesmo ano também foi instalado o cartório, sendo o senhor Cristóvão Luzzatto o primeiro titular. O nome Nova Pompeia foi alterado para Pinto Bandeira pelo Decreto nº 7.842, de 30 de junho de 1938, quando às vésperas da deflagração da Segunda Guerra Mundial, foi proibida a língua italiana no país e, conseqüentemente, todos os nomes de origem italiana foram abolidos. Assim, em homenagem ao militar rio-grandense Rafael Pinto Bandeira, o distrito passa a denominar-se Pinto Bandeira. Pinto Bandeira foi emancipado de Bento Gonçalves em 16 de abril de 1996 pela Lei Estadual nº 10.749/1996. As primeiras eleições ocorreram em 1º de outubro de 2000, elegendo como prefeito o senhor Severino João Pavan. A instalação do Município deu-se em 1º de janeiro de 2001. Em 2003, uma liminar do STF, determinou a que Pinto Bandeira retornasse à condição de distrito de Bento Gonçalves. Em 30 de junho de 2010, por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), a localidade recuperou novamente sua autonomia política. As eleições municipais aconteceram em 07 de outubro de 2012. O senhor João Feliciano Menezes Pizzio foi eleito prefeito. Em 1º de janeiro de 2013, o Município foi reinstalado.”**

Etimologia:

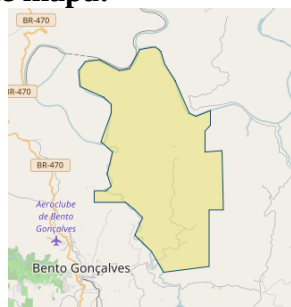
- Pinto: “Sobrenome, primitivamente alcunha metaforicamente originada do reino animal. De pinto, subst. comum. Podia ter significado originalmente cor (do rosto, do cabelo, dos olhos, etc.).”*****
- Bandeira: “sobrenome que pode ser geográfico ou vir de alcunha. Foi o primeiro com este sobrenome, em Portugal, Gonçalo Pires Juzarte, a quem o Rei Dom João II, em 1483, permitiu acrescentar a alcunha Bandeira, por ter bravamente reconquistado a bandeira real de Portugal, das mãos do inimigo, na batalha de Toro.”*****

Estrutura morfológica: elemento composto

- Pinto: pint-o.****
- Bandeira: band-eir-a.****

Taxonomia: historiотopônimo

Imagem de mapa:



*

Foto da cidade:



**

Pesquisador: Bruno Misturini

Fontes:

* IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pinto-bandeira/panorama>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

** Prefeitura Municipal de Pinto Bandeira. Disponível em: <<http://www.pintobandeira.rs.gov.br/>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

*** Elaboração do autor.

**** HECKLER, Evaldo; BACK, Sebald; MASSING, Egon Ricardo. *Dicionário morfológico da língua portuguesa*. São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1984. 5 v.

***** BARATA, Carlos Eduardo; BUENO, Antônio Henrique da Cunha. *Dicionário das famílias brasileiras*. São Paulo: Ibero América, 1999-2001. 2 v.

Fonte: elaboração do autor.

Com base nas informações apresentadas no Quadro 72, verifica-se que o primeiro nome do município de Pinto Bandeira foi Silva Pinto. De acordo com Nicchetti (1976, p. 25), “o local, por ter Igreja e Padre, tornou-se muito conhecido. Chamavam-na Silva Pinto por estar localizado no n.º 2 da Linha homônima”. Não tardou, contudo, para o topônimo ser alterado:

No dia 5 de maio de 1902, um Decreto do Intendente Municipal, Coronel Antônio Joaquim Marques de Carvalho, muda o nome da localidade, que a partir de então deixa de se denominar Silva Pinto e passa a chamar-se Nova Pompéia, recompensando desta maneira o entusiasmo e devoção dos fiéis à Virgem Pompeiana (NICCHETTI, 1976, p. 26).

Acerca desse episódio, Nicchetti (1976, p. 26) ainda afirma que

um fato importante para a localidade foi ter o Pe. Luiz Segale, aqui chegado a 16 de outubro de 1897, lançado a ideia e conseguido construir a grande Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Pompéia. O novo Templo foi construído no mesmo local em que se encontrava a Capela de São Paulo Apóstolo. [...] No dia 5 de abril de 1899, o Sr. Bispo Diocesano autoriza que a nova Igreja a ser construída, seja dedicada a Nossa Senhora do Rosário de Pompéia, e São Paulo Apóstolo seria, a partir de então, seu Compatrono.

Seguindo com o histórico do município, observa-se que, no ano de 1913, Nova Pompéia tornou-se distrito de Bento Gonçalves. Informações do IBGE ainda registram que o topônimo teria sofrido uma nova alteração, passando a se chamar apenas Pompéia, como consta no decreto de 1939¹⁵¹, que muda, novamente, a denominação do distrito para Pinto Bandeira – uma vez que, nesse período histórico – Era Vargas –, a Língua Italiana e nomes nesse idioma foram proibidos no país (ver subcapítulo 2.3). Sobre essa nova mudança, Nicchetti (1976, p. 49) também comenta que

¹⁵¹ Destaca-se que o *site* da Prefeitura Municipal de Pinto Bandeira e Nicchetti (1976, p. 49) apresentam que o decreto foi assinado em 2 de maio de 1938, não 1939.

Nova Pompéia, que ao nascer recebera o nome de Silva Pinto, vê cair também seu atual nome. Nome que lembrava o esforço de uma comunidade unida, para erguer o Monumento de fé e coragem que a tornaria tão conhecida e amada. O Santuário continuará sobranceiro em sua sede, mesmo que não lhe possa mais emprestar o nome. A partir de 2 de maio de 1938, Nova Pompéia passou a denominar-se Pinto Bandeira (NICCHETTI, 1976, p. 49).

A nova denominação remetia à figura de Rafael Pinto Bandeira, que, segundo Silva (2010, s. p.),

participou ativamente como militar e colonizador na expansão das conquistas portuguesas na região platina. Nas disputas com os castelhanos pelo domínio daquele território, assim nas guerras como nas relações amistosas, Rafael Pinto Bandeira soube tirar proveito próprio, assenhoreando-se de muitas léguas de terras, de milhares de cabeças de gado e de homens a seu serviço (escravos negros, índios e outros agregados). Tornou-se, assim, uma das pessoas mais temidas e poderosas daquele Continente na segunda metade do século XVIII. Na década de 1770, o governador da capitania José Marcelino de Figueiredo abriu um processo-crime contra ele acusando-o de apropriação indevida dos butins de guerra, da prática de contrabando e de outros crimes contra a Fazenda Real. Preso e levado a Conselho de Guerra, Pinto Bandeira recorreu a Rainha D. Maria I, que mandou arquivar os autos do processo, soltá-lo e restituí-lo ao cargo que ocupava no Continente. Ao retornar, obteve ainda o título de Brigadeiro dos reais exércitos e tornou-se por duas vezes governador interino da Capitania [do Rio Grande do Sul].

Observa-se, com isso, que houve a substituição de um nome transparente e popular para os habitantes do local – afinal, estava relacionado à figura da Santa homenageada na capela – por um que estava ligado a um vulto histórico que pouco representava para eles. A motivação política, mais uma vez, fez com que a cultura e a língua italianas fossem censuradas, em tentativa de silenciamento¹⁵².

A história de Pinto Bandeira não se encerra aqui, contudo. Em 1996, o distrito foi desmembrado de Bento Gonçalves; apesar disso, em 1999, como observado no Quadro 72, sua instalação ainda não havia ocorrido, estando prevista para o primeiro dia de 2001, embora, segundo registros, ainda se figura como distrito no ano de 2009. Apenas em 2013 o local conquista sua emancipação – e consequente instalação –, sendo desvinculado, enfim, do município de Bento Gonçalves.

Observa-se, ainda, que Pinto Bandeira não possui nenhum distrito vinculado à sua sede municipal. Quanto ao nome, pode-se classificá-lo como um historiotopônimo, de acordo com Dick (1992), justamente por fazer alusão a um vulto histórico estadual.

¹⁵² Para mais informações sobre toponímia, memória, esquecimento e silenciamento, consultar Faggion e Misturini (2014).

No que diz respeito aos símbolos municipais, apesar de não se ter tido acesso à bandeira¹⁵³, verifica-se que o brasão possui, na parte inferior, em faixa vermelha, as datas 1876 e 1996 – sendo a primeira alusiva à chegada dos primeiros imigrantes à região, e a segunda, ao ano em que o município foi criado¹⁵⁴ –, o topônimo e o lema “vida - progresso - liberdade”. O escudo central, que é cercado por ramos de videira e pessegueiro, com a presença dessas frutas, indicando a importância da atividade agrícola para a cidade, possui, além de itens da natureza local, como montes, um rio, duas antas e o sol, a representação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Pompéia, como menção à religiosidade, mas também, possivelmente, ao nome anterior do local.

Constata-se, por fim, que a cultura italiana se manifestou nos itens analisados no Quadro 72, tanto nos nomes anteriores do município, quanto nos símbolos municipais. Se não fosse pelo contexto político brasileiro no período governado por Getúlio Vargas, possivelmente o topônimo ainda possuísse o idioma italiano em sua estrutura. Embora o acesso à bandeira do município não tenha sido possível, informações da Prefeitura Municipal de Pinto Bandeira afirmam que ele é composto pelas cores da bandeira italiana, homenageando, novamente, a pátria de origem dos imigrantes que colonizaram suas terras.

Com base no exposto, apresenta-se o Quadro 73, que sintetiza as classificações e as motivações para as escolhas dos nomes dos municípios criados na RCI a partir de 1985.

Quadro 73 – Classificação e motivação toponímica (1987 a 2013)

Topônimo	Classificação	Motivação
Nova Roma do Sul	Cronotopônimo	Imigração Italiana
Dois Lajeados	Numerotopônimo	Hidrografia Local
Fagundes Varela	Antropotopônimo	Política Nacional
Guabiju	Fitotopônimo	Vegetação
São Domingos do Sul	Hagiotopônimo	Religião
São Jorge	Hagiotopônimo	Religião
Vanini	Historiotopônimo	Política Estadual
Protásio Alves	Historiotopônimo	Política Estadual
Montauri	Historiotopônimo	Política Estadual
Vista Alegre do Prata	Animotopônimo	Geografia
Vila Maria	Poliotopônimo	Imigração Italiana
Relvado	Fitotopônimo	Vegetação
Camargo	Antropotopônimo	Cultura Indígena
Nova Alvorada	Cronotopônimo	Geografia

¹⁵³ Foi estabelecido contato via *e-mail* com a Prefeitura Municipal, que apenas possuía o arquivo do brasão disponível, que já estava disponível em seu *site*. Quanto à bandeira, foi justificado que não havia arquivo digital disponível, apesar de informado que as cores predominantes são verde, branco e vermelho.

¹⁵⁴ Apesar de Pinto Bandeira ter voltado a ser distrito, atingindo sua verdadeira emancipação apenas em 2013, o brasão municipal mantém o ano de 1996 como indicativo de sua criação.

Vila Flores	Poliotopônimo	Imigração Italiana
Gentil	Antropotopônimo	Religião
Itapuca	Litotopônimo	Cultura Indígena
Monte Belo do Sul	Geomorfotopônimo	Imigração Italiana
Muliterno	Antropotopônimo	Imigração Italiana
Nicolau Vergueiro	Historiotopônimo	Política Estadual
Nova Pádua	Cronotopônimo	Imigração Italiana
Santa Tereza	Hagiotopônimo	Religião
Santo Antônio do Palma	Hagiotopônimo	Religião
São Valentim do Sul	Hagiotopônimo	Religião
União da Serra	Animotopônimo	Geografia
Boa Vista do Sul	Animotopônimo	Geografia
Doutor Ricardo	Axiotopônimo	Política Estadual
Vespasiano Corrêa	Historiotopônimo	Política Estadual
Coqueiro Baixo	Fitotopônimo	Vegetação
Coronel Pilar	Axiotopônimo	Política Estadual
Pinto Bandeira	Historiotopônimo	Política Estadual

Fonte: elaboração do autor.

A partir disso, constata-se que os historiotopônimos aparecem com bastante expressão nesse período, por meio dos seguintes nomes: Vanini, Protásio Alves, Montauri, Nicolau Vergueiro, Vespasiano Corrêa e Pinto Bandeira. Enfatiza-se que esse conjunto de denominações remete à história local e estadual. Vultos nacionais, nesse contexto, não encontraram espaço na toponímia da RCI. As razões – normalmente políticas – estavam ligadas à história regional. Figuras importantes para o desenvolvimento dos próprios municípios e do estado gaúcho aparecem como homenageadas.

Em Vanini, há menção à personalidade – Severino Vanini, comerciante e político – que atuou ativamente no processo de emancipação do local. O município de Protásio Alves homenageia o médico e político homônimo, que exerceu importante papel para o desenvolvimento da área da saúde no estado, além de ter prestado contribuições políticas ao Rio Grande do Sul. Montauri alude à figura de José Montauri de Aguiar Leitão, político e engenheiro, responsável pela divisão de parte das linhas e dos lotes gaúchos da época. O topônimo Nicolau Vergueiro referencia o médico, escritor e político gaúcho de mesmo nome. Já Vespasiano Corrêa, como visto anteriormente, liderou a comissão de terras e colonização, além de ter sido intendente do município de Guaporé. Por fim, Pinto Bandeira foi militar e governador da capitania do Rio Grande do Sul. Ressalta-se, novamente, que todos esses nomes estão ligados à história da própria região e do estado.

Assinala-se, com isso, que o ato de nomear um lugar pode estar relacionado aos valores de uma comunidade. Mesmo quando o nome é imposto por representantes políticos, sem haver

consulta aos habitantes do local, podem-se observar traços da configuração da sociedade da época. Seja na homenagem a um morador local ou na menção a uma personalidade que não possui ligação com o lugar que nomeia, aspectos ideológicos podem ser identificados na escolha de determinado topônimo. Para Seabra (2006, p. 1957):

considerada como um produto histórico e, portanto, devendo ser entendida dentro do contexto do processo em que se produz, a linguagem, como objeto de mediação que se interpõe entre o homem e o seu entorno, é uma “ferramenta” fundamental para podermos conhecer a memória participativa de uma determinada sociedade, vinculando-nos às suas histórias sociais e concretas e a suas instituições.

É por meio dessa “ferramenta” – da qual a Toponímia se utiliza – que se podem elencar aspectos relacionados à cultura regional. Assim, na RCI, no período em análise, além de denominações ligadas à história, os hagiotopônimos também aparecem com bastante força. São Domingos do Sul, São Jorge, Santa Tereza, Santo Antônio do Palma e São Valentim do Sul são os municípios que possuem referência a santos católicos. Pode-se pensar nesses nomes como hagitopônimos autênticos – quando a inspiração é realmente religiosa –, de acordo com Lima (1998, apud SOUSA, 2008, p. 6), com exceção de Santa Tereza, que, como visto, foi uma homenagem à esposa do chefe da colonização, caracterizando-se, dessa forma, segundo o autor, como um hagitopônimo aparente (que possui nome de santo, mas inspiração política)¹⁵⁵.

A forte presença de nomes relacionados à religião pode ser explicada por Frosi e Mioranza (2013, p. 75), que mencionam a vida religiosa como uma das características que persistem na Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul, dando-lhe um aspecto de comunidade. Para Caprara e Luchese (2005, p. 306), ao chegar na nova terra, restava ao imigrante buscar alento na prece. Foi assim, por meio de sua fé, que ele teve certeza de que não estava sozinho, pois, segundo Manfrói (apud CAPRARA; LUCHESE, 2005, p. 306), “foi através da religião católica que o imigrante italiano se encontrou consigo mesmo e com os outros”.

Logo após se estabelecerem na região, eles se organizavam para a construção de capelas, que se tornavam pontos de referência e, muitas vezes, acabavam por dar nome aos lugares. “A fé demonstrada na construção das capelas torna-se o elo de integração dos italianos pois no seu entorno concentram-se todos os acontecimentos importantes da comunidade: religiosos, sociais e econômicos” (CAPRARA; LUCHESE, 2005, p. 309). Essas obras intensificavam o contato

¹⁵⁵ Apesar de se saber que o nome não diz respeito à figura de Santa Tereza, optou-se por manter a religião – católica – como motivação, uma vez que, de certa forma, ela foi fundamental para que o topônimo se configurasse dessa forma.

entre os imigrantes, que se uniam na tarefa. Ainda de acordo com as autoras, a construção de 99 capelas firmou-se como uma tradição na Região Colonial Italiana. Cini, Rocha e Paris (2013, p. 39) também colocam que “‘Escola, Igreja e Comunidade’ era a expressão das primeiras povoações, o tom que marcou a colonização e os cidadãos, unidos em cooperação buscando criar melhorias para a comunidade”.

Ademais, destacam-se os antropotopônimos, com quatro nomes criados nesse contexto. Em Camargo e Muliterno, há menção aos primeiros moradores dos locais. Este conecta-se à figura de José Muliterno, enquanto aquele possui relação com o sobrenome de duas famílias indígenas que habitavam a região. Novamente, surpreende o fato de um elemento de cultura indígena – tão estigmatizada na época – ter sido escolhido para denominar um local. Já em Gentil, nota-se referência ao padre de mesmo nome, que prestou diversos serviços considerados muito importantes para o desenvolvimento do local. Por fim, Fagundes Varela é uma homenagem ao poeta fluminense, não possuindo relações aparentes entre a figura do escritor e o município ou a própria RCI.

Três são os municípios que pertencem ao grupo dos cronotopônimos criados nesse período histórico, na região. Em Nova Alvorada, o adjetivo foi adicionado ao topônimo quando ocorreu sua emancipação, devido ao fato de já existir, no Rio Grande do Sul, uma cidade com o mesmo nome. Já Nova Roma do Sul e Nova Pádua, apesar de serem classificados como cronotopônimos, devido à palavra “nova” constante no nome, são referências às cidades italianas de Roma e Pádua. Caso “nova” fosse retirada dessas denominações, elas seriam categorizadas como corotopônimos – classificação que exprime de forma mais clara a real sua motivação. Nesses dois últimos nomes, percebe-se que a motivação se difere da de Nova Alvorada. Ao batizar a terra brasileira por meio de um topônimo italiano já existente, os imigrantes buscavam, como já dito, reafirmar sua identidade e seu sentimento de pertença para com o novo país.

Para Frosi, Dal Corno e Faggion (2008, p. 3022, grifo das autoras),

o nome italiano significava (e, em parte, ainda significa) uma tentativa de reviver a terra de origem na nova pátria, simbolizando talvez a perspectiva de manter a memória do conhecido frente ao desconhecido, ou, quem sabe, tornar mais reconhecível a nova terra agreste e hostil que os imigrantes enfrentavam, procurando *presentificar* nela traços próprios da terra antiga.

Percebe-se que a ânsia por relembrar a terra de origem no Brasil também está ligada à própria identidade italiana. Ao utilizarem-se da toponímia – ou, ainda, da língua – para isso, os

imigrantes buscavam identificar e demarcar seus traços identitários no novo país. De acordo com Cuche (2002, p. 200),

o que separa dois grupos etno-culturais não é em princípio a diferença cultural [...]. Uma coletividade pode perfeitamente funcionar admitindo em seu seio uma certa pluralidade cultural. O que cria a separação, a ‘fronteira’, é a vontade de se diferenciar e o uso de certos traços culturais como marcadores de sua identidade específica.

Além disso, a natureza também serviu como elemento motivador para a escolha de denominações de municípios na região. Isso é perceptível nos nomes Guabiju, Relvado e Coqueiro Baixo, todos classificados como fitotopônimos, de acordo com Dick (1992). Destaca-se que, quando o motivador está ligado a algum elemento natural, as chances de ele ser um nome transparente para a população aumentam, uma vez que seu significado é conhecido por aqueles que habitam o local, como já dito anteriormente.

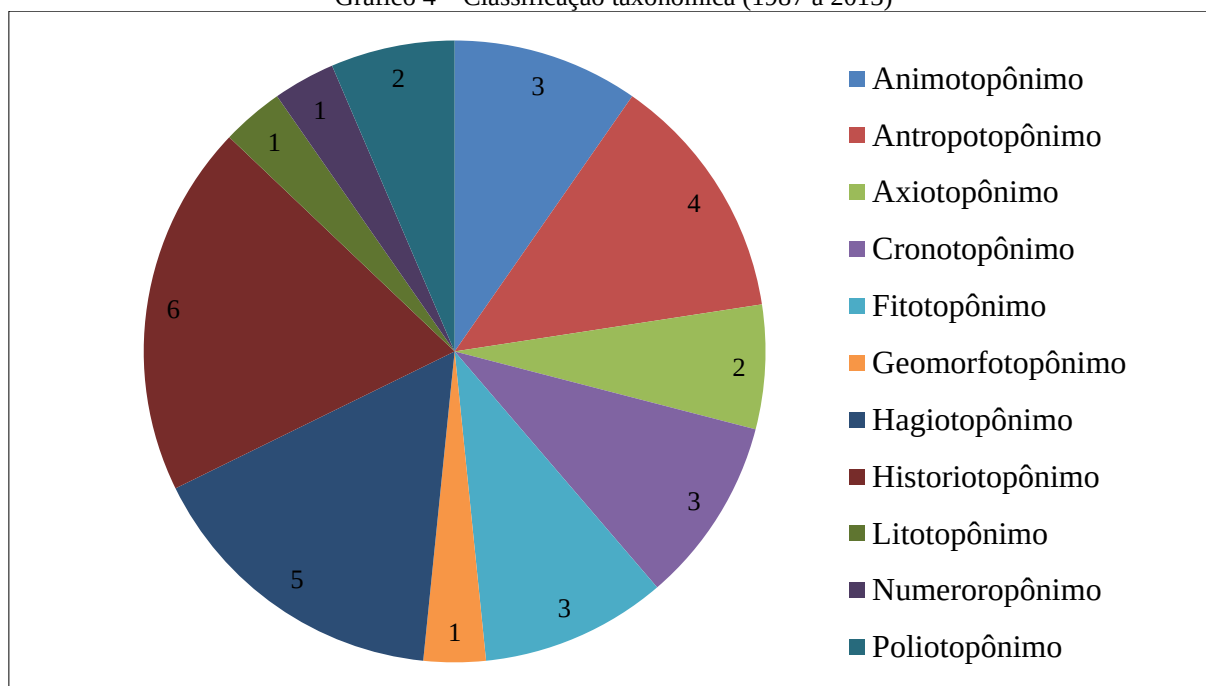
Os poliotopônimos também aparecem dentre os nomes analisados nesse período, na RCI. Há duas ocorrências: em Vila Maria e Vila Flores – por possuírem o vocábulo “vila” na estrutura do topônimo. Contudo, nesses casos, percebe-se que a motivação para a escolha das denominações não se reflete na taxa elaborada por Dick (1992). No primeiro nome, existe uma referência a Maria Busato, mulher de ascendência italiana que possuía loja e pousada na região onde hoje se encontra o município, contribuindo para o desenvolvimento do local e, sem ter a intenção, batizando-o. O segundo nome, por sua vez, é uma homenagem à família italiana Fiori – percebe-se que o nome foi “aportuguesado” quando transformado em topônimo, sendo transformado em Flores. Em ambos os nomes, dessa forma, há menção a nomes individuais de personagens que foram fundamentais para o progresso das suas localidades.

Ademais, há, nesse contexto da região, os animotopônimos e os axiotopônimos. Estes são constituídos por nomes que possuam, além do nome próprio individual, a sua titulação, como pode-se notar em Doutor Ricardo e Coronel Pilar. Percebe-se que a presença das palavras “doutor” e “coronel” nas denominações elimina a possibilidade de os nomes serem classificados como antropotopônimos ou historiotopônimos; isso porque, destaca-se mais uma vez, na classificação toponímica e na metodologia desenvolvida por Dick (1992, 2004), apenas elementos linguísticos são levados em consideração. Já os animotopônimos são aqueles nomes relativos à vida psíquica ou à cultura espiritual. Apesar de ter havido certa dificuldade para atribuir uma taxa específica para os topônimos União da Serra, Vista Alegre do Prata e Boa Vista do Sul, optou-se por classificá-los como animotopônimos pelo fato de não haver outra classificação que melhor abarcasse os termos “união”, “vista” e “boa”.

Por fim, existem, ainda, um numerotopônimo – Dois Lajeados –, um litotopônimo – Itapuca – e um geomorfotopônimo – Monte Belo do Sul. No primeiro caso, o fato de haver um numeral iniciando o nome é que o direciona para essa classificação. Apesar de a motivação principal estar ligada à existência dos córregos d'água, o primeiro termo do topônimo é o que o classifica. Em Itapuca observa-se um caso de litotopônimo – porém, em língua estrangeira. O nome indígena faz menção a um tipo de pedra, o que justifica a taxonomia a ele empregada. Enfim, há Monte Belo do Sul – um geomorfotopônimo, devido ao fato de haver uma característica geográfica em sua estrutura. Apesar disso, destaca-se o fato de o primeiro nome do município ter sido Montebello, em alusão à cidade italiana de mesmo nome.

O Gráfico 4 ilustra a distribuição das classificações atribuídas aos municípios criados a partir de 1985, na RCI.

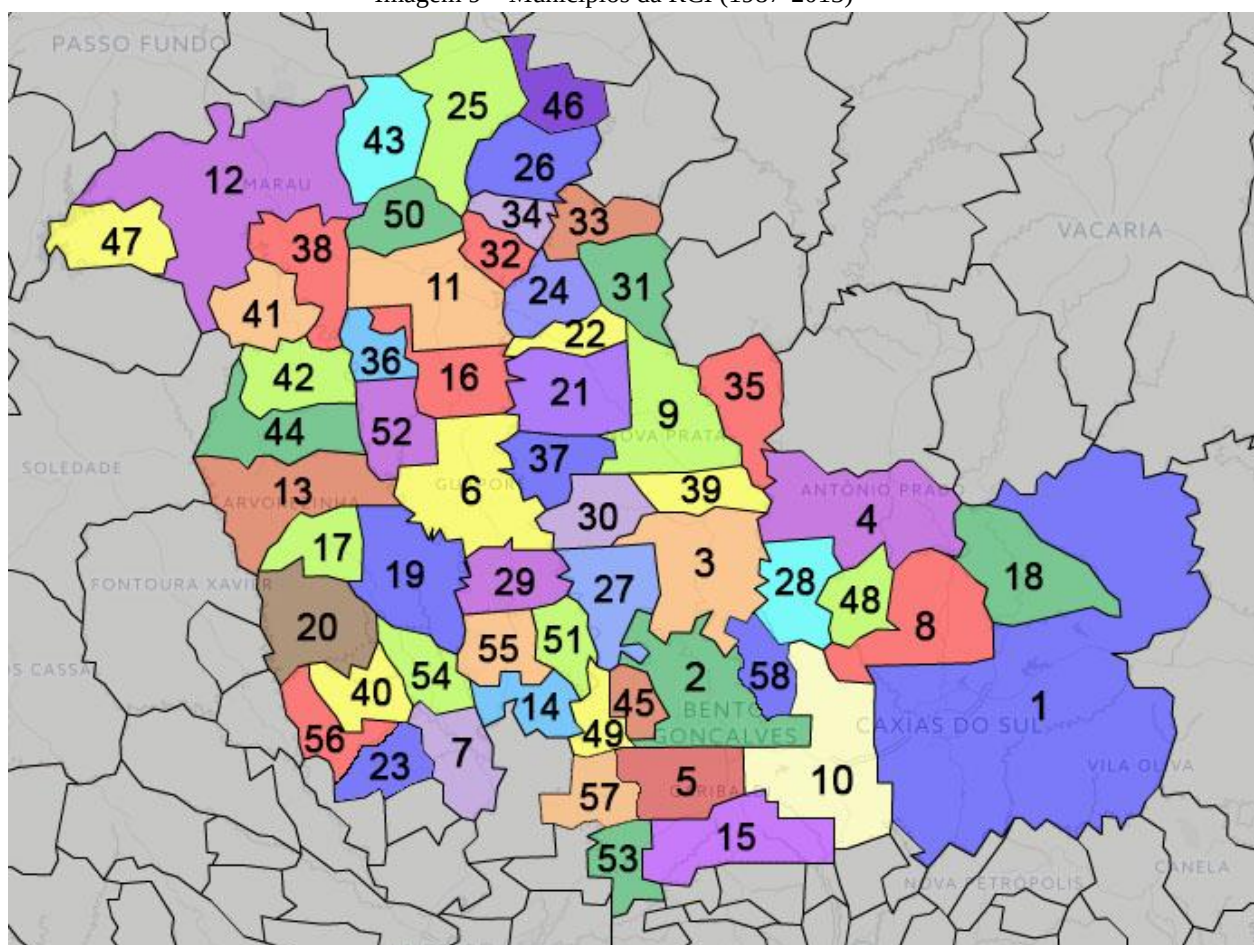
Gráfico 4 – Classificação taxonômica (1987 a 2013)



Fonte: elaboração do autor.

A Imagem 9 demonstra a atual configuração da RCI, com seus cinquenta e oito municípios.

Imagem 9 – Municípios da RCI (1987-2013)



Fonte: elaboração do autor.

O Quadro 74, apresentado a seguir, exhibe os nomes dos municípios dispostos na Imagem 9. Destaca-se o fato, ainda, de que todos os trinta e um municípios criados nesse período¹⁵⁶ – a partir de 1985 – eram antigos distritos já pertencentes à região.

Quadro 74 – Municípios da RCI (1987-2013)

1	Caxias do Sul	30	Fagundes Varela
2	Bento Gonçalves	31	Guabiju
3	Veranópolis	32	São Domingos do Sul
4	Antônio Prado	33	São Jorge
5	Garibaldi	34	Vanini
6	Guaporé	35	Protásio Alves
7	Encantado	36	Montauri
8	Flores da Cunha	37	Vista Alegre do Prata
9	Nova Prata	38	Vila Maria
10	Farroupilha	39	Vila Flores
11	Casca	40	Relvado
12	Marau	41	Camargo

¹⁵⁶ Os municípios analisados neste capítulo aparecem grifados em negrito no Quadro 74.

13	Arvorezinha	42	Nova Alvorada
14	Muçum	43	Gentil
15	Carlos Barbosa	44	Itapuca
16	Serafina Corrêa	45	Monte Belo do Sul
17	Ilópolis	46	Muliterno
18	São Marcos	47	Nicolau Vergueiro
19	Anta Gorda	48	Nova Pádua
20	Putinga	49	Santa Tereza
21	Nova Bassano	50	Santo Antônio do Palma
22	Nova Araçá	51	São Valentim do Sul
23	Nova Brésia	52	União da Serra
24	Paraí	53	Boa Vista do Sul
25	Ciríaco	54	Doutor Ricardo
26	David Canabarro	55	Vespasiano Corrêa
27	Cotiporã	56	Coqueiro Baixo
28	Nova Roma do Sul	57	Coronel Pilar
29	Dois Lajeados	58	Pinto Bandeira

Fonte: elaboração do autor.

Desse modo, ao final deste subcapítulo, conclui-se a apresentação e a análise dos topônimos que foram criados na RCI a partir de quatro recortes históricos (de 1890 a 1945, de 1945 a 1964, de 1964 a 1985 e de 1985 até a atualidade). Com base nas informações constantes na Imagem 9 e no Quadro 74, verificam-se os cinquenta e oito municípios que, juntos, formam a Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul.

6 SÍNTESE GERAL DA TOPONÍMIA DA RCI

Finaliza-se este trabalho com uma reflexão acerca das motivações e classificações que podem ser atribuídas aos nomes dos cinquenta e oito municípios que constituem a Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul, já analisadas individual e coletivamente – levando-se em conta os recortes históricos aqui propostos.

Como já visto, Dick (1992) elaborou uma taxonomia toponímica para que os nomes de lugares fossem classificados, o que oportuniza a análise dessas denominações e torna-se parte fundamental da metodologia utilizada nos estudos toponímicos brasileiros. Além da pesquisadora, com o tempo e devido a dificuldades de aplicação, outros estudiosos também propuseram algumas classificações para complementar a lista elaborada por Dick (1992).

Com base nisso e a partir da criação de fichas lexicográfico-toponímicas (cf. Dick 2004), os nomes dos municípios da RCI foram classificados, oportunizando a criação do Quadro 75, que quantifica os resultados, apresentado a seguir.

Quadro 75 – Síntese quantitativa das classificações toponímicas dos municípios da RCI

Classificação	Quantidade	Percentual
Animotopônimo	3	6,89%
Antropotopônimo	7	12,06%
Axiotopônimo	2	3,44%
Cronotopônimo	7	12,06%
Dirrematotopônimo	1	1,72%
Ecotopônimo	1	1,72%
Fitotopônimo	7	12,06%
Geomorfotopônimo	1	1,72%
Hagiotopônimo	6	10,34%
Historiotopônimo	14	24,13%
Litotopônimo	1	1,72%
Numerotopônimo	1	1,72%
Poliotopônimo	4	6,89%
Zootopônimo	2	3,44%

Fonte: elaboração do autor.

A partir do exposto, observa-se a grande presença de historiotopônimos nas denominações dos municípios da RCI, com quatorze ocorrências. Os nomes pertencentes a essa classificação, contudo, não possuem muita relação com a imigração italiana. Os topônimos Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Garibaldi, Farroupilha e David Canabarro fazem alusão à Revolução Farroupilha. Os nomes dos municípios de Flores da Cunha e Carlos Barbosa, por sua vez, estão relacionados a ex-governadores do estado gaúcho. Já Vanini, Protásio Alves,

Montauri, Pinto Bandeira e Nicolau Vergueiro indicam para personalidades políticas que contribuíram, de certa forma, para o desenvolvimento da região. Por fim, há, ainda, Vespasiano Corrêa, que faz referência ao chefe da comissão de terras e colonização, e Antônio Prado, que se relaciona ao ministro que promoveu a vinda dos imigrantes para o Rio Grande do Sul. Percebe-se que, apesar de os últimos dois nomes possuírem relação com a imigração, ela não manifestou força e influência direta na denominação dos *historiotopônimos*¹⁵⁷.

O grupo dos *antropotopônimos* também aparece com expressividade na região. São, ao total, sete nomes. Em Marau e Camargo, curiosamente, há menção ao passado indígena da região, uma vez que o primeiro nome está ligado ao cacique de uma tribo local, e o segundo, ao sobrenome de duas famílias de caboclos que habitavam a área. Serafina Corrêa – único *topônimo* feminino dentre os *histório* e *antropotopônimos* – é uma homenagem à esposa de Vespasiano Corrêa¹⁵⁸. Em Fagundes Varela, faz-se menção ao poeta nascido no estado do Rio de Janeiro, que, a princípio, nenhuma relação possui com a região. Por sua vez, Gentil indica para a figura de um padre de mesmo nome, importante para o desenvolvimento do município. Em Ciríaco, tem-se referência ao primeiro do local, assim como em Muliterno. Este, contudo, destaca-se, diz respeito ao sobrenome de um imigrante italiano. Também nesse grupo, constata-se, houve pouca influência da cultura de imigração. Pode-se pensar em Muliterno e Gentil como nomes relacionados à italianidade: o primeiro por ser um sobrenome de origem itálica, e o segundo por estar relacionado à religião.

Os *cronotopônimos* também se destacam em quantidade: há sete nomes localizados nessa categoria. Pode-se dividi-los em dois grupos: aquele que se relaciona com elementos físicos – naturais –, como Nova Prata, Nova Araçá e Nova Alvorada, e aquele que ressignifica nomes da pátria de origem, tornando-os parte da terra brasileira, como Nova Bassano, Nova Bréscia, Nova Roma do Sul e Nova Pádua. Não fosse pelo adjetivo “nova” constante nesses nomes, eles poderiam ser classificados como *corotopônimos*, uma vez que dizem respeito a *topônimos* já existentes. Nesses quatro nomes, a manifestação da cultura italiana torna-se forte e clara.

Ainda com sete aparições, há os *fitotopônimos*. Essa *taxe* está ligada aos *topônimos* de natureza física. Normalmente, são nomes transparentes, de fácil compreensão, justamente porque o seu referente pode ser explicado pelo meio ambiente. Em Arvorezinha, Guabiju,

¹⁵⁷ Destaca-se, ainda, o fato de todos os *historiotopônimos* estarem relacionados a nomes de homens, não havendo representatividade feminina nessa classificação.

¹⁵⁸ Apesar de a escolha por Serafina Corrêa ter se dado em função de ela ter sido casada com Vespasiano Corrêa, nota-se que o município foi criado no ano de 1960, enquanto que o outro – que carrega o nome masculino – surgiu apenas em 1995.

Relvado e Coqueiro Baixo, os nomes justificam-se à medida que esses elementos são constitutivos da flora local. Casca, por sua vez, liga-se à atividade de extração da casca de arazás e guibijuzeiros, que fazia parte da economia local. No entanto, Guaporé e Putinga demandam certa análise antes de se ter acesso a suas motivações, por serem nomes indígenas: o primeiro diz respeito a uma espécie de cipó; já o segundo, a um tipo de taquara. Esses nomes, nota-se, não possuem relação com a cultura de imigração italiana.

Outro conjunto de topônimos que se destacou na região – não apenas nos nomes de municípios – foi o dos hagiotopônimos. Como visto ao longo do trabalho, a religião católica foi muito importante para a vida dos italianos, tornando-os, de certa forma, mais fortes para enfrentarem os desafios encontrados na nova terra. Normalmente, os hagiotopônimos surgem a partir da criação de uma capela ou igreja que possui como santo padroeiro aquele que acaba por denominar o local. Seis são os exemplos encontrados na RCI: São Marcos, São Domingos do Sul, São Jorge, Santa Tereza, Santo Antônio do Palma e São Valentim do Sul. Como já discutivo, com exceção de Santa Tereza – homenagem à esposa do dono das terras –, o restante desses nomes liga-se ao hagiolégio católico.

Há, ainda, os poliotopônimos – aqueles que se constituem por meio dos vocábulos vila, aldeia, cidade etc. Na RCI, há quatro casos: Veranópolis, Ilópolis, Vila Maria e Vila Flores. Os dois primeiros nomes são classificados como poliotopônimos por conterem a partícula “polis” em sua construção morfológica (Veranópolis significa Cidade Veraneio, e Ilópolis, Cidade da Erva). Observa-se, ainda, que a motivação para esses nomes é dada a partir de um elemento natural – o clima e a vegetação. Já Vila Maria e Vila Flores, também poliotopônimos devido à existência da palavra “vila” em suas denominações, remetem a elementos antropológicos: Vila Maria possui como referente a figura de Maria Busatto, responsável pelo desenvolvimento da área onde construiu seu comércio e sua pensão; e Vila Flores é uma homenagem à família Fiori, uma das primeiras que habitou a região em que o município está localizado. Nos dois últimos nomes, a relação com a cultura italiana torna-se explícita.

Encontram-se na RCI, também, os animotopônimos. De acordo com Dick (1992, p. 32), esse grupo abriga os nomes “relativos à vida psíquica, à cultura espiritual, abrangendo a todos os produtos do psiquismo humano, cuja matéria prima fundamental, e em seu aspecto mais importante, como fato cultural, não pertence à cultura física. Ex: cachoeira da Saudade, Triunfo, Belo Campo, etc”. Dessa forma, pertencem a essa categoria os nomes Encantado, União da Serra, Vista Alegre do Prata e Boa Vista do Sul. O primeiro, como já visto, está relacionado a uma lenda indígena. Os outros três nomes, classificados como animotopônimos devido aos

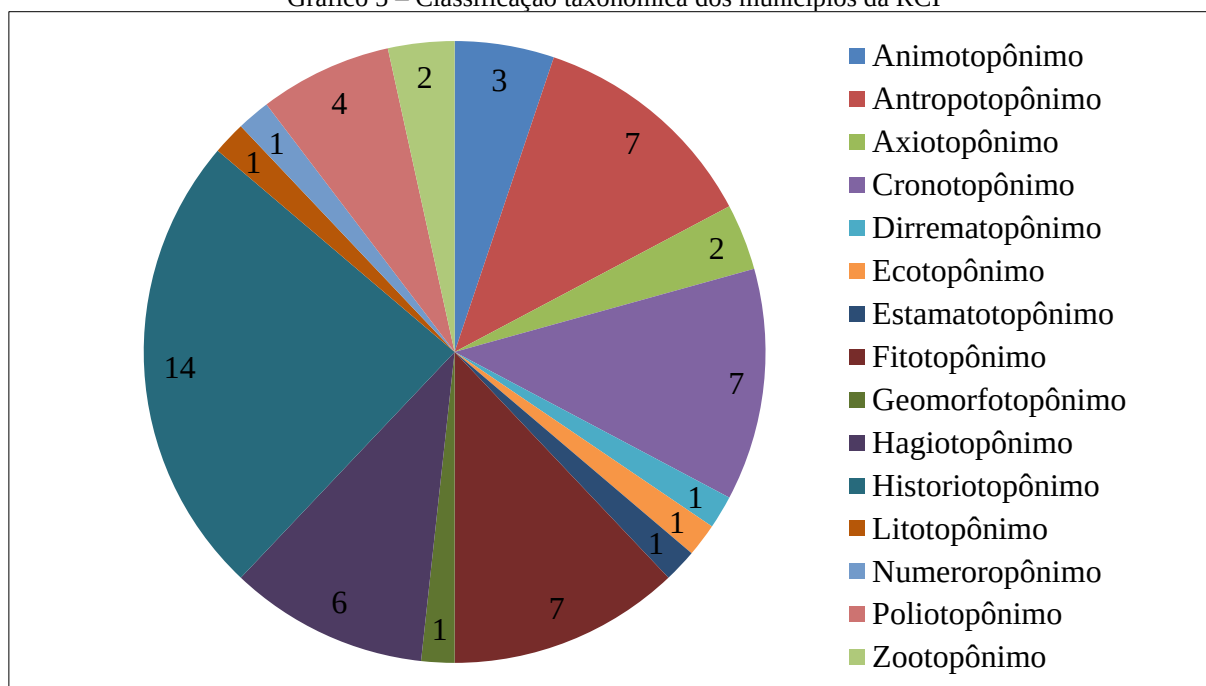
vocábulos “união”, “vista” e “boa”, a elementos geográficos. Assim, constata-se a inexistência de influências italianas nessas denominações.

Ademais, existem os axiotopônimos e os zootopônimos. Os primeiros são compostos por nomes que carregam em sua estrutura títulos ou dignidades, como Doutor Ricardo e Coronel Pilar. O segundo grupo diz respeito a nomes de origem animal, como Muçum e Anta Gorda. Apesar de cada classificação dizer respeito a aspectos toponímicos diferentes – naturais e antropoculturais –, percebe-se que não houve participação da cultura italiana nas denominações desses municípios.

Em menor número, há, por fim, com uma manifestação em cada categoria, os dirrematopônimos (Paraí), ecotopônimos (Cotiporã), geomorfotopônimos (Monte Belo do Sul), litotopônimos (Itapuca) e numerotopônimos (Dois Lajeados). Nesses nomes, não há indícios de aspectos relacionados à cultura de imigração. Em Paraí, de acordo com registros, uma grande nevasca fez com que um grupo de pessoas ficasse “parado aí”, o que acabou por denominar o local. Cotiporã, outra palavra em língua indígena, significa “habitação/morada/lugar bonito”. Itapuca significa “pedra podre” e também é um vocábulo de origem indígena. Por fim, em Dois Lajeados, destaca-se a existência dos córregos d’água, que nomearam o local.

O Gráfico 5, apresentado a seguir, ilustra esses resultados.

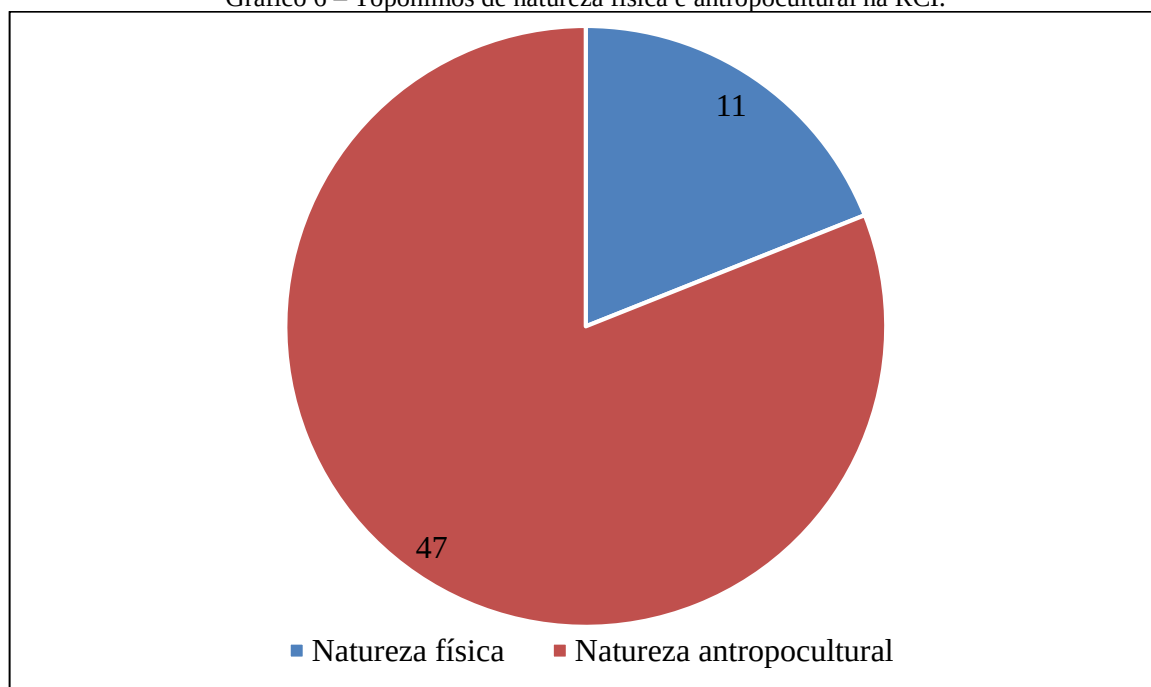
Gráfico 5 – Classificação taxonômica dos municípios da RCI



Fonte: elaboração do autor.

O Gráfico 6, por sua vez, divide os cinquenta e oito topônimos entre nomes de natureza física (relacionados a elementos naturais, normalmente transparentes, explicados pelo próprio meio ambiente) e natureza antropocultural (que surgiram a partir da intervenção humana, muitas vezes opacos).

Gráfico 6 – Topônimos de natureza física e antropocultural na RCI.



Fonte: elaboração do autor.

A partir disso, percebe-se que, na Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul, a maioria dos nomes de municípios está vinculada a princípios de natureza antropocultural – 81,03% –, enquanto apenas 18,96% das denominações dizem respeito a elementos de natureza física. Esse dado comprova a importância de estudos como este, uma vez que se torna mais fácil para a população resgatar a história de nomes com origem na natureza física – normalmente transparentes –, do que daqueles com motivação antropocultural, que, muitas vezes, possuem camadas de opacidade que foram criadas pelo tempo.

Os nomes estudados neste trabalho que estão localizados na primeira categoria (Guaporé, Casca, Arvorezinha, Muçum, Anta Gorda, Putinga, Guabiju, Relvado, Itapuca, Monte Belo do Sul e Coqueiro Baixo), em sua maioria, possuem significação mais clara, explicada pela própria natureza – com exceção dos nomes estrangeiros. A compreensão para a escolha do nome torna-se mais fácil, porque, normalmente, o referente ainda faz parte do cotidiano da população.

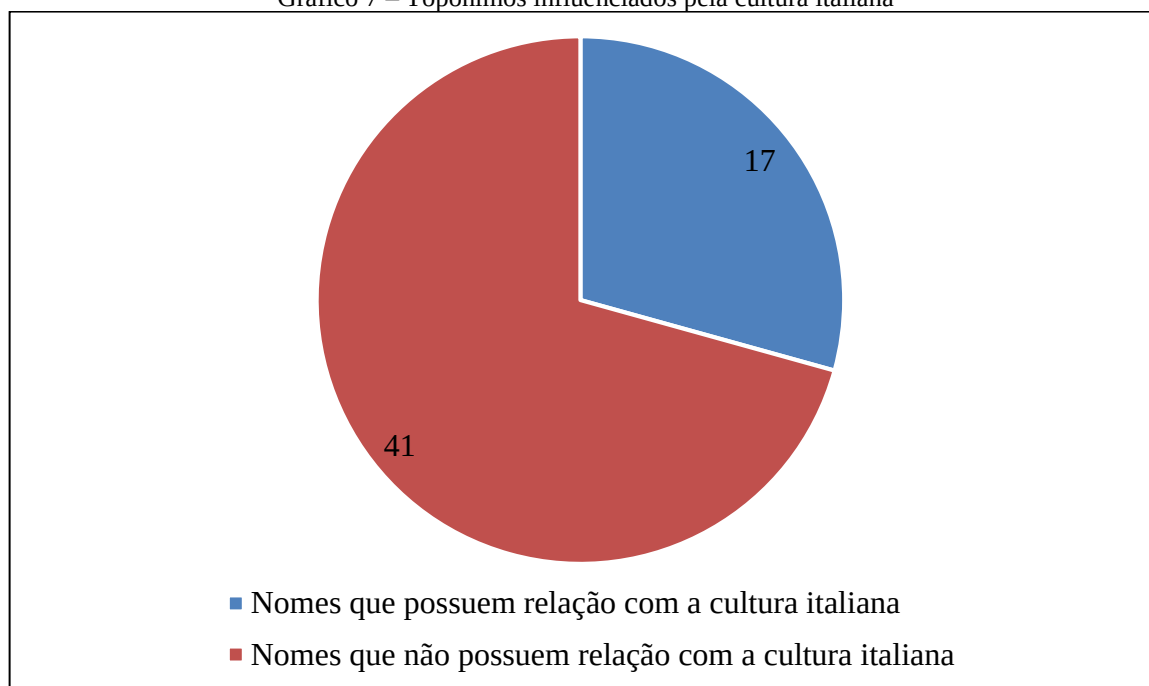
Por outro lado, os nomes de natureza antropocultural (Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Veranópolis, Antônio Prado, Garibaldi, Encantado, Flores da Cunha, Nova Prata, Farroupilha, Marau, Carlos Barbosa, Serafina Corrêa, São Marcos, Ilópolis, Nova Bassano, Nova Araçá, Nova Bréscia, Paraí, Ciríaco, David Canabarro, Cotiporã, Nova Roma do Sul, Dois Lajeados, Fagundes Varela, São Domingos do Sul, São Jorge, Vanini, Protásio Alves, Montauri, Vista Alegre do Prata, Vila Maria, Camargo, Nova Alvorada, Vila Flores, Gentil, Muliterno, Nicolau Vergueiro, Nova Pádua, Santa Tereza, Santo Antônio do Palma, São Valentim do Sul, União da Serra, Boa Vista do Sul, Doutor Ricardo, Vespasiano Corrêa, Coronel Pilar e Pinto Bandeira), em sua grande maioria, por não possuírem referente claro e conhecido pela população, precisam de estudos e pesquisas que retirem as camadas de opacidade que envolvem o nome, buscando torná-lo compreensível, a fim de preservar e promover a história e a cultura locais.

Com base nisso, percebe-se que, dentre as denominações pertencentes ao primeiro grupo – de natureza física –, não há nenhuma que tenha sofrido influência da cultura de imigração, justamente pelo fato de os nomes estarem vinculados ao meio ambiente. Em contrapartida, nos nomes de natureza antropocultural, aspectos relacionados à italianidade aparecem com certa expressão.

Torna-se possível notar isso em Antônio Prado, São Marcos, Nova Bassano, Nova Bréscia, Nova Roma do Sul, São Domingos do Sul, São Jorge, Vanini, Vila Maria, Vila Flores, Gentil, Muliterno, Nova Pádua, Santa Tereza, Santo Antônio do Palma, São Valentim do Sul e Vespasiano Corrêa. Esses nomes podem, ainda, ser divididos em três grandes categorias: denominações de cunho religioso (São Marcos, São Domingos do Sul, São Jorge, Santa Tereza, Santo Antônio do Palma e São Valentim do Sul), aquelas que apontam para topônimos italianos já existentes (Nova Bassano, Nova Bréscia, Nova Roma do Sul e Nova Pádua) e também nomes próprios individuais relacionados ao processo de imigração (Antônio Prado, Vanini, Gentil, Muliterno, Vespasiano Corrêa).

O Gráfico 7, apresentado a seguir, sintetiza e ilustra esses resultados.

Gráfico 7 – Topônimos influenciados pela cultura italiana



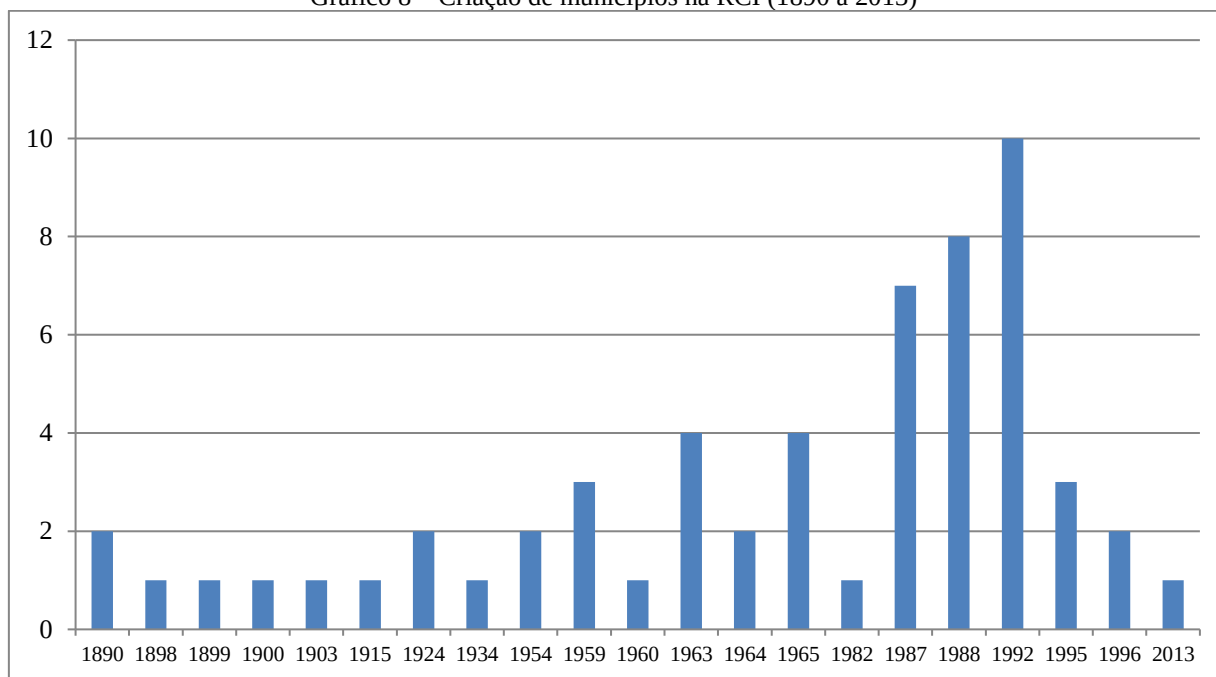
Fonte: elaboração do autor.

Entretanto, se os nomes anteriores dos municípios fossem levados em consideração, o resultado seria diferente. Ao se analisar o histórico dos topônimos e considerar-se as denominações antigas, com vistas a buscar nomes que se relacionem com a cultura italiana, ter-se-ia a seguinte configuração: Santa Tereza de Caxias (Caxias do Sul), Cruzinha (Bento Gonçalves), Alfredo Chaves (Veranópolis), Antônio Prado, Nova Trento (Flores da Cunha), Nova Milano (Farroupilha), São Luiz de Guaporé (Casca), Santa Luiza (Carlos Barbosa), São Marcos, Nova Bassano, Matto Del Signore (Nova Araçá), Nova Bréscia, Monte Vêneto (Cotiporã), Nova Roma do Sul, Cento (Fagundes Varela), São Domingos do Sul, São Jorge, Vanini, Vila Maria, Santo Antônio do Jacaré (Relvado), Vila Flores, Gentil, Montebello (Monte Belo do Sul), Muliterno, Nova Pádua, Santa Tereza, Santo Antônio do Palma, São Valentim do Sul, Vespasiano Corrêa, São Lourenço de Villas Boas (Coronel Pilar) e Nova Pompéia (Pinto Bandeira).

A partir disso, observa-se que o número de topônimos com influência italiana mudaria para trinta e um. Ou seja, os 29,3% de nomes que se relacionam com a cultura de imigração passariam para 53,4%. Dessa forma, a força e a representatividade exercidas pela vinda dos imigrantes italianos para a RCI se fariam mais presentes nas denominações dos municípios, atingindo mais da metade dos nomes.

Por fim, apresenta-se o Gráfico 8, que ilustra a quantidade de municípios criados ao longo da história da região.

Gráfico 8 – Criação de municípios na RCI (1890 a 2013)



Fonte: elaboração do autor.

Verifica-se, a partir do gráfico, que, durante o período que abarca os anos de 1890 e 1982, houve uma aproximação dos resultados – ou seja, o número de municípios criados nas datas apresentadas oscilou entre uma e quatro ocorrências. Nos anos de 1987, 1988 e 1992, contudo, vê-se um crescimento exponencial de municípios – atingindo dez novas cidades apenas em 1992. Nesse espaço de tempo (entre 1987 e 1992), foram criados vinte e cinco municípios na RCI – quase metade do total. Atribui-se a isso o final da Ditadura Militar Brasileira, quando houve recuperação da autonomia municipal quanto a decisões fronteiriças, bem como à expansão e ao desenvolvimento das áreas urbanas, que acarretaram o surgimento de novos espaços, anteriormente vinculados a municípios já existentes. Além disso, com o ganho do poder de decisão democrático por parte da população e de seus representantes, pode-se justificar a proliferação de novos municípios, na RCI, no período da redemocratização brasileira. Isso se contrasta veementemente com os períodos ditatoriais, quando a maior parte dos novos municípios criados envolveu decisões federais. Chama atenção, ainda, a criação de Pinto Bandeira, no ano de 2013, dezessete anos depois da última cidade originada na região.

Dessa forma, acredita-se que, por meio das fichas lexicográfico-toponímicas apresentadas e da análise construída neste trabalho, aspectos referentes à cultura regional, bem como à história e à política, foram, em parte, “desvendados”, fazendo com que camadas de opacidade que pudessem cobrir os topônimos fossem retiradas. O pensamento popular e as

determinações políticas foram observados e avaliados como parte constitutiva da região. Por vezes, os anseios da população prevaleceram; em outros momentos, a força política fez-se presente, fazendo com que nomes fossem alterados. Em meio a tudo isso, aspectos voltados à cultura de imigração italiana ganham destaque – tanto quando têm grande representatividade entre os topônimos, como quando são silenciados por instâncias superiores de viés político.

Enfim, como afirma Andrade (2006, p. 209),

todo trabalho toponímico constitui um caminho possível para o conhecimento do *modus vivendi* e da cosmovisão das comunidades lingüísticas que ocupam ou ocuparam um determinado espaço. Nesse momento, são exteriorizados e evidenciados aspectos sociais, religiosos, antropoculturais, organização política e lingüística de um determinado grupo.

Em suma, conclui-se que nomear lugares constitui-se como, simultaneamente, ato cultural e político de grande força simbólica para a identidade cultural de uma comunidade, região, estado ou país. Dessa maneira, a RCI apresenta topônimos municipais que carregam o lastro sócio-histórico do desenvolvimento da região, e que, perceptíveis em gradientes variados à população, ajudam no fortalecimento e na manutenção da identidade regional.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo investigar, por meio da leitura dos topônimos, a significação, a motivação e a classificação dos nomes dos municípios da RCI, relacionando-os principalmente à história e à cultura regional e/ou nacional. A partir disso, buscou-se elencar os municípios constituintes da região, com vistas a verificar alterações de nomes e a criação de novos topônimos e/ou mudanças de nomes; agrupar cronologicamente os municípios da RCI, da primeira à sexta república; analisar a significação dos topônimos, a fim de constatar a(s) motivação(ões) para a denominação dos municípios; classificar os nomes de acordo com a taxonomia proposta por Dick (1992); analisar quantitativamente as denominações com base nas classificações e motivações; destacar os topônimos que possuem relações com a cultura italiana dada sua pertença à RCI; discutir os resultados com base na preponderância das classificações e motivações para os topônimos.

Dessa forma, efetuou-se, inicialmente, um estudo a fim de elencar os municípios constituintes da região, com a finalidade de verificar se houve alguma mudança na configuração apresentada por Frosi e Mioranza (2009, 2013). Constatou-se, a partir disso, que, dos cinquenta e cinco municípios elencados pelos autores, dois estavam incorretos e outros quatro foram criados posteriormente à pesquisa por eles realizada. Assim, verificou-se que a região, até o presente momento, conta com cinquenta e oito municípios.

Agruparam-se, também, cronologicamente, as cidades da região, com vistas a verificar, posteriormente, como o contexto político influenciou na escolha dos topônimos. A distribuição temporal foi construída com base nos grandes períodos políticos do Brasil: República Velha ou Primeira República (1889-1930), Era Vargas ou Segunda e Terceira Repúblicas (1930-1945), República Populista ou Quarta República (1945-1964), Ditadura Militar ou Quinta República (1964-1985) e Nova República ou Sexta República (1985-hoje).

Além disso, buscou-se analisar a significação dos topônimos, com o objetivo de constatar as motivações e as classificações desses nomes. Para tanto, utilizaram-se materiais impressos e *online*, como obras que registram a história dos locais analisados e os sítios eletrônicos das prefeituras municipais e do IBGE, entre outros. A partir disso, verificou-se que o grupo dos historiotopônimos foi o que mais se destacou na região, seguido dos antropotopônimos, dos cronotopônimos e dos fitotopônimos, empatados em segundo lugar. Quanto à motivação que levou às escolhas desses nomes, destacaram-se a imigração italiana¹⁵⁹

¹⁵⁹ Além de ter deixado suas marcas nos nomes dos municípios da RCI, a cultura italiana esteve presente com muita expressividade nos nomes dos distritos da região.

e a política estadual, além da vegetação e da religião. Ressalta-se, contudo, que a taxonomia desenvolvida por Dick (1992) nem sempre se torna precisa para indicar o motivo por trás da escolha do topônimo, como, por exemplo, no cronotopônimo Nova Bréscia, assim classificado pela presença da palavra “nova” no nome. Apesar disso, compreende-se que a denominação buscou fazer uma referência à terra-mãe dos imigrantes, e que, por isso, a taxa de corotopônimo seria a mais indicada, pois ela traduz de maneira mais precisa a razão para a escolha desse nome.

Desse modo, viu-se, no que tange à classificação taxonômica desses topônimos, que existem, na Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul, quatorze historiotopônimos, sete antropotopônimos, sete cronotopônimos, sete fitotopônimos, seis hagiotopônimos, quatro poliotopônimos, quatro animotopônimos, dois axiotopônimos, dois zootopônimos, um dirrematotopônimo, um ecotopônimo, um geomorfotopônimo, um litotopônimo e um numerotopônimo. Ademais, constatou-se que somam onze topônimos de natureza física e quarenta e sete de natureza antropocultural. No que diz respeito às motivações para a escolha dos nomes desses municípios, apurou-se que há dez voltados à imigração italiana, e dez, à política estadual; oito denominações condizentes à vegetação, sete, à religião, seis, à cultura indígena, e cinco, à Revolução Farroupilha. Além disso, existem quatro topônimos relacionados à geografia, dois, a elementos climáticos, dois, à hidrografia local, e outros dois, à fauna. Por fim, há um nome vinculado à história local, e outro, à política nacional.

Verificou-se, assim, que existem dezessete nomes que possuem ligação com a cultura de imigração italiana, e que eles podem ser divididos em três categorias distintas: denominações de cunho religioso (São Marcos, São Domingos do Sul, São Jorge, Santa Tereza, Santo Antônio do Palma e São Valentim do Sul), uma vez que a religião é uma das principais marcas da imigração no estado, pois era por meio dela que, como dito, o imigrante buscava força para se estabelecer na nova terra; aquelas que apontam para topônimos italianos já existentes (Nova Bassano, Noca Bréscia, Nova Roma do Sul e Nova Pádua), a fim de reforçar a identidade do imigrante, que buscava denominar o novo local da mesma forma que o seu de origem; e também nomes próprios individuais relacionados ao processo de imigração (Antônio Prado, Vanini, Gentil, Muliterno, Vespasiano Corrêa), sendo eles italianos – quando eram os próprios imigrantes – ou não – quando possuíam alguma ligação com esse fenômeno.

No capítulo “Os primeiros municípios da RCI (1890-1945)”, contextualizou-se o processo da imigração italiana para o Brasil, no final do século XIX, apresentou-se a atual configuração da RCI, composta por cinquenta e oito municípios, inicialmente elencados por Frosi e Mioranza (2009, 2013), e falou-se sobre a Primeira República ou a República Velha, que abarca os anos de 1889 a 1930. A partir disso, construíram-se as fichas lexicográfico-

toponímicas dos municípios criados durante esse período (Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Veranópolis, Antônio Prado, Garibaldi, Guaporé, Encantado, Flores da Cunha e Nova Prata). Fez-se, também, a contextualização da Segunda e Terceira Repúblicas ou Era Vargas, uma vez que, durante esse episódio da história brasileira, criou-se o município de Farroupilha, cuja ficha também foi exibida. Constatou-se que diversos topônimos foram alterados devido ao contexto político vigente, como, por exemplo, Nova Milano que passou a se chamar Farroupilha, e Nova Trento que foi alterado para Flores da Cunha. Por fim, apresentaram-se as classificações e motivações relacionadas aos nomes criados, seguidas de algumas informações acerca dos estudos toponímicos, principalmente por meio de estudiosos brasileiros. Nesse grupo, destacaram-se os historiotopônimos, principalmente aqueles com motivação referente ao episódio da Revolução Farroupilha, grande marco histórico gaúcho (Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Garibaldi e Farroupilha).

Em “A criação de novos municípios na RCI-RS (1945-1964)”, apresentou-se, inicialmente, o contexto brasileiro durante a Quarta República ou República Populista. A seguir, foram dispostas as fichas lexicográfico-toponímicas dos municípios criados durante esse período (Casca, Marau, Arvorezinha, Muçum, Carlos Barbosa, Serafina Corrêa, Ilópolis, São Marcos, Anta Gorda e Putinga). Destacaram-se, mesmo que em pequena quantidade, os fitotopônimos e os antropotopônimos. No que diz respeito à motivação que levou à escolha desses nomes, a vegetação (Casca, Arvorezinha, Ilópolis e Putinga) e a fauna (Muçum e Anta Gorda) sobressaíram-se, indicando a preferência por nomes atrelados ao meio ambiente, o que faz com que eles sejam melhor compreendidos pela população, uma vez que o referente é transparente, justamente por estar vinculado ao meio habitado. Ao fim do capítulo, explorou-se a relação existente entre língua e cultura, buscando relacionar esses elementos com o processo de denominação dos municípios.

No quarto capítulo – “Os municípios surgidos na RCI-RS durante o Regime Militar Brasileiro (1964-1985)” –, descreveu-se, em um primeiro momento, a conjuntura política brasileira durante o período ditatorial militar no país. Outrossim, revelaram-se as fichas para a análise dos nomes dos municípios criados durante esse contexto (Nova Bassano, Nova Araçá, Nova Bréscia, Paraí, Ciriaco, David Canabarro e Cotiporã). Nesse grupo, prevaleceram os cronotopônimos; já quanto à motivação para as escolhas das denominações, a imigração italiana foi a que predominou. Ao término do capítulo, discutiu-se, ainda, sobre como a toponímia está relacionada à identidade das pessoas que habitam os locais, funcionando como elemento reafirmador ou então desestabilizador. Além disso, chamou a atenção o fato de nomes com referência à Itália terem surgido nesse contexto, como Nova Bassano e Nova Bréscia.

No capítulo “Os municípios criados na RCI-RS após a redemocratização (1985-atual)”, fez-se um apanhado do contexto político do período, bem como a apresentação das fichas lexicográfico-toponímicas dos seguintes municípios: Nova Roma do Sul, Dois Lajeados, Fagundes Varela, Guabiju, São Domingos do Sul, São Jorge, Vanini, Protásio Alves, Montauri, Vista Alegre do Prata, Vila Maria, Relvado, Camargo, Nova Alvorada, Vila Flores, Gentil, Itapuca, Monte Belo do Sul, Muliterno, Nicolau Vergueiro, Nova Pádua, Santa Tereza, Santo Antônio do Palma, São Valentim do Sul, União da Serra, Boa Vista do Sul, Doutor Ricardo, Vespasiano Corrêa, Coqueiro Baixo, Coronel Pilar e, por fim, Pinto Bandeira. O número de cidades criadas nesse período recebeu destaque, fato possivelmente ligado ao desenvolvimento e à expansão territorial dos antigos distritos localizados na região. Após a análise das fichas, constatou-se que a taxa mais expressiva é a dos historiotopônimos, seguida pela dos hagiopônimos, dos antropotopônimos, dos cronotopônimos e dos fitotopônimos. Há, ainda, em menor quantidade, animotopônimos, axiotopônimos, poliotopônimos, geomorfotopônimos, litotopônimos e numerotopônimos. Quanto às motivações, sobressaiu-se a política estadual, acompanhada, majoritariamente, pela imigração italiana e pela religião, entre outras. No fim do capítulo, discutiu-se sobre os critérios utilizados para a escolha dos nomes dos municípios criados nesse período. No último capítulo do desenvolvimento desta tese, propôs-se uma reflexão acerca da toponímia da região, de forma mais generalizada, como explicitado no início deste capítulo.

Dessa forma, em resposta ao problema de pesquisa apresentado, constatou-se que o contexto político regional, associado à cultura de imigração, foi o principal fator de motivação para as denominações oficiais dos municípios da RCI, majoritariamente por meio de decisões governamentais. Portanto, parece ter havido pouca participação das populações das comunidades nas decisões toponímicas em períodos ditatoriais, quando os nomes tendiam a refletir interesses patrimoniais e histórico-identitários, o que fica especialmente visível na Era Vargas. Décadas depois, com o passar dos anos de ditadura militar, entre 1964 e 1985, e a partir da redemocratização constitucional, em 1988, o povo passou a ser representado pelo governo e, como consequência, as decisões políticas sobre topônimos proliferaram-se em quantidade, e obtiveram o potencial de representar mais significativamente os anseios populacionais – daí o número elevado de distritos que se tornaram municípios na década de 1990.

Apesar disso, considerou-se relativamente baixo o número de nomes de municípios com resquícios de influência da imigração italiana. Acreditava-se, de início, que o percentual seria muito mais alto, e não apenas de 29,3%. Contudo, viu-se que se os nomes anteriores dos locais fossem levados em consideração, a estatística aumentaria para 53,4%, o que indica a força que

a política exerceu sobre a toponímia – seja por meio do silenciamento imposto durante a Era Vargas ou então nas mudanças feitas a fim de atender a anseios governamentais.

Em contrapartida, surpreendeu o número de topônimos vinculados à cultura indígena. Viu-se que o passado autóctone da região muitas vezes foi negado. Vários índios foram expulsos de suas terras ou até mesmo mortos. Contudo, diversos nomes mantiveram referência a esse grupo, principalmente por meio de sua língua, como Guaporé, Encantado, Marau, Cotiporã, Camargo e Itapuca – número que equivale a 10,3% do total de topônimos.

Outro dado que se destaca, porém não surpreende, é o fato de haver apenas dois nomes de mulheres dentre todos os que fazem menção a pessoas. Vila Maria e Serafina Corrêa são os únicos nomes pessoais femininos – com exceção dos nomes santos.

Para a construção deste trabalho, esbarrou-se com algumas adversidades. A principal delas diz respeito à busca sobre informações consistentes e confiáveis acerca das denominações analisadas. Diversas páginas virtuais de prefeituras e, muitas vezes, do próprio IBGE não apresentam nenhuma informação ou, então, apresentam dados raros e incompletos a respeito da história dos nomes dos lugares. Há, em muitos casos, erros crassos de português nos *sites*, demonstrando que não houve o cuidado necessário na elaboração dos materiais.

Ressalta-se, ainda, a dificuldade existente no acesso aos símbolos municipais. Os *sites* das prefeituras não seguem padrão algum. Enquanto alguns possuem os símbolos e as suas explicações, outros não disponibilizam nem as imagens da bandeira e do brasão. O contato por e-mail com as prefeituras também não surtiu o efeito necessário. Apesar de se ter entrado em contato com as entidades em duas ocasiões distintas – em 14 de fevereiro e 14 de maio de 2018 –, obteve-se retorno apenas de cinco prefeituras, num total de vinte e uma consultadas.

Metodologicamente, houve certa dificuldade, em determinados nomes, para se elencar qual classificação seria a mais adequada. Apesar de a gama de taxes ser extensa, pareceu que alguns nomes não possuíam relação com a taxonomia existente, ou, então, relacionavam-se com mais de uma. A diferenciação entre os antropotopônimos e os historiotopônimos também foi foco de discussão. Considerou-se muito tênue a linha que separa essas categorias, uma vez que, se a pessoa emprestou seu nome para um município, acredita-se que ela possua vínculo com a história – mesmo que local, sem estar vinculada a algum episódio específico. Tomou-se cuidado, ao longo da análise, para evitar que os antropotopônimos não tivessem sua historicidade diminuída em função da classificação atribuída.

Em suma, acredita-se que este trabalho tenha cumprido com seus objetivos, na medida em que buscou analisar e classificar os cinquenta e oito nomes dos municípios da RCI, lendo-

os, interpretando-os e classificando-os, fundamentando a análise acerca de suas denominações por meio de dados linguísticos, históricos, culturais e identitários.

Espera-se – e reitera-se –, por fim, que outros trabalhos acerca da toponímia dos municípios gaúchos sejam realizados, a fim de que o Rio Grande do Sul possa vir a contar, futuramente, com o seu Atlas Toponímico Estadual.

REFERÊNCIAS

Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/fagundes-varela/biografia>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

ANDRADE, Karylleilla dos Santos. *Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins*. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, 2006.

ARAGÃO, Mirna. *Osório, Manuel Luís*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SEVERO,%20Augusto%20rr.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

ARENDT, João Claudio. Do outro lado do muro: regionalidades e regiões culturais. *RUA* [online]. Unicamp, n. 18, v. 2, 2012.

BAKOS, Margaret Marchiori. Eternos Intendentes de Porto Alegre. In: *Primeiras Jornadas de História Regional Comparada*, 2000, PUCRS. Porto Alegre, 2000. Disponível em: <<http://cdn.fee.tche.br/jornadas/1/s11a7.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2018.

BARATA, Carlos Eduardo; BUENO, Antônio Henrique da Cunha. *Dicionário das famílias brasileiras*. São Paulo: Ibero América, 1999-2001. 2 v.

BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Antônio Prado e sua história*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

BARBOSA, Luis Guilherme Camfield. O Governo Lula e a política econômica brasileira: continuidade ou ruptura? *Revista Todavia*, ano 3, n. 4, 2012, p. 34-51.

BARETTA, Rubens Cesar. *Estudo toponímico dos bairros e distritos de Farroupilha – RS*. 71 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade, Universidade de Caxias do Sul, 2012.

BARROS, Henrique Lins de. *Severo, Augusto*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SEVERO,%20Augusto%20rr.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

BENTO, Claudio Moreira. *As batalhas dos Guararapes: descrição e análise militar*. Porto Alegre: Gênese, 2004

BENTO, Claudio Moreira. *O exército farrapo e os seus chefes*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1992

BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. *Nos tempos de Getúlio: da Revolução de 30 ao fim do Estado Novo*. São Paulo: Atual, 1990.

BERTOLETTI, Fernanda Elisa Vicentin. *A crônica de um povo: a toponímia na cidade de Cotiporã*. 138 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade, Universidade de Caxias do Sul, 2016.

BERUMEN, Humberto Félix. *La frontera en el centro*. Ensayos de literatura. Mexicali, Baja California: Universidad Autónoma, 2003.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pires de; ISQUERDO, Aparecida N. (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande-MS: Ed. UFMS, 2001.

BORDIGNON, Simone. *Paraí: fotografias e história: 100 anos de resgate - 1890-1990*. Paraí, RS: Ed. do Autor, 2015.

BUENO, Francisco da Silveira. *Vocabulário tupi-guarani - português*. 4. ed. rev. e aum. São Paulo: Brasilivros, 1986.

BUSATTA, Félix Fortunato. *Paraí no centenário da imigração italiana*. Porto Alegre: Sulina, 1975.

CAMPAGNOLO, Ivana Coelho et al. *Monte Belo do Sul constrói a sua história*. Porto Alegre: Evangraf, 1996.

CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane Ângela. *Bento Gonçalves – história e memória: distrito de Faria Lemos*. Bento Gonçalves: Tipograf, 2001a.

CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane Ângela. *Bento Gonçalves – história e memória: distrito de São Pedro*. Bento Gonçalves: Tipograf, 2001b.

CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane Ângela. *Bento Gonçalves – história e memória: distrito de Tuiuti*. Bento Gonçalves: Tipograf, 2001c.

CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane Ângela. *Bento Gonçalves – história e memória: distrito do Vale dos Vinhedos*. Bento Gonçalves: Tipograf, 2001d.

CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane Ângela. *Da colônia Dona Isabel ao município de Bento Gonçalves 1875 a 1930*. Bento Gonçalves, RS: Fundação Casa das Artes, 2005.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. A onomástica e o resgate semântico: as Antas. *Estudos Lingüísticos*, São Paulo, v. XXXIII, p. 274-279, 2004.

CHIELA, Fabiano Filippi; SBERSE, Luciane. *São Valentim do Sul: passado e presente*. Bento Gonçalves: Grafite, 2006

CINI, Aldo; ROCHA, Ana Augusta; PARIS, Assunta de. *Século XX: memórias de Bento Gonçalves*. São Paulo: Auana Editora, 2013.

CIOATO, Fernanda Bassanesi. *Os nomes do município de São Marcos: linhas, comunidades, bairros e ruas*. 104 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade, Universidade de Caxias do Sul, 2012.

CLEMENTE, Elvo; UNGARETTI, Maura. *História de Garibaldi: 1870-1993*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. 2. ed. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DAL PIZZOL, Elis Viviana. *Os nomes das escolas da cidade de Bento Gonçalves: uma perspectiva onomástico-cultural*. 163 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade, Universidade de Caxias do Sul, 2014.

DAUZAT, Albert. *Les noms de lieux*. Paris: Librairie Delagrave, 1926. [tradução de citações por Carmen Maria Faggion].

DELBECQUE, Nicole. *A linguística cognitiva: epigênese e desenvolvimento*. Lisboa: Instituto Piaget, 2009.

DICIONÁRIO de latim-português e português-latim. Porto: Porto, 2005.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e antroponímia no Brasil: coletânea de estudos*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1992.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça. (Org.). *As ciências do léxico*. 1 ed. v. II. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2004. p. 121-130.

DURANTI, Alessandro. *Linguistic anthropology*. New York: Cambridge University Press, 1997.

Enciclopédia Britannica. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Manuel-Deodoro-da-Fonseca>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

FAGGION, Carmen Maria; DAL CORNO, Giselle Olívia Mantovani; FROSI, Vitalina Maria. Topônimos em Bento Gonçalves: motivação e caracterização. *Métis: história e cultura, Caxias do Sul*, v. 7, n. 13, 2008. p. 277-298.

FAGGION, Carmen Maria; MISTURINI, Bruno. Toponímia e memória: nomes e lembranças na cidade. *Revista Linha D'Água* (Online), São Paulo, v. 27, n. 2, 2014. p. 141-157.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. *História da Revolução Farroupilha*. Caxias do Sul: EDUCS, 1989.

FARINA, Geraldo. *História de Veranópolis*. Veranópolis: SMEC, 1992.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FÁVERO, Lenor Lopes; MOLINA, Márcia A. Guedes. A propaganda republicana na imprensa: Antônio da Silva Jardim. *Revista da Anpoll*. v. 1, n. 25, 2008, p. 91-104.

FROSI, Vitalina Maria. Proveniência dos imigrantes Italianos e suas falas dialetais. In: ZUGNO, Paulo Luiz; HERÉDIA, Vânia B. M. (Org.). *Seminário Internacional Vêneto/RS: Modelos de Desenvolvimentos Comparados (1945-2000)*. 1. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2003

FROSI, Vitalina Maria; DAL CORNO, Giselle Olívia Mantovani; FAGGION, Carmen Maria. Topônimos na RCI: resgate da identidade cultural. In: MAGALHÃES, José Sueli de; TRAVAGLIA, Luiz Carlos (Org.). *Múltiplas perspectivas em linguística*. Uberlândia: Edufu, 2008. p. 3017-3029.

FROSI, Vitalina Maria; FAGGION, Carmen Maria; DAL CORNO, Giselle Olívia Mantovani. Hodônimos de Caxias do Sul e Bento Gonçalves: suas interfaces e correlações com o contexto histórico e cultural. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; BARROS, Lúcia Almeida (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. v. V. Campo Grande: UFMS, 2010. p. 153-168.

FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Dialetos italianos: um perfil linguístico dos ítalo-brasileiros no nordeste do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2013.

FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Imigração italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul: processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira*. 2. ed. Caxias do Sul: Educs, 2009.

GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. *O Duque de Caxias dia a dia*. Porto Alegre: Evangraf, 2011.

GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes: tudo o que você gostaria de saber e não lhe contaram*. São Paulo: AM Edições, 1994.

HALL, Stuart. *A Identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HECKLER, Evaldo; BACK, Sebald; MASSING, Egon Ricardo. *Dicionário morfológico da língua portuguesa*. São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1984. 5 v.

HERBERTS, Ana Lucia. *Os mbyá-guaicurú: área, assentamento, subsistência e cultura material*. 370 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale dos Sinos, 1998.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ISQUERDO, Aparecida Negri. O nome do município: um estudo etnolinguístico e sociohistórico na toponímia sul-mato-grossense. *Revista prolíngua*. v. 2, n. 2, 2008. p. 34-52.

JOACHIMSTHALER, Jürgen. A literarização da região e a regionalização da literatura. *Antares* (Letras e Humanidades), Caxias do Sul, n. 2, p. 27-60, jul./dez. 2009

KARAM, Elaine Maria Consoli. *Raízes da colonização*: em destaque a colônia Guaporé e município de Dois Lajeados. Porto Alegre: CORAG, 1992.

KRAMSCH, Claire. *Language and culture*. New York: Oxford University Press, 2001.

LAYTANO, Dante de. Pequena história de uma próspera colônia. In: SULIANI, Antônio (org.). *Etnias e carisma*: poliantéia em homenagem a Rovílio Costa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

LISBÔA, Suzana Keniger. Lembrar, lembrar, lembrar... 45 anos do golpe militar: resgatar o passado para transformar o presente. In: PADRÓS, Enrique Serra et al (Orgs.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985)*: história e memória. 2. ed. Porto Alegre: Corag, 2010. v. 2.

LUCIAN, Mauro. *Boa Vista do Sul na ponta do lápis*. 227 f. Monografia de pós-graduação (Especialização em História) – Universidade de Caxias do Sul, 2002.

MACIEL, David. O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992). *Revista UFG*, v. 11, p. 98-108, 2011.

MARCHEZI, Genuir Luiz. *David Canabarro*: sua terra, sua gente, sua história. Porto Alegre: EST Edições, 2006.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Leitura e compreensão de texto falado e escrito como ato individual de uma prática social. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org.). *Leitura*: perspectivas interdisciplinares. São Paulo: Ática, 1998. p. 38-57.

MENEZES, Sezinando Luiz. Alexandre De Gusmão (1695-1753) e a tributação das minas do Brasil. *História*, Franca, v. 25, n. 2, p. 179-191, 2006.

MISTURINI, Bruno. *A toponímia em Bento Gonçalves*: um estudo interdisciplinar sobre os bairros da cidade. 115 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade, Universidade de Caxias do Sul, 2014.

MISTURINI, Bruno. Influências da imigração italiana na toponímia Bento-Gonçalvesense. In: FROSI, Vitalina Maria; MISTURINI, Bruno (Orgs.). *Imigração italiana*: estudos e pesquisas. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 225-240.

MISTURINI, Bruno. Um topônimo: o bairro Pomarosa de Bento Gonçalves. In: *Resumos dos Salões e Feiras de Iniciação Científica da UFRGS*. Porto Alegre, 2010.

NICCHETTI, Agostino. *Entre o Burati e o Antas*: Pinto Bandeira. Bento Gonçalves: Ginásio Pinto Bandeira, 1976.

NONNENMACHER, Marisa Schneider. *Aldeamentos kaingang no Rio Grande do Sul: século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

PANOZZO, João (Coord.). *Nova Roma do Sul: a construção social de um espaço*. Nova Roma do Sul/Caxias do Sul: EducS, 1996.

PEGORARO, Aline. *Estudo dos nomes das cidades da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul*. 78 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade, Universidade de Caxias do Sul, 2013.

PEREIRA, Kaiene de Carvalho. *Entre o individual e o social, a tênue linha em meio à Medicina e à política: aspectos da trajetória do médico-político Protasio Antonio Alves (1859 – 1917)*. 42 f. Monografia – Curso de Licenciatura em História, Universidade Federal do Pampa, 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O cotidiano da república: elite e povo na virada do século*. 4. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1998.

PETERSEN, Aurea Tomatis. O golpe de 1964 e a legitimidade do regime. In: BIZ, Osvaldo (Org.). *Sessenta e quatro para não esquecer*. Porto Alegre: Literalis, 2004.

Plano Municipal de Educação do Município de Fagundes Varela – decênio 2015-2025. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/monitoramentopne/planos-municipais-de-educacao-rs/f/fagundes-valera>>. Acesso em: 20 fev. 2018

POZENATO, José Clemente. *Processos culturais: reflexões sobre a dinâmica cultural*. Caxias do Sul: EducS, 2003.

RADIN, José Carlos. A busca pela terra no Oeste de Santa Catarina: estaria ali a cocanha? In: BOMBASSARO, Luiz Carlos; DAL RI JÚNIOR, Arno; PAVIANI, Jayme (Orgs.). *As interfaces do humanismo latino*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 507-524.

RIBEIRO, Darcy. *Os brasileiros: teoria do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1987.

ROCHA, Vanessa Tibola da; FIORI, Sibeles. A importância do planejamento no desenvolvimento das cidades de pequeno porte: O caso de David Canabarro - RS. In: 2º Seminário Nacional de Construções Sustentáveis, 2013, Passo Fundo. *Anais*. Passo Fundo: IMED, 2013. p. 1-9.

RODRIGUES, Marly. *A década de 80: Brasil: quando a multidão voltou às praças*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1999.

SADER, Emir. *A transição no Brasil: da ditadura à democracia?* 11. ed. São Paulo: Atual, 1990.

SALLUM Jr., Brasílio; CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo. *Lua Nova*, v. 82, p. 163-200, 2011.

SANTOS, Rodrigo Otávio dos. O governo José Sarney, as canções do rock nacional e a revista Chiclete com Banana. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 8, p. 169-191, 2016.

SARAIVA, F. R. dos Santos. *Novíssimo dicionário latino-português: etimológico, prosódico, histórico, geográfico, mitológico, biográfico, etc.* 10. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1993.

SARTORI, Tríssia Ordovás. *Ruas de minha cidade: um estudo hodonímico*. 82 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade, Universidade de Caxias do Sul, 2010.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Referência e onomástica. In: *Múltiplas perspectivas em linguística: Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL)*. Uberlândia: ILEEL, 2006. p. 1953-1960.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. Toponímia de Minas Gerais em registros cartográficos históricos. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. (Org.). *As Ciências do Léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*, v. VI. 1 ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2012, p. 245-260.

SILVA, Augusto da. Rafael Pinto Bandeira: de bandoleiro a governador. *Anais do VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura*. Universidade Federal de Sergipe. 2010. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/Mesas/mesa4-Augusto.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2018.

SILVA, Helio. *1964: vinte anos de golpe militar*. Porto Alegre: L&PM, 1985.

SILVA, Manuela Damiani Poletti da. *A razão de nomear: o papel da identidade étnica na denominação dos logradouros de Caxias do Sul*. 138 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade, Universidade de Caxias do Sul, 2011.

SILVEIRA, Jair Pedroso da. *De Monte Cuco a Vanini*. Casca: Prefeitura Municipal de Vanini-SMEC/Koinonia, 1999.

SOUSA, Alexandre Melo de. O andamento dos projetos (ATAOB) Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira e (ATEC) Atlas Toponímico do Estado do Ceará. In: III Jornada Nacional de Linguística e Filologia da Língua Portuguesa. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/iiijnlflp/textos_completos/pdf/O%20andamento%20dos%20projetos-%20ATAOB%20-atlas%20topon%C3%ADmico%20da%20amaz%C3%B4nia%20ocidental%20brasileira%20e-%20ATEC%20-atlas%20topon%C3%ADmico%20do%20estado%20do%20cear%C3%A1%20-%20ALEXANDRE.pdf>. Acesso em: 21 out. 2013.

SPANHOLI, Valdir. *Spanholi uma história: Quelo e Mínica*. Porto Alegre: Buqui, 2016.

TIBIRIÇA, Luíz Caldas. *Dicionário tupi-português*. São Paulo: Traço, 1984.

TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas. Federalismo, municípios e decisões legislativas: a criação de municípios no Rio Grande do Sul. *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2005, n. 24, p. 123-148. ISSN 1678-9873.

VELLINHO, Moysés. Brigadeiro José da Silva Pais: fundador do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 7, p. 3-29, dec. 1969.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. De FHC a Lula: uma década de política externa (1995-2005). *Civitas*. 2005, v. 5, n. 2, p. 381-397.

WOLFF, Nilson Pedro. *A neve no Brasil*. Porto Alegre: Editora Evangraf, 2005.

XERRI, Eliana Gasparini. *Nova Prata: uma incursão na história*. Caxias do Sul: Educs, 2004.

ZUGNO, Paulo Luiz. *Pequeno dicionário de radicais gregos*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 1996.

IBGE CIDADES

IBGE Cidades. Anta Gorda. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430070>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

IBGE Cidades. Antônio Prado. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430080>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

IBGE Cidades. Arvorezinha. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430140>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

IBGE Cidades. Bento Gonçalves. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430210>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

IBGE Cidades. Boa Vista do Sul. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/boa-vista-do-sul/panorama>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

IBGE Cidades. Camargo. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=430355>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

IBGE Cidades. Carlos Barbosa. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430480>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

IBGE Cidades. Casca. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430490>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

IBGE Cidades. Caxias do Sul. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430510>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

IBGE Cidades. Ciríaco. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/YEX>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

IBGE Cidades. Coqueiro Baixo. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/coqueiro-baixo/panorama>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

IBGE Cidades. Coronel Pilar. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/coronel-pilar/historico>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

IBGE Cidades. Cotiporã. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/45ZP>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

IBGE Cidades. David Canabarro. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/3RXZ>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

IBGE Cidades. Dois Lajeados. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/1PFZ>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

IBGE Cidades. Doutor Ricardo. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/doutor-ricardo/panorama>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

IBGE Cidades. Encantado. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430680>>. Acesso em: 18 out. 2016.

IBGE Cidades. Fagundes Varela. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/10ER>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

IBGE Cidades. Farroupilha. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430790>>. Acesso em: 19 out. 2016.

IBGE Cidades. Flores da Cunha. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430820>>. Acesso em: 18 out. 2016.

IBGE Cidades. Garibaldi. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430860>>. Acesso em: 18 out. 2016.

IBGE Cidades. Gentil. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=430885>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

IBGE Cidades. Guabiju. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/469S>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

IBGE Cidades. Guaporé. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430940>>. Acesso em: 18 out. 2016.

IBGE Cidades. Ilópolis. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431030>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

IBGE Cidades. Itapuca. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=431057>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

IBGE Cidades. Marau. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431180>>. Acesso em: 06 jan. 2017.

IBGE Cidades. Montauri. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/2ZFIS>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

IBGE Cidades. Monte Belo do Sul. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=431238>>. Acesso em: 12 set. 2017.

IBGE Cidades. Muçum. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431260>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

IBGE Cidades. Muliterno. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/muliterno/panorama>>. Acesso em: 30 set. 2017.

IBGE Cidades. Nicolau Vergueiro. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/nicolau-vergueiro/panorama>>. Acesso em: 02 out. 2017.

IBGE Cidades. Nova Alvorada. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=431275>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

IBGE Cidades. Nova Araçá. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/1VQX>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

IBGE Cidades. Nova Bassano. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/5EPF>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

IBGE Cidades. Nova Bréscia. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/3L3H>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

IBGE Cidades. Nova Pádua. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/nova-padua/panorama>>. Acesso em: 04 out. 2017.

IBGE Cidades. Nova Prata. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431330>>. Acesso em: 19 out. 2016.

IBGE Cidades. Nova Roma do Sul. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/3FR1>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

IBGE Cidades. Paraí. IBGE. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/5EUY>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

IBGE Cidades. Pinto Bandeira. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pinto-bandeira/panorama>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

IBGE Cidades. Protásio Alves. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/5FBO>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

IBGE Cidades. Putinga. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431520>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

IBGE Cidades. Relvado. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=431545>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

IBGE Cidades. Santa Tereza. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-tereza>>. Acesso em: 15 out. 2017.

IBGE Cidades. Santo Antônio do Palma. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santo-antonio-do-palma>>. Acesso em: 22 out. 2017.

IBGE Cidades. São Domingos do Sul. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/5IMQ>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

IBGE Cidades. São Jorge. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/5JIJ>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

IBGE Cidades. São Marcos. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431900>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

IBGE Cidades. São Valentim do Sul. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-valentim-do-sul/panorama>>. Acesso em: 3 nov. 2017.

IBGE Cidades. Serafina Corrêa. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=432040>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

IBGE Cidades. União da Serra. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/uniao-da-serra/panorama>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

IBGE Cidades. Vanini. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/3ESE>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

IBGE Cidades. Veranópolis. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=432280>>. Acesso em: 18 out. 2016.

IBGE Cidades. Vespasiano Corrêa. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/vespasiano-correa/panorama>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

IBGE Cidades. Vila Flores. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=432330>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

IBGE Cidades. Vila Maria. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/2ZND7>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

IBGE Cidades. Vista Alegre do Prata. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/2Y9LB>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

PREFEITURAS MUNICIPAIS

Prefeitura Municipal de Anta Gorda. Disponível em: <<http://www.antagorda-rs.com.br/>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

Prefeitura Municipal de Antônio Prado. Disponível em: <<http://www.antonioprado.com.br/index.php>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

Prefeitura Municipal de Arvorezinha. Disponível em: <<http://www.arvorezinhas.com.br/>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves. Disponível em: <<http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Sul. Disponível em: <<http://boavistadosul.rs.gov.br>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

Prefeitura Municipal de Camargo. Disponível em: <<http://www.pmcamargo.com.br>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

Prefeitura Municipal de Carlos Barbosa. Disponível em: <<http://www.carlosbarbosa.rs.gov.br>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

Prefeitura Municipal de Casca. Disponível em: <<http://www.pmcasca.com.br>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

Prefeitura Municipal de Caxias do Sul. Disponível em: <<https://www.caxias.rs.gov.br>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

Prefeitura Municipal de Ciríaco. Disponível em: <<http://www.ciriaco.rs.gov.br>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

Prefeitura Municipal de Coqueiro Baixo. Disponível em: <<http://www.coqueirobaixo.rs.gov.br>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

Prefeitura Municipal de Coronel Pilar. Disponível em: <<http://www.coronelpilar.rs.gov.br>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

Prefeitura Municipal de Cotiporã. Disponível em: <<http://www.cotipora.rs.gov.br>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

Prefeitura Municipal de David Canabarro. Disponível em: <<http://davidcanabarro.rs.gov.br>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

Prefeitura Municipal de Dois Lajeados. Disponível em: <<http://www.doislajeadosrs.com.br>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

Prefeitura Municipal de Doutor Ricardo. Disponível em: <<http://doutorricardo.rs.gov.br>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

Prefeitura Municipal de Encantado. Disponível em: <<http://www.encantado-rs.com.br>>. Acesso em: 18 out. 2016.

Prefeitura Municipal de Fagundes Varela. Disponível em: <<http://fagundesvarela.rs.gov.br>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

Prefeitura Municipal de Farroupilha. Disponível em: <<http://farroupilha.rs.gov.br>>. Acesso em: 19 out. 2016.

Prefeitura Municipal de Flores da Cunha. Disponível em: <<http://www.floresdacunha.rs.gov.br>>. Acesso em: 18 out. 2016.

Prefeitura Municipal de Garibaldi. Disponível em: <<http://www.garibaldi.rs.gov.br/>>. Acesso em: 18 out. 2016.

Prefeitura Municipal de Gentil. Disponível em: <<http://www.pmgentil.com.br/>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

Prefeitura Municipal de Guabiju. Disponível em: <<http://www.guabijurs.com.br/>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

Prefeitura Municipal de Guaporé. Disponível em: <<http://www.guapore.rs.gov.br/>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

Prefeitura Municipal de Ilópolis. Disponível em: <<http://www.ilopolis-rs.com.br/>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

Prefeitura Municipal de Itapuca. Disponível em: <<http://www.itapuca.rs.gov.br/>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

Prefeitura Municipal de Marau. Disponível em: <<http://www.pmmarau.com.br/>>. Acesso em: 06 jan. 2017.

Prefeitura Municipal de Montauri. Disponível em: <<http://www.pmmontauri.com.br/>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

Prefeitura Municipal de Monte Belo do Sul. Disponível em: <<http://portal.montebelodosul.rs.gov.br/>>. Acesso em: 12 set. 2017.

Prefeitura Municipal de Muçum. Disponível em: <<http://www.mucum-rs.com.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

Prefeitura Municipal de Muliterno. Disponível em: <<http://www2.muliterno.rs.gov.br/>>. Acesso em: 30 set. 2017.

Prefeitura Municipal de Nicolau Vergueiro. Disponível em: <<http://www.nicolauvergueiro.rs.gov.br/>>. Acesso em: 02 out. 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Alvorada. Disponível em: <<http://www.nalvorada.com.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Araçá. Disponível em: <<http://www.novaaraca.rs.gov.br/>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Bassano. Disponível em: <<http://www.novabassano.rs.gov.br/>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Bréscia. Disponível em: <<http://www.prefeituradenovabrescia.com.br/>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Pádua. Disponível em: <<http://www.novapadua.rs.gov.br/>>. Acesso em: 04 out. 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Prata. Disponível em: <<http://www.novapratars.com.br/>>. Acesso em: 19 out. 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Roma do Sul. Disponível em: <<http://www.novaromadosul.rs.gov.br/>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

Prefeitura Municipal de Paraí. Disponível em: <<http://www.parai.rs.gov.br/>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

Prefeitura Municipal de Pinto Bandeira. Disponível em: <<http://www.pintobandeira.rs.gov.br/>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

Prefeitura Municipal de Protásio Alves. Disponível em: <<http://www.protasioalves.rs.gov.br/>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

Prefeitura Municipal de Putinga. Disponível em: <<http://www.putinga.rs.gov.br/>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

Prefeitura Municipal de Relvado. Disponível em: <<http://www.relvadors.com.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

Prefeitura Municipal de Santa Tereza. Disponível em: <<http://www.santatereza.rs.gov.br/>>. Acesso em: 15 out. 2017.

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Palma. Disponível em: <<http://www.pmpalma.com.br/>>. Acesso em: 22 out. 2017.

Prefeitura Municipal de São Domingos do Sul. Disponível em: <<http://www.saodomingosdosul.rs.gov.br/>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

Prefeitura Municipal de São Jorge. Disponível em: <<http://www.saojorge.rs.gov.br/>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

Prefeitura Municipal de São Marcos. Disponível em: <<http://www.saomarcos.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

Prefeitura Municipal de São Valentim do Sul. Disponível em: <<http://www.saovalentimdosul.rs.gov.br/>>. Acesso em: 3 nov. 2017.

Prefeitura Municipal de Serafina Corrêa. Disponível em: <<http://www.serafinacorrea.rs.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

Prefeitura Municipal de União da Serra. Disponível em: <<http://www.uniaodaserra.rs.gov.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

Prefeitura Municipal de Vanini. Disponível em: <<https://www.pmvani.com.br/>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

Prefeitura Municipal de Veranópolis. Disponível em: <<http://www.veranopolis.rs.gov.br/>>. Acesso em: 18 out. 2016.

Prefeitura Municipal de Vespasiano Corrêa. Disponível em: <<http://vespasianocorrears.com.br/>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

Prefeitura Municipal de Vila Flores. Disponível em: <<http://www.vilaflores.rs.gov.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

Prefeitura Municipal de Vila Maria. Disponível em: <<http://vilamaria.rs.gov.br/>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

Prefeitura Municipal de Vista Alegre do Prata. Disponível em: <<http://www.vistalegre.doprata.rs.gov.br/>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Lista de municípios que não disponibilizam imagens da bandeira e/ou do brasão em seu *website*.

Município	Bandeira	Brasão
Camargo	X	X
Cotiporã	X	
David Canabarro	X	
Dois Lajeados	X	X
Doutor Ricardo	X	X
Gentil	X	
Guabiju	X	
Muliterno	X	X
Nova Alvorada	X	X
Pinto Bandeira	X	
Protásio Alves	X	
Relvado	X	X
Santa Tereza	X	
Santo Antônio do Palma	X	X
São Domingos do Sul	X	
São Jorge	X	X
União da Serra	X	
Vanini	X	X
Vespasiano Corrêa	X	X
Vila Flores	X	X
Vista Alegre do Prata	X	

APÊNDICE B

E-mail encaminhado para as prefeituras municipais que não disponibilizam a imagem da bandeira e/ou do brasão em seu website.

Olá. Meu nome é Bruno Misturini e sou aluno matriculado no Programa de Doutorado em Letras – Associação Ampla UCS/UniRitter, na Universidade de Caxias do Sul, onde desenvolvo, sob orientação do Prof. Dr. João Claudio Arendt, o trabalho “A gênese de uma região: leitura toponímica da Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul”. Em minha pesquisa, analiso os nomes dos municípios que compõem a referida região, a fim de verificar de que modo a cultura de imigração italiana se faz presente nesses nomes. Para tanto, coleto diversos dados acerca dos municípios – nos sites das prefeituras, no site do IBGE, em livros, artigos –, como histórico, data de criação, nomes anteriores, distritos etc. Elementos como a bandeira e o brasão dos municípios também são analisados; por isso, venho, por meio deste, solicitar a gentileza de enviarem-me tais itens – bandeira e brasão – por e-mail (brunomist@gmail.com). Desde já, agradeço a compreensão e a colaboração.

Bruno Misturini

Doutorando em Letras – Associação Ampla UCS/UniRitter

Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade – UCS

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1436586693258747>

ANEXOS

ANEXO A

Período republicano teve início em 1889, com a proclamação da República pelo Marechal Deodoro

A era republicana no Brasil teve início em 1889, com a proclamação da República pelo Marechal Deodoro da Fonseca, e vigora até os dias de hoje. Nesses anos, o país passou por importantes mudanças de governo, inclusive um período de ditadura militar.

O Brasil República pode ser dividido em cinco fases: República Velha, Era Vargas, República Populista, Ditadura Militar e Nova República.

República Velha (1889 – 1930)

O período começa com a Proclamação da República, liderada pelo Marechal Deodoro da Fonseca em 1889. Em 1891, é promulgada a primeira constituição da era republicana.

Também conhecido como República das Oligarquias, o período foi marcado por governos ligados ao setor agrário, que se mantinham no poder de forma alternada: a “política do café com leite”. A quebra dessa troca de governo provocou a Revolução de 1930 e marcou o fim da República Velha.

Era Vargas (1930-1945)

Os primeiros anos da Era Vargas foram marcados pelo clima de tensão entre as oligarquias e os militares - principalmente no estado de São Paulo – o que provocou a Revolução Constitucionalista de 1932.

Em 1935, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) promoveu uma tentativa de golpe contra o governo Getúlio Vargas – a Intentona Comunista. Getúlio aproveitou o episódio para declarar estado de sítio e ampliar seus poderes políticos. Nessa época, Getúlio adotou um discurso nacionalista e começou a articular um movimento pela sua permanência no cargo. Mas em 1945, o Exército derrubou o presidente.

República Populista (1945-1964)

Após a queda de Getúlio, o general Eurico Gaspar Dutra foi eleito presidente. A Assembléia Constituinte criou a quinta constituição brasileira, que estabeleceu os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Em 1950, Getúlio volta ao cenário político e vence as eleições presidenciais. Graças a sua postura nacionalista, ele recebe apoio de empresários, Forças Armadas, grupos de políticos no Congresso, da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da sociedade.

Enquanto isso, a oposição crescia e se organizava contra o governo. Em 23 de agosto de 1954, 27 generais exigem publicamente a renúncia de Vargas. Na manhã de 24 de agosto, Vargas comete suicídio.

Juscelino Kubitschek assume a presidência em janeiro de 1955 com a promessa de realizar “cinquenta anos em cinco”. A reação à política de JK veio com a eleição do populista Jânio Quadros, que renunciou ao mandato no ano seguinte. Na época, especulou-se que a renúncia foi uma estratégia usada pelo presidente para conseguir que o Congresso lhe oferecesse poderes totais. Mas ao contrário do que Jânio esperava, o Congresso aceitou prontamente sua saída.

Ditadura Militar (1964-1985)

Com o aumento da crise política e das tensões sociais, em março de 1964 tropas em Minas Gerais e São Paulo saem às ruas. No dia 9 de abril, é decretado o Ato Institucional Número 1 (AI-1), que cassa mandatos políticos e tira a estabilidade de funcionários públicos.

O marechal Humberto de Alencar Castello Branco foi eleito presidente. Em seu governo, foram promulgados os Atos Institucionais, que suspenderam os direitos políticos dos cidadãos.

Em 1967, o marechal Arthur da Costa e Silva assume a presidência e decreta, em 1968, o Ato Institucional Número 5 (AI-5), que fechou o sistema político e ampliou a repressão da ditadura.

No final de 1969, Costa e Silva adoece e é substituído por uma junta militar. Em seguida, o general Emílio Garrastazu Médici assume a presidência. Com ele, cresce a repressão e uma severa política de censura é colocada em prática para todos os meios de comunicação e expressão.

Sucessor de Médici, o general Ernesto Geisel inicia um lento processo de transição rumo à democracia. Em 1978, ele acaba com o AI-5 e impõe o general João Batista Figueiredo para a sucessão. Figueiredo decreta então a Lei da Anistia e restabelece o pluripartidarismo.

Nova República (1985-hoje)

A Nova República é o período que se seguiu ao governo militar caracterizado pela democratização política e pela estabilização econômica.

Em 1984, o movimento “Diretas Já” mobilizou milhões de brasileiros que pediam eleições diretas para presidente. A Câmara dos Deputados, no entanto, não aprova e o Colégio Eleitoral elege o deputado opositor Tancredo Neves que concorria contra Paulo Maluf.

Tancredo não chega a tomar posse, falecendo vítima de infecção hospitalar. O vice, José Sarney assume e, no seu governo, é promulgada a Constituição de 1988. O documento instituiu o Estado democrático e a república presidencialista.

Em 1989, Fernando Collor de Mello vence as primeiras eleições diretas para presidente realizadas desde 1960. Praticamente desconhecido no resto do país, sua campanha foi baseada na promessa de combate à corrupção e da construção de uma imagem de líder jovem e dinâmico.

Após dois anos de governo, o Congresso Nacional instaura uma CPI cujas conclusões levam ao pedido de afastamento do presidente (impeachment), mas Collor renunciou antes de ter seu impedimento aprovado. Mesmo assim, o ex-presidente teve seus direitos políticos suspensos por dez anos.

Um dos fatos mais marcantes desse período foi o movimento dos “Caras Pintadas”, quando milhares de estudantes saíram às ruas pedindo o impeachment de Collor.

Após a renúncia, o vice-presidente Itamar Franco assume o cargo. Em sua administração, é implantado o Plano Real. O projeto foi executado pela equipe do então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que se elegeu presidente em 1994 e foi reeleito em 1998.

Em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva é eleito presidente da República e reeleito em 2006.

Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2009/11/brasil-republica>>. Acesso em: 30 ago. 2017.